



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

CRISMANDA MARIA FERREIRA

**PERSPECTIVAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DA CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES (CUT):** mediações da conjuntura e inflexões no projeto de
representação da classe trabalhadora brasileira

RECIFE-PE

2023

CRISMANDA MARIA FERREIRA

**PERSPECTIVAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DA CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES (CUT):** mediações da conjuntura e inflexões no projeto de
representação da classe trabalhadora brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais

Orientadora: Prof.^a. Dra. Ângela Santana do Amaral

RECIFE-PE

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

F383p

Ferreira, Crismanda Maria

Perspectivas político-organizativas da Central Única dos Trabalhadores (CUT): mediações da conjuntura e inflexões no projeto de representação da classe trabalhadora brasileira / Crismanda Maria Ferreira. - 2023.

254 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ângela Santana do Amaral.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2023.

Inclui referências.

1. Central Única dos Trabalhadores (CUT) - Brasil. 2. Sindicalismo. 3. Neoliberalismo. I. Amaral, Ângela Santana do (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2023 – 121)

CRISMANDA MARIA FERREIRA

**PERSPECTIVAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DA CENTRAL ÚNICA DOS
TRABALHADORES (CUT): mediações da conjuntura e inflexões no projeto de
representação da classe trabalhadora brasileira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social.

Aprovada em: 27/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Ângela Santana do Amaral
Orientadora e Examinadora Interna – Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a. Dra. Ana Elizabete Fiúza Simões da Mota
Examinadora Interna – Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a. Dra. Juliane Feix Peruzzo
Examinadora Interna – Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a. Dra. Daniela Neves de Sousa
Examinadora Externa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^a. Dra. Patrícia Vieira Trópia
Examinadora Externa – Universidade Federal de Uberlândia

RECIFE-PE

2023

Para Lúcia, Estelita e Verônica, mulheres que amo e admiro infinitamente.

Para Rafael e Emanuel, os meninos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

*[...] Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto
Gracias a la vida, gracias a la vida”.*

Violeta Parra

Essa tese foi construída *muy* cercada de águas salgadas. Um processo de insistência permanente frente a uma vida em suas outras dimensões complexas que não param para que possamos nos dedicar integralmente ao doutorado; e algumas outras desistências, corajosas e necessárias, para tornar possível respeitar/desbravar o meu próprio tempo e o tempo da tese. Segurando tantas mãos, cheguei até aqui: *“Gracias a la vida que me há dado tanto”*.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE), pela formação acadêmica propiciada nos sete anos em que integrei as fileiras do corpo discente, no mestrado e no doutorado. Às professoras e aos professores pelo fomento ao pensamento crítico e comprometido com a transformação social em sintonia com o projeto ético-político de nossa profissão.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET/UFPE), pelas construções frutíferas ao longo desses últimos onze anos. Tenho muito orgulho de ter a formação forjada nesse espaço, no qual encontrei pessoas inspiradoras.

À minha orientadora, Angela Amaral, pela contribuição sem medida na minha trajetória de jovem pesquisadora. Por me acolher ainda menina de um interior cearense, recém chegada em terras pernambucanas, por me apresentar generosamente à pesquisa crítica e ao marxismo e propiciar o encontro com o objeto desta tese. Agradeço imensamente pelo apoio dado na construção do estudo, conduzindo esse processo com rigor teórico-metodológico regado ao afeto que cultivamos em nossa relação.

À Juliane Peruzzo, pelas aulas sempre instigantes, aprendizados e amizade. Fico honrada em tê-la presente em mais uma etapa da minha trajetória.

À Ana Elizabete Mota, pelos ensinamentos imprescindíveis sobre o método e por participar da avaliação desta tese, contribuindo para formulação da síntese em nosso ponto de chegada.

À Patrícia Trópia, por aceitar com presteza contribuir com o trabalho, pela leitura atenta, provocações e encorajamento teórico para elaboração da pesquisa.

À Daniela Neves, pelas indicações significativas para construção do estudo. Agradeço por seu cuidado de amiga e presença fundamental nos meses em que estive imersa na escrita.

À Luiz Braúna e Mayara Mendes, amigos-força de turma de doutorado, com quem tive a imensa alegria de compartilhar o cotidiano de estudos e a vida, nas conquistas e nos perrengues.

Às companheiras e aos companheiros de trabalho do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DESSO/UFRN), pelas trocas durante minha experiência enquanto professora da instituição. Às estudantes e aos estudantes, pelos aprendizados coletivos.

À minha família, pelo amor imensurável em todos os momentos. Especialmente, à minha mãe, Lúcia Silva, e à minha tia, Estelita Ferreira, pelos colos incomparáveis. Ao meu irmão Rafael Ferreira, educador que teima para esperar, pelo carinho e incentivo nos estudos. Ao meu pai, Vicente Ferreira, pela confiança depositada. À Camila Moreira, sempre para o que der e vier. Ao menino Emanuel, meu sobrinho lindo, perspicaz e fascinado pelo mar, que desde que chegou nos transforma.

À minha irmã, Verônica Ferreira, cujo significado nessa jornada é imenso. “*Sem amor, eu nada seria*”. Sem você, eu nada seria. Agradeço por mergulhar junto, com tudo, enxugar as águas salgadas e erguer a fortaleza feminista fundamental para seguir. As suas indicações e as revisões rigorosas foram centrais nesse trabalho.

Aos tantos tios e às tantas tias, maternas e paternas, pelos seus ensinamentos. Aos primos e às primas, pelos risos proporcionados. À Jussara Bernardo, que deu suporte durante as etapas do processo seletivo do doutorado e por quem nutro saudades de conviver no mesmo lar.

Às amigas construídas no Recife de encantos mil, Dayane Alves, Rebeka Souza, Mayara Viana, Eynat Heliodoro e Tânia Dias, pelos muitos carnavais que já vivemos e os outros que ainda virão. À Edilene Mendonça, pela força cotidiana. À

Leidiane Souza, Israel Carlos, Iris Pontes e Rebeca Silva, com quem muito aprendi a partir dos desabafos.

À Aryadne Castelo Branco, por ser amiga, família e abraço. Por ceder horas dos seus dias para me ouvir e vir sempre que precisei, até quando nem eu sabia que precisava. Minha gratidão por organizar atentamente as listas e referências bibliográficas.

Às amigas e aos amigos na morada no Rio Grande do Norte, Gilliard Laurentino, Daniela Neves, Mirla Cisne, Tássia Monte Santos, Andrea Lima, Giulia Cavalcante, Josiane Soares, Mateus Almeida, Isabela Bentes, Synara Klyni, Erika Nascimento e Silvana Mara, por tornarem os dias mais leves sob um novo sol. Meu agradecimento especial à Janaiky Almeida, amiga querida, que me recebeu em sua casa nos meses iniciais dessa aventura, por sua ternura e cuidado, características tão suas.

À Géssica Oliveira, Yasmin Pereira e Mairla Silva, por nosso ciclo fraterno sem fim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa que possibilitou condições concretas de realização do doutoramento.

“Quero uma greve onde vamos todos.
Uma greve de braços, pernas, de cabelos,
Uma greve nascendo em cada corpo.
Quero uma greve
de operários, de pombas,
de motoristas, de flores,
de técnicos, de crianças,
de médicos, de mulheres.
Quero uma greve grande,
que até o amor alcance.
Uma greve onde tudo se detenha,
o relógio das fábricas,
o campus, os colégios,
o ônibus, os hospitais,
a estrada, os portos.
Uma greve de olhos, de mãos e de beijos.
Uma greve onde respirar não seja permitido,
Uma greve onde nasça o silêncio
para ouvir os passos do tirano que se vai”.

(Gioconda Belli, poeta de luta nicaraguense -
Greve)

RESUMO

Esta tese trata das inflexões nas perspectivas político-organizativas da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Analisa as tendências postas em suas posições, estratégias e práticas frente ao acirramento do neoliberalismo no Brasil no contexto de derrocada dos Governos do Partido dos Trabalhadores (PT) mediante o que se denominou de um golpe de Estado de novo tipo e da ascensão da extrema direita, e seus rebatimentos sobre a condição do trabalho no país (2016-2022). Com base na teoria social crítica e no método marxiano, os aspectos históricos e teóricos foram articulados por meio de dois procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, direcionada à caracterização da conjuntura brasileira e os impactos das mudanças operadas no mundo do trabalho, na conformação da classe trabalhadora e no Estado nas formas de organização política, notadamente sindical; e pesquisa documental, voltada aos documentos sindicais produzidos pela CUT. A argumentação central levantada é a de que o movimento sindical brasileiro foi impactado por expressivas mudanças, sobretudo frente às alterações na estrutura produtiva e na organização do trabalho mediante a crise e ofensiva neoliberal-conservadora. Esse processo nos leva a um cenário de desafios complexos para o adensamento das capacidades de organização coletiva, já prevaletentes desde o ataque à organização sindical orquestrado como parte da resposta à crise orgânica capitalista. A CUT precisou reconfigurar sua posição e estratégia, uma vez que, com o declínio na política institucional do seu aliado histórico, o PT, passou ao campo da oposição à política posta em curso por Michel Temer e Jair Bolsonaro. Diante disso, problematizamos que o que pautou a morfologia do movimento sindical, em especial da CUT, não foram somente as movimentações no mundo do trabalho, mas aquelas que transcorreram na esfera do Estado sob a direção dos governos progressistas e do próprio declínio “neodesenvolvimentista”. Os resultados encontrados possibilitam apreender que a movimentação que alterou o governo também alterou a postura da CUT, configurando enquanto tendência uma tentativa da central sindical de intervir no debate político, alçando refazer-se para pôr-se em movimento e criar uma reação às fragilidades impostas ao sindicalismo no século XXI. Ademais, entendemos que a dificuldade de diálogo com uma classe trabalhadora ampliada, submetida ao processo de deterioração do trabalho e atravessada pelo impulso individualizante que subjaz a racionalidade neoliberal, aporta ao sindicalismo cutista a necessidade de repensar suas práticas políticas e organizativas, afirmando o anseio de renovação de demandas, conectando a resistência à exploração econômica com as rebeldias contrárias à expropriação política. Contudo, pós-golpe, essa organização confrontou-se com a perda de sua força, expressando a crise de representatividade, como as dificuldades de convocação naquele contexto e de encontro com as novas movimentações da classe comprovam. Em que pese esses elementos, com contradições e limites, a pesquisa revelou que há uma inflexão no sindicalismo cutista no sentido de conformar um esforço de mudança na atuação como respostas aos desafios imediatos colocados no novo contexto. Ainda que o ideário do possível retorno a um padrão de “desenvolvimento com inclusão social” com via político-eleitoral continue conformando o seu horizonte político-estratégico.

PALAVRAS-CHAVE: Central Única dos Trabalhadores; Conjuntura brasileira; Estado neoliberal; Sindicalismo; Trabalho.

ABSTRACT

This thesis deals with the changes in the political-organizational perspectives of the Central Única dos Trabalhadores (CUT). Particularly, it analyzes the trends in their positions, strategies and practices in the face of the intensification of neoliberalism in Brazil in the context of the collapse of the Workers' Party (PT) governments through what was called a new type of coup d'état and the rise of far right, This process affects the condition of work in the country (2016-2022). Based on the Marxian method, the historical and theoretical aspects were articulated through two methodological procedures: bibliographical research, aimed at characterizing the Brazilian situation and the impacts of the changes made in the work's situation, on the formation of the working class and in the State, notably on trade unions; and documentary research, focused on trade union documents produced by CUT. The central argument raised is that the Brazilian trade union movement was impacted by significant changes, especially in the face of changes in the productive structure and organization of work due to the crisis and neoliberal-conservative offensive. This process takes us to a scenario of complex challenges for the strengthening of collective organization capabilities, already prevalent since the attack on trade union organization orchestrated as part of the response to the organic capitalist crisis. The CUT needed to reconfigure its position and strategy, since, with the decline in the institutional policy of its historical ally, the PT, it moved into opposition to the policy put in place by Michel Temer and Jair Bolsonaro. We problematize that what guided the morphology of the union movement, especially the CUT, were not only the movements in the world of work, but those that took place in the sphere of the State under the direction of progressive governments and the "neo-developmental" decline itself. The results found make it possible to understand that the movement that changed the government also changed the stance of the CUT, configuring as a trend an attempt by the trade union center to intervene in the political debate, aiming to remake itself to set itself in motion and create a reaction to weaknesses imposed on trade unionism in the 21st century. Furthermore, we understand that the difficulty of dialogue with an expanded working class, subjected to the process of deterioration of work and crossed by the individualizing impulse that underlies neoliberal rationality, brings to cutist unionism the need to rethink its political and organizational practices, affirming the desire to renewal of demands, connecting resistance to economic exploitation with rebellions against political expropriation. However, post-coup, this organization faced the loss of its strength, expressing the crisis of representation, as the difficulties of convening in that context and meeting new class movements prove. Despite these elements, the research revealed that there is an inflection in CUT unionism towards an effort to change its actions as responses to the immediate challenges posed in the new context. Even though, the idea of a possible return to a standard of "development with social inclusion" through political-electoral means continues to shape its political-strategic horizon.

KEYWORDS: Central Única dos Trabalhadores; Brazilian context; Neoliberal state; Unionism; Work.

RESUMEN

Esta tesis aborda los cambios en las perspectivas político-organizativas de la Central Única dos Trabalhadores (CUT). Particularmente, analiza las tendencias de sus posiciones, estrategias y prácticas frente a la intensificación del neoliberalismo en Brasil en el contexto del colapso de los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT) a través de lo que se denominó un nuevo tipo de golpe de Estado, el ascenso de la extrema derecha y sus repercusiones en las condiciones de trabajo en el país (2016-2022). Basado en la teoría social crítica y el método marxista, los aspectos históricos y teóricos fueron articulados a través de dos procedimientos metodológicos: la investigación bibliográfica, orientada a caracterizar la situación brasileña y los impactos de los cambios ocurridos en el mundo del trabajo, en la formación de la clase trabajadora y en el Estado, en particular los sindicatos; y la investigación documental, centrada en documentos sindicales producidos por la CUT. El argumento central planteado es que el movimiento sindical brasileño se vio impactado por cambios significativos, especialmente ante los cambios en la estructura productiva y la organización del trabajo debido a la crisis y la ofensiva neoliberal-conservadora. Este proceso nos lleva a un escenario de desafíos complejos para el fortalecimiento de las capacidades de organización colectiva, ya prevalentes desde el ataque a la organización sindical orquestado como parte de la respuesta a la crisis orgánica capitalista. La CUT necesitaba reconfigurar su posición y estrategia, ya que, con el declive de la política institucional de su aliado histórico, el PT, pasó a oponerse a la política implementada por Michel Temer y Jair Bolsonaro. Ante esto, problematizamos que lo que guió la morfología del movimiento sindical, especialmente de la CUT, no fueron sólo los movimientos en el mundo del trabajo, sino los que se dieron en el ámbito del Estado bajo la dirección de gobiernos progresistas y el propio declive “neodesarrollista”. Los resultados encontrados permiten comprender que el movimiento que cambió de gobierno también cambió la postura de la CUT, configurando como tendencia un intento de la central sindical de intervenir en el debate político, con el objetivo de rehacerse para ponerse en marcha y crear una reacción a las debilidades impuestas al sindicalismo en el siglo XXI. Además, entendemos que la dificultad del diálogo con una clase obrera ampliada, sometida al proceso de deterioro del trabajo y atravesada por el impulso individualizador que subyace a la racionalidad neoliberal, trae al sindicalismo cutista la necesidad de repensar sus prácticas políticas y organizativas, afirmando el deseo de renovación de demandas, conectando la resistencia a la explotación económica con rebeliones contra la expropiación política. Sin embargo, después del golpe, esta organización enfrentó la pérdida de su fuerza, expresando la crisis de representación, como lo demuestran las dificultades para convocarse en ese contexto y enfrentar nuevos movimientos de clase. A pesar de estos elementos, con contradicciones y límites, la investigación reveló que hay una inflexión en el sindicalismo de la CUT hacia un esfuerzo por cambiar sus acciones como respuestas a los desafíos inmediatos planteados en el nuevo contexto. Aun así, la idea de un posible retorno a un estándar de “desarrollo con inclusión social” por la vía político-electoral sigue dibujando su horizonte político-estratégico.

PALABRAS CLAVE: Central Única dos Trabalhadores; Coyuntura brasileña; Estado neoliberal; Sindicalismo; Trabajo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Greves no Brasil (1996-2013)	73
Gráfico 2 – Covid-19: óbitos e orçamento (2020 e 2021)	158
Gráfico 3 – Greves no Brasil (2016-2022)	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos dos Congressos e das Plenárias da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que abrangem o espaço temporal da pesquisa.....	167
Quadro 2 – Síntese das temáticas contidas nas notas e moções produzidas pela CUT (2016-2022)	168
Quadro 3 – Síntese das temáticas contidas nas resoluções da Direção Nacional da CUT (2016-2022)	168
Quadro 4 – Síntese das temáticas contidas nas resoluções da Executiva Nacional da CUT (2016-2022)	169
Quadro 5 – Plano de lutas da CUT (2016)	175
Quadro 6 – Ações sindicais e orientações divulgadas pela CUT no que tange ao enfrentamento da contrarreforma trabalhista (2017)	187
Quadro 7 – Ações sindicais e orientações divulgadas pela CUT no que tange ao enfrentamento da contrarreforma previdenciária (2017)	188
Quadro 8 – Estratégias político-organizativas voltadas ao desenvolvimento da Política de Finanças da CUT (2017)	190
Quadro 9 – Ações sindicais e orientações divulgadas pela CUT voltadas ao tema do futuro do trabalho frente à nova fase da acumulação capitalista.....	194
Quadro 10 – Orientações produzidas pela CUT que versam sobre a diversidade da classe trabalhadora contemporânea (2019)	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASS	Alternativa Sindical Socialista
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBDT	Central do Brasil Democrática de Trabalhadores
CENASP	Central Nacional Sindical dos Profissionais em Geral
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSP/CONLUTAS	Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas
CSP/CSB	Central Sindical de Profissionais/ Central dos Sindicatos Brasileiros
CSPB	Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Democracia Cristã
DESSO	Departamento de Serviço Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC	Emenda Constitucional

ENCLAT	Encontro Estadual da Classe Trabalhadora
EPL	Estudantes pela Liberdade
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FS	Força Sindical
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GET	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC/CUT	Instituto de Cooperação da Central Única dos Trabalhadores
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais Assexuais
MAS	Movimento Avançado Sindical
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MES	Movimento de Esquerda Socialista
MOMSP	Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo
MPL	Movimento Passe Livre
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento Sem Terra
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTS	Movimento por uma Tendência Socialista
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
NOVO	Partido Novo

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OGU	Orçamento Geral da União
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSCIPs	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSS	Orçamento da Seguridade Social
OSs	Organizações Sociais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PLIP	Projeto de Lei de Iniciativa Popular
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Política Nacional de Imunização
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPL	Partido Pátria Livre
PPR	Partido Progressista Reformador
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REDE	Rede Sustentabilidade
RPPS	Regimes Próprios de Previdência Social
SESI	Serviço Social da Indústria
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UP	Unidade Popular
UST	União Sindical dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 DO PROBLEMA REAL AO PROBLEMA TEÓRICO	24
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
2 CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT): DE OPOSIÇÃO AOS IMPASSES DE SUA INCORPORAÇÃO À ORDEM	39
2.1 A APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DA CUT COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): CONTRADIÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO, PARTIDO E GOVERNO	39
2.2 CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA “NEODESENVOLVIMENTISTA” E APROFUNDAMENTO DA CRISE SINDICAL NOS ANOS 2000	62
3 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A CLASSE TRABALHADORA DE NOSSO TEMPO	79
3.1 ESTADO CAPITALISTA, NEOLIBERALISMO ENQUANTO RACIONALIDADE E EMERGÊNCIA DO SUJEITO NEOLIBERAL.....	79
3.2 COMPOSIÇÃO CONTEMPORÂNEA DA CLASSE TRABALHADORA E A QUESTÃO SINDICAL	95
4 O GOLPE DE 2016 E AS EMERGENTES CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO	119
4.1 ELEMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS PARA ENTENDER A RAZÃO GOLPISTA NO BRASIL	119
4.2 A ATERRISSAGEM NEOFASCISTA SOB ÉGIDE NEOLIBERAL NO BRASIL	137
5 A CUT E OS EMBATES CLASSISTAS PÓS-GOLPE DE 2016	166
5.1 POSIÇÕES, ESTRATÉGIAS E ALTERNATIVAS FRENTE AO ESTADO NEOLIBERAL E À ATUAL CONFORMAÇÃO DA CLASSE.....	166
5.2 AS INFLEXÕES NO SINDICALISMO CUTISTA NA CONJUNTURA PÓS-GOLPE DE 2016	202
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	226

1 INTRODUÇÃO

“A coruja de Minerva levanta voo ao cair do crepúsculo”.

Friedrich Hegel

Brasil, 2016. A era “neodesenvolvimentista” encontra seu trágico ou farsesco crepúsculo em um golpe de Estado de novo tipo que depõe da Presidência da República Dilma Rousseff, liderado por forças políticas que declinam da coalizão de classe que sustentou os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff desde 2003. Tem início a era Temer, rápida e destrutiva como um incêndio¹, que passa a implementar um programa de desmonte de direitos e aceleração do ajuste fiscal (BEHRING, 2021) como resposta à crise capitalista que aterrissa com força em terras brasileiras, por meio da expropriação do fundo público e da desregulamentação de direitos em patamares que apontam para um neoliberalismo redivivo e aprofundado.

Brasil, 2018. Irrompe o “ovo da serpente” criado durante o processo de golpe e desentranhado também das próprias contradições internas do “neodesenvolvimentismo”. Adensando a perplexidade do momento histórico, a extrema direita chega ao poder por meio da liderança da figura de Jair Messias Bolsonaro, que leva adiante um governo autoritário cujo prumo é a implementação de um programa de acirramento neoliberal e conservador com ares neofascistas.

A sucessão veloz dos acontecimentos e inflexões que marcam a conjuntura política nacional socava ainda mais a crise do movimento sindical e, especialmente, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, atingida pelo ocaso da estratégia de governabilidade que até então apoiou, já navegando em uma profunda crise de representação e mobilização da classe trabalhadora, como analisamos em estudos anteriores citados ao longo desse trabalho.

Esta tese analisa as determinações e inflexões nas perspectivas político-organizativas da CUT² frente ao acirramento do neoliberalismo no Brasil,

¹ A imagem de um incêndio para descrever o que se passa no país encontra bases reais: no Museu Nacional, quase totalmente destruído pelas chamas durante o governo Temer; no maior incêndio que atinge o pantanal brasileiro, neste mesmo período.

² Entendemos como importante atentar aos leitores e às leitoras que a CUT é uma central sindical marcadamente composta por forças políticas diversas, constituindo-se, portanto, como uma central sindical de tendências políticas. Porém, aqui, ainda que salientemos que existem disputas políticas no interior da CUT, iremos tratar das suas posições hegemônicas, com base no que consta em seus documentos oficiais, aprovados após os debates em seus espaços deliberativos. A título de construção

particularmente diante da derrocada dos Governos do Partido dos Trabalhadores – PT mediante o que se denominou de um golpe de Estado de novo tipo em 2016 e da ascensão da extrema direita, e seus rebatimentos sobre a condição do trabalho. Especialmente, busca desvelar as tendências postas em termos de posições, estratégias e práticas da CUT nesse contexto.

Nossa trajetória no estudo do sindicalismo brasileiro iniciou-se na Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), particularmente em 2013, ano que marcou a inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET). No GET, no âmbito da iniciação científica, participamos da pesquisa intitulada “Conflitos classistas nos canteiros de obras: experiências brasileiras e a particularidade de Pernambuco no contexto neodesenvolvimentista” (2013/2014)³. Nesse estudo, analisamos a dinâmica socioeconômica e política em Suape na dinâmica conjuntural posta naquele período no Brasil com a hegemonia do chamado “neodesenvolvimentismo”. O subprojeto sob nossa responsabilidade investigou as estratégias e ações desenvolvimentistas dirigidas aos empreendimentos de Suape, apreendendo as relações existentes entre o padrão de desenvolvimento brasileiro e os conflitos classistas que emergiram daquele processo. Dessa pesquisa, nos dedicamos posteriormente a investigar as tendências da organização sindical no Brasil nesta quadra histórica, em um momento em que nos era impossível vislumbrar as sacudidas e inflexões conjunturais que o futuro imediato guardaria.

Como síntese, e dando continuidade à pesquisa, foi construído o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)⁴, que teve como tema “Neodesenvolvimentismo, superexploração e precarização do trabalho: uma análise das experiências no Complexo Industrial e Portuário de Suape e Arranjo Produtivo Local de Confecções de Pernambuco”. Na oportunidade, analisamos as condições de trabalho nesses empreendimentos, buscando evidenciar os mecanismos utilizados para impulsionar a superexploração e precarização do trabalho nessas realidades. Aqui, pudemos aprofundar a discussão da conjuntura brasileira durante os governos petistas e os

do objeto de estudo, buscamos nas fontes sindicais dados para caracterizar as tendências hoje existentes, contudo, em seu site oficial só encontramos disponível um único Caderno de Teses vinculado ao período analisado na pesquisa (do Congresso de 2019), com teses apresentadas por apenas alguns dos grupos que formam a CUT, o que nos impossibilitou de trazer esse panorama geral das forças políticas neste estudo.

³ Sob orientação da Professora Dra. Ângela Santana do Amaral.

⁴ Trabalho feito em parceria com Tássia Caroline de Lemos Oscar (também bolsista do GET) e orientado pela Professora Dra. Juliane Feix Peruzzo.

rebatimentos sobre o mundo do trabalho e a vida da classe trabalhadora inserida nos projetos de desenvolvimento tidos como territórios de “grandes oportunidades” de emprego e ascensão social, ainda que marcados por profundas contradições.

Na trilha desses estudos, foi desenvolvida, no âmbito do mestrado em Serviço Social (PPGSS-UFPE), a dissertação intitulada “Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em Suape: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000”⁵. Nela, identificamos as características das práticas político-sindicais que se configuraram no “neodesenvolvimentismo” no Brasil, evidenciamos as mediações da conjuntura que impulsionaram a dinâmica econômica e política em Pernambuco neste período, descrevemos e analisamos o processo histórico através do qual as representações sindicais se confrontaram frente aos conflitos do trabalho em Suape e organizaram suas lutas. Nossa problemática, portanto, voltou-se para a discussão da organização político-sindical em Suape, na qual evidenciamos como os posicionamentos e estratégias sindicais - da CUT e da Força Sindical - expressaram, em contraste com as greves ditas “espontâneas” mobilizadas por trabalhadores e trabalhadoras que denunciaram as condições aviltantes de trabalho e mostraram os limites “neodesenvolvimentistas”, práticas conciliatórias e pactuadas, combinadas aos elementos de repressão e coerção, com as quais os sindicatos não se confrontaram com o Estado e o patronato. A partir dos elementos do real, indicamos como o novo modelo de reprodução ampliada capitalista, com incisiva participação do Estado, reconfigurou o movimento de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras e sua tradicional forma de representação, o sindicalismo. Aventamos que, neste período, forjou-se uma morfologia sindical capaz de legitimar o projeto de “desenvolvimento com inclusão social”, priorizando sua relação com a burocracia do Estado e seu afinamento com a estratégia de governabilidade conciliatória.

Na pesquisa de doutorado, aprofundando esses elementos, buscou-se desvelar as inflexões operadas, enfatizando particularmente a CUT, no nível de seu posicionamento, estratégias e práticas organizativas – frente à crise “neodesenvolvimentista” deflagrada no segundo governo da Presidenta Dilma Rousseff, tendo como ápice sua deposição por um golpe de Estado, em 2016. Em particular, foi realizada uma pesquisa das tendências estratégico-políticas da CUT no

⁵ Estudo feito também sob orientação da Professora Dra. Ângela Santana do Amaral.

contexto pós-golpe de 2016 que, em nossa perspectiva, demarca um acirramento neoliberal no Brasil, cuja expressão central é a aprovação de um conjunto de contrarreformas que impacta duramente a classe trabalhadora no país e exige que resistências por parte das representações sindicais sejam construídas. Outrossim, nessa conjuntura, demarcamos como elemento fundamental de discussão a própria organização do sindicalismo da CUT diante das mudanças na classe trabalhadora, que tem se tornado cada vez mais diversa e precarizada, as quais adensam a crise de representação sindical.

Consideramos que variados estudos se debruçaram sobre a discussão do “neodesenvolvimentismo” e a reconfiguração do movimento sindical, sendo necessário empreender esforços teórico-políticos que permitam avançar numa análise que, considerando a realidade em suas múltiplas determinações (históricas, sociais, econômicas e ideológicas), possa desvelar as mediações estabelecidas entre o sindicalismo em crise que os estudos acumulados apontam e a dinâmica e o caráter da luta de classes nos tempos atuais, considerando a inflexão marcada pela emergência e declínio dos governos democrático-populares. Em outros termos, é fundamental identificar as tendências prevaletentes do ponto de vista da organização sindical na conjuntura de acirramento neoliberal no país, na qual as forças políticas próximas do sindicalismo, a exemplo da relação histórica entre a CUT e o PT, tiveram sua trajetória no governo interrompidas por meio de um golpe institucional que conformou novas configurações do Estado e impactos cada vez mais acintosamente regressivos sobre o trabalho.

Em que pese os limites dos sindicatos no capitalismo, na atualidade, entendemos que estes cumprem papel estratégico, podendo contribuir para dar visibilidade e enfrentar as contradições sociais. Porém, diante da configuração assumida, devem se associar a outras lutas, especialmente, na conjuntura onde se expande o desemprego, a informalidade, a uberização e os regimes de subcontratação, além das demandas expressas pelos movimentos da juventude, de mulheres, de negros e negras, de LGBTQIA+ e em um contexto marcado pela própria negação da política e sua criminalização, infligida pela associação protagonizada pela mídia corporativa a serviço das forças de direita de organizações de esquerda à corrupção, que caracterizou o processo de Golpe e a ascensão da extrema direita no país em um contexto de extrema polarização social.

Nossa pretensão foi, portanto, em nível pessoal e científico, dar continuidade aos estudos sobre as configurações do Estado brasileiro, o mundo do trabalho e o sindicalismo realizados nos últimos onze anos de trajetória acadêmica na Universidade Federal de Pernambuco, além de, em termos de relevância teórica, social e política, aportar uma contribuição para a reflexão crítica da atuação dos sindicatos na dinâmica atual da luta de classes no país. Fazer isso, a nosso ver, diante do esgotamento do “neodesenvolvimentismo” no Brasil, é um desafio para alguns setores da esquerda brasileira, principalmente aqueles que estiveram próximos aos governos, como foi o caso da CUT e que, desde 2016, viram-se diante do desafio de reorganizar suas estratégias em contexto de ataques vorazes do capital ao trabalho, resultado do acirramento do neoliberalismo e, conseqüentemente, do novo patamar colocado para a luta de classes.

Entendemos que problematizar a organização político-sindical e sua relação com as configurações do Estado é central para pensarmos as dificuldades de organização coletiva que particularizam a conjuntura atual. Nesse sentido, além de dar continuidade às reflexões já feitas acerca do sindicalismo no Brasil, este estudo é um aporte para o debate teórico-político entre a esquerda brasileira no geral e no campo do Serviço Social, que tem se posicionado, hegemonicamente, em defesa dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras e fomentado a organização coletiva tendo como horizonte a superação da ordem do capital e a emancipação humana.

Após o golpe de Estado parlamentar-jurídico-midiático, em 2016, que ilegitimamente retirou Dilma Rousseff da Presidência da República, o peso das configurações do Estado no sindicalismo fica ainda mais evidente. A burocracia sindical próxima dos governos petistas, com a derrota autoritária do “neodesenvolvimentismo” e a emergência da extrema direita, em contexto de crise do capital e acirramento neoliberal, deparou-se com uma nova e complexa conjuntura política e é este processo que agora analisamos.

Com base nesses elementos, nosso objetivo geral foi analisar as tendências da organização político-sindical, em particular da CUT, frente ao programa de acirramento neoliberal brasileiro e seus rebatimentos sobre a condição do trabalho no país (2016-2022). Como objetivos específicos, definimos: 1) Apreender as inflexões no sindicalismo cutista em sua relação com o Estado neoliberal e a composição da classe trabalhadora; 2) Mapear os principais atos, posicionamentos e pautas públicas lideradas pela CUT frente à agenda neoliberal no país; 3) Caracterizar e problematizar

as posições e práticas político-sindicais da CUT frente às reconfigurações e demandas da classe trabalhadora na atualidade.

1.1 DO PROBLEMA REAL AO PROBLEMA TEÓRICO

“A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz.

O passado só se deixa fixar,

como imagem que relampeja irreversivelmente,

no momento em que é reconhecido”.

Walter Benjamin

A chegada do PT ao governo, em meados da década de 2000, produziu paradoxos e desafios complexos para a luta de classes e para a organização sindical. O Estado “neodesenvolvimentista”, liderado pelo PT, para manter sua hegemonia, exigiu que fossem aprofundadas mudanças do ponto de vista da organização das classes, notadamente, no âmbito do movimento sindical.

Se desde a década de 1990, com o avanço da reestruturação produtiva e seus rebatimentos do ponto de vista da organização do trabalho, o sindicalismo já sofria dificuldades de organização, a partir dos anos 2000, os sindicatos - instrumentos históricos da luta política dos trabalhadores e das trabalhadoras no capitalismo em defesa de seus interesses coletivos, sejam estes voltados para as melhorias salariais, das condições de trabalho e das condições de vida em geral - foram duramente impactados e, em geral, ainda mais fragilizados. As formas político-organizativas que agem sobre a classe e a constituem como classe em uma determinada direção (IASI, 2006) se reconfiguraram.

A classe trabalhadora deparou-se com as controvérsias conjunturais dadas com a entrada de um operário, sindicalista e fundador de um partido com tradição de esquerda – o PT –, na Presidência da República. A largada política governamental do PT, todavia, deu seguimento a uma política distinta daquela que as forças políticas à esquerda, inclusive o próprio partido, lograram dos movimentos e mobilizações dos trabalhadores e das trabalhadoras na década de 1980.

Cabe, do ponto de vista da análise da organização sindical, destacar que os governos petistas – na lógica de construção de consenso para efetivar as medidas políticas adotadas – capitanearam uma verdadeira política de cooptação dos setores sindicais. Constituíram-se como e deram cabo ao que Coelho (2005) chamou de “uma esquerda para o capital”. Essa “esquerda”, migrando de um projeto dos trabalhadores e das trabalhadoras para a zona de hegemonia da classe dominante, dotou o bloco estruturado em torno do capital de uma “nova ala esquerda” (COELHO, 2005). Caberia aos trabalhadores e às trabalhadoras e suas representações sindicais, em detrimento da construção de projetos autônomos pautados em uma direção classista combativa, subsumir-se às promessas do crescimento econômico e pleno emprego como forma possível de superação dos problemas prementes. O ideário de desenvolvimento da economia com inclusão social serviu de estratégia para apagar os antagonismos estruturais e transformá-los em consenso.

Em que pese esses elementos, queremos destacar alguns fenômenos indicativos da realidade que foram o ponto de partida para a investigação do nosso objeto de pesquisa. Analisamos que o PT, dando continuidade à aplicação e defesa do neoliberalismo, modificou, radicalmente, a relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho de Estado. Segundo Braga e Bianchi (2011), somente a administração Lula da Silva ocupou metade dos cargos superiores de direção e assessoria, aproximadamente 1.300 vagas, com sindicalistas. O orçamento anual gerido pelos dirigentes sindicais no governo chegou à marca de R\$ 200 bilhões (BRAGA E BIANCHI, 2011). Posições estratégicas referentes aos fundos de pensão das empresas estatais e cargos de prestígio na Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas foram preenchidas por dirigentes sindicais. Os sindicalistas passaram a integrar, até mesmo, o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ademais, vale destacar que um dos principais dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, tornou-se Ministro do Trabalho no primeiro Governo Lula.

O sindicalismo militante e combativo deu lugar a uma acentuada “burocracia sindical” (BRAGA E BIANCHI, 2011), que promoveu um contínuo afastamento das direções em relação às bases. A participação dos dirigentes em cargos institucionais é apenas uma das mudanças operadas que servem de aporte explicativo para o vínculo crescente das representações dos trabalhadores e das trabalhadoras com o projeto governamental. Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff criaram um

conjunto de estratégias para envolver as organizações sindicais com sua plataforma política. Foram formados organismos tripartites (compostos por Estado, empresariado e representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras), tais como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho, para discutir as reformas da previdência, tributária e sindical.

Em 2008, no segundo mandato de Lula da Silva, uma nova legislação foi aprovada para reger o reconhecimento e financiamento das centrais sindicais. A lei 11.648/2008 assegurou o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas. Estas centrais passaram a receber metade do montante da verba que antes ia para o Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo dados trazidos por Antunes (2012), em 2010, foram R\$ 84,3 milhões destinados para as centrais. CUT e Força Sindical receberam R\$ 27,3 milhões e R\$ 23,6 milhões, respectivamente - valores que representaram 80% do orçamento da Força e 60% da CUT.

A divisão organizativa do sindicalismo brasileiro foi aprofundada. Em termos quantitativos, no Brasil, temos um total de 16.889 sindicatos, sendo 69% desse número total de entidades de trabalhadores e trabalhadoras e 31% de empregadores e empregadoras, 14 Centrais, 50 Confederações e 603 Federações (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2022). Ademais, conforme o mesmo levantamento divulgado pelo Ministério do Trabalho, 73% dessas entidades sindicais estão concentradas em área geográfica urbana e 27% em área rural. No que concerne à divisão regional dessas entidades, constata-se uma menor porcentagem na região Norte do Brasil, que registra 7,31%, ao passo que a região Sudeste possui 33,64%, Sul registra 23,63%, Nordeste possui 24,65% e Centro-Oeste tem 10,77% (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2022).

O número de entidades sindicais, contudo, não traduz, necessariamente, o índice de representatividade junto aos trabalhadores e às trabalhadoras. Divulgada em 2017, a pesquisa intitulada “Aspectos das relações de trabalho e sindicalização”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que, em 2015, 19,5% de brasileiros e brasileiras eram sindicalizados e sindicalizadas. Dentre os trabalhadores e as trabalhadoras não sindicalizados e sindicalizadas, 26,4% afirmaram que o motivo da não associação era o desconhecimento das entidades representativas; outros 23,6% disseram que não se sindicalizavam em função do sindicato não oferecer serviços que lhes interessavam, e 16,6% disseram não acreditar no sindicato ou que a entidade não representava seus interesses (IBGE,

2017). Já entre os trabalhadores sindicalizados e as trabalhadoras sindicalizadas, a grande maioria (81,2%) não participa de nenhuma atividade promovida pelo sindicato, tendo 82,5% afirmado que os sindicatos aos quais estavam associados e associadas não participaram de negociação ou dissídio coletivo quando necessário (IBGE, 2017).

Mais recentemente, o IBGE divulgou os novos dados sobre a sindicalização no Brasil, os quais indicam uma queda do número de pessoas sindicalizadas. Conforme o levantamento realizado, divulgado em 2020, desde 2012 o número de sindicalizados e sindicalizadas se reduziu em cerca de 3,8 milhões de pessoas, porém essa problemática foi acentuada após a aprovação da contrarreforma trabalhista, em 2017. Nesse ano, o país tinha 13,070 milhões de brasileiros sindicalizados e brasileiras sindicalizadas, o que representa uma taxa de 14,4% da população ocupada (cerca de 94,6 milhões). Em 2019, esse número declinou para 10,567 milhões, 11,2% da população ocupada (IBGE, 2020).

Os dados citados mostram, em termos de queda da sindicalização, o quanto a contrarreforma trabalhista – ainda que não seja o único elemento explicativo, como veremos - contribuiu para esvaziar o papel dos sindicatos enquanto representação dos trabalhadores e das trabalhadoras. Galvão (2019) analisou os efeitos e perspectivas para os sindicatos frente à contrarreforma e apontou, por exemplo, que o movimento sindical, pós-reforma, enfrenta grandes desafios para fechar acordos coletivos, diante do aumento da pressão patronal para aprovar pautas desfavoráveis à classe trabalhadora, bem como se teve o fim da obrigatoriedade da intermediação sindical em processos de homologação das rescisões contratuais e a possibilidade de negociação individual de alguns direitos assegurada por meio da nova legislação, que transfere para o próprio trabalhador e para a própria trabalhadora a responsabilidade de negociação de suas pautas com o patronato. A contrarreforma abriu o flanco e regulamentou formas de contratação altamente precárias, a exemplo da criação do contrato intermitente, da figura do autônomo permanente exclusivo e do *home office*, além da expansão das formas de emprego por contrato parcial e temporário e da terceirização de atividades fins.

Esta regulamentação do trabalho precário, representada pela contrarreforma trabalhista, atinge em cheio, portanto, a composição da classe trabalhadora, tornando-a ainda mais heterogênea e ampliando o já colocado desafio de representação sindical. Este desafio mostrou toda sua magnitude e complexidade com a chegada inesperada da pandemia de Covid 19, que evidenciou todas as contradições que

caracterizam a condição do trabalho nesta quadra histórica de crise e ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora, do que foi exemplo nesse contexto pandêmico a expansão dos trabalhadores e das trabalhadoras de aplicativo e a repercussão de suas mobilizações (CARVALHO *et. al.*, 2020; ANTUNES, 2022), além do trabalho em *home office* e mediado pelas tecnologias da informação e todas as controvérsias em torno dos trabalhos essenciais na pandemia, especialmente do trabalho doméstico remunerado.

Com efeito, tais repercussões não devem ser analisadas em termos de impactos, mas de *resultados - para o capital* - de uma contrarreforma que teve como um de seus objetivos erodir as bases fundamentais da organização sindical e enfraquecer dramaticamente o já combalido movimento sindical do país. A vertiginosa queda da taxa de sindicalização no Brasil, apontada anteriormente, resultado aprofundado pela contrarreforma trabalhista, é a expressão de processos mais complexos que desafiam a organização sindical, a exemplo das modificações que a contrarreforma impõe a sua base da representação. Circunscrita a trabalhadores assalariados formalizados e trabalhadoras assalariadas formalizadas, essa base de representação será imediatamente reduzida ao tempo que desafiada pelo crescimento do percentual de trabalhadores e trabalhadoras informais, desprotegidos e desprotegidas, não sindicalizados e não sindicalizadas, e não cobertos e cobertas por acordos coletivos (CAMPOS, 2020 apud GALVÃO *et. al.*, 2019).

A contrarreforma também abalou a estrutura sindical ao afetar as condições de sua sustentabilidade financeira com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, provocando dificuldades para a permanência de organizações já existentes e reduzindo a abertura de novas organizações, como expressam os dados de queda no número de entidades verificados em 2019 (GALVÃO *et. al.*, 2019). Em que pese a voracidade do ataque representado pela reforma trabalhista, a resposta sindical se mostrou politicamente defensiva, “evidenciando a ausência de uma estratégia comum” (VÉRAS DE OLIVEIRA *et al.*, 2019; GALVÃO, 2019). Ademais, as principais modificações se dão no campo da sustentação financeira, de preservação das estruturas administrativa e de pessoal existentes (VÉRAS DE OLIVEIRA *et al.*, 2019) e limitadas quanto à organização de uma resposta em termos de mobilização da classe trabalhadora frente à magnitude do ataque.

A tendência regressiva acelerada que o programa de acirramento neoliberal impôs ao trabalho, com seus corolários – a degradação das condições de trabalho e

proteção social, a regulamentação do precário e o ataque a seus instrumentos de organização coletiva – acentuou os desafios político-estratégicos do movimento sindical e, em particular, da CUT. O contexto instaurado a partir de 2016

[...] colocou o movimento sindical em uma situação muito particular devendo, a todo momento, demonstrar sua relevância e a necessidade de sua existência. O conjunto de ataques sofridos fez com que o sindicalismo fosse convocado a repensar suas estratégias e ações, bem como a formular suas próprias propostas de reorganização de um modelo sindical cada vez mais colocado em xeque. Ainda que não haja unanimidade sobre o que fazer, a necessidade de reinvenção dos sindicatos e o aumento da representatividade parecem ser consenso entre as lideranças (GALVÃO *et. al.*, 2019, p. 345).

Os problemas estruturais do sindicalismo se agudizam com as mudanças no mundo do trabalho pós-reestruturação produtiva. Conformam-se “empresas liofilizadas e flexíveis” (ANTUNES, 2020), impulsionadas pela expansão das novas tecnologias da informação e sob comando dos capitais, particularmente o financeiro, o que impõe o adensamento da exploração e precarização do trabalho. Uma das consequências dessas mudanças operadas no âmbito do mundo laboral tem sido o fato de que a informalidade tem se tornado a regra. Uma tendência à *informalização* que Tavares (2021) conceitua enquanto a forma de ser da relação capital-trabalho na atualidade, compreendendo que as atividades informais são orientadas à acumulação dependendo dos seus nexos com o capital.

A contrarreforma trabalhista é expressão exponenciada desse processo na particularidade do “capitalismo dependente” (MARINI, 1973; FERNANDES, 2006) e na conjuntura recente brasileira. A classe trabalhadora - fragmentada, heterogênea e complexificada - não consegue ser aglutinada pelos sindicatos presos às estruturas arcaicas de organização.

Ainda sobre essa caracterização da classe proletária, destacamos algumas tendências, sintetizadas na pesquisa de Mattos (2019), e que sustentam nossa defesa da ideia de diversidade para compreender o que conforma essa classe. Entre as tendências estão: a intensificação absurda do processo de proletarização nos últimos anos; a precariedade, considerando que o emprego padrão (estável) é cada vez menos representativo no mundo do trabalho atual; combinações distintas de relações de trabalho diante do “desenvolvimento capitalista desigual e combinado” (TROTSKY, 1985) que reforça a condição de dependência de alguns países; o processo de migração massiva e os regimes de exploração da força de trabalho migrante pautados

por longas jornadas e salários mais baixos; a existência de precários excluídos e precárias excluídas da representação sindical.

A título de exemplificação da segunda tendência, tem-se que o índice de informalidade atingiu número recorde em 2022: cerca de 39,3 milhões de pessoas estão nessa condição (IBGE, 2022). Em termos percentuais, esse número representa que 40% dos trabalhadores brasileiros e das trabalhadoras brasileiras estavam no mercado informal. Desse número total, mais de 19,6 milhões de brasileiros e brasileiras sobrevivem com os trabalhos conhecidos como “bicos”, além de estarmos falando, majoritariamente, de pessoas negras (IBGE, 2022). As mulheres, por sua vez, em 2022, tiveram uma queda de rendimentos maior, se comparado aos homens: 4,7% contra 3,1% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e 6% contra 4,1% da renda habitual (IBGE, 2022).

Entendemos ser significativo trazer esses elementos, uma vez que aventamos que esse perfil da classe trabalhadora, síntese de múltiplas determinações materiais e subjetivas se coloca como uma mediação para o estudo das inflexões do movimento sindical brasileiro na atualidade. Essas diferenças intraclasse trabalhadora se expressam pela via da complexidade da “divisão social, sexual e racial do trabalho” (RAICHELIS, 2020; NOGUEIRA E PASSOS, 2020), da diversidade humana e também por meio de formas ideológicas e mecanismos alienantes que atravessam a subjetividade coletiva da classe.

Ao que Antunes (2005) chamou a “nova morfologia do trabalho”, para referir-se a esses setores heterogêneos e desorganizados da classe trabalhadora, não correspondeu, em igual medida, uma nova morfologia da organização sindical, de suas estratégias e práticas, capaz de retomar a representatividade junto a essa complexa classe trabalhadora contemporânea. Antes, o aprofundamento de sua crise. Cria-se, assim, um abismo social no interior da classe trabalhadora (ANTUNES, 2003). O que vemos, a partir de 1990 e na década de 2000, são trabalhadores e trabalhadoras instáveis e estáveis separados e separadas por uma burocracia sindical e “invisíveis” para uma esquerda que não consegue abordar o problema da unicidade sindical em combate à ingerência do Estado na forma como se organiza o movimento sindical.

As estratégias postas em marcha pelas centrais sindicais frente aos ataques neoliberais no período 2016-2022 e, especialmente, frente à contrarreforma trabalhista, reiteram essa hipótese. Buscando apreender expressões fenomênicas de

nosso objeto de estudo, tendo como ponto de partida o real – como nos elucida o método de Marx – identificamos que na conjuntura instalada a partir de 2016 e frente à inflexão representada pelo Governo Bolsonaro, com a aprovação da contrarreforma da previdência que ampliou a desproteção social ao trabalho, do desmonte de direitos sociais, das ameaças à institucionalidade democrática e da alavancagem de propostas novamente dirigidas à organização sindical, emergem pontuais sinalizações de mudanças na pauta de atuação das centrais sindicais, dentre as quais se destacam a unidade das centrais em processos de mobilização, já sinalizada desde o Golpe, a incorporação da pauta urgente de ampliação da sindicalização entre trabalhadores precários e trabalhadoras precárias e o investimento em trabalho de base.

As contrarreformas trabalhista e da previdência levadas a termo com o golpe de 2016 e o governo de extrema direita situam-se, sendo um de seus apanágios, no bojo de um processo de “contrarrevolução prolongada, permanente e preventiva⁶” (FERNANDES, 1981; 2006) que subjaz à ofensiva do capital contra o trabalho e contra as ditas reformas democráticas consubstanciadas na Constituição Federal de 1988, tendo como alvo os direitos sociais, notadamente da Seguridade Social, a legislação

⁶ Segundo Fernandes, “a revolução constitui uma realidade histórica; a contrarrevolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)” (FERNANDES, 1981, p. 9). A síntese da categoria “contrarrevolução permanente”, aqui posta para compreensão do processo de contrarreforma enquanto também uma ofensiva geral que abraça todas as esferas da vida, assim se explicita em Fernandes (2006): “de classes patrocinadoras da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da ‘democracia’ e da ‘civilização cristã’. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os *problemas nacionais* e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o ‘equilíbrio do sistema capitalista mundial’ ou, ainda, na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista. E suscita enorme indulgência para com atitudes e comportamentos que se chocam, precisamente, com os *mores* da democracia e da civilização cristã, o que significa que, indiretamente, ela amplifica o espaço psicológico, cultural e político para o florescimento de um padrão de liberdade de classe que é extremamente egoístico e irresponsável. No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária. É aqui, e não numa suposta deterioração do liberalismo nem numa presumível exacerbação do mandonismo tradicionalista, que se devem procurar as raízes psicossociais e históricas da mudança do horizonte cultural das classes e estratos de classes burgueses. Essa mudança levou, gradualmente, nas últimas quatro décadas, a uma nova filosofia política e a ações de classes que puseram em primeiro plano o privilegiamento às situações de interesses da burguesia como um todo. Ela serviu, pois, de fundamento para uma solidariedade de classes que deixou de ser ‘democrática’ ou, mesmo, ‘autoritária’, para tornar-se abertamente ‘totalitária’ e contrarrevolucionária, em suma, o fermento de uma ditadura de classe preventiva (FERNANDES, 2006, p. 367-368, grifos do autor). De forma que, conclui o autor, “o êxito histórico da burguesia circunscreve-se à superação das perturbações imediatas da crise do poder burguês, o que faz com que ele seja, sob todos os aspectos, uma autêntica faca de dois gumes” (FERNANDES, 2006, p. 373).

trabalhista e, no último período, a institucionalidade democrática ela mesma, vilipendiada para a aceleração do processo de ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2021) e a consolidação do precário como a forma por excelência da relação salarial, exponenciando a informalidade e instaurando a insegurança como a condição da classe trabalhadora, notadamente das juventudes urbanas e negras.

Ao enfrentamento desse programa regressivo se impõe o desafio de situar-se na dinâmica das forças políticas que movem a conjuntura do país. Coloca-se como desafio político imediato na conjuntura o enfrentamento da extrema direita em ascensão e sua consolidação no Brasil, que incide dramaticamente sobre a subjetividade e a cultura da classe trabalhadora, incorporando, de um lado, métodos, e até mesmo estéticas, até então tributários das práticas da esquerda em uma luta para resgatar os “inconformistas” do século XXI – “os prestígios da rebelião” (STEFANONI, 2023) -, como a tomada das ruas em grandes manifestações e marchas, e, de outro, utilizando-se de meios inéditos, de alto impacto e sem mecanismo de regulação e controle democrático, como as *fake news* disseminadas massivamente pelas redes sociais. Como afirma Stefanoni (2023),

os discursos das esquerdas não transmitem, precisamente, a convicção de ter o vento da história nas velas, como no passado. Em geral, predomina a impressão de que as direitas “não convencionais” estão vencendo a batalha pelo senso comum, em um Ocidente outra vez em “decadência” (STEFANONI, 2023, s. p.).

Ao mesmo tempo, do ponto de vista da classe trabalhadora, questões históricas se colocam de forma organizada e pungente e pressionam o conjunto das organizações políticas de esquerda, incluindo-se aí o movimento sindical, que é instado a respondê-las seja do ponto de vista de suas políticas internas como da ampliação de seu programa, a exemplo das mobilizações de jovens trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos, as demandas no campo da reprodução social e a questão feminista e antirracista. Reitera-se, aqui, a tendência já apontada por Souza-Lobo, nos anos 1980, ao analisar a emergência do debate da “classe operária feminina” no novo sindicalismo como tributária de condições históricas nas quais “movimentos populares de mulheres, correntes feministas e movimento sindical reencontram-se, face a face, mas em posição de interlocutores” (SOUZA-LOBO, 2013, p. 75).

Nesse sentido, a CUT se vê diante da necessidade de responder à pressão das forças políticas organizadas que se forjam na dinâmica viva da classe trabalhadora: as razões de suas inflexões são, assim, resultado de um movimento dialético negativo, no sentido de que forças políticas “entram em cena” (SADER, 1988) e postulam questões que não estão colocadas suficientemente na pauta sindical, ampliando-a mais além das dimensões corporativas e da relação salarial *stricto sensu*, e, da mesma maneira, incidindo pela criação de estruturas organizativas internas, a exemplo de comissões e secretarias.

A partir dessa realidade, levantamos as seguintes questões de pesquisa: quais posições, estratégias e alternativas foram construídas pela CUT frente as mediações da conjuntura pós-golpe de 2016 e a reconfiguração da classe trabalhadora brasileira? De que forma a Central Sindical tem lidado político-organizativamente com o novo perfil da classe trabalhadora e suas necessidades em um contexto marcado pelo acirramento do programa neoliberal e seus rebatimentos sobre a condição do trabalho no país?

O espaço-temporal abordado nessa tese é 2016-2022, período marcado por algumas questões fundamentais, tais como: o contexto de correlação de forças instaurado no pós-golpe, que exigiu o fortalecimento das resistências dos trabalhadores e das trabalhadoras, denunciando o desmonte de seus direitos historicamente conquistados e em defesa da democracia brasileira; a eleição do governo de Jair Bolsonaro, cuja política foi declaradamente contrarreformista; período de acirramento do ajuste fiscal e de aprovações de legislações contrárias aos trabalhadores e às trabalhadoras (a exemplo da Emenda Constitucional 95, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência).

Nosso pressuposto é o de que, nos anos 2000, foi forjada uma morfologia sindical a partir das determinações “neodesenvolvimentistas” e que, na atual conjuntura, esta tem centrado seu potencial organizativo na recomposição deste projeto de desenvolvimento via Estado, em detrimento da reconstrução de uma alternativa política classista e combativa vinculada a um projeto dos trabalhadores e das trabalhadoras. Em outros termos, mesmo frente à falência do projeto de conciliação de classes capitaneado pelo PT, o ideário do possível retorno a um padrão de “desenvolvimento com inclusão social” com via político-eleitoral ainda conforma o horizonte político-estratégico da CUT. E, no atual contexto, a nosso ver, coexistem tensões entre essa perspectiva e a exigência de uma atuação orientada para o plano

político-organizativo e das lutas sociais, como as recentes greves e mobilizações do “preariado brasileiro” (BRAGA, 2012) parecem sinalizar.

Esse processo, todavia, não se dá sem contradições, as quais apontam a emergência de latentes indicativos de inflexão nos direcionamentos político-estratégicos cutistas como respostas às transformações e desafios imediatos colocados no novo contexto. Por meio de um levantamento na página web da CUT, realizado para a caracterização de nosso ponto de partida nesta investigação, sintetizamos estes indicativos em cinco dimensões:

- 1) Ação de denúncia e informação sobre as contrarreformas e medidas do Governo de Michel Temer e Jair Bolsonaro;
- 2) Deslocamento e incorporação de pautas referentes à reprodução social e condições de vida do conjunto da classe trabalhadora, a partir da denúncia e incorporação na pauta, de problemáticas geradas pela deterioração das condições de vida, como o aumento do preço do gás e conta de luz, a alta inflacionária, o desemprego e a precariedade das condições de trabalho além de pautas como moradia e despejos;
- 3) Denúncia e reverberação de pautas e mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos e uberizados e uberizadas, incorporando suas questões nas pautas da Central;
- 4) Incorporação progressiva das pautas levantadas por mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, juventude, pessoas com deficiência etc., nos planos de luta elaborados pela CUT;
- 5) Preocupação e atuação no cenário internacional, sobretudo em torno da Campanha contra o golpe de 2016, em defesa da democracia e de Lula Livre;
- 6) Sinalização de retomada e construção de greves para barrar as contrarreformas do governo Temer e Bolsonaro;
- 7) Adoção da unidade entre Centrais Sindicais e Frentes de Luta para enfrentar os desafios colocados na conjuntura e a ameaça de escalada autoritária anunciada pelo Governo Bolsonaro em diferentes momentos no país.

Esses indicativos, no entanto, se dão ao lado de matérias que enfatizam a centralidade nos processos eleitorais, configurando, portanto, as tensões e contradições que foram exploradas no processo de investigação.

Assim, constituindo ponto de partida de nossa investigação, temos a agenda pública e documentos internos da CUT que apontam sinalizações de uma tentativa de forjar, nas respostas à conjuntura, o reencontro com as bases, necessidade que se impõe como saída à crise de representação sindical que perdura e se acirra na nova conjuntura.

Abre-se, aqui, a questão sobre se esses indicativos apontam novas tendências político-estratégicas da CUT e, mais além, do movimento sindical brasileiro, ultrapassando ações reativas aos ataques sucessivos ao trabalho que marcam o contexto e configurando uma sinergia com os desafios que a nova morfologia da classe trabalhadora impõe à organização sindical. Essa questão, a nosso ver, ganha relevância na conjuntura que se abre no país no momento em que encerramos a escrita dessa tese, com o retorno do PT ao governo federal em Frente Ampla, incluindo setores da direita tradicional, para fazer frente e derrotar a extrema direita no poder institucional.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”.

Karl Marx

No tocante ao método de investigação e análise da realidade, buscamos extrair as múltiplas determinações presentes no objeto de estudo, estabelecendo como ponto de partida a dinâmica real da organização político-sindical e suas relações mais gerais. A escolha do método se explicita desde a delimitação de nosso objeto de pesquisa. Não partimos de esquemas abstratos da realidade. Longe disso, os questionamentos que ancoram nossa investigação partem da própria dinâmica do real, buscando “a dinâmica mesma do objeto, a sua dialética” (KOSIK, 1976, p. 33).

Tendo como base a discussão de método feita por Kosik (1976), a realidade é compreendida como fundamento essencial da investigação materialista. Na pesquisa, é necessário revelar, por meio da teoria e do método, a realidade social, aquela que

inclui em si mesma a práxis humana objetiva. Desse modo, nossa análise partiu do entendimento de que a sociedade não é resumida a um aglomerado de fatores, alguns como causa e outros como efeito. Na trilha dos estudos materialistas, concebemos a realidade como complexo constituído e formado pela estrutura econômica e, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens e as mulheres estabelecem na produção e na relação com os meios de produção (KOSIK, 1976). Nossa pesquisa não consiste em uma análise cuja base é uma avaliação subjetiva acerca do objeto, mas sim uma investigação sustentada em elementos objetivos das relações sociais de classe, desvelando as suas contradições.

Buscamos apreender a essência (a estrutura e dinâmica) de nosso objeto de pesquisa – a organização política dos trabalhadores e das trabalhadoras, tendo como expressão particular o movimento sindical -, reproduzindo esse real no plano do pensamento e excluindo qualquer pretensão de neutralidade. Como sintetiza Netto (2009, p. 674), “mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” e, no caminho da produção do conhecimento, não existe uma relação de externalidade entre o sujeito que pesquisa e seu objeto de investigação.

Nesse sentido, para desenvolvimento de nosso estudo, cuja base é qualitativa, os aspectos históricos e teóricos foram articulados por meio de dois procedimentos metodológicos fundamentais: pesquisa bibliográfica (em teses, dissertações, livros, artigos científicos, entre outros) e pesquisa documental (em fontes secundárias).

O levantamento bibliográfico esteve direcionado, inicialmente a título de recuperação dos nossos estudos anteriores desenvolvidos, às produções que enfatizam os vetores que explicam o esgotamento do ciclo petista para pensar as inflexões operadas no âmbito do movimento sindical pós-golpe de 2016; às elaborações que analisam e caracterizam a conjuntura brasileira pós-golpe de 2016, sustentada no acirramento do neoliberalismo. Ainda nessa estratégia metodológica, buscamos refletir sobre o impacto das mudanças operadas no mundo do trabalho, na conformação da classe trabalhadora e no Estado nas formas de organização política, notadamente sindical, da classe trabalhadora. Nesse ponto, destacamos o debate contemporâneo sobre a crise sindical no Brasil e que, durante e após os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, ganhou um conjunto de novas determinações econômicas e políticas.

A pesquisa documental consistiu na análise das deliberações dos congressos e plenárias nacionais da CUT, no período que delimitamos nesse estudo (2016-2022). Ademais, analisamos as Resoluções da Executiva Nacional e da Direção Nacional da CUT, as notas e moções construídas pela central sindical, disponibilizadas no seu site oficial (2016-2022), e a Pauta da Classe Trabalhadora (2022). A pesquisa desses documentos sindicais permitiu levantar dados das análises feitas pela CUT acerca da conjuntura nacional, da organização político-sindical, dos enfrentamentos organizativo-políticos e das táticas e estratégias de luta no contexto de acirramento neoliberal no Brasil.

Ademais, analisamos, de maneira complementar, notícias da mídia sindical, expressamente aquelas divulgadas no site oficial da CUT e nos seus boletins informativos online, a fim de apreender o posicionamento cutista e as práticas sindicais construídas frente às pautas emergentes na agenda da classe trabalhadora no período estudado, cotejando as definições documentais de maior relevo estratégico frente às expressões concretas dos direcionamentos político-organizativos da Central.

O plano de exposição de nossa investigação está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro deles essa introdução, que aborda a construção do problema de estudo, partindo de sua expressão no real, e sintetiza o percurso metodológico da investigação.

O segundo capítulo, intitulado “Central Única dos Trabalhadores (CUT): de oposição aos impasses de sua incorporação à ordem” trata da trajetória histórica da CUT, desde sua constituição nos anos 1980, em estreita vinculação com a construção do Partido dos Trabalhadores – PT. Tem, portanto, como fio condutor a contraditória relação entre movimento, partido e governo, mediação essencial para a apreensão das definições estratégicas cutistas em distintos momentos da conjuntura brasileira e, notadamente, de suas inflexões com as distintas estratégias eleitorais e, em particular, com a chegada e o ocaso dos governos presidenciais do PT. Nesse percurso, analisamos a mudança no âmbito da CUT, de central crítico-combativa e autônoma ao governo em uma central atrelada fortemente à defesa do projeto governamental, e seus desdobramentos em termos de fragilização da organização sindical diante da necessidade de confrontar o neoliberalismo e se reinventar para abarcar e fortalecer os vínculos com a classe trabalhadora heterógena em plena expansão.

No terceiro capítulo, de título “Racionalidade neoliberal e a classe trabalhadora de nosso tempo”, problematizamos o sindicalismo em sua relação com duas

mediações de nosso debate: o Estado, configurado sob hegemonia da razão neoliberal, e a classe em sua complexidade, dinamicidade e heterogeneidade. Inferimos que as transformações ocorridas no capitalismo em âmbito mundial, impostas pelo espraiamento do neoliberalismo e do processo de financeirização e mundialização da economia, forjaram um conjunto de medidas articuladoras de novas estratégias para valorização do valor e exploração da força de trabalho, que alteraram, por consequência de forma significativa, a composição da classe trabalhadora em escala global, incidindo nas formas de organização política.

No quarto capítulo, intitulado “O golpe de 2016 e as emergentes configurações do Estado brasileiro”, nos detemos sobre as inflexões na conjuntura desencadeadas pelo golpe de 2016, e suas determinações inscritas na dinâmica da crise do capital, analisando os elementos teórico-políticos necessários à apreensão da razão golpista no Brasil e à ascensão da extrema direita no país e o lastro regressivo que desencadearam de contrarreformas e derruição da limitada democracia burguesa que aviltaram as condições do trabalho e os desafios que impuseram à organização sindical.

O quinto e último capítulo, intitulado “A CUT e os embates classistas pós-golpe de 2016”, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa documental realizada e aponta os indicativos de inflexões e continuidades nos direcionamentos político-organizativos e estratégicos cutistas no período analisado nessa tese. Ademais, desenvolvemos a síntese constitutiva da nossa tese, a qual aponta que o que pautou a morfologia do movimento sindical, em especial da CUT, foi as movimentações no mundo do trabalho e aquelas que transcorreram na esfera do Estado, reforçando ao sindicalismo cutista a necessidade de repensar seu projeto político-organizativo para criar uma identidade coletiva entre trabalhadores e trabalhadoras no espaço sindical.

2 CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT): DE OPOSIÇÃO AOS IMPASSES DE SUA INCORPORAÇÃO À ORDEM

2.1 A APROXIMAÇÃO HISTÓRICA DA CUT COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): CONTRADIÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO, PARTIDO E GOVERNO

*“E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção”.*
Vinicius de Moraes

A vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores – PT nas eleições presidenciais de 2002 levou a um chamamento das forças políticas historicamente próximas ao partido, que se somaram em suas campanhas, para compor o governo. Um fato político comum e esperado, se entendermos que aliados possuem afinidades políticas que os lançam como membros de confiança para assumir funções na estruturação do projeto que vai ser desenvolvido no Estado.

Contudo, se por um lado esse chamamento é explicado devido uma aliança histórica que suscita um vínculo medular de alguns movimentos com o PT, criando essa relação de confiabilidade, também se colocou como parte de uma estratégia de incorporação para construção de hegemonia por via do consenso com esses setores. Pensando o objeto dessa tese, o sindicalismo, pode-se pontuar que houve uma incorporação das lideranças históricas do movimento sindical nas instituições do Estado como parte de seus mecanismos de envolvimento com fins de legitimar a política em curso, configurando, dessa maneira, o que Dias (2006, p. 200) aponta ser

uma possibilidade de estabelecimento de uma “contra revolução preventiva” para problematizar o sentido e a direção da política vivenciada: “não se trata apenas de capturar as subjetividades antagonistas, mas de incorporá-las ativamente no bloco de poder” (idem).

A literatura especializada que utilizamos como referência nesse estudo caracteriza esse processo como a criação de um consenso ativo por via da cooptação, ou seja, através da participação direta do sindicalismo na construção de hegemonia dos governos petistas, apesar de as contradições desses governos incluírem rebatimentos deletérios sobre as condições de trabalho da classe trabalhadora – a exemplo daquelas encontradas nos megaprojetos tidos como impulsionadores do desenvolvimento do país nesse período e nos quais os trabalhadores e as trabalhadoras, à revelia das representações sindicais, construíram greves denunciando os limites do propagado “progresso”⁷.

Nesse debate, que defendemos ser crucial para desvelar os elementos de inflexão sindical operados nesse período, cabe destacar que a participação de lideranças sindicais na política institucional - aquela disputada no âmbito do próprio Estado -, consiste em uma possibilidade de atuação legítima para colocar em pauta as demandas evidenciadas pelos movimentos organizados de trabalhadores e trabalhadoras, seja em cargos parlamentares⁸ ou em cargos de confiança em governos aliados. A atividade sindical, não temos dúvida, é um espaço significativo de ganho de visibilidade política para os sujeitos se projetarem na vida política. A eleição e a indicação de sindicalistas a cargos no Estado podem ser compreendidas como um indicativo da importância da instituição sindical como canal de ascensão política e social para aqueles que não dispõem de outros meios para entrar no jogo da grande política nacional, tais como os recursos financeiros e a popularidade obtida nos meios de comunicação de massa (RODRIGUES, 1990). Porém, é uma tática problematizada a depender dos objetivos políticos alçados. Ao passo em que pode se configurar como

⁷ Sobre a caracterização desse fenômeno, conferir Ferreira (2018) que trata das chamadas “greves selvagens” de trabalhadores e trabalhadoras sob a égide “neodesenvolvimentista”; e o estudo de Braga (2012) acerca do que denomina de “política do precariado”.

⁸ No Congresso Nacional brasileiro existe a chamada “Bancada Sindical”, formada por representantes de sindicatos eleitos aos cargos de Deputados Federais. Segundo os números apresentados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, em 2014, essa Bancada era composta por 51 deputados, decaindo para 33 membros na eleição de 2018. A queda, de acordo com o levantamento realizado, pode ser explicada pelos impactos da Reforma Trabalhista no orçamento das entidades sindicais que perderam poder para investir nas campanhas eleitorais, bem como pela estratégia de lançar várias candidaturas, pulverizando os esforços (CONGRESSO EM FOCO, 2018).

uma maneira de ampliar a ocupação de espaços pelos representantes de assalariados e assalariadas no sistema político, sendo uma inserção para politizar e conscientizar os trabalhadores e as trabalhadoras, pode também se converter em uma mera incorporação à lógica política das instituições burguesas. Concordamos com o apontado por Dias (2006):

Mesmo os governantes que foram eleitos deveriam querer que os militantes dos movimentos sociais estivessem firmes na defesa das políticas e não apenas dos eleitos, pois isto representa a possibilidade concreta de impedir que o atual jogo de forças elimine o nosso projeto [...] pensar com autonomia significa tentar construir, permanentemente, a identidade de classe, da categoria, do sindicato. *Quando se abre mão disto só nos resta confiar e obedecer* (DIAS, 2006, p. 175, grifos do autor).

Analisamos que quando essa incorporação com fins de tensionar por dentro para avançar em conquistas para o movimento se converte em uma incorporação do programa do governo como sendo a pauta geral a ser defendida pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras - conformando um movimento inverso daquele legitimamente pontuado, como ocorreu no Brasil a partir de 2003 -, recai-se em um comprometimento dessa necessária autonomia sindical.

Nesse sentido, nota-se que existe uma complexidade na relação estabelecida entre o movimento sindical e os governos de partidos aliados, o que requer algumas considerações. Entendemos que a apreensão das tendências e inflexões da ação cutista, seus limites e possibilidades, exigem como mediação a análise da relação entre sindicato e partido sob a ordem do capital e das determinações estruturais do alcance e papel assumido por cada uma dessas formas organizativas na luta de classes. Sobre o papel do sindicato no capitalismo, Gramsci (1976), ainda que reconheça que o conjunto dessas instituições seja prefigurações do Estado socialista, notadamente o Partido e os conselhos de fábrica, aponta para o caráter necessariamente limitado do sindicalismo como instrumento de luta da classe trabalhadora. Também, embora reconheça sua importância, desvela seu caráter estruturalmente corporativo como expressão própria da sociedade capitalista, fundada na organização do trabalho na relação com o capital, tendo como base a relação salarial, do que decorre sua impossibilidade de levar adiante a reforma intelectual e moral subjacente e necessária ao processo de superação da ordem do capital, tendencialmente burocratizado e hierarquizado.

O sindicato, para Gramsci, organiza os trabalhadores e as trabalhadoras como assalariados e assalariadas, não como produtores e produtoras, papel que atribuía o autor aos conselhos de fábrica. Na síntese de Marx, “o valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se deve subestimar” (MARX E ENGELS, 1980, p. 9). O sindicato assegura e negocia as condições de venda da força de trabalho ao capital: o preço da força de trabalho, ou seja, o salário; as condições de trabalho, que são as condições dessa venda; a oferta de um mercado para que a mesma se concretize, isto é, o emprego; e a preservação e restauração da mercadoria força de trabalho, a exemplo das políticas compensatórias, serviços, equipamentos destinados a assegurar a reprodução social da força de trabalho. Onde, para Gramsci, seu caráter e ação orientadas para a negociação de interesses coletivos imediatos, sua tendência à burocratização e, em síntese, sua impossibilidade estrutural como instrumento revolucionário.

O caráter essencial do sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade: pode favorecer ao proletariado proficientes burocratas, peritos técnicos em questões industriais de índole geral, mas não pode constituir a base do poder proletário. Ele não oferece nenhuma possibilidade de desenvolvimento das qualidades individuais capazes e dignas de dirigirem a sociedade; o sindicato não pode produzir as hierarquias que encarnem as forças vitais, o ritmo do progresso da sociedade comunista (GRAMSCI, 1976, p. 42-43).

A relevância do sindicato como instrumento da classe trabalhadora se daria, contraditoriamente, em cumprir um papel político e pedagógico ao evidenciar os limites em se reformar o capitalismo, mas não seria o sindicato a instituição capaz de transpor esta ordem. No que diz respeito à revolução proletária, tendo em vista o caráter de “recrutamento” e “absorção em seus quadros dos trabalhadores e das trabalhadoras da indústria e da agricultura”, converte-se em um meio não adequado ao fim (a revolução proletária), “uma vez que o meio não é senão um momento do fim que se realiza, que se faz, deve-se concluir que o sindicalismo não é um momento para a revolução, não é um momento da revolução proletária” (GRAMSCI, 1976, p. 47-48).

Com efeito, a análise crítica do sindicalismo italiano feita por Gramsci apontou como tendência o distanciamento entre sindicatos e a massa trabalhadora com

“consciência revolucionária”. Sobre tais limites, diz o autor, em sua análise do processo italiano:

Os operários sentem que o complexo da ‘sua’ organização se tornou num aparelho de tais dimensões que acabou por obedecer a leis próprias, inerentes à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência da sua missão histórica de classe revolucionária. Eles sentem que a sua vontade de poder não encontra expressão adequada na atual hierarquia institucional. Eles sentem que, mesmo na sua casa, na casa que tenazmente construíram, à custa de esforço e perseverança, cimentando-a a sangue e lágrimas, a máquina esmaga o homem, a burocracia esteriliza o espírito criador e o diletantismo banal e verbalista tenta em vão esconder a ausência de ideias precisas sobre as necessidades da produção industrial, ou a incapacidade de comprometer a psicologia das massas proletárias. Os operários irritam-se com estas condições de facto, mas são impotentes individualmente para as modificar; as palavras e a vontade dos homens isolados são muito pouca coisa em comparação com as leis de ferro inerentes à estrutura burocrática do aparelho sindical (GRAMSCI, 1976, p. 42).

A capacidade de organizar a classe trabalhadora no seu potencial revolucionário é, para Gramsci, prerrogativa do “moderno Príncipe”, o partido, tratado pelo autor sardenho como “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 2002, p. 16). Para o autor, o partido político, como expressão e instrumento da vontade coletiva da classe trabalhadora, assume dois objetivos fundamentais: a própria formação de uma vontade coletiva nacional-popular, “da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante” (GRAMSCI, 2002, p. 18) e a reforma intelectual e moral necessária ao processo revolucionário e à construção de uma nova hegemonia.

O partido, assim, cumpre papel fundamental na formação, mobilização e organização da classe trabalhadora, incluindo-se seus demais instrumentos políticos, como movimentos e sindicatos. A autonomia frente ao partido, todavia, coloca-se desde já como uma questão, considerando o risco do aparelhismo sindical, especialmente quando se coloca a centralidade da estratégia de governo, adensando, portanto, a tensão na relação entre partido, sindicato e governo.

Enfatizamos com base nesses apontamentos que, primeiro, não existe neutralidade na forma de fazer política, pois existem projetos políticos distintos em permanente disputa no âmbito do sindicalismo. Uma mesma central sindical pode ter diferentes forças políticas disputando os rumos das lutas e a direção a ser tomada, buscando ser a força hegemônica. Além de não existir neutralidade, o fazer político também não pode negar que esses projetos distintos em disputa sejam apagados na

construção das pautas dos movimentos, lançando mão de um apartidarismo que pode recair na negação da própria política. É decisivo que os militantes e as militantes, os movimentos e os partidos, em particular os de esquerda, atuem no interior de uma central sindical, preservando o que Antunes (1995, p. 35) nomeia de “pluralidade socialista” para representar a presença dessas forças políticas na CUT.

Já o segundo ponto diz respeito à necessidade de manter autonomia frente a partidos e governos, embora sem negar seus papéis no fazer político. A autonomia do movimento garante o compromisso na representação dos trabalhadores, das trabalhadoras e de suas pautas, permitindo tensionar, inclusive, grupos aliados para levar à frente as demandas da classe representada. Na perspectiva aqui adotada, a autonomia permite que a classe trabalhadora se realize como “sujeito de sua história” (DIAS, 2006), construindo, de maneira permanente, a identidade de classe, da categoria e do sindicato.

Portanto, no contexto brasileiro, os desafios são lançados uma vez que se tem uma relação historicamente construída com um partido, no bojo da sua própria constituição enquanto central de organização de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras, como é o caso da CUT. Ademais, sendo adensados quando essa força política, o PT, torna-se governo em 2003.

Existe um enlace dialético entre a história de formação do PT, partido fundado oficialmente em 1980, e a CUT, fundada oficialmente em 1983. A ideia de criação do partido se inicia a partir dos movimentos grevistas em 1978, no ABC Paulista⁹, que marcaram a insurgência do novo sindicalismo no país, do qual a CUT se tornou a principal representação. Por isso, conforme Secco (2011, p. 24), “a história do PT está muitas vezes fora dele”, ao pontuar as fontes diversas que levaram a sua fundação, das quais o autor destaca a relação estabelecida com a igreja progressista, os remanescentes da luta armada, intelectuais e, em especial, as ações sindicais daquele momento histórico.

O novo sindicalismo se concretizou resultante do processo de “reemergir do trabalho na cena social e política” (ANTUNES, 1995), sendo impossível de ser

⁹ Região da Grande São Paulo que congrega Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, na qual foi concentrada a grande indústria automobilística, levando-a assumir a vanguarda produtiva tecnológica do Brasil com suas montadoras e fábricas de autopeças. Explicitou, com o avanço da industrialização e da urbanização, “o processo de mobilidade do capital e a demanda de trabalho pelo seu movimento de reprodução ampliada”, levando a uma grande concentração de trabalhadores e trabalhadoras a partir de correntes migratórias (SECCO, 2011).

compreendido de maneira dissociável da radicalidade assumida pelo trabalho como expressão da luta contra a exploração e opressão. Na particularidade periférica brasileira, as rebeldias que foram construídas ganharam essencialidade porque tratavam da própria possibilidade de sobrevivência dos trabalhadores e das trabalhadoras, os quais, frente à degradação das suas condições de trabalho e reprodução, centraram o eixo de sua ação no universo da ação sindical (idem)¹⁰.

De acordo com Secco (2011, p. 38-40),

O novo protesto sindical saíra das entranhas do desenvolvimento econômico da ditadura. As primeiras movimentações foram causadas pela manipulação dos índices inflacionários pelo governo [...] Era auxiliado, sem sombra de dúvidas, por uma extensa rede comunitária dos bairros onde moravam os trabalhadores e suas famílias. Os piquetes não se limitavam às portas de fábrica e eram feitos nos pontos de ônibus; os encontros se davam em bares e as reuniões, proibidas pela polícia, acabavam na Igreja Católica. O estádio de futebol de Vila Euclides, onde Lula discursava para milhares de pessoas sem o apoio de aparelhagem de som, simbolizou o espírito de comunhão daqueles operários. Os que se postavam à frente do palanque, ouviam com atenção e repetiam as palavras do líder para os que estavam atrás. Ainda em 1978, Lula declarava que a organização da classe operária num partido era só questão de tempo.

A constituição desse *novo sindicalismo* no Brasil se diferenciou do sindicalismo tradicional, uma vez que traduzia uma forma nova de condução do conflito entre capital e trabalho por meio de uma maior autonomia de poder em relação à estrutura representativa corporativa. Foi, na discussão levantada por Mattos (1998, p. 55), um “traço identificador de uma época do movimento sindical brasileiro”, oposto ao imobilismo do sindicalismo controlado e reprimido pelos governos militares e às formas tidas dominantes do “sindicalismo populista” antes de 1964.

Essa busca por uma identidade nova levou o movimento sindical a seguir uma direção, ancorada na participação em massa e com novos conteúdos reivindicativos, no âmbito do Estado e da sociedade. Esse *sindicalismo dos autênticos* - denominação que também foi dada -, além das pautas já citadas, levou a cabo uma articulação, no meio sindical, da ideia de uma luta político-institucional e partidária, que levaria diversos sujeitos políticos a se unirem em prol da formação do PT. Na tese defendida por Rachel Meneguello (1989) é argumentado que há uma “redefinição do papel

¹⁰ Esses movimentos grevistas tiveram, inclusive, uma dimensão mais ampliada, as chamadas greves gerais, que emergiram em âmbito nacional em 1983, 1986, 1987 e 1989, contrapostas à política econômica dos governos e reivindicando o ressarcimento de perdas salariais (ANTUNES, 1995). Os organismos sindicais tiveram papel de destaque, pois foram protagonistas estando na linha de frente dessas ações de significado decisivo em termos políticos naquela década.

político do movimento”, materializada nessa passagem da ação sindical da arena estritamente econômica do conflito entre as classes para a arena política, topando de frente com a reorganização da arena partidária do período.

No meio sindical passou-se a admitir a construção de uma relação maior entre sindicato e partido [...]. O avanço da nova estratégia sindical se daria com a percepção do isolamento dos setores do novo sindicalismo com relação aos outros agentes políticos na luta pelas causas sustentadas nas greves. Assim, o descrédito à classe política existente levou a admitir a construção de uma organização partidária própria (MENEGUELLO, 1989, p. 51).

Tratou-se de um processo de constituição da arena partidária como âmbito legítimo de representação dos interesses da classe trabalhadora, que encontrou solo fértil em uma ampla gama de segmentos sociais. A ideia de formação do PT foi veiculada pela primeira vez no meio sindical e na imprensa em 1978, na Conferência dos Petroleiros da Bahia. Contudo, foi em 1979, no bojo das greves sob direção do sindicato e de Luiz Inácio Lula da Silva, que - durante o congresso dos metalúrgicos do Estado de São Paulo e o congresso nacional dos metalúrgicos - a ideia de um partido dos trabalhadores teve apoio na principal categoria operária do país, fato registrado na chamada “Tese de Santo André-Lins”¹¹.

Após articulações, marcadas por discussões e divergências entre os militantes¹², no dia 13 de outubro de 1979, em São Bernardo do Campo, foi lançado um movimento Pró-PT e aprovadas as normas transitórias para desenvolvimento do movimento, dando destaque para o papel de núcleos, uma declaração política, a Carta de Princípios, bem como formou-se uma Comissão Nacional Provisória que levaria a frente a construção do partido. Com o espraiamento do movimento pelas ruas, o PT foi fundado oficialmente na escola Sion, situada em São Paulo, no dia 10 de fevereiro

¹¹ Estamos aqui traçando uma síntese desses principais fatos históricos que culminaram na formação do PT e da CUT. Uma sistematização profunda dessa história pode ser encontrada em Secco (2011); Meneguello (1989); Garcia (2011); Iasi (2006), Coelho (2005), entre outros autores e autoras que compõem uma ampla bibliografia sobre a temática.

¹² Uma primeira Carta de Princípios do PT foi lançada no ato de primeiro de maio de 1979, assinada por Paulo Skromov, Jacó Bittar, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo. O período era de intensos confrontos com as greves operárias em curso e a proximidade da posse presidencial de João Batista Figueredo. Por conta disso, não era consensual se seria o momento oportuno de lançamento do partido. Conforme Secco (2011, p. 42), muitos viam no partido uma proposta divisionista, que poderia diminuir o nível de solidariedade política às greves. Ainda salienta o autor que, em reunião ocorrida em junho, em São Bernardo do Campo, uma divisão parecia clara, o que se explicitou também na ausência de apoio do próprio Lula da Silva no Encontro Pró-PT, em Contagem-MG. Porém, apesar de divergente quanto ao momento e ao tipo de partido, quase a totalidade dos líderes sindicais era favorável à ideia e necessidade do partido (MENEGUELLO, 1989).

de 1980, em uma reunião com 1200 pessoas, dentre estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares (SECCO, 2011). Nasce como uma organização de esquerda, enraizada em bases sociais, radicalmente favorável aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, visando integrar na atividade política quem dela estava marginalizado (idem).

Em linhas gerais, embora exista uma diversidade social enquanto uma marca de originalidade da história do PT e particularidades regionais na sua constituição enquanto instrumento de organização política¹³, o novo sindicalismo foi um dos vetores significativos da sua formação, sendo os líderes operários¹⁴ aqueles que, nos escritos de Secco (2011, p. 50), “formaram o eixo principal da rotação política” do partido. A figura de Luiz Inácio Lula da Silva, em especial, ao assumir liderança nacional, foi peça-chave da unificação dos sujeitos políticos e na evolução das mobilizações que culminaram no surgimento do partido (MENEGUELLO, 1989).

Grosso modo, o perfil interno foi se definindo por essa influência do sindicalismo, o que se refletiu na composição dos quadros partidários de direção e no debate em torno das linhas de ação. Com esse vínculo sindical forte, nos primeiros encontros petistas, inclusive, debateu-se amplamente a definição de uma política sindical, afirmando-se a necessidade de criação do que viria a ser a Central Única dos Trabalhadores¹⁵.

Ao buscar analisar a CUT, encontramos um conjunto de estudos sobre a sua trajetória de organização, nacional e internacionalmente, demarcando sua importância. Desde as primeiras análises já se identificava a complexidade dessa central sindical surgida em uma conjuntura de efervescência das lutas sociais de resistência à ditadura e em defesa de direitos na reabertura política nos anos 1980, e marcada por diversas frações em seu interior que lutavam por obter hegemonia.

¹³ Cf. OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores. Editora Vozes: 1987.

¹⁴ Entre os sindicalistas, destacamos: Luiz Inácio Lula da Silva (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), Benedito Marcílio (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André), Henos Amorina (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), Paulo Mattos Skromov (presidente do Sindicato dos Coureiros – SP), Jacob Bittar (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia), Hugo Perez (presidente da Federação dos Eletricistas – SP), Arnaldo Gonçalves (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos), Olívio Dutra (presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre), Wagner Benevides (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte), João Vasconcelos (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade – MG), entre outros. Cf. Meneguello (1989).

¹⁵ Sustentou-se a ideia de “central única” com base na concepção dos militantes sindicalistas de que as formas de organização e representação precisariam expressar uma unidade forte da classe. Ver: Antunes (2018) e Giannotti e Neto (1991).

Várias tendências do movimento sindical que entrou em cena em fins da década de 1970 uniram esforços no sentido de fundação de organismos de representação dos trabalhadores e das trabalhadoras. Além da fundação do PT, buscou-se criar uma central sindical única de representação. Visando essa finalidade, foi realizada uma primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 1981, a CONCLAT da Praia Grande (SP) que, por sua vez, foi precedida de encontros estaduais da classe trabalhadora (ENCLATs), destinados à discussão de posições e eleições de delegados e delegadas para o evento nacional. Depois de um longo período de ditadura militar – com ampla repressão e controle governamental de sindicatos - a reorganização do sindicalismo expressou a “capacidade de renovação e o impulso militante de uma nova geração de sindicalistas”, nos termos de Leôncio Martins Rodrigues, em sua obra pioneira¹⁶ intitulada “CUT: os militantes e a ideologia”, publicada em 1990.

Na CONCLAT de 1981 deliberou-se a formação de uma Comissão Nacional Pró-CUT, que teria o objetivo de construir um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e dar mais um passo para a formação de uma central única de trabalhadores. O fazer política, no entanto, é espaço de divergências de posições, fazendo-se, sobremaneira, na Comissão Pró-CUT. Conforme Rodrigues (1990), duas tendências principais se cristalizaram: uma mais à esquerda, reunindo dirigentes sindicais do chamado “Bloco Combativo” que estava à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo – Lula da Silva compunha esse polo - e militantes das oposições sindicais e da esquerda radical; o outro grupo formava o “Bloco da Reforma”, reunindo dirigentes pouco engajados politicamente e que controlavam sindicatos, federações e confederações importantes, além de militantes de partidos comunistas e do MR-8.

Por conta de uma falta de acordo entre os grupos, principalmente no que diz respeito à convocação do CONCLAT e à deflagração de uma greve geral para tensionar o governo para atender a um conjunto de reivindicações, o Congresso inicialmente marcado para 1982 não ocorreu. O “Bloco da Reforma” opunha-se à tentativa de greve geral e à convocação do CONCLAT, avaliando que não haveria condições para a realização dos dois eventos e temendo um agravamento das tensões sociais e risco que poderia ocasionar para a continuidade da abertura política

¹⁶ Foi o primeiro estudo sistemático que teve o mérito de converter a CUT como objeto de pesquisa.

(RODRIGUES, 1990). Outrossim, além de questões de ordem estratégica, as divergências se conformaram no âmbito das concepções, em particular, se o horizonte de atuação iria permanecer no plano da emancipação política – com demandas passíveis de serem atendidas no interior de uma economia de mercado e no quadro do regime democrático burguês - ou transpor ao polo das lutas pela emancipação humana – no qual as demandas seriam atendidas somente mediante um processo de lutas de alteração do quadro institucional, findando no socialismo. Vejamos:

Fazendo abstração dos matizes que separavam outras tendências no interior dos dois grandes blocos, é possível distinguir, num extremo, os sindicalistas que enfatizavam, no plano político, a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime democrático. (Nessa orientação, as demandas de natureza social não deveriam pôr em risco a abertura política). No outro extremo, estavam os sindicalistas que procuravam promover transformações sociais mais profundas que abrissem o caminho para o socialismo (RODRIGUES, 1990, p. 7).

Foi em agosto de 1983, por meio do bloco de sindicalistas reunido no I CONCLAT, que houve a criação da CUT¹⁷. A tentativa de unificar sindicalmente as forças de trabalho, traduzida no impulso de criação da CUT, foi um marco histórico dentre os acontecimentos políticos no período aberto com o movimento grevista do ABC paulista, ocorrido em 1978, do qual também surgiu o PT, como pontuamos.

A CUT tornou-se a principal central sindical do país, ampliando a base de composição sindical em relação a que prevalecia nos anos anteriores. Enquanto o sindicalismo do passado, surgido com a expansão do capitalismo, aglutinou fundamentalmente trabalhadores e trabalhadoras manuais da classe operária (fabris de produção em série), a CUT foi capaz de aglutinar os trabalhadores e as trabalhadoras agrícolas, empregados e empregadas de escritórios e do setor de serviços¹⁸. Outrossim, se o setor privado prevaleceu como terreno de atuação do sindicalismo do passado, agora o serviço público passou a ser o principal interlocutor da CUT, aumentando as possibilidades políticas da ação sindical.

¹⁷ A tendência oposta realizou um congresso com o mesmo nome em outubro de 1983, transformando-se posteriormente na Central Geral de Trabalhadores - precisamente em 1986 - o que consagrou uma divisão no meio sindical.

¹⁸ No entanto, é importante considerar que, em relação aos cargos na Executiva da CUT, tinha-se uma prevalência nos postos importantes de dirigentes de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras industriais, sendo os metalúrgicos amplamente dominantes (RODRIGUES, 1990; ANTUNES, 1995).

Em seu estatuto provisório, garantiu-se a independência de patrões, do governo, dos partidos políticos e dos credos religiosos. Demarcando um posicionamento contraposto ao outro bloco, a CUT priorizou três pontos fundamentais: 1) autonomia e liberdade sindical; 2) organização por ramo de atividade; 3) organização por local de trabalho. O Programa de Lutas, na sua gênese, pautou tanto as demandas de caráter trabalhista, como a redução da jornada de trabalho, salário-desemprego, direito de sindicalização de funcionárias e funcionários públicos, estabilidade no emprego etc., quanto as demandas de mudança social radical, como a luta pela reforma agrária e a coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais. Por fim, a greve geral é colocada como instrumento básico e necessário de luta de trabalhadores e trabalhadoras (RODRIGUES, 1990).

Surge, portanto, essa incumbência de construção de um sindicalismo classista e de luta, que combateria a colaboração de classes e não compactuaria com os planos de governos que firam os interesses do trabalho. Suas posições rejeitaram qualquer pacto social, o que conforma, nos seus anos iniciais, a predominância do que Rodrigues (1990) conceitua de *ethos socialista* para denominar o tom da cultura política cutista nesse período.

A CUT teve uma nítida posição de contraposição ao sindicalismo corporativista, reportando que a nova estrutura de organização seria democrática, permitindo amplos debates entre forças políticas, além do compromisso com a construção da organização desde os locais de trabalho. Desde os primeiros congressos da central sindical, foi deliberado, no plano ideológico, como perspectiva histórica da CUT, a luta por uma sociedade livre da exploração. No II CONCUR, em 1986, por exemplo, mesmo com as ressalvas que seriam os partidos políticos que tomariam à frente do programa de classe e da estratégia política do poder, estabelece-se o compromisso de que a CUT seria parte integrante desse projeto, mantendo sua autonomia (RODRIGUES, 1990).

Alguns estudiosos chegaram a analisar que o Programa inicial da CUT teve mais um caráter de bandeiras de agitação do que de um plano de lutas a ser levado à prática, uma vez que não estaria explicitado taticamente como essas demandas seriam efetivamente reivindicadas e concretizadas. Questionou-se como uma central recentemente criada teria condições objetivas de levar a cabo lutas tão “ambiciosas” (RODRIGUES, 1990) ou como superar as “dificuldades de articulação, de mediação, entre as ações contingenciais, imediatas e as ações mais gerais, abrangentes”

(ANTUNES, 1995, p. 32). Desafio que, conforme essa perspectiva, ficou evidente nos espaços de debates subsequentes nos quais foi constatado que os planos propostos não foram efetivados e a CUT não teria condições concretas de realizar solitariamente uma greve geral.

Nesse interim, foi ponderado, no âmbito da apreensão do programa inicial da CUT, a necessidade de construir sua identidade por meio da demarcação das suas diferenças em relação a outras entidades de representação de trabalhadores e trabalhadoras. Ademais, cabe ponderar o próprio peso das disputas internas no interior de uma central sindical que, por sua composição, seria fortemente intelectualizada em seus congressos (RODRIGUES, 1990).

Mesmo assim, as disputas acerca do horizonte político permaneceram, sobretudo no âmbito da reflexão sobre as tarefas que a CUT deveria tomar, seja se colocando como um organismo de coordenação das lutas sindicais ou indo além e se colocando como instrumento de luta pelo socialismo. Em outras palavras, expressava-se fortemente nos espaços de discussão, de forma implícita ou explícita, o debate sobre a natureza da CUT: seria uma central voltada à área trabalhista ou uma central mais política do que sindical? Em suma, no interior da CUT, conquanto as deliberações dos rumos a serem tomados estivessem explícitas nos estatutos aprovados em congresso, não foram constituídas sem ser objeto das divergências e disputas comuns à política.

Analisar a história da CUT requer, nesse sentido, um esforço de compreensão sobre as frações que a compunham. Na perspectiva tomada por Antunes (1995), em outro livro clássico, “O novo sindicalismo no Brasil”, destaca-se que:

A CUT nasceu, constituindo-se como leito natural das várias correntes, tendências, grupamentos e individualidade que atuavam no universo sindical mais combativo. Aglutinou-se desde o sindicalismo independente, isto é, sem militância política anterior e sem uma convicção ideológica consolidada, da qual uma vez mais a figura de Lula tipifica, à qual se somaram amplos contingentes da esquerda católica, sob influxo da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos mais pobres. Aglutinou-se, também, tendências socialistas e comunistas várias, dissidentes da esquerda tradicional ou vinculados às postulações de Leon Trotsky. Era um ideário diverso, multifacetado dentro das esquerdas, mas com um ponto básico convergente: estruturar uma central sindical de âmbito nacional capaz de constituir-se em um instrumental decisivo para a ação sindical em nosso país (ANTUNES, 1995, p. 30).

Novamente na síntese das posições tomadas, podemos situar dois blocos¹⁹, com base no levantamento do autor. O primeiro constituiu-se como o “bloco majoritário”, aglutinado em torno da Articulação Sindical. Essa tendência política postulava a importância da luta econômica, aquela imediata, que tem peso decisivo na vida cotidiana da classe trabalhadora ao tratar de questões no campo da sua própria sobrevivência. No plano político-ideológico, a postura oscilava ora por um posicionamento mais crítico, ora por uma posição influenciada por valores social-democratas. Seria “um ideário ainda indefinido, porém onde a tendência a manter a ênfase na luta econômica e de reformas sociais dentro do universo das leis de mercado começa a ganhar importância” (ANTUNES, 1995, p. 33), sobretudo com a defesa de uma ação voltada para a negociação com o Estado e o capital.

No outro polo, temos as tendências que, mesmo minoritárias, cumpriram papel fundamental na definição dos rumos político-estratégicos da CUT, sendo compostas da seguinte forma: CUT pela Base, aglutinando o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP), Democracia Socialista e outros grupos; pela Convergência Socialista e outras tendências de esquerda. Essas forças, posicionadas mais à esquerda, travaram a disputa em torno do caráter socialista da CUT, com as dificuldades, já citadas, de dar concretude à propositura, penetrando junto às massas trabalhadoras, e relacionando essa posição com o peso da luta econômica (ANTUNES, 1995).

Enquanto tendência majoritária, a Articulação Sindical disputou mudanças nos estatutos da central para reduzir a influência das oposições²⁰. As mudanças foram discutidas, por essa tendência, como parte do processo de consolidação da CUT, ainda que demarcassem a afirmação de uma determinada posição política. Sobre a formação da CUT, é analisado que

¹⁹ Ponderamos que, não obstante se dividam em dois blocos para tratar das tendências prevalentes no interior da CUT, existem divisões e subdivisões no interior desses grupos.

²⁰ Exemplar disso foi a mudança no estatuto - feita no III CONCUR, realizado em Belo Horizonte em 1988, e denunciada como medida autoritária e burocrática pelas oposições - que consistia na proporcionalidade de delegados e delegadas em relação ao número de votos nos processos eleitorais de diretorias sindicais, que, na prática, consistiu em uma diminuição da participação dos/das militantes e delegados e delegadas de base e amplificação da participação de dirigentes. Dias (2006) realiza a crítica a essa propositura da CUT, afirmando que as mudanças no estatuto diminuíram a possibilidade de controle da ação da direção pelas suas bases e acentuou seu caráter concentrador, processo semelhante ao que ocorreu no PT, na mesma época. Boito Jr. (1999) também explicita que as mudanças propostas pela Articulação Sindical reduziram a quantidade de delegados e delegadas das oposições sindicais, além de, a partir do V CONCUR, realizado em São Paulo, a tendência majoritária ter extinguido as CUTs Regionais – estruturas horizontais onde as correntes de esquerda tinham grande influência e disputavam com a estrutura confederativa da central sindical, sob poder da Articulação.

exigiria mudanças substanciais na organização dos congressos, afetando sua periodicidade, número de delegados, modo de escolha dos participantes etc. Essas mudanças, no entanto, tendem a reforçar, salvo surpresas, a tendência Articulação e a enfraquecer a esquerda e as oposições sindicais. Têm razão as facções de oposição quando afirmam que as alterações estatutárias aumentam o poder de direções dos sindicatos e enfraquecem a intervenção das bases. Desse modo, cada lado encontra muito fundamento na defesa de suas proposições, que são, aliás, coerentes com sua concepção sindical e com sua situação de superioridade ou inferioridade no interior da CUT. Ocorre que situação e oposição (ou oposições) expressam concepções políticas e ideológicas que implicam diferentes visões do papel do sindicalismo: uma, majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista (RODRIGUES, 1990, p. 23).

No III CONCURT, em 1988, era possível apreender que as concepções defendidas pela tendência “Articulação” contrariaram “a definição ideológica pelo socialismo”²¹ que havia sido posta nos congressos anteriores da CUT. Demonstrou-se, portanto, um posicionamento do papel do CUT no campo trabalhista em defesa de salários e melhores condições de trabalho. Foi conformada, dessa forma, uma perspectiva que se coloca como uma forma de penetrar fortemente no cotidiano da classe trabalhadora, porém que lança a entidade no sentido de uma “*socialdemocratização*” (ANTUNES, 1995, p. 66).

No campo das pesquisas construídas que debateram esse processo, mapeia-se direções tanto de compreensão como de críticas às mudanças operadas. Rodrigues (1990), demarcando uma posição simpática à aproximação social-democrata na CUT, problematizou que o novo cenário nacional exigiu que um tipo de ação sindical fosse construído para além de uma política de negação, cuja consequência é a recusa ao diálogo e a rejeição à responsabilidade no interior da ordem econômica e política. Uma posição, em certa medida, que não só foi assumida, mas alargada pela CUT nos anos seguintes.

Já Antunes e Dias constroem uma crítica à essa postura, apontando como, após os avanços da década de 1980, o sindicalismo vê-se diante de um quadro

²¹ Utilizamos a expressão entre aspas, uma vez que, no que tange a essa definição pelo socialismo, é importante salientar que, tanto a CUT quanto o PT, embora suas lideranças tenham expressado a palavra em seus discursos e essa esteja posta em documentos oficiais, tratava-se de um discurso genérico de simpatia ao socialismo. “Denota uma intenção de vincular-se à tradição do movimento operário internacional, mas o conteúdo desse socialismo, bem como os meios para se chegar a ele, nunca foram definidos – A CUT e o PT faziam questão de não defini-los, argumentando que o socialismo no Brasil deveria ser (re)inventado”, segundo Boito Jr. (1999, p. 139).

preocupante e crítico, marcado por uma ação sindical cada vez mais defensiva, atada ao imediatismo e à contingência, gradativamente abandonando os seus traços anticapitalistas. Prevalece, nesse contexto adverso, o desenvolvimento do sindicalismo de participação em detrimento do sindicalismo de classe. Centralmente, movendo a ação sindical para um horizonte no qual se escasseia o questionamento à lógica destrutiva do mercado e mudando sua natureza radicalmente. No que concerne à CUT, os autores criticam o culto à negociação, às câmaras setoriais e ao programa econômico do capital diante da crise, que deu fôlego à definição do ideário e prática socialdemocrata, como tratamos anteriormente (ANTUNES, 1995; DIAS 2006). Delineia-se, portanto, “uma postura cada vez menos respaldada numa política de classe. E cada vez mais apoiada numa política ‘para o conjunto do país’, o país integrado do capital e do trabalho” (ANTUNES, 1995, p. 53).

Na síntese formulada por Antunes (1995):

Centrando ao longo dos anos 80 sua atuação através do confronto e da resistência, neste momento em que tem sido convocado a oferecer propostas alternativas, o movimento sindical, que tem a CUT como referência central, está presenciando uma fase de negociação e participação que, embora tenha a aparência de um avanço – uma que vez lhe permite “participar”, junto com o capital, de decisões de políticas setoriais – está, em verdade, vivenciando um grande retrocesso. Tanto por distanciar-se do seu passado mais ousado, quanto por que esta ação negociada, por estar atada a um acordo e a um projeto com o capital, o impede de oferecer uma alternativa duradoura e inspirada em elementos estratégicos, que efetivamente represente o conjunto dos trabalhadores (ANTUNES, 1995, p. 51).

Em que pese os limites e as possibilidades das perspectivas defendidas na Central - que postulam uma dimensão de tensão e contradição em seu interior -, é com essa pluralidade política e ideológica que a processualidade de constituição da CUT vai se dando, encontrando sua forma particular de organizar a classe. Ademais, a CUT foi se fazendo presente nas paralisações do trabalho, seja como organismo desencadeador ou aparato de apoio às greves organizadas à margem dos sindicatos. Essa presença constante lhe nutriu, sendo, portanto, sua “substância orgânica” (ANTUNES, 1995), mesmo que, sobretudo no desenrolar da década de 1990 e anos subsequentes, os rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho sobre o universo da consciência, da subjetividade e da representação tenham irrompido em transformações agudas nesse quadro (ALVES, 1998).

Intimamente vinculada ao PT²², as mudanças processadas no âmbito da CUT acompanharam as transformações ocorridas também no partido, impulsionadas por suas direções majoritárias. As disputas internas que se processaram no interior do PT, em torno da definição do projeto a ser defendido e das estratégias, deram-se também na CUT. No que concerne ao PT, Secco (2011) argumenta que houve um “*aggiotamento* ideológico” completado em 2003 frente a sua transformação em um “partido de governo”.

O poder interno das direções era reforçado e possibilitou o avanço da defesa da institucionalidade. Nessa trilha, as tendências à esquerda – críticas às posturas e aos encaminhamentos da majoritária Articulação – decidiram pela saída ou foram expulsas do PT²³. Os líderes de tendências, mandatos e sindicatos estabeleceram carreiras, em detrimento da presença ativa das bases nas organizações e da formação de núcleos (SECCO, 2011). O autor acrescenta:

O comparecimento da militância à rua foi substituído pelos cabos eleitorais profissionalizados e os grandes comícios de primeiro de maio trocados por shows com prêmios para o público [...]. A profissionalização de delegados também variou com os momentos em que o PT estava em governos importantes, como a prefeitura de São Paulo. Alguns militantes eram transferidos à administração e se afastavam da atuação no interior do partido (ibid., p. 183).

Com efeito, levanta-se a tese do *transformismo*²⁴ para entendimento das posições assumidas pelo PT e pela CUT, ao designar que as propostas históricas de militância cederam lugar às práticas e discursos que acabam por implementar a racionalidade negada anteriormente. Dessa vez, com um diferencial: não só legitimaram, mas passaram a participar do processo de legitimação dos projetos da classe antagônica.

²² Os primeiros levantamentos junto aos membros da CUT indicaram a preferência partidária dos sindicalistas cutistas pelo PT (RODRIGUES, 1990). Membros importantes da CUT eram também membros de peso político no PT, muito embora, do ponto de vista de sua composição, a central sindical contasse também com membros vinculados ao PDT e militantes sindicais não partidários (ANTUNES, 1995).

²³ Recomendamos ao leitor, para análise do processo que culminou em dissidências políticas do PT e da CUT, a pesquisa realizada por Garcia (2011).

²⁴ A tradição de autores que estamos trabalhando em nosso estudo, compartilha a análise que recorre ao “transformismo” - categoria elaborada por Antônio Gramsci no contexto do Risorgimento Italiano, para explicar a ação parlamentar que marcou a política italiana no pós-1848, protagonizada pelo Partido dos Moderados e pelo Partido da Ação (Ver: Liguori e Voza, 2017) – na tentativa de entender a conjuntura recente.

No seu I Congresso, em 1991, o PT afirmava que “[...] a crise atual não poderá ser resolvida por uma nova composição interna das elites, a não ser a um custo social inaceitável” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1991, p. 539 apud DIAS, 2006, p. 179). Mas foi justamente por meio dessas alianças que a largada ao governo foi dada.

Na tese *O Socialismo Petista* lemos coisas do gênero: “superação da sociedade injusta em que vivemos”, “democracia qualitativamente superior, para assegurar que os movimentos sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos” e mesmo “sociedade livre e participativa”. Fundamental no período de constituição do partido, isso deu o mote do transformismo hoje desvelado. [...] O processo de centralização onde os núcleos de base, local do debate interno, foram suprimidos, e o processo de enquadramento das tendências internas veio ocorrendo já há uma década. Processos dirigidos pela tendência majoritária. A flexibilização das posições da burocracia foi a tônica [...]. O processo de transformação ocorreu *molecularmente*, mudaram-se as formas de recrutamento. A militância, a quem foi negada a formação política, presa à jaula de ferro da conjuntura, não foi capaz de examinar a história de longo alcance do PT. Nesse processo, o peso das direções foi decisivo. As medidas de administração interna do partido fizeram um deslizamento imperceptível para os menos atentos (DIAS, 2006, p. 180, grifos do autor).

Na tradição de estudos sobre essas mudanças configuradas, notemos que os elementos trazidos reforçam que o caminho a ser seguido seria, prioritariamente, a via eleitoral, levando à consolidação de uma perspectiva do “PT integrado à ordem”.

No que tange à CUT, na década de 1990 já era possível, como apontam diferentes autores e autoras (BOITO JR, 1999; DIAS, 2006; AMARAL, 2005; MATTOS, 2003; ALVES, 1998, GARCIA, 2011), também perceber as mudanças em curso, até mesmo porque, cabe ressaltar, as tendências que disputavam os rumos do PT eram aquelas mesmas que estavam no envolver da disputa na central sindical. Identificasse, nesse sentido, uma relação entre as transformações ocorridas nas duas organizações.

Neste período, foi apresentado pela direção da CUT o que ela mesma chamou de proposta baseada no “desenvolvimento com distribuição de renda”, no sentido de construir coletivamente uma nova hegemonia capaz de aprofundar a “democracia” e a “cidadania” no país. Uma nova leitura de realidade estava sendo feita pela Central, na qual mudanças econômicas eram inevitáveis naquela conjuntura. Posturas e instrumentos conciliatórios eram as apostas para materializar ganhos para os trabalhadores e as trabalhadoras. Uma “agenda propositiva” (AMARAL, 2005) que admite concepções liberais na condução da política e pautada na necessidade de redefinição da relação do Estado com o mercado.

A “agenda propositiva” era vista por alguns dirigentes da CUT, sobretudo aqueles ligados à sua corrente majoritária - a Articulação Sindical -, como estratégia para objetivar a proposta de democratização do Estado e possibilitar a intervenção nas decisões e problemáticas de interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. Os instrumentos se resumiriam em participação em negociações e fóruns institucionais (AMARAL, 2005).

Assim, diante da ofensiva neoliberal, concretizada durante os governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, a mudança de estratégia da CUT se torna visível. Ainda sobre a “agenda propositiva” construída, Boito Jr. (1999) traz uma síntese fundamental da história acerca do processo turbulento ocorrido internamente na CUT que levou a aprovação da proposta em congresso. Afirma:

O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990 na cidade de Belo Horizonte. Nessa plenária, a direção da CUT lançou e fez aprovar a ideia de um ‘sindicalismo propositivo’, que seria uma opção ao ‘sindicalismo defensivo’ dos anos 80. Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado. Essa mudança de estratégia foi consagrada no IV Congresso da CUT realizado em São Paulo em setembro de 1991. Esse foi o congresso marcado pela exacerbação do conflito entre a Articulação Sindical e as correntes minoritárias situadas à sua esquerda. Numa votação decisiva, que estabelecia os critérios para a formação da executiva nacional da central, a Articulação Sindical negou-se a concluir a contagem dos votos dos delegados. Essa atitude quase provocou o encerramento do congresso e uma crise política na central, mas garantiu-lhe o controle seguro da executiva nacional e a implantação da nova estratégia (BOITO JR., 1999, p. 132).

Em termos conclusivos, estava posta uma transformação da estratégia cutista. Ao longo dos anos 1980 - ainda que a plataforma não tenha sido levada a sua concretude, como já mencionamos – afirmava-se pautas fincadas na propositura de transformações econômicas e sociais, demonstrando um antagonismo à política de desenvolvimento do Estado brasileiro. Para isso, organizou-se campanhas em torno do não pagamento da dívida externa, em favor da reforma agrária, greves nacionais contra a política econômica do governo - sendo as greves gerais a forma de ação mais expressiva -, houve também uma intervenção no processo Constituinte de 1986-1988 tendo como objetivo constitucionalizar direitos trabalhistas e sociais já existentes e viu-se como tarefa construir Frentes para defender a criação de novos direitos de proteção aos trabalhadores e às trabalhadoras (BOITO JR., 1999). Por sua vez, nos

anos 1990, apregoou-se uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que ganhava hegemonia, passando a CUT a apresentar, a despeito da posição contra o modelo econômico, “propostas para as políticas de abrangência nacional” (ibid., p. 143).

Incorpora, dessa maneira, uma estratégia ancorada na falsa possibilidade de conciliação entre as classes, que estigmatiza, inclusive, os instrumentos de ação históricos da luta sindical, tais como as greves. Agora, cede-se lugar aos acordos e negociações com os governos, como realizou-se em torno da reposição de perdas salariais sob os governos Itamar Franco e Collor de Melo; da implantação do contrato coletivo de trabalho sob o governo Collor; e da reforma da previdência social sob o comando de Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de inegável a relação antagônica entre capital e trabalho, acreditava-se que ambas as partes poderiam ganhar, caso a produtividade e os lucros fossem melhor distribuídos. Acreditando ser possível conciliar as classes, a CUT acaba por aderir a práticas pragmáticas, abrindo mão da luta contra as políticas despóticas patronais e do próprio Estado. Dar-se-á mais ênfase em determinações político-ideológicas em detrimento da análise estrutural do processo de produção capitalista no país, das transformações produtivas capitalistas provenientes do “padrão flexível” e seus impactos negativos para os trabalhadores e as trabalhadoras. As estratégias sindicais adotadas expressam, como aponta Alves (1998, p. 85), uma “debilitação político-ideológica da perspectiva de classe”²⁵.

Nos anos 1990, foi criada uma central sindical propriamente comprometida com a política neoliberal, a Força Sindical (FS), fundada em 1991, para levar a frente o chamado *sindicalismo de resultados*, em concorrência ao sindicalismo da CUT²⁶. Alguns analistas apreendem que esse fator também gerou, por parte da majoritária cutista, um “temor” em perder peso político mediante a ausência em espaços que, inclusive, a Força Sindical foi criada justamente para ocupar. O que, conseqüentemente, seria um dos elementos explicativos que levariam às posturas adotadas pela CUT em participar dos fóruns de negociação. Defendemos que, embora deva ser um elemento a ser considerado, não exige a crítica a ser feita a essa adesão

²⁵ Embora com traços particulares, essa situação vivida no Brasil não foi uma exceção, dado o período já marcado pelo avanço do processo de reestruturação produtiva, do neoliberalismo e a debilitação da organização sindical em nível internacional. Nos anos 1980, em outros países, já se constatava um declínio da atividade grevista, perda de filiados e a afirmação da moderação na luta (BOITO JR., 1999).

²⁶ Para o estudo da Força Sindical (FS), recomendamos Trópia (2009).

e as consequências em termos do que estamos tratando como *debilitação da perspectiva classista*.

Os novos sindicalistas nos anos 1980 desferiram críticas à estrutura sindical corporativista, recusando a tutela do Estado e defendendo uma reformulação como resultado dessa necessidade posta. A CUT chegou a apresentar na Assembleia Constituinte em 1988 uma emenda popular que dispunha sobre a liberdade e autonomia sindicais. Porém, o “desvio do projeto original da CUT” (MATTOS, 1998) se conformou na própria posição sobre a estrutura sindical, que manteve a essência do modelo pautado na unicidade, no monopólio de representação e no imposto sindical. Em outras palavras, a estrutura sindical corporativa “mostrou-se eficiente o suficiente para manter-se praticamente intocada, tanto em momentos de vida institucional democrática, quanto em fases plenamente autoritárias” (MATTOS, 1998, p. 37).

Sobre esse tema, Boito Jr (1991) afirma que não houve uma decadência progressiva da estrutura sindical atrelada, pelo contrário, em vez de extinção houve uma reforma, na qual a necessidade de reconhecimento oficial-legal do sindicato pelo Estado prevalece, assegurando a subordinação dos sindicatos às cúpulas do aparelho de Estado, por consequência, limitando e moderando a luta sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras. A crise, na verdade, não foi da estrutura sindical, mas sim do modelo ditatorial de gestão do sindicalismo, o que garantiu a continuidade de alguns métodos, a exemplo do fato de que um determinado organismo sindical só pode atuar como representação de trabalhadores e trabalhadoras após registro obtido por meio do Ministério do Trabalho.

Com efeito, permanecem as práticas sindicais acomodadas à estrutura sindical oficial e, agora, mais ainda assumidas mediante o abandono das críticas à velha estrutura. As consequências disso se expressam nas tendências de burocratização²⁷ dos sindicatos, atrelamento político aos governantes, carreirismo de dirigentes, colaboracionismo e privilegiamento da conciliação de classes (MATTOS, 1998).

²⁷ O debate sobre burocratização citado nesse trabalho se ancora na obra gramsciana, no qual se entende a burocracia pela identificação do conjunto dos funcionários civis e militares de um Estado ou de uma organização partidária que ocupa uma posição distante das massas. Seria o grupo “detentor da competência técnica e administrativa ao serviço não do povo, mas do partido de governo e dos próprios interesses de reprodução típicos de uma ‘casta’” (LIGUORI E VOZA, 2017, p. 81). Para os “experimentadores históricos de novas concepções de mundo”, designando aqueles e aquelas que lutam pela transformação societária, a burocracia seria a “força consuetudinária mais perigosa”, que organizada em torno de si, independente da massa, faz com que o partido se torne anacrônico, e nos momentos de crise aguda tenha seu conteúdo social esvaziado (GRAMSCI, 1994).

Foi, ainda nos anos 1990, que a CUT esteve dedicada à construção de um “Projeto Nacional de Qualificação Profissional – CUT Brasil”, o qual, no campo das estratégias assistencialistas prestadas pelos sindicatos, estaria articulado à ideia de que o desemprego seria ocasionado pela ausência de qualificação adequada dos trabalhadores e das trabalhadoras, cabendo à CUT investir em cursos de requalificação profissional por via dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A questão que subjaz a esta capitulação ideológica perpassa o interesse na gestão destes vultosos montantes: no que tange aos projetos nessa área, foram somados os seguintes montantes de verbas repassados pelo FAT: em 1999, foram R\$ 21 milhões; em 2000, R\$ 35 milhões (MATTOS, 2003). Cerca de 70% das despesas da CUT estavam centradas aos Programas de Qualificação Profissional no final da década de 1990 (idem), o que expressa a mudança na linha política da entidade, reduzindo a sua autonomia mediante o aumento do grau de vínculo com as agências estatais e empresariais, participantes do Conselho do FAT (MATTOS, 2003; AMARAL, 2005).

Com a chegada ao governo dos petistas, essa tendência de recuo político foi ampliada, sendo gestada uma “cultura defensivista” (DIAS, 2006), que adensa a substituição do enfrentamento pelo diálogo e converte a crise da subjetividade operária em objetivação da dominação capitalista. Acrescenta o autor:

A desestruturação da sociedade caminha fortemente no sentido de sua plena captura pelo governo e seu partido [...] A partidarização da Central vem eliminando sua democracia interna. Nada que for crítico ao governo passa em suas instâncias. A CUT, construída durante a ditadura, praticamente desapareceu, não obstante o esforço de boa parcela da militância (DIAS, 2006, p. 188).

A Central, portanto, assumiu a postura que combatera, instaurando um novo sindicalismo de participação, negociação e apoio ao governo. No campo das estratégias políticas para envolvimento do sindicalismo com a plataforma política dos governos, foram criados organismos tripartites (compostos por Estado, empresariado e representantes dos trabalhadores e das trabalhadoras), tais como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho, para discutir as reformas da previdência, tributária e sindical. Objetivou-se, com isso, criar consensos em torno das questões polêmicas e minimizar eventuais reações às medidas implantadas.

Braga e Bianchi (2011) analisam, por sua vez, que os dirigentes sindicais absorvidos pelo aparelho de Estado transformaram-se em administradores estratégicos do investimento capitalista no país. Dissertam sobre a hipótese de “financeirização da burocracia sindical” no Brasil e colocam a participação dos dirigentes sindicais na gestão dos fundos de pensão e dos fundos setoriais como chave de resposta desse processo (BRAGA E BIANCHI, 2011). Uma tendência que já se expressava em meados de 1990, porém que se aprofundou no ciclo petista.

Na condição de gestores dos fundos de pensão, escrevem os autores, o compromisso principal seria com a liquidez e rentabilidade de seus ativos e com a possibilidade de selecionar investimentos ecologicamente sustentáveis e geradores de empregos (BRAGA E BIANCHI, 2011). Isso, objetivamente, não foi processado devido o próprio sentido no qual os fundos de pensão brasileiros têm atuado: equacionando a relativa carência de capital para investimentos e como uma linha estratégica em benefício de fusões e aquisições de empresas no país, financiam o processo de “oligopolização econômica”, que rebata na intensificação dos ritmos de trabalho, enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e das trabalhadoras e enxugamento dos setores administrativos; e participam, crescentemente, nos investimentos em projetos de infraestrutura, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, alvo de críticas de movimentos ambientalistas (BRAGA E BIANCHI, 2011).

Em nome da governabilidade, a CUT priorizou conter a resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras, ao invés de mobilizá-los e mobilizá-las em defesa de seus direitos. Assimilando o discurso da “utopia do possível” (GALVÃO, 2006), substituiu a perspectiva de construção de uma classe trabalhadora autônoma e combativa por uma compreensão de acúmulo gradual de forças nos limites da ordem burguesa, por via do apoio aos governos da força política aliada, o PT.

Em síntese, o PT nasce das mobilizações e de lideranças que levaram a cabo também a formação da CUT, estabelecendo, portanto, essa relação medular, entre ambos, que estamos aqui enfatizando. No que tange a essa relação, o líder máximo do partido, Lula da Silva, era sindicalista, tornando natural um dispêndio de energia prática da organização para manutenção de aparelhos sindicais, dos quais a CUT ganha centralidade. No entanto, com a chegada do PT ao Planalto Central, a complexidade dessa relação se agudiza com a atuação do governo na tentativa de incorporação da CUT à ordem estatal e *pari passu* o movimento por parte da própria

CUT de traçar suas táticas e estratégias em torno dessa aproximação com o governo. Um processo que se consolida mediante uma “militância governamental” (DIAS, 2006, p. 202), impulsionada pelas forças que outrora falavam em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Essa abordagem não nega que a politização pode ser realizada utilizando-se o plano da institucionalidade como tática, confrontando as acusações de sectarismo contra a militância da esquerda radical que realizou a crítica ao transformismo em curso. Porém, é preciso desvelar seus limites como forma política das relações sociais capitalistas. A contradição, no capitalismo, nasce no campo das relações de produção e de reprodução da ordem burguesa. A dinâmica de exploração e precariedade configurada no mundo do trabalho alimenta as contradições da ordem vigente: se “a hegemonia nasce da fábrica”, é nela, representada pela totalidade que compõe a classe trabalhadora hoje, que são gestados os processos contra hegemônicos. O que determina um campo de lutas para além da “manutenção de hegemonia de um governo” - uma dimensão demasiadamente disputada dos rumos do Estado capitalista, e, no caso analisado, do poder executivo. Essa constatação nos leva a apontar, portanto, o peso político de uma dada subsunção da luta sindical a essa institucionalidade, levando a cabo uma perda progressiva da perspectiva de classe por via da integração sob égide do capital.

2.2 CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA “NEODESENVOLVIMENTISTA” E APROFUNDAMENTO DA CRISE SINDICAL NOS ANOS 2000

“Esses homens não vivem mais para a luta de classes, não sentem mais as mesmas paixões, os mesmos desejos, as mesmas esperanças vividas pelas massas: entre eles e as massas se criou um abismo insuperável”.

Antônio Gramsci

Na trilha de desvelamento da inflexão sindical operada no período analisado nessa tese, torna-se fundamental um esforço de retomada das sistematizações

realizadas outrora²⁸ sobre os rumos tomados pelo sindicalismo no contexto histórico inaugurado com a chegada do PT ao governo.

Ao abordar o tema, na perspectiva teórico-política adotada nesse trabalho, compartilhamos das análises que compreendem que a política operada pelo PT no Brasil se vincula organicamente com os postulados do que Castelo (2013) conceitua de “social-liberalismo”, variante ideológica do neoliberalismo emergente no final da década de 1990 como resposta à crise conjuntural do capital. Essa crise, entendida aqui enquanto fenômeno intrínseco ao modo de produção capitalista, derivou de suas próprias contradições, particularmente as postas pela dominância neoliberal em curso no país.

Na fórmula neoliberal, o Estado deveria exercer funções restritas, garantindo a liberdade de ação do mercado e das iniciativas privadas, orquestrando o controle dos gastos públicos, arrocho salarial e privatizações. Resultou, em termos de incidência sobre as classes, em um alta concentração de riqueza e renda das elites, ao passo em que houve aumento da exploração da força de trabalho, precarização, desemprego, pobreza, culminando em descontentamento dos subalternos e das subalternas. Um quadro instaurado no Brasil, sobretudo, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso em 1990.

Com as tensões resultantes, principalmente diante do quadro de deterioração social e econômica derivado de décadas de hegemonia neoliberal, insurgem-se diferentes levantes sociais, conhecidos como movimentos anti-globalização neoliberal. Não obstante, dentro desse novo contexto político, seria necessário incluir, mesmo que somente retoricamente, mecanismos de mitigação da questão social para garantir o controle da força de trabalho e atendimento de necessidades mínimas de reprodução social por meio dos serviços sociais. O Estado manteria seus compromissos com a retomada do crescimento das taxas de lucro, ajustes fiscais, implementação do plano diretor de reformas, desestabilização do poder dos sindicatos e controle social, porém a isso se juntaria um conjunto de políticas sociais, especialmente aquelas de combate à pobreza – entendida como uma agenda a ser combatida prioritariamente para além da direita e esquerda.

²⁸ A síntese aqui contida, especialmente nesse subtópico de capítulo, é fruto dos estudos já feitos sobre o tema, com as atualizações exigidas no que tange a nossa posição diante do contexto histórico conformado e do acúmulo teórico-político proporcionado por pesquisas tanto no âmbito do Serviço Social quanto em áreas diversas das ciências sociais e humanas.

O pensamento neoliberal incorpora o tema da “questão social” em suas pesquisas e ações políticas. [...] essa incorporação que, no meu entender, visa neutralizar as proposições igualitaristas da esquerda, rebaixando o horizonte intelectual das forças sociais progressistas com os debates sobre equidade, igualdade de oportunidade, vulnerabilidade/exclusão/coesão social, ativismo ético e virtuoso de indivíduos empoderados e comunidades dotadas de capital social, bem como da funcionalidade do Terceiro Setor (CASTELO, 2013, p. 222).

No bojo dessa ideia de forjar uma “refuncionalização do Estado” (CASTELO, 2013), acrescentamos a própria incorporação do discurso de uma suposta representatividade de grupos historicamente oprimidos, ainda que seja mediada fundamentalmente por uma subsunção à lógica mercantil, sem tocar nas relações estruturantes das opressões e formas de dominação vigentes.

Em síntese, nesse período, a classe dominante operou uma tentativa de incorporação de conceitos progressistas às ideologias burguesas, buscando ideológica e materialmente formular uma espécie de “Terceira-Via”, entre o mercado e o Estado, que uniria desenvolvimento econômico com justiça social. Buscou-se conciliar o inconciliável sob égide do capital, cooptando parte pontual das demandas da classe trabalhadora sem, logicamente, subverter os limites impostos mediante o processo de reprodução ampliada capitalista, qual seja, as bases da acumulação e produção de miséria. Assim, o social-liberalismo atua como uma “arma ideológica de neutralização político-cultural das forças adversárias” (CASTELO, 2013, p. 28), transmutando a crítica classista em demandas de consumo a serem atendidas via políticas compensatórias de âmbito estatal.

No que concerne a essas políticas sociais, a tendência prevalecente foi a focalização nos segmentos mais pobres da população, estabelecendo critérios restritos para o acesso, bem como a formulação de mecanismos de avaliação de impactos para, sob a ótica da tecnificação, torná-las mais eficientes. Consubstanciado a esse processo, seria necessário formar o “capital humano”, tendo em vista que a estrutura social de reprodução da desigualdade de renda se baseia também na dificuldade de acesso ao ativo da educação. Desse modo, buscou-se garantir uma formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores e as trabalhadoras e possibilitando a chance de ascensão social via educação. Ainda se junta o mercado de crédito, ofertando dinheiro para microempresários e servindo de incentivo ao empreendedorismo.

Todavia, o aumento da renda do trabalho não seguiu o mesmo ritmo do crescimento dos ganhos de capital. Essa contradição é analisada por Mota (2012) ao tratar da “gestão da pobreza” e do aumento da desigualdade no Brasil na era PT. A autora argumenta que os dados do Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade denunciam essa questão naquele momento histórico: o Brasil passou do 8º para o 9º lugar no ranking do IDH dentre os países latino-americanos. “1% dos brasileiros detém uma renda que equivale a toda renda dos 50% mais pobres”, diz (MOTA, 2012, p. 35). Assim, não foi enfrentado o fato de que a pobreza e o subdesenvolvimento são parte do arranjo estrutural do próprio sistema capitalista. Ocorre, na verdade, uma interpretação falaciosa de que o pauperismo não teria como causa a dinâmica de acumulação do capital e a inserção subordinada do Brasil no mercado mundial, mas as falhas de mercado e a dificuldade de acesso aos “ativos” pela população empobrecida (CASTELO, 2013).

A crítica se volta contra o que seria um “liberalismo extremo”, afirmando a exigência de um Estado ágil para realizar intervenções pontuais nas fissuras do mercado, dando destaque também à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, na formulação e implementação de políticas públicas. O Estado desempenhou um papel ativo no gerenciamento da crise, inaugurando, especialmente com a chegada de Lula da Silva na Presidência da República, o que seria essa intervenção substancial na chamada “questão social” como forma de garantir consenso, ocasionando deslocamentos em relação à política dos anos 1990, mas sem romper com as diretrizes neoliberais e os compromissos de garantia da hegemonia burguesa.

É necessário explicitar, portanto, que não se trata de um momento “pós-neoliberal” (SADER, 2013). O que se constata é que o neoliberalismo passou a ditar os mesmos objetivos às suas alas à esquerda e à direita, embora elas tenham mantido métodos diferenciados de gerência do projeto neoliberal, conformando uma “agenda social” para garantia da supremacia burguesa na era neoliberal (CASTELO, 2013).

Essa fase corresponderia ao denominado “neodesenvolvimentismo” ou “novo desenvolvimentismo”, que seria a marca central e norteadora da política desempenhada nos anos 2000 não só no Brasil, mas em outros países latino-americanos, a exemplo de Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela. Em face da ascensão de governos tidos progressistas, foi recolocada a questão do desenvolvimento no centro do debate teórico-político da América Latina no século XXI,

com concordâncias e discordâncias entre diversos teóricos. Nessa esteira, compreendemos - como defendemos ao longo da nossa experiência de pesquisa acerca do tema - três perspectivas distintas de análise: o campo dos intelectuais orgânicos dos governos – aqueles que aderiram ao projeto petista e se colocaram como defensores da ideia de que o país estaria vivenciando um momento histórico pós-neoliberal, marcado por mudanças estruturais, embora graduais, significativas (SADER, 2013; POCHMANN, 2010; MERCADANTE, 2010; SICSÚ, 2013); o campo dos intelectuais que fazem uma “crítica ponderada”, ou seja, aqueles que mesmo se opondo ao projeto de conciliação de classes petista e expondo alguns limites do “neodesenvolvimentismo”, ainda corroboram com argumentos de que haveria uma “resistência” dos governos ao neoliberalismo, diferenciando-os do projeto político anteriormente hegemônico. Assim, o “neodesenvolvimentismo” seria o modelo possível de desenvolvimentismo dentro do capitalismo neoliberal periférico. Esses autores, por exemplo, empreendem argumentos de que o investimento no chamado capital produtivo seria uma “relutância” do “neodesenvolvimentismo” à política rentista, tendo os governos do PT promovido uma alteração no interior do bloco de poder por meio de uma perda de espaço do capital financeiro e da burguesia a ele associada, concretizando um fortalecimento da “burguesia interna”. Esse setor, por sua vez, estaria propenso a moderar a penetração do capital estrangeiro na economia nacional (BOITO JR., 2012; STÉDILE, 2015); o terceiro campo é o da “crítica radical” (CASTELO, 2010; 2013; 2016; GONÇALVES, 2012; MOTA, AMARAL E PERUZZO, 2010; SAMPAIO JR., 2012, ALVES, 2016, KATZ, 2016), que recupera as formulações marxistas sobre dependência, buscando captar as contradições emergentes no campo da economia e da política e as determinações estruturais que demarcam os limites “neodesenvolvimentistas”²⁹.

Ressaltamos a posição assumida em estudo anterior³⁰ de que nos filiamos ao último campo, uma vez que entendemos ser o que elenca aspectos vitais para desvelamento das contradições suscitadas, principalmente se destacado a interligação ao ciclo amplo da nova fase de acumulação nos países de economias periféricas, que não vislumbrou rupturas para além do “pontual”.

²⁹ Uma recuperação aprofundada desse processo está contida na dissertação de mestrado de nossa autoria. Ver: Ferreira (2018).

³⁰ Cf. Ferreira (2018).

De forma geral, partindo da pesquisa realizada por Katz (2016), é possível situar distintos aspectos políticos e econômicos que viriam a caracterizar o “novo desenvolvimentismo”, o que não torna tarefa simples a sua conceituação. Entretanto, são assinalados alguns caminhos apontados, conforme seus idealizadores³¹, como condições necessárias para o “êxito” da proposta. Para o autor seriam: 1) a postulação de uma necessidade de intensificar a intervenção estatal para superação do “subdesenvolvimento”. É estimulado um equilíbrio entre “matrizes Estado-cêntricas” e “mercado-cêntricas”, acreditando ser possível superar as dicotomias estabelecidas; 2) defesa de que a política econômica não deveria atuar somente na conjuntura, mas como instrumento central de crescimento; 3) a retomada da industrialização seria importante para ampliar os empregos; 4) a defasagem tecnológica precisava ser reduzida. A promoção da inovação local, mediante acordos com empresas transnacionais, seria uma meta; 5) o “espelho” da proposta era o avanço exportador do Sudeste Asiático. O “conformismo latino-americano” seria deixado de lado e as estratégias estatais deviam “ensinar a competir”, o que exigia moderação salarial, estabilidade social e forte compromisso dos trabalhadores e das trabalhadoras com a produtividade (KATZ, 2016).

O “neodesenvolvimentismo”, portanto, estaria situado na esteira das estratégias de readequação da supremacia burguesa na América Latina (CASTELO, 2010). Delineia um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora nos padrões distributivos no país, o que exige, necessariamente, um determinado padrão de reprodução do capital com mudanças no Estado, na economia e na política. Defende-se a ideia do Estado burguês como complementar ao mercado e promotor do bem-estar universal, sendo um “ente” acima de interesses particulares das classes sociais. O “interesse nacional”, de forma abstrata, estava colocado acima dos conflitos antagônicos de classes.

No campo da política, o estudo de Gonçalves (2012) salienta que o “neodesenvolvimentismo” deu ao Estado um duplo papel: dominador e autônomo. Essa dupla função defenderia tanto interesses coletivos quanto complementaria o mercado, ao passo que promove o bem-estar social. Na mesma trilha da crítica de Castelo, o autor aponta os limites dessa concepção de Estado, no qual as inflexões da luta de classes são apagadas. Para ele, o que se evidencia no

³¹ Na América Latina, o conceito de “neodesenvolvimentismo” foi primeiramente reivindicado pelo brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira e pelo argentino Aldo Ferrer.

“neodesenvolvimentismo” é um “reformismo social”: reconhece-se a necessidade de políticas de redução das desigualdades, sem, entretanto, fazer qualquer referência às reformas que impactam a estrutura tributária e a distribuição da riqueza. Há uma incorporação moderada da função distributiva do Estado. Valoriza-se a distribuição de renda, mas ignora-se a distribuição de riquezas.

Retomando Katz (2016), concordamos que a questão da dependência foi, mais uma vez, ignorada como “a vigência de uma ordem global estratificada que obstrui o avanço das economias subdesenvolvidas” (KATZ, 2016, p.176). Os neodesenvolvimentistas não explicitaram, em suas propostas, as restrições objetivas, os limites inerentes, os potenciais de estagnação ou esgotamento dos caminhos traçados. A ideologia do “progresso” ganhou força novamente, sob novas bases. Como não se considerava as limitações objetivas, no campo do “aparente”, parecia que todos os países poderiam alcançar uma meta que, na realidade concreta, poucos conseguem alcançar.

É forçoso destacar que, em que pese as controvérsias teóricas em torno do que caracterizaria o “neodesenvolvimentismo” (modelo de desenvolvimento, ideário ou novo contexto latino-americano), consideramos que as três dimensões estão necessariamente imbricadas. Nesta perspectiva, o “neodesenvolvimentismo” constitui, a um só tempo, um modelo de desenvolvimento capitalista das economias dependentes, que não rompe, antes atualiza, sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho; um ideário, forjado para legitimação e consenso em torno deste novo modelo (uma nova “terceira via” para o Estado e o desenvolvimento capitalista); e, por fim, ganha expressão em termos de um contexto que demarca uma nova fase de acumulação do capital na região que, embora não rompa com o neoliberalismo, carrega particularidades (FERREIRA, 2018).

Essas particularidades são expressas no reconhecimento inegável que é preciso ser destacado quando tratamos das políticas sociais desenvolvidas nos anos 2000 e que trouxeram ganhos reais para a fração mais pauperizada da classe trabalhadora brasileira, em comparação com o que era operado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que não tenham tocado nos pilares estruturantes da ampla desigualdade social no Brasil, uma vez que a concentração de riqueza seguiu sendo ampliada. A conformação dessas políticas, vale lembrar, rendeu uma forte base social de apoio ao PT, garantindo vitórias consecutivas nos pleitos eleitorais em concorrência com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), este que,

mesmo carregando em seu nome a ideia de socialdemocracia, era a principal representação da direita nas eleições do país até então.

Os governos “neodesenvolvimentistas” operacionalizaram a reprodução capitalista e, em torno da ideia de consolidar-se enquanto “terceira-via” entre demandas do capital e do trabalho, ampliaram os ganhos do mercado velando esta intencionalidade através da distribuição de renda e combate à pobreza, especialmente através de programas como o Bolsa Família, políticas de acesso ao crédito, educação, aumento do salário mínimo e geração de empregos (CASTELO, 2013). Sob o mito de criação de uma “nova classe média”, cuja marca seria o acesso ao consumo de bens duráveis – casa própria, carro, eletrônicos -, o “desenvolvimentismo” criou a ilusão de que um novo rumo estava sendo dado ao Brasil, no caminho das “mudanças”. E, outrossim, articularam, para construção dessa hegemonia, empresariado e os sujeitos políticos da classe trabalhadora, fazendo emergir, no caso do sindicalismo, uma “morfologia sindical” capaz de legitimar esse projeto de “desenvolvimento com inclusão social”. Nos termos de Braga, os governos se sustentaram, tendo como base a consolidação da relação de dominação apoiada na articulação entre “*consentimento passivo dos setores populares e o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais*” (BRAGA, 2015, p. 200, grifos nossos).

Argumentamos que o abandono paulatino de práticas com explícito sentido classista e combativo para ações moderadas via uma suposta política de colaboração para promover o desenvolvimento com inclusão no país foi aprofundado com a vitória eleitoral do PT e a permanência do partido no governo durante treze anos (dois mandatos de Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e um mandato completo e outro interrompido de Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016)).

O sindicalismo da CUT, em particular, deparou-se com uma nova conjuntura política no qual uma organização forjada no interior do próprio sindicalismo, o PT, chegara ao governo. Cabendo salientar que, como vimos, quando chegou ao governo, o PT já havia convertido sua política a uma adequação à ordem, oscilando por momentos de resistência ao neoliberalismo. Uma readequação política foi anunciada por Lula da Silva antes mesmo de subir a rampa do Planalto Central, na *Carta ao Povo Brasileiro*, lançada em 22 de junho de 2002 - um verdadeiro manifesto em favor da conciliação. O que se apresentava como dirigido ao povo tratava, na verdade, de um aceno, e compromisso, com o capital. Com o objetivo de acalmar o mercado financeiro, Lula já indicava na Carta as diretrizes a serem adotadas.

[...] Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável. [...] Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos [...] (LULA DA SILVA, 2002).

Para conseguir a vitória em 2002, mudando a correlação de forças político-eleitoral, o PT capitaneou um conjunto de alianças mistas que foi desde setores ditos “progressistas”, ligados aos movimentos sociais, até setores do capital, oligarquias regionais e as conservadoras igrejas pentecostais. Nesse sentido, em 2002, a eleição de Lula para a Presidência da República significou, em que pese os amplos questionamentos ao projeto neoliberal e a ação coletiva dos trabalhadores e das trabalhadoras, o resultado de transformismos e mutações de referenciais políticos. Por consequência, a pragmática sindical de negociação já em curso nos anos 1990 findou, no novo contexto, enquanto uma tendência ainda mais consolidada, considerando que se tratava, agora, de uma força historicamente aliada e que a CUT ajudou a eleger na Presidência da República (FERREIRA, 2018).

O apoio sindical aos governos petistas e as estratégias operadas para materializar uma política de controle do sindicalismo são objetos da análise de Antunes (2018), que retrata a construção de uma mão dupla. Para esse autor, que já havia defendido a existência de uma “engenharia de cooptação”³² por parte dos governos, o apoio se sustentaria através de dois fatores: 1) ascensão da cúpula sindical a cargos na burocracia estatal; 2) destinação de verbas via Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e outros fundos estatais. Assim, o PT, dando continuidade à aplicação e defesa do neoliberalismo, modificou, radicalmente, a relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho de Estado. Segundo Braga e Bianchi (2011), somente a administração Lula da Silva ocupou metade dos cargos superiores de direção e assessoria, aproximadamente 1.300 vagas, com sindicalistas. O orçamento anual gerido pelos dirigentes sindicais no governo chegou à marca de R\$ 200 bilhões

³² Cf. Antunes, Ricardo. A engenharia da cooptação e os sindicatos. In: Revista Pegada, vol. 12, 2011.

(BRAGA E BIANCHI, 2011). Destacamos que Luiz Marinho, ex-presidente da CUT entre 2003-2005, ocupou o cargo de Ministro do Trabalho em governos petistas. Jair Meneguelli, presidente da entidade entre 1983 e 1994, assumiu a presidência do Conselho Nacional do Sesi. Cargo ocupado, posteriormente, por outro ex-presidente da CUT, Vagner Freitas. Observa-se, portanto, que não somente existia o vínculo com o partido, mas a incorporação – ao se tornar governo – desses líderes sindicais no aparelho de Estado hegemônico por essa força política.

A partir da participação ativa do sindicalismo no governo, o foco estava voltado para a chamada conquista da cidadania, esta que deveria ser, inclusive, papel não somente do Estado, mas da própria CUT, que levaria a cabo programas e projetos para caminhar a esse fim. A defesa de medidas assistenciais a serem operadas pelos sindicatos, a exemplo da oferta de programas de qualificação profissional, serviços de saúde e recreativos, expressa nitidamente essa tendência, além de ser, para execução dessas atividades, que se incorpora os recursos do FAT – elencado no segundo aspecto da pesquisa de Antunes (2018) mencionada acima.

O governo Lula da Silva, em 2008, aprovou uma legislação que garantiu o reconhecimento sindical e regulamentou o acesso ao chamado imposto sindical pelas centrais, este que foi criado na ditadura Vargas e que era combatido pela CUT desde sua fundação. Contraditoriamente, a central sindical passou a receber vultosos montantes advindos desse imposto com vistas a lei 11.648 de março de 2008, prejudicando a realização de uma cotização autônoma entre seus associados e suas associadas e, mais uma vez, fortalecendo a dependência em relação ao Estado. Traduzindo a afirmativa em números, a CUT chegou a receber, em 2010, 27,3 milhões de reais advindos do imposto sindical, o que representou 60% de seu orçamento total (ANTUNES, 2011).

No contexto supracitado, passou a ocorrer um “movimento de divisão e fusão de correntes sindicais” (GALVÃO, 2012). Novas centrais e sindicatos foram criados para obter o repasse de parcela do imposto sindical que, ao fim e ao cabo, reforça a dependência entre sindicatos e Estado, bem como houve rompimento de algumas correntes internas, por discordâncias de ordem político-estratégica, no interior da CUT. O número de centrais sindicais chegou a 14, contando com as registradas no Ministério do Trabalho e Emprego e as que não foram oficialmente registradas (GALVÃO, MARCELINO E TRÓPIA, 2015). São essas: CUT; Força Sindical; União Geral dos Trabalhadores (UGT); Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST);

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Sindical de Profissionais/Central dos Sindicatos Brasileiros (CSP/CSB); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT NACIONAL); Central Sindical e Popular Conlutas; União Sindical dos Trabalhadores (UST); Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil; Central Nacional Sindical dos Profissionais em Geral (CENASP); Intersindical.

Pesquisando as bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras, Galvão, Marcelino e Trópia (2015) destacam as correntes mais à esquerda saídas da CUT e que criaram novas agremiações, sobretudo para construir alternativas de oposição ao governo na conjuntura em que estavam sendo debatidas as reformas da previdência, sindical e trabalhista: a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas)³³ – posteriormente denominada de Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP-Conlutas), em 2004, e a Intersindical³⁴, em 2006. Ambas predominantemente enraizadas no setor público, assumiram bandeiras contra o neoliberalismo e pautadas no socialismo. Mesmo havendo diferenças que levaram à formação de duas entidades sindicais nacionais de oposição, tinham uma certa proximidade político-ideológica frente ao fato de se colocarem contra as medidas neoliberais dos governos e recusarem negociar acordos que significassem perdas de direitos aos trabalhadores (idem). Quer dizer, ainda que tenha havido uma aproximação de grande parte do sindicalismo com os governos, surgiram entidades que reivindicaram uma posição combativa e se afirmaram enquanto alternativa de organização política, embora, concretamente, também não tenham conseguido canalizar e ampliar seu protagonismo sindical.

A constatação dessa situação concreta que levou ao processo de divisão organizativa, reforça a tese defendida pelas autoras de que no período em questão houve uma “reconfiguração do sindicalismo brasileiro” (GALVÃO, 2009; GALVÃO, MARCELINO E TRÓPIA, 2015). Em análise realizada no final do segundo mandato

³³ Surgiu do rompimento de algumas tendências vinculadas a CUT, tais como o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e alguns grupos ligados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre estes o Movimento de Esquerda Socialista (MES), o Movimento Avançado Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).

³⁴ Criada fundamentalmente por correntes ligadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e independentes organizados em torno da Alternativa Sindical Socialista (ASS).

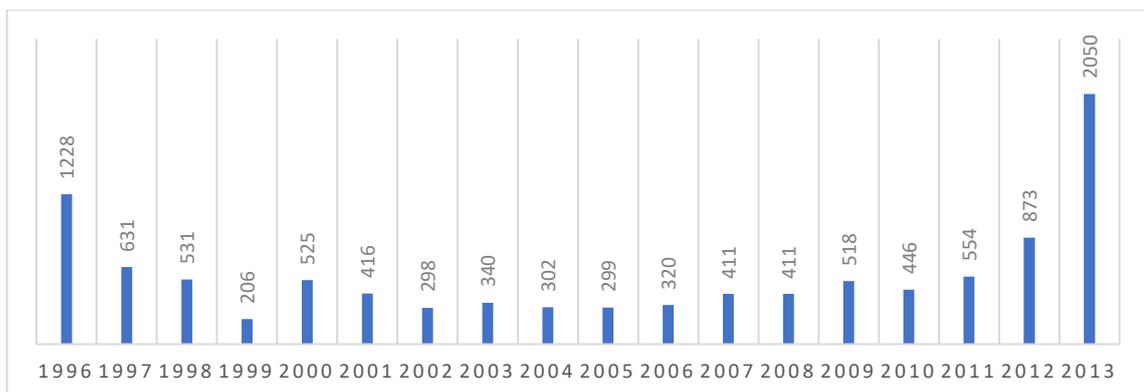
presidencial de Lula da Silva, já se colocavam os dilemas postos e a gravidade da crise sindical diante do processo de reconfiguração:

O movimento sindical brasileiro vem sendo profundamente afetado nas últimas duas décadas, podendo-se observar mudanças em suas formas de atuação, em sua composição, em seu posicionamento e em sua capacidade de mobilização. [...] o governo do Partido dos Trabalhadores desde seu primeiro mandato, não tem contribuído para superar as dificuldades que se impõe ao movimento sindical. A proximidade entre uma parcela do sindicalismo brasileiro e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao invés de fortalecer a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores e seus organismos de representação, tem evidenciado suas debilidades (GALVÃO, 2009, p. 179).

Após o PT assumir o governo, até mesmo os métodos de luta reivindicativa foram modificados pela CUT. A tática de organizar greves gerais foi abandonada. Nenhuma manifestação desse tipo foi convocada durante os governos petistas, só sendo uma tática retomada, e muito timidamente frente à pressão das bases, após o golpe de 2016. As novas formas de manifestação se resumiram, por exemplo, em marchas nacionais, dias nacionais de luta, showmícios de 1º de maio, campanhas unificadas e conferências nacionais. Nesses atos, evitavam-se críticas profundas aos governos. Estas deviam ser abafadas e o compromisso com a manutenção da política em curso era escancarado, tendo a CUT encabeçado o apoio à reeleição de Lula em 2006 e à eleição de Dilma Rousseff em 2010 e 2014.

O refluxo no número de greves expressa as dificuldades organizativas dos sindicatos, nesse período. Entre 1997 e 2008, o número de greves no país sofreu baixas, como apontam os dados sistematizados no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Greves no Brasil (1996-2013)



Fonte: DIEESE (1996-2013). Elaboração própria do gráfico.

O gráfico também demonstra que a atividade grevista só voltou a aumentar a partir de 2009, embora não tenha tido um forte protagonismo sindical (BRAGA, 2012). Os operários dos canteiros das chamadas “grandes obras” brasileiras de desenvolvimento tomaram as frentes de mobilizações, construindo verdadeiras “greves selvagens”, que negaram as posições despóticas do sindicalismo atuante. Em grandes obras e empreendimentos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as mobilizações foram organizadas sem a participação, à revelia e, em alguns casos, em confronto com os sindicatos que representam a classe. O sindicalismo cutista, em particular, expressou uma tônica de apoio que revelou, como tendência geral, uma atuação *ex-post*, e não *ex-ante*, dos sindicatos em face aos conflitos do trabalho emergentes, justamente devido às relações com o Estado brasileiro que definiram as respostas sindicais às lutas em curso nas obras. O movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras não contou com orientação e respostas sindicais que contribuíssem para impulsionar as lutas e pressionar o patronato e o Estado, no sentido de atender efetivamente as suas demandas (FERREIRA, 2018).

Reconhecer esses conflitos do trabalho supõe, portanto, negar a própria posição da CUT em relação ao aparente “consenso social” construído através dos “ganhos” propiciados pelos governos aos trabalhadores e às trabalhadoras, em especial seu discurso da distribuição de renda e geração de empregos e oportunidades nesse “novo momento” vivenciado no país; em última instância, a sustentação do “neodesenvolvimentismo” levado adiante pelos governos do PT levou a um distanciamento desta Central com os trabalhadores e as trabalhadoras em conflito nos territórios em que esse projeto se viabilizou em sua máxima potência. Afirmar a degradação do trabalho nesses empreendimentos seria negar o “território das oportunidades” e o “boom do crescimento”. A CUT caiu, nesse sentido, numa armadilha sem fácil solução. Embora reconheçamos que tenha havido acesso a direitos durante esses governos, o que problematizamos é a ausência de crítica por parte da Central aos direcionamentos dados, principalmente, no que diz respeito às condições de vida e trabalho daqueles e daquelas que sustentaram com sua força de trabalho os empreendimentos do propagado “progresso” (FERREIRA, 2018).

Com essas mudanças em curso, não seria possível analisar o sindicalismo brasileiro de forma unidimensional. Porém, postula-se que nem mesmo as divisões

organizativas impediram a construção de uma certa unidade político-ideológica, fundamentada numa avaliação positiva dos governos petistas.

Seja interpretando o processo de mudanças na CUT enquanto uma “adesão à ordem” (MATTOS, 2003) ou uma “acomodação política” (GALVÃO, 2009), parece-nos claro que, embora a postura não tenha sido adotada sem conflitos internos – marca, inclusive, de toda história da CUT com suas diversas tendências políticas -, o que ocorre, por trás do discurso de manutenção da autonomia, é uma prática de passividade em relação ao governo e suas políticas, direcionando o sindicalismo para negociações limitadas.

Interpretando o estudo de Galvão (2009), o que fica evidente diz respeito à mudança estratégica realizada pela central, sobretudo considerando a inflexão dada pela mudança de contexto: antes tinha-se um governo no qual a CUT e o PT faziam oposição, já a partir de 2003 a situação passa a ser distinta em um governo que a CUT é aliada histórica. O que afasta, conforme a autora, a central sindical de manifestações críticas ao governo, mesmo quando estão ameaçados direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A estreita relação entre a Articulação Sindical e a principal tendência petista, e o fato de as correntes majoritárias no interior da CUT e do PT terem passado por um processo de conversão ideológica semelhante, parecem-nos ser o principal elemento explicativo para o enfraquecimento da perspectiva crítica (GALVÃO, 2009, p. 181).

Os paradoxos configurados na postura frente ao governo podem ser explicitados a partir de alguns outros exemplos. No estudo da autora, é citado que: 1) Em 2006, a CUT chegou a reiterar suas críticas às taxas de juros e destacou os impactos sobre o investimento público, mas seus dirigentes seguiram reafirmando o apoio ao governo, apontando benefícios tais como o aumento do salário mínimo e a abertura para o diálogo com o movimento sindical; 2) Em 2007, as atividades do 1º de maio levaram como título “Desenvolvimento econômico com distribuição de renda, valorização do trabalho e defesa do meio ambiente”, o que seria o “puro sangue” da proposta “neodesenvolvimentista” posta pelos governos; 3) as mudanças no comando da CUT se deram sob forte influência de Lula da Silva, que chegou a intervir nas eleições da central em 2003, indicando o nome de Luiz Marinho à presidência da entidade, um expoente do sindicalismo propositivo que daria vantagem ao governo (GALVÃO, 2006; 2009).

A ideia de um país que esteja bem economicamente e socialmente é alardeada e a CUT centra as expectativas sindicais nas discussões no Congresso Nacional, repudiando grupos que demonstram intenção de desestabilizar o projeto de desenvolvimento defendido e que ajudaram a construir, com vistas a manter a governabilidade. A ideia da conciliação de interesses entre trabalhadores e trabalhadoras, governo e empresariado se faz presente e se materializa na defesa desse projeto do “desenvolvimento com equilíbrio”. Em seus textos, a CUT assinala o processo de avanços nos governos petistas, nesse sentido, na defesa da pauta dos trabalhadores, entende que deve exigir participação nas discussões estratégicas sobre o futuro do país, nas vias institucionais. Ainda, ressalta em suas análises conjunturais que os programas sociais, iniciados no governo Lula da Silva, “deram origem a um processo de reversão de desigualdade” (CUT, 2011). A política de valorização do salário mínimo implantada pelos governos é valorizada por ser conquista das centrais sindicais e por ter possibilitado, de acordo com a avaliação da CUT, o brasileiro investir em qualificação e o país permanecer em um “ciclo virtuoso” (FERREIRA, 2018).

A Agenda da Classe Trabalhadora, aprovada em 2010, durante a Conferência da Classe Trabalhadora convocada pela CUT, Força Sindical, CTB, CGTB e NCST, foi mais uma representação do atrelamento dessa parcela do sindicalismo com a gestão capitalista. Embora travestidas de uma suposta “defesa do fortalecimento nacional”, medidas paradoxais foram incluídas: a própria defesa do fortalecimento dos bancos, empresas públicas e fundos de pensão no financiamento de políticas de desenvolvimento, mesmo estes processos estando associados à privatização e à reestruturação produtiva. Outrossim, a agenda avaliava positivamente o governo Lula, defendendo a eleição de candidatos, na perspectiva de consolidar e ampliar os avanços obtidos na gestão petista (GALVÃO, 2012).

A Central, nessa perspectiva, encabeçou a campanha de eleição de Dilma Rousseff, em 2010 e 2014, e a posição em relação ao mandato se esquivou de críticas à política de desenvolvimento implantada no país. A CUT, pelo contrário, manteve a avaliação progressista da agenda implantada. Enfatiza-se que os principais acertos dos governos foram marcados, justamente, pela capacidade de ouvir o movimento sindical e absorver propostas apresentadas antes das tomadas de decisão. Ademais, entre os ganhos estaria o PAC e, nas palavras da central sindical, os investimentos

públicos “acertados porque confirmam a vocação do Estado como indutor do desenvolvimento” (CUT, 2010).

O foco nos processos eleitorais e na ação institucional reforça a tese da “burocratização” para compreensão da tendência prevalente no âmbito do sindicalismo nos anos 2000. Ao mencionar esse aspecto, Galvão (2006, p. 141) aponta que isso se expressa frente a compreensão de que

A luta pelo poder deixa de ter como objetivo a transformação social – qualquer que seja a maneira pela qual essa transformação é concebida – e passa a ter uma meta mais estreita, na medida em que ganhar as eleições passa a ser um fim em si mesmo. A aliança de classes, como a verificada na campanha eleitoral de 2002, passa a ser vista como um meio eficaz de se chegar ao poder. O pacto social deixa de ser considerado nocivo, já que a perspectiva classista é substituída pela perspectiva da “cidadania”, e as menções à luta de classes são abandonadas por um discurso que pretende falar em nome da sociedade “como um todo”.

Em suma, o “neodesenvolvimentismo”, em termos estratégicos de construção de hegemonia, exigiu uma readequação sindical. Nessa nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil, impulsionada pelas modificações estratégicas no Estado, o movimento sindical brasileiro esteve diante de desafios e uma “morfologia sindical” particular emergiu, aprofundando os impasses já postos para organização política desde a chamada crise do sindicalismo pós reestruturação produtiva.

A mudança no âmbito da CUT, de central crítico-combativa e autônoma ao governo em uma central atrelada fortemente à defesa do projeto governamental, serviu para deteriorar ainda mais a fragilizada organização sindical, diante da necessidade de confrontar o neoliberalismo e se reinventar para abarcar e fortalecer os vínculos com a classe trabalhadora heterógena em plena expansão.

Não obstante esses elementos, é necessário apontar que foi notada, somente com a situação conjuntural configurada em 2015, em especial aquela posta já diante da crise econômica e política brasileira e das respostas dadas pelo governo Dilma Rousseff, uma certa posição conflitiva da CUT em relação ao governo petista. Frente à pressão da classe trabalhadora, foi configurada uma linha de confrontação contra a aprovação do Projeto de Lei 4.330/2015, que ampliava a terceirização para atividades fins. Isso significou uma tensão naquele momento político, contudo, não levou ao rompimento de laços entre a central e o governo.

Nesse sentido, podemos pensar que, especialmente no caso da CUT, o que pautou a morfologia do movimento sindical não foram somente as movimentações no mundo do trabalho, mas aquelas que transcorreram na esfera do Estado sob a direção dos governos progressistas. Significando, para um movimento cuja razão de existência encontrou-se nos processos de luta no mundo do trabalho, uma enorme perda de força política, levando a uma crise de representatividade profunda, como as dificuldades de convocação atuais e de encontro com novas movimentações da classe trabalhadora brasileira sinalizam. Entendemos, desse modo, que a subsunção sindical às pautas dos governos, principalmente por parte da CUT, desdobrou um verdadeiro obstáculo à organização classista, ainda mais com a entrada em cena de um novo perfil de trabalhadores e trabalhadoras, marcado por sua diversidade, fragmentação e complexificação.

3 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A CLASSE TRABALHADORA DE NOSSO TEMPO

3.1 ESTADO CAPITALISTA, NEOLIBERALISMO ENQUANTO RACIONALIDADE E EMERGÊNCIA DO SUJEITO NEOLIBERAL

*“De onde vem a indiferença
Temperada a ferro e fogo?
Quem guarda os portões da fábrica?
O céu já foi azul, mas agora é cinza
E o que era verde aqui já não existe mais”.*

Legião Urbana

A apreensão da categoria Estado, sob a ordem do capital, tem sido objeto de intenso debate teórico-político no âmbito do marxismo. Da mesma maneira, o que caracteriza o Estado propriamente neoliberal (HARVEY, 2008) e suas particularidades nessa quadra histórica, sob as determinações da crise do capital.

Nossa apreensão do Estado, ancorada no materialismo histórico-dialético, o apreende como a forma política capitalista *sui generis*, ou seja, como “fenômeno especificamente capitalista” (MASCARO, 2013, p. 18) ou “a forma política da sociedade burguesa” (HIRSCH, 2010), necessária à reprodução das relações de exploração e, na perspectiva aqui adotada, expressão do antagonismo entre as classes sociais e das contradições inerentes à dinâmica capitalista e, notadamente, de suas crises.

Exsurgindo como um terceiro na relação entre capital e trabalho, pela própria necessidade da relação mercantil e da produção do valor que rege a ordem do capital, que o exige para mediar e assegurar as bases de reprodução destas relações sociais, o Estado capitalista é mediação fundamental na dominação política do capital sobre o trabalho que, na sociedade burguesa, não se faz de maneira direta, o que a tornaria um regime de escravidão ou servidão, mas por meio do Estado (MASCARO, 2013), o que pressupõe a aparente separação entre economia e política na ordem do capital. Todavia, sabe-se que esta separação é, por contradição, também a condição de sua unidade imanente.

[...] deve-se entender o Estado não como um aparato neutro à disposição da burguesia, para que, nele, ela exerça o poder. É preciso compreender na dinâmica das próprias relações capitalistas a razão de ser estrutural do Estado. Somente é possível a pulverização de sujeitos de direito com um aparato político, que lhes seja imediatamente estranho, garantindo e sustentando sua dinâmica. Por isso, o Estado não é um poder neutro e a princípio indiferente que foi acoplado por acaso à exploração empreendida pelos burgueses. O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formação (MASCARO, 2013, p. 19).

As distintas particularidades que assumiu o Estado capitalista historicamente refletem a dinâmica das relações sociais sob a ordem o capital, suas leis inerentes e suas crises cíclicas. Na dinâmica das relações sociais capitalistas, o Estado como forma política é resultado e expressão da correlação de forças entre as classes e, portanto, terreno da luta de classes. Como bem sintetiza Mascaro (2013), “a luta de classes é tanto o seio no qual brota a forma política quanto o alvo da própria institucionalização estatal” (MASCARO, 2013, p. 60). Nossa apreensão sobre o Estado, portanto, filia-se na tradição do marxismo ocidental (ANDERSON, 1989) àquela tributária do pensamento de Gramsci, para quem o Estado como forma política assume mais além das funções repressivas que lhes são prerrogativas, aquelas produtoras das condições de hegemonia, necessárias à reprodução das relações sociais capitalistas, articulando numa unidade dialética indissociável o aparelho estatal propriamente e a sociedade civil, donde sua caracterização como *Estado ampliado* ou *integral*.

Na obra de Gramsci, sob forte influência de seus diálogos com Croce nos Cadernos do Cárcere, o Estado não é apenas um aparato legal e coercitivo, “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos a sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que *Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção*)” (GRAMSCI, 1999, p. 244, § 88, grifos nossos). Dessa maneira, para construção de hegemonia, entram mecanismos tanto de coerção quanto de consenso, cujas determinações incidem na manutenção da estrutura e da superestrutura que subjaz o modo de produção capitalista.

Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e difundir outros [...]. Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se

desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica (GRAMSCI, 2002, p. 28, § 11).

No capitalismo, tendo em vista que as relações de produção são antagônicas aos interesses da classe trabalhadora, ou seja, na medida que se evidencia a relação contraditória entre capital e trabalho, o Estado, como forma de conter a pressão das classes subalternas, incorpora – ainda que de forma focalizada e subordinada – alguns de seus interesses.

O Estado burguês recorrerá à violência direta se for obrigado, mas, ao fazê-lo, arrisca-se a sofrer uma perda drástica de credibilidade ideológica. É preferível, no todo, que o poder permaneça convenientemente invisível, disseminando por toda a textura da vida social e, assim, “naturalizando” como costume, hábito, prática espontânea. Assim que o poder mostra seu jogo, pode transformar-se em objeto de contestação política (EAGLETON, 1997, p. 108).

Nos escritos de Gramsci e dos autores de sua tradição, portanto, o Estado, na sua resposta à manutenção do poder da classe dominante – a construção da hegemonia -, “pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida” (GRAMSCI, 2002, p. 48, § 18). O grupo dirigente faz sacrifícios de ordem econômico-corporativa, ainda que seja “indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial” (idem). Isso porque, continua o autor, “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2002, p. 48, § 18).

Nessa perspectiva, “o Estado não é a forma de extinção das lutas em favor de uma classe, mas sim de manutenção dinâmica e constante da contradição entre as classes” (MASCARO, 2013, p. 60). O Estado como forma política é a própria expressão dessas contradições, de modo que as particularidades e tendências que assume no desenvolvimento do capitalismo manifesta a luta de classes que é, portanto, condição *ex ante* e não *a posteriori* do Estado capitalista.

Face às contínuas modificações nas relações de força, existe um considerável espaço de ação para a política concreta. Por isso, a eficácia do Estado não é nunca o simples resultado de estruturas econômicas já dadas, mas também a resultante da ação estratégica de determinados atores – como os partidos, grupos de interesse, movimentos sociais, a burocracia e também “o” capital. Ela surge da dinâmica das relações sociais e de classe, que encontram expressão na totalidade dos aparelhos políticos. Mas, como o Estado não pode existir, nem agir caso o processo capitalista de valorização seja colocado em questão, as relações sociais, os conflitos e os compromissos devem ser contrabalançados de modo a tornarem-se compatíveis com o sistema político (HIRSCH, 2013, p. 40).

Em que pese seja refratário, na particularidade do capitalismo contemporâneo, às reivindicações da classe trabalhadora em suas diversas expressões, notadamente àquelas que incidem sobre a concentração da riqueza, à exploração do trabalho e às expropriações, o Estado reflete o patamar que o antagonismo entre as classes assume em determinadas conjunturas e se expressa em termos de correlação de forças tendo sempre como fiel na balança a perpetuação das condições de produção do valor. Expressamente em razão desta condição estrutural, a ofensiva neoliberal deflagrada como resposta à crise dos anos 1970 incidirá fortemente num ataque à organização política da classe trabalhadora e, sobretudo, aos sindicatos. Este ataque, como aqueles que se processam no âmbito do sistema político, como dimensão do aparelho do Estado, não elude, antes reafirma, o caráter contraditório do “Estado ampliado” (GRAMSCI, 1999), a indissociabilidade entre Estado e sociedade civil e suas mútuas determinações. Não é, portanto, o Estado que modifica sua natureza; é, antes, a relação de forças que se altera, em detrimento do poder da classe trabalhadora de ampliar a socialização da política e arrancar conquistas ao capital, processo que se faz também por meio do Estado.

Em síntese, o Estado capitalista é a forma política necessária estruturalmente à reprodução das relações sociais de produção capitalistas e da particularidade que assumem em cada momento de seu desenvolvimento, indo além do domínio deste aparelho pela burguesia, mas, evidentemente, sem prescindir-lo. Ainda que seja terreno da disputa de interesses antagônicos e, por isto, assumam um caráter contraditório, as tendências assumidas pelo Estado capitalista encontram nas relações de produção e reprodução capitalistas suas determinações estruturais, sejam quais forem as forças políticas governantes. Destarte, “a forma política capitalista não pode ser confundida com o aparelho estatal concreto, pois esse é apenas a expressão institucional de estruturas sociais existentes atrás dele” (HIRSCH, 2010, p. 46). As configurações e tendências assumidas pelo Estado burguês repousam nas relações

sociais capitalistas, mas estas são opacas aos sujeitos, uma vez que o Estado toma a aparência de uma estrutura, de instituições e arcabouços jurídicos “neutros”, o que pode levar à falsa visão de que quem o governa o controla ou, noutras palavras, de que o Estado precede o que se passa no âmbito das relações antagônicas entre as classes.

Diferentes visões tradicionais acusam o Estado de ter um caráter burguês porque o domínio de suas instituições está supostamente sendo feito por agentes ou representantes do interesse burguês. O Estado é capitalista porque sua forma estrutura as relações de reprodução do capital. Por isso, deve-se entender a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela classe burguesa, mas sim por razões estruturais. Em vez de se apresentar como um instrumento político neutro, então ocasionalmente dominado pelas classes burguesas, o Estado é um elemento necessário nas estruturas da reprodução capitalista (MASCARO, 2013, p. 59).

Ademais, como afirma Hirsch (2010), ancorado em Poulantzas (2002), a mediação do Estado nos conflitos de classe transmuta estes conflitos em reivindicações, interesses, disputas, mascarando seu conteúdo de classe, ou seja, “as partes isoladas do sistema político, incluindo o aparelho administrativo do Estado, corporificam diferentes relações com as classes sociais, sem permitir que elas surjam como relações de classe” (HIRSCH, 2010, p. 45).

Nesse aspecto é que se coloca de maneira contraditória os limites do Estado burguês no que diz respeito à incorporação dos interesses da classe trabalhadora, que se expressam tanto no aparelho estatal *per si* em seu conjunto, a exemplo do sistema político, como se manifestam na própria organização da classe trabalhadora que também se define na relação com a forma política estatal, devido a que “as próprias organizações de interesses econômico-político levam em si a oposição ‘Estado’ e ‘sociedade’” (ibid., p. 43), aspecto que irá se acentuar “quanto mais elas cresçam e tornem-se mais importantes” (idem). Conforme explicita o autor em relação às organizações de interesse políticos de classe, o que nos parece particularmente importante para tratar do nosso objeto de estudo, o sindicalismo:

A sua forma burocrática cria certa proximidade com a alta hierarquia da administração estatal, e a oposição estrutural entre “base” e “direção” estende-se não apenas aos partidos, como também às federações empresariais, aos sindicatos e às igrejas. Basicamente, as organizações de interesse que colocam o Estado como meio para a realização de seus

objetivos não podem escapar da coerção da forma política, quer dizer, da separação “Estado” e “sociedade” e da referência ao processo de valorização do capital. Como no caso dos sindicatos que se veem obrigados a levar em conta as condições do crescimento capitalista, a possibilidade de valorização do capital e a manutenção das estruturas sociais capitalistas, e exatamente quanto mais fortes e influentes eles sejam. Assim, o conflito sempre manifesto entre direção e base tem uma dimensão fundamental (HIRSCH, 2010, p. 43-44).

Essa breve caracterização sobre o Estado evidencia, portanto, seu lugar estrutural na reprodução social capitalista, na garantia das condições de produção do valor, pela coerção e pelo consenso, numa unidade dialética e contraditória com a sociedade civil. Esse lugar irá assumir particularidades históricas dadas nos diferentes momentos do desenvolvimento capitalista e, notadamente, diante de suas crises. Nesse processo, modifica-se, também, o padrão de relação do Estado com as classes, em particular, com a classe trabalhadora e seus instrumentos de organização, como se verá ao longo do século XX e, o que constitui o cerne da discussão que aqui pretendemos fazer, no contexto de ofensiva neoliberal. Consolidada a forma política estatal na dinâmica capitalista, o padrão de relação do Estado com as classes será decisivo nos rumos da própria luta de classes e, como se verá ao longo do século XX, com os rumos político-organizativos de seus instrumentos de organização, notadamente o sindicalismo.

As tendências e o modo como se implementa a ação do Estado irão depender de cada momento de desenvolvimento do processo de acumulação e das relações sociais de força, como, acrescentamos, dos contextos de crise inerentes à dinâmica capitalista. No capitalismo monopolista, o Estado assume a função de “capitalista universal”, haja vista a função que o fundo público assumirá na garantia das condições de reprodução das relações sociais capitalistas ao incidir “na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, na era dos monopólios, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2006, p. 25). Para o autor, o Estado capturado pela lógica monopolista cumpre funções diretas e indiretas para o desenvolvimento do capitalismo, expressamente nas respostas às crises, quando seu papel na dinâmica de reprodução do capital sofrerá inflexões.

Como resposta à crise deflagrada nas primeiras décadas do século XX e à organização e expressividade dos processos de mobilização da classe trabalhadora, assenta-se o pacto fordista-keynesiano que, como está fartamente discutido na

literatura, baseou-se na ampliação da intervenção do Estado sobre a relação capital-trabalho, por meio da regulação e elevação do preço da força de trabalho, o salário, como e sobretudo por meio do salário indireto, isto é, das políticas sociais, com vistas a, a um só tempo, garantir a realização do valor, ampliando o poder de consumo da classe trabalhadora e, de outro, pacificando o conflito capital-trabalho, pela socialização da política e do reconhecimento dos sindicatos.

Conforme afirma Harvey (2008), emergem nos países europeus no pós-segunda guerra mundial uma variedade de “Estados social-democratas, democrata-cristãos e dirigistas” que, embora com variações, reuniam em comum a visão de que o Estado deveria garantir pleno emprego, crescimento econômico e bem-estar aos seus cidadãos e suas cidadãs. Ademais, aderiram a que “o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar tais fins” (HARVEY, 2008, p. 20).

Do ponto de vista da relação Estado e classes, ou Estado e sociedade civil, “um ‘compromisso de classe’ entre capital e trabalho foi advogado geralmente como o principal garantidor de paz e da tranquilidade domésticas” e, para este objetivo, “os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instrução etc.)” (HARVEY, 2008, p. 20). Conforme ainda Harvey, “o Estado transformou-se na verdade num campo de força que internalizou relações de classe. Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato de Estado” (ibid., p. 21). Este pacto reconhece o poder de combatividade dos sindicatos e, confirmando a tendência acima apontada por Hirsch (2010), estabelece uma lógica de atuação baseada no corporativismo.

O pacto keynesiano-fordista lastreado no Estado de bem-estar social vigorou na quadra histórica a que se convencionou chamar “anos de ouro do capitalismo”, restrito, é forçoso dizer, ao contexto europeu e dos chamados países de capitalismo avançado, com particularidades (ESPING-ANDERSEN, 1991). Frente à crise capitalista deflagrada nos anos 1970, com a estagnação do processo de acumulação e diante da insatisfação do capital com os limites à concentração da riqueza vigentes no período do *welfare state*, sedimenta-se como resposta à crise a reorganização no âmbito do trabalho, por meio do processo de reestruturação produtiva, e do Estado,

por meio da ofensiva neoliberal. O processo de aplicação da doutrina neoliberal ou, nos termos de Harvey, de neoliberalização dos Estados nação, espalhou-se de maneira desigual, assumindo particularidades em cada formação social. Segundo o autor,

O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu (HARVEY, 2008, p. 21).

O neoliberalismo é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.

Nesse sentido, funções precípua são a garantia à política monetária, com garantia da estabilidade e integridade do dinheiro, combatendo processos inflacionários, e a segurança pública, defesa e coerção necessárias ao pleno funcionamento dos mercados. Não obstante este último aspecto e não por coincidência, a apologia a essas duas funções ganharão centralidade no debate sobre o papel do Estado, espalhando-se pela sociedade e sendo um dos discursos a produzirem a hegemonia das políticas neoliberais, ao lado, contraditoriamente, do forte ataque ao público e da ênfase na privatização e desregulamentação de leis e barreiras que impedissem a plena expansão da racionalidade, das boas práticas e da eficácia e eficiência do mercado.

As contrarreformas direcionadas aos sistemas de seguridade social e demais políticas sociais são outro pilar do processo de neoliberalização, como o transcorrido no caso brasileiro desde o início dos anos 1990. Contra política universais, defende-se a implementação dos programas focalizados na pobreza, grupos sociais vulneráveis, com papel preponderante de organizações privadas sem fins lucrativos, donde a expansão do chamado terceiro setor. Ademais e centralmente, trata-se de reduzir o poder do trabalho e, mais além, ressignificar o próprio sentido da política.

Com efeito, dois fatores foram decisivos para que o capital adotasse a doutrina neoliberal como a saída para a crise, dentre os quais se destaca como propulsora da virada neoliberal o interesse numa “restauração do poder das elites econômicas sobre a riqueza, especialmente afetada pelo declínio do período de estagnação nos anos 1970-1980” (HARVEY, 2008, p. 25). Evidencia Harvey:

Nos EUA, a parcela da renda nacional nas mãos do 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da segunda guerra mundial para menos de 8% depois dela. Enquanto o crescimento se mantinha em altos níveis, essa restrição não parecia importante. O colapso no crescimento do bolo, todavia, ameaçaram as classes altas em todas as partes do globo. (...) Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto do seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século (HARVEY, 2008, p. 25-26).

A partir disso, podemos concluir que a preocupação neoliberal com as políticas de enfrentamento à pobreza, e as metodologias e receitas que a tecnologia neoliberal oferece, mascaram o que o projeto neoliberal de fato representa: uma recomposição da apropriação sem limites, ou no maior limite possível, da riqueza socialmente produzida e, inclusive, da mais-valia social gerida pelo Estado no contexto de financeirização do capital: o fundo público. Razão pela qual o crescimento da desigualdade é efeito e condição estrutural do neoliberalismo em todo o globo e a ênfase no enfrentamento da pobreza significa o avesso do real interesse no outro polo: restar preservada e crescente a concentração da riqueza socialmente produzida. Com efeito, a desigualdade exponenciada em todo o globo como resultado de meio século de neoliberalismo atesta o alcance desse objetivo deliberado, não sendo um epifenômeno da política neoliberal, antes sua diretriz.

Se as respostas à crise dos anos 1970 implicaram a reconfiguração da classe trabalhadora, resultado dos processos de ampliação do desemprego, da desregulamentação do trabalho, resultando no que Mandel (1985) caracterizou numa “sociedade dual” – de um lado, trabalhadores e trabalhadoras que seguem participando do processo de produção e, de outro, aqueles excluídos e aquelas excluídas desse processo e submetidos e submetidas ao desemprego, trabalho precário e clandestino -, também nesse contexto operam-se transformações na composição da classe burguesa, resultante do processo de financeirização da economia capitalista. Ainda com Harvey (2008, p. 40), “embora possa ter tido como foco a restauração do poder de classe, a neoliberalização não significou a restauração

do poder econômico às mesmas pessoas”. Refere-se o autor à expansão dos capitais ligados à esfera financeira.

O segundo fator refere-se à reconfiguração do Estado e, especialmente, na sua relação com a classe, de maneira a garantir que o Estado seja “necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha limites à acumulação de capital” (HARVEY, 2008, p. 85), de modo que sindicatos e movimentos sociais devem ser “disciplinados, senão destruídos – em nome da suposta sacrossanta liberdade individual do trabalhador isolado” (idem).

Nesse sentido, o neoliberalismo significou um ataque ao poder dos sindicatos, responsabilizados, segundo a ideologia neoliberal, pela crise instaurada no processo de acumulação capitalista. Como explicita Anderson (1995, s. p.), a ideologia neoliberal desfere, antes de tudo, um duro ataque aos sindicatos ao defender que as “raízes da crise (...) estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”. Romper o poder dos sindicatos, primeiramente, e destituir o sentido da política, forjando uma nova subjetividade, constitui a quintessência do neoliberalismo desde que desceu do Mont Pelerin, na Suíça, e se apresentou como a alternativa do capital frente à crise dos anos 1970. Reivindicava, desde então, um Estado forte para derruir o poder dos sindicatos.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, s. p.).

Do ponto de vista do Estado, segundo Harvey, é difícil discernir na teoria neoliberal uma definição de Estado coerente com as práticas reais, tendo em vista que “a evolução um tanto caótica e o desenvolvimento geográfico desigual de instituições, poderes e funções nos últimos trinta anos sugerem que o Estado neoliberal pode ser uma forma política instável e contraditória” (HARVEY, 2008, p. 75). Com efeito, o balanço do neoliberalismo mostra sua disseminação e adoção pelos Estados de países com distintos contextos e as contradições entre a doutrina

neoliberal da liberdade e flexibilidade e sua implementação por diferentes vias, desde a experiência do choque, na Bolívia, onde o neoliberalismo se implantou de maneira não coercitiva a partir do consenso criado em torno do enfrentamento do fantasma da hiperinflação (ANDERSON, 1995), à sua implementação por meio de processos de autoritarismo político como no caso de Pinochet, no Chile – experiência pioneira -, mas também de Menem, na Argentina, Salinas, no México, e Fujimori, no Peru.

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios (ANDERSON, 1995, s. p.).

Vale destacar, ainda, que os programas de ajuste estrutural que orientam a implementação do neoliberalismo na América Latina, ainda no período ditatorial, no caso do Chile, e nos período pós-democratização, no caso brasileiro, preconizam duas diretrizes fundamentais para a condução dos governos: a governança e a governabilidade. Trata-se de dois conceitos que, em sua essência, irão traduzir a “destituição da fala” e a desmobilização sob aparência técnica do conflito de classes contra o receituário e medidas neoliberais. O forte apelo e valorização das tecnologias, sejam elas as chamadas “tecnologias sociais” ou mesmo as tecnologias da informação, são também lastro da doutrina neoliberal sobre o Estado e a sociabilidade. Defende-se a solução tecnológica para qualquer problema, o que se converte na produção de um consenso de que os problemas que têm origem nas relações sociais são de natureza técnica o que, na realidade, converte-se em mais uma das estratégias de ataque à política e destituição da natureza de classe dos conflitos. Conforme bem sintetiza Harvey,

Os indivíduos com toda certeza não deveriam escolher associar-se para criar partidos políticos voltados para forçar o Estado a intervir no mercado ou eliminá-lo. Para defender-se de seus maiores temores – o fascismo, o comunismo, o socialismo, o populismo autoritário e mesmo o regime da maioria – os neoliberais têm de impor fortes limites à governança democrática, apoiando-se em vez disso em instituições não-democráticas e que não prestam contas à ninguém (como o Banco Central americano e o FMI) para tomar as decisões essenciais. Isso cria o paradoxo das intensas intervenções estatais e do governo em mãos das elites e de “especialistas”

num mundo em que se supõe que o Estado não é intervencionista (HARVEY, 2008, p. 80).

O caráter historicamente antidemocrático do neoliberalismo se revela, também, nos profundos ataques à estrutura pública de governança dos Estados e, mesmo, do que chamamos governança global, “levando a mudanças estruturais na sua natureza”. As metodologias de governança ganham centralidade entre as preocupações e propostas neoliberais, traduzindo-se concretamente nas crescentes adoções do modelo de parcerias público-privadas, donde os mecanismos de privatização pela gestão no âmbito das políticas sociais, assim como o papel crescente das instituições não-governamentais ou quase-governamentais, a exemplo das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Desta feita, “a passagem do governo (poder do Estado por si mesmo) para governança (uma configuração mais ampla que contém os Estados e elementos-chave da sociedade civil) tem sido, portanto, pronunciada sob o neoliberalismo” (HARVEY, 2008, p. 87). Podemos afirmar, em síntese, que *o caráter anti-público neoliberal mascara e mascarou, frequentemente, o seu caráter anti-democrático.*

Nesse sentido, emerge-se como uma doutrina que se materializa como um conjunto de políticas. O “balanço do neoliberalismo”, seu desenvolvimento e permanência, em que pese os resultados sociais catastróficos, reitera que a racionalidade neoliberal se espalhou do Estado para todos os âmbitos da vida social. Este argumento é trabalhado por Harvey nos seguintes termos:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. Na medida em que julga a troca de mercado uma ética capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas (HARVEY, 2008, p. 13).

Essa dimensão é fortemente apontada por Oliveira (2018), quando reitera o balanço de Anderson (1995), sobre a vitória política do neoliberalismo, e postula a criação de uma “nova sociabilidade” pautada na “fuga para a vida privada” e uma “ânsia pela segurança” num contexto de insegurança social generalizada. Conforme o autor,

Inegavelmente, a vitória conservadora e a desregulamentação produzida, faces da mesma moeda, estão criando uma nova sociabilidade, que, por mais paradoxal que isso seja, se ancora na desregulamentação: a permanente instabilidade resolve-se, sociologicamente, numa dupla contradição. Uma desesperada fuga para a vida privada, cuja mais forte consequência é o medo do outro, e uma ânsia de segurança, cujo resultado é a formação do “consenso dos inocentes” [...]. É isso o que responde pela possibilidade da ofensiva neoliberal que apela à privatização da vida – e torna os valores do mercado seu sinônimo -, pelo amplo consenso em torno da estabilidade monetária” (OLIVEIRA, 2018, p. 95-96).

A sociabilidade e valores que se espraiam pela vida social sob a hegemonia neoliberal foram analisados e adensados mais recentemente por Dardot e Laval (2016) em termos da *razão neoliberal*. Esses autores compreendem o neoliberalismo como “um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais e nos estilos gerenciais” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 30). Segundo os autores, a lógica de mercado se estende à relação entre os indivíduos, que será marcada pela competição permanente e pela produção de uma “subjetividade contábil”. Os autores se utilizam do conceito de “governamentalidade” de Foucault para uma conceituação do neoliberalismo em sua abrangência, enfatizando que não se trata somente de uma lógica econômica ou mesmo de Governo do Estado, mas de governo da mentalidade, da racionalidade, de homens e mulheres. O neoliberalismo, visto dessa perspectiva, atua produzindo uma nova subjetividade e uma nova governamentalidade – fazendo do mercado a fonte do governo dos homens e do governo de si - com papel ativo dos Estados na construção de uma racionalidade governamental.

O neoliberalismo constituiria uma governamentalidade que opera em todos os níveis da ação do Estado, imprime uma racionalidade e uma lógica que perpetra todos os níveis de sua atuação. Nesse sentido, “considerado uma racionalidade governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (ibid., p. 34).

Em termos de análise do neoliberalismo, concordamos com a tese defendida por Dardot e Laval (2016), que formulam essa ideia de racionalidade para enfatizar que o modelo neoliberal não destrói apenas regras, instituições e direitos. Ele produz certos tipos de relações sociais, subjetividades e maneiras de viver, o que ocasiona inflexões na nossa *forma de existência* e conforma uma *nova razão do mundo*.

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 16).

Essa compreensão, a nosso ver, é importante na crítica ao economicismo, por conceber a relação dialética que é estabelecida entre estrutura e superestrutura, lançando mão de uma ferramenta crítica para apreensão das relações históricas, condições objetivas e subjetivas, forças materiais de produção e ideologias³⁵. Ao fim e ao cabo, desenvolvem-se mecanismos econômicos e ideopolíticos que tendem a estruturar e organizar não somente a ação do Estado - como discutimos anteriormente - mas também a própria conduta dos sujeitos em sociedade, criando uma concorrência generalizada impulsionada sob a *lógica da individualização*.

Para tanto, busca-se instaurar dispositivos múltiplos, diversificados, simultâneos ou sucessivos, que servem para garantir a reprodução de determinadas relações sociais, pautadas no neoliberalismo. Segundo os autores (idem), trata-se de um “sistema de disciplinas”, que seja: 1) capaz de fazer os indivíduos aceitarem a regra do mercado, realizarem um cálculo de interesse individual para valorizar seu capital pessoal, tornando a acumulação a lei geral da vida; 2) afirmador do *ethos* da escolha supostamente livre para maximizar os próprios interesses; 3) acentuador do disciplinamento dos assalariados submetidos e das assalariadas submetidas à exigência de resultados por meio de normas de eficiência e desempenho individual medidos, sobretudo, pelos sistemas de avaliação.

Em outras palavras, “a estratégia neoliberal consistiu e ainda consiste em orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre

³⁵ Esta premissa situa nossa perspectiva de análise na obra de Gramsci³⁵, notadamente em sua crítica do economicismo, e no entendimento da sociedade como totalidade orgânica, dialética, articulada entre a dinâmica do econômico e do político, entre estrutura e superestrutura (BIANCHI, 2008). O comunista sardo, ao recuperar as discussões feitas por Marx, sobretudo no *Prefácio de 1859* e na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, teceu críticas a uma visão economicista da história, na qual se tinha “a pretensão de reduzir toda flutuação política ideológica a uma mera manifestação imediata da estrutura” (BIANCHI, 2008, p. 122). “No prefácio à crítica da economia política, está dito: ‘Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção forma a *estrutura econômica* da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a *superestrutura jurídica e política* e a qual correspondem determinadas formas de consciência social’” (GRAMSCI, 1999, p. 157, § 29, grifos nossos).

e em toda parte comprometidos com relações de transação e concorrência de mercado” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 243).

Esse trabalho político e ético de responsabilização está associado a numerosas formas de “privatização” da conduta, já que a vida se apresenta somente como resultado de escolhas individuais. O obeso, o delinquente ou o mau aluno são responsáveis por sua sorte. A doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistos como consequência de cálculos errados. A problemática da saúde, da educação, do emprego e da velhice confluem numa visão contábil do capital que cada indivíduo acumularia e geraria ao longo da vida. As dificuldades da existência, a desgraça, a doença e a miséria são fracassos dessa gestão, por falta de previsão, prudência, seguro contra riscos. Daí o trabalho “pedagógico” que se deve fazer para que cada indivíduo se considere detentor de um ‘capital humano’ que ele deve fazer frutificar, daí a instauração de dispositivos que são destinados a “ativar” os indivíduos, obrigando-os a cuidar de si mesmos, educar-se, encontrar um emprego (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 231).

Instaura-se, conforme os intelectuais franceses, uma “nova norma subjetiva” que, por sua vez, constitui um “sujeito neoliberal em formação”, “sujeito empresarial” ou “*neossujeito*” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.321), caracterizado pela competitividade.

Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. [...] trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. [...] Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir (ibid., p. 327).

Ainda que não tenhamos plena concordância com a denominação de que seria um “novo sujeito” – entendendo que, historicamente o capitalismo configurou formas de regulação social para conter a consciência crítica e os conflitos sociais que repercutem justamente na formação da subjetividade, não sendo, portanto, esse “sujeito” submetido aos processos de alienação e fetichização algo novo -, parece-nos pertinente a caracterização de “sujeito neoliberal” para pensar os impactos das determinações gerais da sociedade contemporânea na conformação de uma *forma de ser* adequada às exigências do capital, particularizada, sobretudo, com o avanço das forças produtivas.

Os elementos trazidos são significativos para apreendemos que, de fato, mediante o desenvolvimento tecnológico, foram configuradas novas estratégias de regulação social e do trabalho, a exemplo dos já citados sistemas de avaliação de desempenho, que conformam uma particularidade atroz na qual os próprios sujeitos se pressionam/culpam para atingir as exigências de produtividade, além de assumir a inteira responsabilidade por eventuais fracassos. Ademais, compreendemos que o desmonte dos direitos, a agudização da precariedade da vida e do trabalho, o temor persistente de tornar-se parte da força de trabalho desempregada sem condições de garantia de reprodução social e sem proteção por parte do Estado, aumenta a dependência dos trabalhadores e das trabalhadoras e cria um chão fértil para difusão das técnicas de controle atuais.

Cada indivíduo deve aprender a ser um sujeito “ativo” e “autônomo” na e pela ação que ele deve operar sobre si mesmo. Dessa forma, ele aprenderá por si mesmo a desenvolver “estratégias de vida para aumentar seu capital humano e valorizá-lo da melhor maneira. “A criação e o desenvolvimento de si mesmo” são uma “atitude social” que deve adquirida, um “modo de agir” que deve ser desenvolvido (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 337).

É introduzida uma noção de envolvimento total com a empresa para atingir as metas de produtividade, responsabilizando unicamente o indivíduo e apagando, conseqüentemente, os antagonismos de classe estruturais. A distribuição da riqueza é vista exclusivamente como consequência de percursos de realização social, sendo “todas as formas de crise social percebidas como crises individuais, todas as desigualdades atribuídas a uma responsabilidade individual [...] problemas ligados ao sistema em fracassos pessoais” (ibid., p. 348). Não à toa, cria-se um nicho de mercado para o chamado *coaching*³⁶ e se difunde uma *cultura da autoajuda*, ambos marcados pela defesa de que “vence quem se esforça mais”, sob a lógica da culpabilização unicamente dos sujeitos por sua condição de fracasso ou sucesso.

Tendo em vista essa discussão, um questionamento é fundamental: com o peso da competição e da individualização, qual espaço tem-se hoje para construção de um sujeito coletivo, organizado politicamente? Forja-se uma estratégia neoliberal que, ao se espriar, instaura novas condições políticas, modifica as regras de funcionamento econômico e altera as relações sociais de modo a impor a reprodução da hegemonia

³⁶ Cf. MELO, N. C. M. Significados do trabalho na literatura popular de gestão. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife- PE, 2019.

dominante. Ao passo em que a racionalidade neoliberal reitera um tipo de sociabilidade individualizada, os laços coletivos são fragilizados, dificultando a formação de consciência *para si*, baseada no pertencimento e organização dos sujeitos enquanto classe. É delineado um processo de “autorregulação” (DARDOT E LAVAL, 2016), que é significativo, evidentemente, para desenvolvimento da organização política classista, em virtude de cada indivíduo, por si só, ser responsável por sua ascensão social, como se em um modo de produção estruturalmente desigual como o capitalismo todos e todas estivessem em igualdade de condições.

Outrossim, em que pese a lógica neoliberal que forma essa subjetividade que tratamos, os desafios da organização coletiva são exponenciados pelas atuais configurações do mundo do trabalho e de conformação da classe trabalhadora, no contexto de reestruturação capitalista, o que demarca a necessidade de desvelarmos também quem é essa parcela majoritária de sujeitos que, no modo de produção vigente, vive da venda de sua força de trabalho.

3.2 COMPOSIÇÃO CONTEMPORÂNEA DA CLASSE TRABALHADORA E A QUESTÃO SINDICAL

“Decifra-me ou te devoro”.
Enigma da Esfinge de Tebas

A discussão sobre a organização política na contemporaneidade, em particular, a questão objeto desse estudo, o sindicalismo, envolve necessariamente o debate sobre a composição da classe trabalhadora hoje. Em termos teóricos e políticos, essa temática é objeto de disputas entre diferentes intelectuais, além de ser presente na dinâmica do cotidiano em sociedade, principalmente sob influência do discurso dominante que tanto nega os antagonismos existentes quanto busca definir as classes unicamente a partir de um critério de “classificação ou estratificação social” medido pela renda ou pelo acesso aos bens de consumo.

No campo dessas disputas, nosso estudo parte da perspectiva teórica que analisa as classes considerando as múltiplas determinações da sociedade do capital e, portanto, reafirma enquanto eixo explicativo a posição dos sujeitos no processo de

produção, as relações de trabalho e as formas de ação coletiva movidas por um sentido de classe. Em outros termos, identifica as classes tendo como substrato as relações estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade, pautadas na produção e reprodução social (MARX E ENGELS, 2011; LENIN, 2004), bem como nos processos que forjam a formação de consciência desses sujeitos (THOMPSON, 1987; 1979)³⁷.

Em tempos de defesa de “novos paradigmas” balizados pelos novos rearranjos capitalistas e da busca por consolidar “um novo tipo de hegemonia ideológica necessária ao atual estágio desse modo de produção” (SIMIONATTO, 2009, p. 94) - que rebatem no campo do conhecimento, das ideias e dos valores buscando negar os conflitos de classe, definir as relações entre essas e impactar diretamente seus projetos -, entendemos ser necessário estudar a atual composição da classe trabalhadora considerando a análise da totalidade social, recorrendo à modernidade, em particular, ao marxismo.

Por isso, no estudo de Mattos (2019, p. 10) que tomamos como referência nessa pesquisa, destaca-se que essa perspectiva permite desvelar conflitos de classes como “processos historicamente situados, decisivos para a compreensão da dinâmica mais ampla da transformação social”. O autor traz algumas abstrações categoriais na tentativa de apreender a realidade em sua imanência viva, complexa e contraditória. Além da classe social de forma mais ampla pensada para situar os coletivos humanos em situações distintas e opostas no capitalismo, disserta sobre o próprio conceito de classe trabalhadora e luta de classes como mediações analíticas. Pensando a gênese do primeiro termo, aponta:

Foi justamente quando o conjunto de indivíduos submetidos a uma mesma situação social começou a se autodefinir como “classe trabalhadora”, no singular, que Engels e Marx perceberam a potencialidade transformadora da ação social dessa classe. Não o fizeram por uma clarividência teórica ou

³⁷ Nesse estudo, consideramos a obra de Thompson um clássico para o debate sobre a formação da classe proletária e o seu processo de formação de consciência, partindo do entendimento das relações sociais capitalistas. Contudo, compreendemos que é fundamental salientar ao leitor que, para o autor, há um forte peso das “experiências” para compreensão das classes. Afirma: “as classes acontecem ao viverem os homens e mulheres as relações de produção e ao experimentarem situações determinantes dentro do conjunto das relações sociais” (THOMPSON, 1979, p. 38). Apesar desse peso, sua obra é central para compreensão das classes em sua totalidade, condição para reflexão do processo de organização. A nosso ver, negando o mecanicismo e o voluntarismo, no desvelar da classe, necessariamente, devemos considerar tanto que as lutas não dependem unicamente dos sujeitos nem tampouco são meramente determinadas pelos limites postos nesse modo de produção. Existe, assim, uma relação dialética, que perpassa a análise das múltiplas determinações envolvidas no processo de constituição e organização das classes.

analítica, mas porque a linguagem de classe era utilizada por um movimento social – com o qual se identificaram – capaz de causar um impacto político significativo na época (MATTOS, 2019, p. 23).

Situa-se a classe trabalhadora não somente enquanto o conjunto de pessoas que vivem da força de trabalho, mas pensando-a também enquanto uma força viva capaz de construir suas resistências, conformando-se enquanto sujeito político da transformação social. Nos escritos de Marx e Engels, particularmente em “O manifesto do partido comunista” (1848), os autores, referindo-se à classe operária em seu conjunto, retratam que a classe burguesa forjou não “apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários” (MARX E ENGELS, 2011, p. 47).

Na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, ou seja, o capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que vivem apenas na medida em que encontram trabalho e que só encontram trabalho na medida em que o seu trabalho aumente o capital (MARX E ENGELS, 2011, p. 48).

Essa classe trabalhadora – que passa por diferentes fases de desenvolvimento – tem sua luta contra a burguesia iniciada com sua própria existência. O que fica ainda mais complexo, a partir do desenvolvimento da indústria, com o proletariado se concentrando em massas cada vez maiores.

A condição mais essencial para existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação de riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos. *A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis* (MARX E ENGELS, 2011, p. 55, grifos nossos).

Na trilha interpretativa de Marx, ao atingir certo nível de desenvolvimento, o capitalismo – cuja base é a exploração da força de trabalho - engendra os meios de sua própria destruição. Na medida em que aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, “é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 832). No capítulo 24 de “O Capital”,

por exemplo, Marx afirma que esse é o momento no qual os expropriadores são expropriados. Aponta: “trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (MARX, 2013, p. 832).

O objetivo central, portanto, é a constituição do proletariado em classe, a derrubada da dominação da burguesia e a conquista do poder político pelo proletariado. Isso, para Marx, não eram meras proposições teóricas, mas sim a expressão geral das condições efetivas da luta de classes já existente - “de um movimento histórico que se desenrola sob nossos olhos” (MARX E ENGELS, 2011, p. 57) - e que exige a abolição da propriedade privada.

Partindo desses elementos, nesse debate sobre a classe, entendemos também ser necessário apontar que já se tem uma ampla sistematização, aqui com destaque especial de autores e autoras situadas no campo dos estudos marxistas, cuja tônica delineada é o entendimento da realidade concreta, cuja história é essa história da luta de classes tratada acima. Retomando Lênin (2004):

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (na maioria das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõe. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (LENIN, 2004, p. 150).

No curso do desenvolvimento histórico do capitalismo, como vimos, emergem duas classes antagônicas e, por sua vez, desenvolve-se uma luta entre essas: a classe burguesa e a classe proletária. Dialogando com Lênin, seria, portanto, a classe burguesa aquela que, sendo possuidora dos meios de produção, ocupa o lugar de classe dominante, e a classe trabalhadora aquela que, ao não possuir os meios de produção, resta vender a força de trabalho em troca de um salário para garantir suas condições de reprodução sob a ordem do capital.

Em “O capital”, por conseguinte, encontramos os fundamentos que dão origem a esse processo, elucidativos de que a acumulação do capital pressupõe o *mais valor* - obtido via exploração da força de trabalho da classe trabalhadora - que, por sua vez, depende da existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho. Para Marx (2013, p. 786),

A relação capitalista pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 789).

O trabalhador é convertido em mercadoria e os seus meios de trabalho em capital, por meio de um processo no qual as massas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como “proletários livres”: *eis o segredo da assim chamada “acumulação primitiva”*.

Como nos lembra Marx (2017, p. 111): “dia após dia, torna-se mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter de duplicidade; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria”. Em que pese esses aspectos, cabe notar que não existe um automatismo entre a existência econômica das classes e a constituição inescapável de suas lutas. Em “A miséria da Filosofia”, Marx (2017) discorre sobre a distinção entre a existência material do proletariado e a sua tomada de consciência, no esteio da luta de classes, fazendo uso das expressões classe em si/classe para si. Vejamos:

As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses em comum. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 2017, p. 146).

É a consciência de classe que permite a passagem da “classe em si” – sujeitos com interesses objetivos e latentes -, à “classe para si” – sujeitos que tendem a organizar-se para a luta política com nítidos objetivos publicizados. Na primeira, o processo de formação de consciência decorre da percepção de pertencimento a uma classe dada a posição na organização socioeconômica. Na segunda, a classe toma consciência de sua missão histórica, cuja expressão máxima é a ação política para forjar a transformação social.

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária. [...] o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, uma luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução total (MARX, 2017, p. 146-147).

Refletindo acerca desses elementos, adensa-se a perspectiva que atrela o entendimento da conformação da classe trabalhadora com a incidência de sua existência no esteio da luta de classes, demarcando sua condição proletária. Considera-se tanto a dimensão objetiva/material quanto a dimensão subjetiva, cujo processo de formação de consciência é parte associada para desenvolvimento da práxis política de transformação.

Outrossim, tem-se, no campo dos estudos sobre a classe, a exemplo da já citada pesquisa de Mattos (2019), uma abordagem que aponta a sua dinamicidade. Isso porque a classe teria uma “existência dinâmica”, logo, não é estática e homogênea.

Até aqui, tratamos desse sujeito social em termos de *uma* classe trabalhadora, o que parece correto e coerente com a perspectiva desenvolvida por Marx e Engels. No entanto, essa “unidade” da classe é construída em meio às relações sociais que, para além de engendram a oposição entre interesses objetivos entre capitalistas e proletários como decorrência da exploração dos segundos pelos primeiros, produzem também diferenças intraclasses trabalhadora (MATTOS, 2019, p.57).

Essas diferenças se expressam pela via da complexidade da “divisão social, sexual e racial do trabalho” (RAICHELIS, 2020; NOGUEIRA E PASSOS, 2020), da diversidade humana e também por meio de formas ideológicas e mecanismos alienantes que atravessam a subjetividade coletiva da classe. O historiador aponta que “nem as condições objetivas de exploração são idênticas para a totalidade da classe nem as identificações coletivas de sua consciência trabalham sempre de maneira convergente” (MATTOS, 2019, p. 57).

É preciso levar em conta as complexidades na sociedade capitalista mediante as engrenagens forjadas nos contextos de crise que trazem novas condições de trabalho e, conseqüentemente, impactam objetivamente e subjetivamente a classe, como retratado por Bihl (1988) ao estudar o fenômeno da fragmentação operária

frente à reestruturação capitalista. Ademais, é necessário pontuar o próprio movimento dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora e reivindicam o seu pertencimento e reconhecimento como parte dessa, inclusive, nos espaços de organização política, a exemplo das mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, juventude etc.

Combinam-se, tendo em vista as complexas relações no interior da totalidade dinâmica e contraditória que é o capitalismo, experiências históricas de exploração, opressão, dominação e alienação, que tornam inegável que as relações sociais de gênero e raça não são secundárias, mas sim determinações que se imbricam e estruturam a sociedade (CISNE, 2015).

O estudo construído pela intelectual Mirla Cisne foi pioneiro no âmbito do Serviço Social, por exemplo, ao dar destaque para essa imbricação de determinações para explicar a formação de uma consciência militante, tomando como base uma abrangente literatura feminista materialista. A obra – introdutora do feminismo materialista francófono no país - foi fundamental, inclusive, por expor os limites das interpretações pós-modernas que afirmavam, com veemência, naquele contexto, que o marxismo não dava conta de analisar as relações de sexo e raça/etnia, aqui entendidas também em dimensão estruturante. Compreendendo o marxismo enquanto teoria - na crítica à sociedade capitalista, racista e patriarcal - e método de análise do real em suas múltiplas determinações, afirma:

Assim, para nós, a produção e reprodução da vida real é determinada pelas relações sociais que, por sua vez, possuem “raça”/etnia, sexo e não apenas classe, embora esta seja, em última instância, a sua determinação central na sociedade capitalista. Tais relações devem ser apreendidas em um único movimento, o que não significa isolá-las, tampouco desconsiderá-las, mas percebê-las nas relações sociais que as determinam e as inter cruzam provocando implicações diversas para um único sujeito, embora múltiplo: a classe trabalhadora. Apenas dessa forma, conseguiremos compreender esta classe em sua totalidade e na sua condição totalizante, condição prévia para pensarmos seu processo de organização (CISNE, 2015, p. 50).

É parte da tarefa de nossos tempos conduzir a reorganização da classe trabalhadora a partir de uma concepção no qual são integradas as lutas sociais construídas pelos movimentos sociais cujas pautas levam ao reconhecimento das diferenças no interior da classe trabalhadora e, por sua vez, no interior do movimento pela emancipação humana. Exemplar disso é a histórica auto-organização das mulheres trabalhadoras nos sindicatos, demarcando as determinações do patriarcado

e postulando a divisão sexual do trabalho como mediação da divisão social do trabalho e o reconhecimento das mulheres como sujeitos da própria luta sindical – processo sem o qual a apreensão da exploração da força de trabalho estaria hoje limitada.

Portanto, com base nessas discussões da diversidade humana, mas também pensando as dimensões do trabalho, alguns estudiosos³⁸ têm se questionado sobre a caracterização da classe trabalhadora atualmente, sob a dinâmica neoliberal que exponencia a individualização, como vimos no item anterior. Antunes (2018), na esteira dos estudos que realiza há mais de duas décadas sobre a nova morfologia da classe trabalhadora, realiza atualmente a crítica, dado o aumento crescente do desemprego e da informalidade, ao que chama de “privilégio de servir”, e traz novos questionamentos acerca de quem é a classe trabalhadora e como ela se configura. A tese do autor atesta que

no capitalismo contemporâneo, dotado de uma lógica destrutiva ampliada, o centro da transformação social ainda está radicado no conjunto da classe trabalhadora. Recusamos, desde logo, duas teses equivocadas: tanto a de que nada mudou no universo dos trabalhadores quanto seu oposto, a de que a classe trabalhadora não mais seria capaz de transformar radicalmente o universo societal do capital (ANTUNES, 2018, p.87).

Assim, evidencia-se que a classe trabalhadora na atualidade é composta tanto por *trabalhadores produtivos e trabalhadoras produtivas*, que produzem mais-valor e que participam do processo de valorização do capital, quanto por *trabalhadores improdutivos e trabalhadoras improdutivas*, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, funcionais ao movimento de reprodução capitalista e incorporado no ciclo de exponenciação do valor, como abordamos em estudo anterior³⁹. Essa análise compartilha dos elementos formulados por Antunes ao ser enfático e defender a noção de “classe trabalhadora ampliada”, uma vez que “no mundo da produção hoje, o mesmo trabalho pode ter simultaneamente atividades produtivas e improdutivas, realizadas pelos/as mesmos/as trabalhadores/as” (ANTUNES, 2018, p. 89).

O capitalismo, universalizado mundialmente, expande o nível de subordinação de todas as esferas – produção e reprodução social - tendo em vista sua necessidade basilar de valorização. Estamos, no contexto configurado, “nesse tempo de transição

³⁸ A obra de Mattos (2019), publicada pela Editora Boitempo, que utilizamos como referência nessa pesquisa, aborda esses elementos, trazendo em seu título a própria questão “A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo”.

³⁹ FERREIRA, C. M. O trabalho via aplicativos: exponenciação do valor na Era flexível-digital. In: TEMPORALIS, v. 21. Brasília: ABEPSS, 2021, p. 353-366.

para um novo tempo” (IASI, 2018, p. 11), diante de um modo de produção e de uma forma societária por ele forjado que, de forma intensa e generalizada, tem mercantilizado a vida humana, dando centralidade às relações sociais assalariadas, à propriedade privada burguesa, à acumulação de riquezas e à dominância do valor. Tratando do “espírito do tempo de um tempo carente de espírito”, Iasi (2018, p. 11) filosoficamente aponta que a humanidade foi colocada a serviço da valorização do valor, subordinando todas as formações sociais existentes à rede comum de produção e circulação de mercadorias e dinheiro (LUXEMBURGO, s. d.).

O capital lança uma forte ofensiva, com o processo de reestruturação produtiva desencadeado na segunda metade do século XX e com a implementação do modelo neoliberal contra a organização da classe trabalhadora, minando as bases que sustentaram a correlação de forças que alicerçou o pacto fordista⁴⁰. E, desta feita, em todo o território global, impõe desafios complexos para o correr da luta de classes e, notadamente, para a organização sindical, conforme já sinalizamos.

Com a crise fordista, o toyotismo (originado na fábrica de automóveis Toyota), conhecido também como regime de acumulação flexível, penetra e passa a substituir o padrão até então hegemônico em vários países. Abre-se uma “nova fase capitalista” que, em síntese, “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992).

Antunes (2003) publiciza os traços basilares da “era flexível”. Diferentemente do fordismo, a produção sob o regime de acumulação flexível estaria diretamente voltada e conduzida pela *demanda*, ou seja, seria uma produção variada e pronta direcionada para atendimento das necessidades do consumo. A produção sustenta-se no *estoque mínimo*, além do modo *just in time* garantir o melhor aproveitamento possível do tempo de produção. O *kanban* – placas utilizadas para indicar o andamento dos fluxos de produção – é largamente utilizado. Há uma forte exigência de *trabalhadores e trabalhadoras polivalentes*, em outros termos, operários e operárias multifuncionais, capazes de operar com várias máquinas, em várias tarefas.

⁴⁰ Nas últimas três décadas de história do capitalismo no mundo ocorreram demasiadas transformações, surgindo, por consequência, diversificadas e complexas questões para análise. A crise do fordismo e, conseqüentemente, as mudanças pensadas para superá-la, - estas que inauguraram um novo “*modus operandi*” capitalista mundial, reestruturado e “flexível” - foram temas de amplos estudos, muitos dos quais se tornaram clássicos acerca da discussão do mundo trabalho. Para análise do exaurimento do modelo fordista e ascensão do modelo flexível, recomendamos ao leitor, a título de aprofundamento, a leitura de alguns clássicos, dos quais podemos destacar as análises feitas por Antunes (2003), Harvey (1992) e Bihr (1998).

O *trabalho é em equipe*, que opera frente a um sistema de máquinas automatizadas. A verticalização fordista passa a ser substituída pela *horizontalização toyotista*, que incube empresas subcontratadas, “às terceiras” (daí o termo terceirização), a produção de elementos básicos. Outra característica central é também a *flexibilização dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras*, que dota o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua fase “flexível”.

Com efeito, conformam-se “empresas liofilizadas e flexíveis” (ANTUNES, 2020), impulsionadas pela expansão das novas tecnologias da informação e sob comando dos capitais, particularmente o financeiro, o que impõe o adensamento da exploração e precarização do trabalho. Ademais, os processos de flexibilização, combinados como são, têm a heterogeneização e cisão do operariado como consequência⁴¹.

Uma das consequências dessas mudanças operadas no âmbito do mundo laboral tem sido o fato de que a informalidade tem se tornado a regra. Uma tendência à *informalização* que Tavares (2021) conceitua enquanto a forma de ser da relação capital-trabalho na atualidade, compreendendo que as atividades informais são orientadas à acumulação dependendo dos seus nexos com o capital.

Essas determinações que norteiam a atual configuração do mundo do trabalho foram aprofundadas com a emergência da chamada Indústria 4.0, que incorporou um alto padrão tecnológico, como a nanotecnologia, as plataformas digitais, a inteligência artificial, a robótica, a internet das coisas etc., representando um salto na capacidade de organizar e controlar o trabalho⁴². Na literatura especializada (ANTUNES, 2018; 2020; 2022; FILGUEIRAS E ANTUNES, 2020; ABÍLIO, 2020; GONSALES, 2020), o

⁴¹ O proletariado, agora, assume diversos estados: os proletários e as proletárias estáveis e com garantias – aqueles e aquelas que têm, de certo modo, “empregos garantidos”, aumento ou, no mínimo, manutenção dos salários, negociação coletiva das condições de trabalho, proteção e expressão sindical, possibilidades de promoção social nas empresas –; os proletários excluídos e as proletárias excluídas do mercado de trabalho – muitos destes e muitas destas, condenados e condenadas ao desemprego, o que significa o mergulho na pobreza e na miséria; e, entre estes dois núcleos, a massa flutuante de trabalhadores e trabalhadoras instáveis – representada pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras de empresas que operam por subcontratação, por encomenda ou aqueles e aquelas que trabalham em domicílio, os trabalhadores e as trabalhadoras em tempo parcial, os trabalhadores temporários e as trabalhadoras temporárias que passam frequentemente da atividade ao desemprego e vice-versa, os estagiários e as estagiárias e os trabalhadores e as trabalhadoras da economia subterrânea que escapam do desemprego trabalhando clandestinamente (BIHR, 1998).

⁴² Sobre a emergência da Indústria 4.0, sugerimos a leitura do artigo de Gonsales (2020), “Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência”, parte da coletânea publicada por Ricardo Antunes, intitulada “Uberização, trabalho digital e indústria 4.0”. No texto, o autor analisa o trabalho ofertado pelas empresas de plataformas sob a dimensão da acumulação de capital, além de apresentar as principais dificuldades e alternativas dos trabalhadores e das trabalhadoras para fomentar a organização.

avanço desse processo é parte das estratégias capitalistas para inovar as formas de flexibilização do trabalho. Ainda que tenham ocorrido mudanças, conformando uma precarização contínua e que, ademais, exponencia exploração da força de trabalho, não se trata da ocorrência de um padrão que rompe com o modelo flexível em vigência desde a crise da década de 1970 (TONELO, 2020), compreendendo que não houve uma negação dos métodos já consolidados de acumulação flexível, mas sim o aprofundamento mediante a generalização do trabalho intermitente, levado a cabo pela chamada “força de trabalho *just-in-time*” (ABÍLIO, 2020). Todavia, entendemos que as mudanças operadas se alinham ao ciclo amplo do capital, este que conforma permanentemente, embora não signifique uma ruptura total, alterações em sua composição orgânica para poder subsumir ainda mais as forças produtivas, em especial a força de trabalho. Como adverte Dias (2006, p. 226), “a história do capitalismo é a história das suas reestruturações produtivas”, o que implica redesenhos na institucionalidade na qual o conjunto das formas produtivas e financeiras se localizam.

Em suma, a classe trabalhadora está frente a uma ofensiva do capital em que sua própria vida se transforma em fonte de valorização do capital, o tempo da reprodução se converte também em tempo de trabalho⁴³, velhas e novas formas de organização do trabalho se combinam e generaliza-se a proletarização, ampliando sobretudo o setor dos serviços e criando, em uma escala sem precedentes, “uma escravidão moderna da era digital” (ANTUNES, 2013; 2019) que generaliza a informalidade e redefine novas formas de extração do mais-valor.

Dando seguimento aos estudos já elaborados pelo autor acerca das transformações operadas no mundo do trabalho, a obra “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital”, atualiza a tese defendida outrora por Antunes⁴⁴ que nega a finitude do trabalho, em outros termos, “que a classe trabalhadora estaria em fase terminal” (ANTUNES, 2018, p. 27). Defendemos neste trabalho, assim como fez o autor, que as tendências expressas na realidade social contraditaram essa propositura. Isso porque o trabalho continua sendo a base que

⁴³ Sobre esse tema, recomendamos o estudo de Ferreira (2017) sobre a apropriação do tempo de trabalho, tratando da particularidade da vida das mulheres, no âmbito da reprodução social. A obra nos faz refletir, inclusive, como esse tempo, apropriado pelo próprio Estado, converte-se em parte do fundo público.

⁴⁴ Cf. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

sustenta o modo de produção capitalista (através de sua exploração) e, como questiona o sociólogo:

Se a ideia era no mínimo bastante problemática nos países do Norte, como deixar de considerar o monumental contingente de trabalho existente no Sul, em especial em países como a China, a Índia e tantos outros asiáticos de industrialização recente? Ou ainda no Brasil, no México, entre outros exemplos latino-americanos dotados de grande contingente de força de trabalho? Ou na África do Sul, com sua simbiose explosiva entre classe e raça/etnia? (ANTUNES, 2018, p. 27).

Afirmar a atualidade do trabalho, no entanto, não é negar que novas mediações são forjadas no mundo do labor, em especial, frente as metamorfoses significativas operadas com a introdução das tecnologias informacionais-digitais. São dadas novas dimensões e configurações à teoria do valor trabalho de Marx: “menos do que perda de relevância da teoria do valor, estamos vivenciando a ampliação de suas formas, configurando novos mecanismos de extração do sobretrabalho” (ANTUNES, 2013, p. 27).

Antunes, tentando entender quem é a classe trabalhadora hoje, defende, a despeito de parecer que o operariado industrial - forma clássica herdeira da era taylorista e fordista - vem se reduzindo no mundo, há uma forte “contratendência” no trabalho, explicada pela expansão, justamente, de trabalhadores e trabalhadoras no setor de serviços, como já mencionamos. Na síntese dessa *contratendência*, e compreendendo que o que ocorre são processos simbióticos, vejamos: são incorporadas também formas de geração de trabalho excedente (com as terceirizações e a informalidade), expulsa-se da produção uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras – incluindo jovens qualificados e qualificadas e ultraqualificados e ultraqualificadas -, os fluxos migratórios são expandidos aumentando o contingente de trabalhadores e trabalhadoras sobrantes nos países (os e as “descartáveis”, subempregados e subempregadas e desempregados e desempregadas) (ANTUNES, 2018, p. 28)⁴⁵.

⁴⁵ Mesmo que esse trabalho não discuta as particularidades das frações que compõem a classe trabalhadora na contemporaneidade, compreendemos ser necessário situar o leitor que, a título de definição dessa parcela jovem, qualificada e submetida à precarização das condições de trabalho, Braga (2012) retoma o conceito de “precariado” formulado por Robert Castel, Paugam e Guy Standing. Define-o não enquanto uma “nova classe”, mas sim uma nova camada da classe social do proletariado com demarcações categoriais bastante precisas no plano sociológico: precariado é a camada média do proletariado urbano precarizado, constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social. Alves (2013, s. p.) também aponta o conceito para retratar, em seus termos, “o conjunto de *categorias sociais* imersas na condição de proletariedade como, por exemplo, jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, jovens

Contudo, é fundamental destacar que os processos de reestruturação capitalista não ocorreram da mesma forma quando analisamos a realidade de países de capitalismo central e periféricos. Isso porque compartilhamos das análises que afirmam a relação de subordinação econômica entre os países como inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo em nível mundial. Nos termos de Marini, existe “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973, p.141). A situação dependente significa o condicionamento econômico de determinados países em relação a outros, consequência da desigualdade no desenvolvimento de algumas economias, na medida em que o desenvolvimento dos países considerados centrais ocorre à custa do subdesenvolvimento dos países denominados periféricos (AMARAL E CARCANHOLO, 2009).

Portanto, tendo como fulcro a *Dialética da Dependência*, “[...] a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão” (MARINI, 1973, p. 148).

Retomando nossas assertivas, sob a nova morfologia do trabalho, nessa perspectiva, a caracterização de quem é a classe trabalhadora perpassa, necessariamente, a totalidade de assalariados e assalariadas que vivem da venda da força de trabalho, nos mais diversos setores do mercado capitalista (indústria, agroindústria, nos serviços etc.). A centralidade desse debate, hoje, está no entendimento de como o capital conseguiu converter praticamente todas as dimensões da sociabilidade humana em meios para sua valorização, forjando uma relação consubstancial entre o que é produtivo e o que é improdutivo (HUWS, 2014; ANTUNES, 2018).

Travamos nesse estudo esse debate, entendendo que são ampliadas as formas de geração do valor, *pari passu* em que estas são travestidas da *aparência do*

empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais; ou ainda os jovens-adultos recém-graduados desempregados ou inseridos em relações de emprego precário; ou mesmo estudantes de nível superior (estudantes universitários são trabalhadores assalariados em formação e muitos deles, estudam e trabalham em condições de precariedade salarial)”.

não valor. Nestas novas formas e com as novas modalidades de trabalho, nas palavras de Antunes (2018, p. 34), “deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho *online* e dos aplicativos, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mercado financeiro e dos negócios”. Na lógica capitalista contemporânea, as formas atuais de valorização do valor informalizam e retiram da produção milhares de trabalhadores e trabalhadoras que se tornam excedentes, desempregados e desempregadas, e que para garantir a sobrevivência em tempos de devastação, assumem o labor flexibilizado e precarizado.

Esses trabalhadores e essas trabalhadoras, sob essa nova morfologia que amplia e diversifica a classe, são incorporados e incorporadas nas novas estratégias capitalistas de produção e reprodução social, participando cada vez mais do processo de geração e valorização do mais-valor. Como já dissertamos, as fronteiras para valorização do valor estão amplamente rompidas e nos parece que a “precarização estrutural” (AMARAL, 2018) – do trabalho e da vida – materializa-se como tendência mundial em nome da valorização do capital.

Ainda discutindo esses elementos, compreendemos que, mesmo que sejam evidentes as recentes transformações do capitalismo, seus impactos sobre a condição do trabalho não podem ser tomados simplesmente como fenômenos novos. Na verdade, aspectos como a precarização constituem elementos estruturais desse modo de produção, coadunando características que corroboram para a exploração - a condição necessária para a acumulação do capital. As estratégias de ampliação das formas de extração do mais-valor - tanto o relativo por meio da intensificação do trabalho quanto o absoluto por meio da ampliação da jornada de trabalho, ou até mesmo ambos os processos combinados -, as maneiras de intrujar as legislações trabalhistas, as formas de subcontratação etc., são evidenciadas desde o período da Revolução Industrial, discutida amplamente nos estudos marxianos e marxistas. A informalidade, na verdade, trata-se de uma marca constante do capitalismo, sobretudo nos países de economia marcadamente dependente, expressando a atualidade do “desenvolvimento desigual e combinado” (TROTSKY, 1985) e da forma própria de inserção da força de trabalho no regime de acumulação global.

Druck (2018) levanta discussões que corroboram para esse nosso entendimento. Para a autora, a precariedade nos países periféricos nunca deixou de ser a regra, embora saliente um grau de rupturas e continuidades no fenômeno decorrente do neoliberalismo e do modelo flexível inaugurado pós crise da década de

1970. Nessas realidades, “a precarização e informalidade sempre tiveram um estatuto central e a ‘condição salarial’ nem sequer se tornou estatisticamente majoritária” (DRUCK, 2018, p. 87). Todavia, atualmente, essa condição se eleva. A autora adverte que

Na atual fase, a especulação financeira passou a ocupar um lugar central na dinâmica do capitalismo globalizado e, em decorrência, a tendência dos capitalistas é procurar se desvencilhar ao máximo do trabalho. Isso tem contribuído decisivamente para elevar o contingente do exército industrial de reserva, com o desemprego estrutural de longa duração, ao lado das inovações tecnológicas e organizacionais que passaram a ser comandadas pela mesma lógica da financeirização sustentada na fluidez, flexibilidade, efemeridade, descartabilidade, curto prazo; valores que contaminaram todas as formas de trabalho e de emprego e que caracterizam a precarização social do trabalho hoje (DRUCK, 2018, p. 87-88).

Dissertando sobre a precarização como processo e como movimento, a autora aponta - e concordamos plenamente com essa afirmativa - que se generalizou no tempo presente, atingindo todos os lugares (centro e periferia), todos os setores (urbano e rural), todas as atividades (indústria, serviços públicos e privados, comércio), a força de trabalho (mais qualificados e qualificadas, menos qualificados e qualificadas, jovens, velhos e velhas, homens, mulheres, negros, negras, brancos, brancas, migrantes, nativos e nativas), mesmo que em graus diferenciados (DRUCK, 2018).

Assim, os novos trabalhadores ou a nova morfologia da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que reafirma os principais condicionantes das relações sociais que engendraram as classes no capitalismo, conforme Marx e Engels, apresentam formas históricas novas e diferentes em sua reprodução. [...] Trata-se, portanto, de uma nova fase do capitalismo – mesmo e diferente –, assim como das mesmas e diferentes – classes sociais (DRUCK, 2018, p. 88-90).

Enfatizamos que a história recente revela a intensidade exacerbada que os processos ganharam, com o intuito de expandir a valorização do valor. As novas estratégias de dominação capitalista, como nos sinaliza Fontes (2018, p.33) através do que chama de expropriações contemporâneas, “retiram dos seres sociais suas condições de existência e as convertem em capital”. Em outros termos, o mercado capitalista se expande e mercantiliza a própria existência humana, subordinando-a a sua dinâmica comum, cujo objetivo central é a produção de mais-valor.

[...] a própria dinâmica social esmaga os trabalhadores e o conjunto da vida social. Não os esmaga apenas pela imposição de jornadas exaustivas e pelo

disciplinamento que exerce. Também por reiterar permanentemente que os seres sociais podem ser dispensáveis, meras peças de um “sistema” que lhes escapa e à qual são obrigados a dobrar-se. O sentido social da existência esvai-se, e instaura-se enorme sofrimento psíquico, que atinge empregados, desempregados, semiempregados. Todo o conjunto da vida social é impelido a assegurar a continuidade da reprodução expandida do capital, erigido em condição de existência de todos, acima de tudo e haja o que houver (FONTES, 2018, p. 41).

Na busca de expansão da acumulação neste modo de produção, e como resposta à crise capitalista, são dialeticamente articulados elementos “velhos” e “novos”. Uma contradição que, a nosso ver, é própria do capitalismo e reitera a noção de “modernização conservadora” (OLIVEIRA, 2013), no qual o arcaico se reproduz no moderno. De um lado, temos a mais moderna tecnologia, do outro, trabalhadores submetidos e trabalhadoras submetidas a condições aviltantes de trabalho, diante da instabilidade e ausência de direitos. “É tudo novo, de novo”, como aborda Filgueiras (2021) em estudo no qual assimila as “novidades” como ferramentas de promoção do “velho” na contemporaneidade. As mudanças não alteram a essência do capitalismo, pelo contrário buscam novos patamares de acumulação de riqueza, aumentando a assimetria entre capital e trabalho.

Então, torna-se vital destacar que entender a classe trabalhadora na contemporaneidade é desvelar esse conjunto heterogêneo, ampliado, complexo e fragmentado de pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho, sendo desprovidos dos meios de produção no capitalismo.

Ainda sobre essa caracterização da classe proletária, destacamos algumas tendências, sintetizadas na pesquisa de Mattos (2019), e que sustentam nossa defesa da ideia de diversidade para compreender o que conforma essa classe. Entre as tendências estão:

- 1) A intensificação absurda do processo de proletarização nos últimos anos;
- 2) A precariedade, considerando que o emprego padrão (estável) é cada vez menos representativo no mundo do trabalho atual;
- 3) Combinações distintas de relações de trabalho diante do desenvolvimento capitalista desigual, que reforça a condição de dependência de alguns países;
- 4) O processo de migração massiva e os regimes de exploração da força de trabalho migrante pautados por longas jornadas e salários mais baixos;

- 5) A existência de precários excluídos e precárias excluídas da representação sindical.

Na particularidade brasileira, a título de exemplificação da segunda tendência, tem-se que o índice de informalidade atingiu número recorde em 2022: cerca de 39,3 milhões de pessoas estão nessa condição (IBGE, 2022). Em termos percentuais, esse número significa que 40% dos trabalhadores brasileiros e das trabalhadoras brasileiras estavam no mercado informal, sendo uma força de trabalho que não tem acesso aos direitos trabalhistas, tais como férias, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou benefícios como auxílio-doença, salário maternidade, seguro-desemprego etc.

Desse número total, mais de 19,6 milhões de brasileiros e brasileiras sobrevivem com os trabalhos conhecidos como “bicos”, além de estarmos falando, majoritariamente, de pessoas negras, como evidenciam os dados extraídos do “Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução” (2022).

Outro fator que expressa a desigualdade racial no país diz respeito ao fato de ser também a população negra que, do ponto de vista da renda entre trabalhadores e trabalhadoras, é a mais afetada. Conforme o levantamento do IBGE (2022), os brancos e as brancas tem rendimento 40% maior do que negros e negras. No rendimento médio domiciliar per capita, nota-se: R\$ 1.866 para brancos e brancas, R\$ 965 para pretos e pretas e R\$ 945 para pardos e pardas. No quesito desemprego, em 2021, pessoas brancas representaram 11,3% dos desocupados e desocupadas, enquanto pretos e pretas, 16,5%, e pardos e pardas, 16,2%⁴⁶.

As mulheres, por sua vez, em 2022, tiveram uma queda de rendimentos maior se comparado aos homens: 4,7% contra 3,1% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e 6% contra 4,1% da renda habitual (IBGE, 2022). Além disto, a população fora do mercado de trabalho foi composta em sua maioria por mulheres: no primeiro trimestre de 2022, a taxa de desocupação foi estimada em 7,5% para os homens e 11,6% para as mulheres; no segundo trimestre de 2022, elas representavam 64,6% desse total (IBGE, 2022).

⁴⁶ Cf. CNN BRASIL. Brancos têm rendimento cerca de 40% maior do que negros, mostra pesquisa do IBGE. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brancos-tem-rendimento-cerca-de-40-maior-do-que-negros-mostra-pesquisa-do-ibge/>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

Além das questões colocadas, salientamos ser importante considerar, ao desvelar o perfil atual da classe trabalhadora, as expressões associativas buscadas por essa classe, marcada também pelo peso da religião. De 17.033 templos evangélicos, em 1990, o Brasil passou a contar com 109.560, em 2019. Um aumento de 543%. Apenas em 2019, último ano do levantamento, 6.356 templos evangélicos foram abertos no Brasil — uma média de 17 por dia (BBC, 2023). Resultante dessa expansão, nota-se o aumento do número de evangélicos e evangélicas no país: entre 1990 e 2010, a proporção mais do que dobrou: de 9% da população, em 1990; para 22,2%, em 2010 (BBC, 2023). Os dados divulgados em 2020, pelo Datafolha, também indicam esse crescimento: 31% da população brasileira se declarava evangélica — um aumento que tornou este segmento central na política nacional (BBC, 2023). Não à toa, no Brasil recente, um grande quantitativo de pessoas se aglomera em espaços tais como as “Marchas para Jesus” e demais eventos religiosos no país.

Entendemos ser significativo trazer esses elementos, uma vez que aventamos que esse perfil da classe trabalhadora, síntese de múltiplas determinações materiais e subjetivas, que se coloca como uma mediação crucial para o estudo das inflexões do movimento sindical brasileiro na atualidade. Para pesquisar esse fenômeno, uma pergunta nos parece elementar: os sindicatos têm conseguido organizar essa diversidade de trabalhadores e trabalhadoras que compõe a classe hoje no contexto de espraiamento do neoliberalismo? A resposta sindical tem sido à altura dos desafios postos dada a rebeldia da nova direita e o avanço neoliberal-conservador?

Marcel van der Linden (2017), dissertando sobre o novo começo do trabalho em perspectiva global, propõe uma reflexão que aponta tanto para a decadência de instituições tradicionais da classe trabalhadora ao mesmo tempo que destaca a força que o trabalho segue tendo no mundo globalizado. Sobre os sindicatos, em particular, o autor defende que esse tipo de organização está em declínio, ainda que em um desenvolvimento desigual com vastas diferenças entre países e regiões. “Estamos vivendo um estágio transicional no qual velhas estruturas organizacionais não parecem mais funcionar, enquanto as novas estruturas ainda não terminaram de se desenvolver” (VAN DER LINDEN, 2017, p. 125), afirma.

Dentre os elementos que são citados como base para essa tese, destaca-se a baixa densidade sindical (porcentagem de filiados e filiadas em relação à força total de trabalho). Em 2014, estimou-se que o número total de trabalhadores e trabalhadoras no mundo estava em torno de 2,9 bilhões (dos quais 1,2 bilhão estão

alocados na economia informal), ao passo em que se calculou que cerca de 200 milhões de trabalhadores e trabalhadoras ao redor do mundo estavam sindicalizados e sindicalizadas. Nesse sentido, a densidade sindical global do mundo não ultrapassou os 7% (VAN DER LINDEN, 2017).

Para esse autor, são três os fatores que adensam o enfraquecimento dos sindicatos. Primeiramente, a composição da classe em permanente mudança, principalmente pensando sobre o crescimento da economia informal, a rotatividade nos empregos, a duplicação efetiva do número de trabalhadores e trabalhadoras dentro dos mercados internacionais e as dificuldades de organização dos empregados e das empregadas dos setores de serviços. Em segundo lugar, pontua as mudanças econômicas significativas frente ao crescimento dos investimentos estrangeiros diretos nos países centrais e na semiperiferia, que implica na realocação da produção e terceirização do trabalho. Em terceiro, a ofensiva neoliberal contra a estrutura tradicional dos sindicatos, considerando que a prática dominante de negociação coletiva foi cada vez mais descentralizada e os contratos individuais de trabalho foram disseminados (VAN DER LINDEN, 2017).

Evidentemente, o termo “decadência” não é um consenso entre os estudiosos e as estudiosas do trabalho que tem se debruçado em pensar o sindicalismo, ainda que a tendência seja reconhecer os limites da atuação sindical diante das determinações que caracterizam a dinâmica econômica, social e política da conjuntura recente. Galvão (2021), tratando desses limites, usa o termo “desafios político-ideológicos e organizativos” para inferir a necessidade do movimento sindical de enfrentar os rebatimentos do neoliberalismo e superar barreiras que conformam a estrutura sindical corporativa. Essas são duas condições para ampliar a base social das organizações sindicais, mobilizando trabalhadores e trabalhadoras em diferentes situações contratuais, além de ser condições centrais para construir relações mais orgânicas entre direção e base, que possibilitem aos sindicatos incorporar novas demandas e aumentar a representatividade. Aborda a autora:

Há um certo consenso, tanto na literatura quanto entre militantes e dirigentes sindicais, quanto à identificação dos problemas que atingem os sindicatos, não só no Brasil, mas em escala global. Esses problemas compreendem aspectos de ordem econômica, política, ideológica e tecnológica, que passam, entre outros, pela crise do capitalismo, pelo recrudescimento do neoliberalismo e por novas formas de produção que promovem o desassalariamento e a eliminação de postos de trabalho. Há, também, um certo consenso quanto à necessidade de reinventar o movimento sindical

para que ele possa fazer frente ao crescimento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho, de modo a recuperar o seu papel, sua legitimidade e sua representatividade junto a trabalhadoras e trabalhadores. A necessidade de ampliar a base social do sindicalismo, incorporando precários, mulheres, jovens, negros, imigrantes; de incorporar novas demandas, como a questão da reprodução social (dada o reconhecimento da importância do trabalho doméstico e de cuidados) e a preocupação com o meio-ambiente; de combater as desigualdades e discriminações associadas a gênero, raça, orientação sexual; de ter uma atuação que extrapole o campo econômico e amplie os espaços de atuação para além do local de trabalho, organizando e mobilizando trabalhadoras e trabalhadores nos territórios em que circulam e vivem, tudo isso está no radar dos sindicatos (GALVÃO, 2021, p. 3).

Não obstante esses elementos, problematizados e compartilhados também pelos outros teóricos já elencados em nosso debate nesse capítulo, a autora aponta que o norte elucidativo, cujo peso político coloca a pauta na agenda do dia das organizações sindicais e daqueles comprometidos com a luta social, deve ser como realizar essas tarefas, ou seja, quais estratégias adotar para se alcançar esses objetivos. Um ponto que envolve, necessariamente, a análise das perspectivas para o movimento sindical brasileiro.

Desde um *estado da arte* dos escritos de Galvão, é notória sua defesa pelo fortalecimento da politização classista no âmbito sindical, capaz de revelar as contradições que emergem da relação antagônica entre capital e trabalho, mas fazendo isso a partir de um diálogo com base, parafraseando Marx (2004), na *análise concreta da situação concreta* da classe trabalhadora.

O sindicato não pode se limitar à perspectiva econômico-corporativa, nem se contentar em reproduzir discursos politicamente vazios, que não dialogam com as condições objetivas e subjetivas dos distintos setores das classes trabalhadoras. É preciso ultrapassar a defesa genérica e passiva de direitos, a fim de disputar o alcance e o conteúdo do direito. Não é possível falar em reinvenção do sindicalismo se este for visto apenas como provedor de serviços para sua base pois, em muitos casos, isso significa se resignar frente a uma perspectiva de rebaixamento de direitos ou implica até mesmo assumir aquilo que o Estado deixa de fazer (GALVÃO, 2021, p. 4).

Dessa forma, destaca o compromisso imprescindível com o trabalho de base e a formação político-sindical, propagando o que chama de uma “ampla agenda da resistência”, que pautar a importância do trabalho na sociedade, defesa de empregos socialmente úteis, da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e de políticas de distribuição de renda e proteção social.

Analisando também as determinações estruturais e conjunturais que levaram a cabo a fragilização dos sindicatos e a perda de representatividade junto a suas bases, Antunes (2022) pontua o desafio da auto-organização popular como mecanismo de confrontar a acomodação dos setores cupulistas e conciliadores do sindicalismo. Evidencia, ainda, o real desafio para o sindicalismo de classe e de base, cuja tarefa deve ser representar o conjunto amplo de trabalhadores e trabalhadoras que forja, como já situamos, o que se denomina de “a classe trabalhadora em sua nova morfologia” (ANTUNES, 2022, p. 44-45).

Os argumentos levantados pelo autor não contradizem aqueles expostos por Galvão (2021), corroborando, portanto, para a defesa do papel das organizações políticas, cujo desafio crucial é “atuar na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras para avançar no desenho de um novo projeto humano social, um *novo modo de vida*, para além dos constrangimentos impostos pelo sistema de metabolismo antissocial do capital” (ANTUNES, 2022, p. 45, grifos do autor).

Nessa perspectiva, são citadas experiências de resistências que buscam configurar-se enquanto alternativas aos limites das estruturas tradicionais de organização política e confrontar o processo de intensa precarização da vida e do trabalho em curso e em níveis sem precedentes. A título de exemplificação, trata da realidade Italiana e da insurgência do *San Precario*, que luta pelas conquistas dos direitos do trabalho dos imigrantes e das imigrantes, do *Clash City Workers*, composto pela juventude precarizada e desprovida de direitos, do *SI-Cobas*, organismo de trabalhadores auto-organizados e trabalhadoras auto-organizadas que buscam representar o amplo segmento de assalariados e assalariadas e operários e operárias por fora da estrutura sindical oficial, do movimento *Nuove Identità di Lavoro*, buscando representar também a massa de trabalhadores precários e trabalhadoras precárias.

Complementando o autor, importa-nos ressaltar, enquanto outro exemplo de resistência laboral recente construída para confrontar a precariedade, a greve geral ocorrida na Índia, em 2 de setembro de 2016, no qual entre 150 e 180 milhões de trabalhadores e trabalhadoras pararam em todo o país. Aqui, contudo, tratou-se de uma experiência que contou com a participação ativa do movimento sindical. Embora em termos numéricos a Índia tenha apenas 4% de força de trabalho sindicalizada, o sindicalismo no país tem feito um esforço para organizar e apoiar a organização dos

trabalhadores e das trabalhadoras informais⁴⁷. As pautas da greve geral abrangeram doze pontos, quais sejam: salário mínimo de 18 mil rúpias (cerca de R\$ 880,00) e fim do teto aos bônus salariais; controle de preços; medidas contra o desemprego; Seguridade Social para todos e todas e piso de aposentadoria de 3 mil rúpias (R\$146,00); redução do trabalho temporário e vigência do princípio de salário igual para trabalho igual; cumprimento de todas as garantias laborais e fim das contrarreformas nas leis trabalhistas; fim ao desinvestimento e privatização de empresas públicas.

No Brasil, em 2020, foram construídas resistências por parte de trabalhadores e trabalhadoras de serviços via aplicativos, essas que ficaram conhecidas popularmente como o “Breque dos Apps”. A tática do “breque”, em certa medida, alude às “greves selvagens” dos canteiros de obra do Programa de Aceleração do Crescimento em 2011, pois eclodiu a partir das condições aviltantes de trabalho e ausência das condições mínimas para a reprodução da força de trabalho e não teve as organizações sindicais como suas forças-forças-motrizes ou, pelo menos, como mediações fundamentais para sua eclosão.

Cabe apontar que o “breque” dos entregadores e das entregadoras de aplicativos foi uma articulação inédita no Brasil, porém acompanhou um conjunto de outros movimentos de trabalhadores e trabalhadoras de empresas que atuam via plataformas, como é o caso da Amazon. Em novembro de 2020, foi construída uma mobilização liderada pela UNI global – um sindicato internacional -, a Oxfam e o Greenpeace para expor uma lista com demandas comuns que incluem salários e benefícios para a classe trabalhadora dos armazéns da Amazon, o compromisso de encerrar contratos com a indústria de combustíveis fósseis e denúncias de quebra de direitos trabalhistas e acordos feitos com os sindicatos. A mobilização, chamada de “*Make Amazon Pay*” (Faça a Amazon Pagar), foi uma articulação internacional, com greves coordenadas e protestos que aconteceram em Bangladesh, Índia, Austrália, Alemanha, Polônia, Espanha, França, Reino Unido, EUA e outros países. O grupo expôs a contradição entre o nível de lucratividade da Amazon, que se tornou uma das

⁴⁷ Cf. ESQUERDA ONLINE. A mensagem dos trabalhadores da Índia: a greve dos 150 milhões. 2016. Disponível em: < <https://esquerdaonline.com.br/2016/09/10/a-mensagem-dos-trabalhadores-da-india-a-greve-dos-150-milhoes/>>. Acesso em: 25 dez. 2022.

corporações mais fortes do mundo, e as condições de trabalho daqueles e daquelas que arriscam a vida sem um aumento digno de salário⁴⁸.

Ainda em termos de formas de organização da resistência forjadas no contexto brasileiro, recentemente, também tivemos a experiência de construção de Frentes de Lutas (em particular, a Povo sem Medo e a Brasil Popular), aglutinando diversos movimentos sociais, com o intuito de reorganizar a esquerda no país para confrontar as medidas que retiraram direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras – representadas nos processos de contrarreformas – e em defesa da democracia diante do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e o crescimento de setores de extrema direita no país. Não se trata de uma forma de organização cuja pauta surge diretamente de um ambiente de trabalho, mas engloba as demandas por melhores condições de existência e manutenção de direitos ante os revezes vivenciados nos últimos anos. Sintomaticamente, ainda que tenham contado com a participação sindical, iniciativas como essas Frentes de Luta não tiveram protagonismo sindical, distintamente do ocorrido nas experiências vividas durante os anos 1980 (MATTOS, 2017). Em que pese os impasses postos, essas formas alternativas de construção de resistências foram centrais, tendo em vista a própria fragilidade das organizações tradicionais de representação dos trabalhadores e das trabalhadoras e a necessidade de articular os setores progressistas em defesa das pautas populares.

Há, evidentemente, questões complexas abertas no mundo do trabalho, que exigem a confrontação pela classe trabalhadora, notadamente no contexto de transformações no capitalismo em âmbito mundial impostas pelo espraiamento do neoliberalismo, pelo processo de financeirização e mundialização da economia e pelo ataque frontal ao trabalho, forjadas por um conjunto de medidas articuladoras de novas estratégias para valorização do valor e exploração da força de trabalho, que alteraram de forma significativa a composição da classe trabalhadora em escala global, incidindo nas formas de organização política. Vale destacar que se trata de um processo que já atravessa meio século, de maneira permanente e exponenciada. O Estado, configurado sob hegemonia da razão neoliberal, e a classe em sua complexidade, dinamicidade e heterogeneidade, são mediações fundamentais para a apreensão do que prevalece na estruturação de estratégias e posições das entidades

⁴⁸ Cf. THE INTERCEPT BRASIL. Trabalhadores da Amazon estão organizando uma luta global. 2020. Disponível em: < <https://theintercept.com/2020/12/08/trabalhadores-da-amazon-estao-organizando-uma-luta-global/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras, das quais aqui destacamos o papel sindical.

Para tal, põe-se como central refletir sobre as iniciativas e possíveis estratégias movidas pela organização sindical diante das relações complexas estabelecidas no bojo da totalidade dinâmica e contraditória do capitalismo na contemporaneidade, considerando as particularidades da formação social brasileira e a conjuntura aberta desde a crise recente, o que será objeto do próximo apartado desta exposição.

4 O GOLPE DE 2016 E AS EMERGENTES CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO

4.1 ELEMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS PARA ENTENDER A RAZÃO GOLPISTA NO BRASIL

*“Não me representa foi o grito
Das ruas de martírios
Sob fogo, bombas, tiros
Una voz a ecoar
Na difícil unidade
Tantas gentes, multidão
Manipulada por maldade
Promoveu a confusão”.*
Vinicius Borba

A história recente brasileira não é um capítulo de fácil análise e, certamente, não constitui uma história cujos rumos já estão todos findados. Pelo contrário, estamos tratando de uma “história em processo”, uma vez que são diversas as questões de pesquisa abertas a partir das tensões econômicas e políticas forjadas no contexto de crise e avivamento das disputas entre as forças sociais que conformam o movimento das classes e suas lutas no Brasil, seja à direita, à esquerda ou ao centro do espectro político.

Costa (2016) aponta que o ano de 2016 foi marcado, no Brasil, por uma ruptura, um golpe⁴⁹ de “novo tipo”, o qual depôs da Presidência da República a presidenta

⁴⁹ A posição defendida nesse trabalho é de que o processo ocorrido em 2016, que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República, tratou-se de um golpe. Contudo, cabe pontuar que não existe um consenso sobre esse assunto na literatura especializada. O texto publicado por Martuscelli (2020) traz uma síntese dos argumentos de autores de duas perspectivas divergentes: aquela que defende, assim como estamos tratando, a existência de um golpe, construído como uma reação conservadora à um governo de inclinações progressistas, “virando a mesa” unilateralmente para definir as regras em favor do projeto derrotado; e aquela que defende que não houve golpe, uma vez que ocorre um alargamento desse conceito que compromete os critérios para sua definição. No debate sobre o golpe, inclusive, levantou-se, no campo da ciência política, que o ocorrido em 2016 não se tratou de um golpe por ter respeitado os ritos constitucionais e o beneplácito do Supremo Tribunal Federal (STF). Esse último argumento, sobretudo na literatura crítica (MIGUEL, 2022), é contraposto pela defesa de que a

eleita democraticamente Dilma Rousseff. Ainda, segundo a autora, esse golpe, diferentemente do vivenciado na década de 1960, não seguiu o “roteiro clássico”, no qual as forças armadas sitiavam o palácio do governo, o presidente é preso ou expulso do país e enterra-se a institucionalidade vigente, dando início, assim, a uma ditadura. O golpe foi disfarçado de “legalidade”, sendo a Constituição Federal invocada por juristas, políticos e pela mídia para justificar a saída da presidenta (COSTA, 2016).

Em artigo publicado no ano do golpe, Lowy (2016) recupera dos escritos de Karl Marx, a famosa expressão de que “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa⁵⁰” para explicar os acontecimentos recentes no Brasil. Para o autor, o golpe de 1964 seria a tragédia que mergulhou o país em vinte anos de ditadura militar marcada por sangue e dor de milhares. Já o golpe de 2016 é a farsa, no qual parlamentares corruptos, em nome de “Deus, da família e da nação”, ancorados em um projeto conservador e reacionário, derrubaram a presidenta Dilma Rousseff, eleita por 54 milhões de brasileiros e brasileiras. Marcuse (2011, p. 9) vai mais longe no uso da expressão, explicando que “a farsa é mais terrível do que a tragédia à qual ela segue”. O fato é que tanto a tragédia como a farsa são representações da dura história brasileira: a história dos golpes contra a democracia.

Escrita entre julho de 1966 e outubro de 1967, a obra “O colapso do populismo no Brasil” (1968), tornou-se um livro clássico da sociologia brasileira. “Clássico”⁵¹ no sentido mais exato desse termo: é uma obra não só “daquele tempo”, mas também “de nosso tempo”. Revelou aspectos importantes do período histórico no qual foi produzida e contribui para pensarmos os dilemas do Brasil moderno. Sociólogo e um dos expoentes da “Escola Paulista de Sociologia”⁵², Octávio Ianni (1926-2004) buscou

formalidade sugerida de crime de responsabilidade, não ficou demonstrada que tenha sido cometida por Dilma Rousseff, além de terem ficado explícitas, nas falas parlamentares, as justificativas para retirada da presidenta: estes invocaram motivos que passaram ao largo da lei, tais como “a defesa da família” e em “nome de Deus”.

⁵⁰ A expressão está contida no primeiro capítulo da obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx, em que o autor complementa o pensamento de Hegel, a saber: “Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25).

⁵¹ ALEXANDRER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. Teoria social hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 23-81.

⁵² Estamos nos referindo a tradição de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), cuja liderança era o sociólogo marxista Florestan Fernandes (1920-1995). Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=knHYevT7DLs>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

apreender as relações entre processos políticos e econômicos para explicar a natureza da crise brasileira.

Logo na primeira parte do livro, tratando do “sentido das crises”, Ianni faz suas considerações sobre os golpes na história brasileira. Conforme aponta, “o desenvolvimento econômico, social e político no Brasil foi o resultado de uma sequência de rompimentos políticos e econômicos internos e externos” (IANNI, 1995, p. 8). Isso porque um país marcado pelo subdesenvolvimento, apenas pode ingressar na Era da civilização industrial quando alcança autonomia político-econômica e essa autonomia somente pode ocorrer após o rompimento tanto com o tradicionalismo da sociedade quanto com o sistema internacional dominante.

As rupturas podem ser: totais, como no caso da Rússia em 1917, da China em 1949 e de Cuba em 1959; ou parciais, como aconteceu, por exemplo, no Brasil, com Getúlio Vargas, em 1930. Ocorrem de forma, conforme sintetiza o autor, “paulatina ou drástica, predominantemente política ou ao mesmo tempo política e econômica” (IANNI, 1995, p.7). Interpretar seus sentidos, assim sendo, exige o conhecimento das estruturas político-econômicas parciais e globais, ou seja, é preciso analisar as relações entre as estruturas internas e externas, pois a forma parcial e lenta, ou total e drástica, da ruptura está na dependência desses planos.

Entretanto, a essência das rupturas se situa no âmbito das estruturas de dominação e de apropriação, das relações políticas e econômicas envolvidas. O sociólogo brasileiro defendeu em seus escritos que as rupturas são totais, *revolucionárias*, quando incidem nos fundamentos estruturais da sociedade e “sempre implica na ascensão de uma nova classe ao poder, realizando e simbolizando o rompimento drástico dos vínculos externos e com a sociedade tradicional” (IANNI, 1995, p. 8). Já as rupturas parciais, *reformistas*, ocorrem quando são modificados certos quadros institucionais, sem fazer alterações estruturais, ou seja, quando há mudanças no campo da emancipação política mediante abertura para o acesso aos direitos.

Os golpes de Estado, por sua vez, representam, na grande maioria dos casos, “uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas, em andamento ou projetadas” (IANNI, 1995, p. 8). A história brasileira, nessa perspectiva, demonstra essa tendência, o que justifica iniciarmos esse debate apontando esses elementos. Em que pese as particularidades de cada momento histórico, destaca-se uma questão em comum: o fato de sempre que há avanços do ponto de vista dos interesses

populares e nacionais – mesmo que sejam avanços mínimos, reformistas, em andamento ou ainda projetados - tem-se uma reação conservadora e, conseqüentemente, retrocessos institucionais, políticos e socioeconômicos⁵³.

Em 1964, o golpe que culminou na ditadura militar ocorreu com a justificativa de que o país estaria se transformando em “campo de uma verdadeira guerra revolucionária”, visando “instaurar uma República Sindicalista”, durante o governo de João Goulart (1961-1964). As relações de Goulart com o sindicalismo, grupos políticos nacionalistas e de esquerda manifestavam, supostamente, o avanço de um “programa subversivo”, não esperado pela classe dominante. O descontentamento dessa classe e a nítida incompatibilidade entre a crise econômica em curso e a “democracia populista”⁵⁴ deram o pontapé que instaurou a ditadura. Em 2016, o golpismo se expande como uma reação da classe dominante, apoiada por parcela dos setores médios, ao governo de reformismo fraco, caracterizado, sobretudo, por políticas de transferência de renda e acesso ao consumo, do PT.

A sociedade brasileira, por tradição, tem o autoritarismo como marca (CHAUÍ, 2000) e a classe dominante abomina qualquer “traço popular” que possa existir nos governos. A restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas, caracterizada por Ianni (1995), seria o sentido dado aos golpes no Brasil. Inaugura-se, portanto, um estilo de poder autoritário que implica na cristalização da estrutura de apropriação. Em outros termos, os golpes restauram, autoritariamente, a hegemonia dominante ameaçada, garantindo a manutenção do poder; ainda, assinalam os fluxos e refluxos na vida política nacional, sendo, em geral, manifestações das relações, tensões e conflitos que os setores novos ou nascentes no país estabelecem com a sociedade brasileira tradicional e com as nações mais poderosas, com as quais o Brasil está em intercâmbio.

Partindo disso, cabe destacar que o contexto inaugurado pelo golpe de 2016 foi marcado por um acirramento da política neoliberal e, conseqüentemente, ataques

⁵³ Leonardo Avritzer (2018), por exemplo, defende que a democracia no Brasil é constituída a partir de movimentos pendulares e o país oscila, desde 1946, entre ondas de otimismo democrático e fortes inversões antidemocráticas. Para o autor, “a institucionalidade brasileira possui amplas vias não eleitorais ou contra eleitorais de acesso ao poder que são utilizadas de tempos em tempos” (ibid. p. 273).

⁵⁴ “Populismo” é um termo utilizado por Ianni para designar a política que surge, no Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas e dos políticos a ele associados. Esse movimento, desde 1930, foi se estruturando, desenvolvendo medidas concretas, ideológicas e de linguagem para conquistar o apoio das massas trabalhadoras (IANNI, 1995). Seria “a forma política assumida pela sociedade de massa no país” (ibid., p. 219).

sucessivos aos direitos da classe trabalhadora. Essa síntese posta na tese de Behring (2021) aponta que os golpes de novo tipo que atingem países da América Latina e, especificamente no caso brasileiro, têm como objetivo a aceleração do ajuste fiscal⁵⁵ e a expropriação do fundo público⁵⁶ para socorrer o capital rentista frente à crise deflagrada em 2008⁵⁷. Numa palavra, a usurpação do poder tem como objetivo, portanto, a expropriação do fundo público (BEHRING, 2021). Se antes estávamos frente a governos que buscavam construir uma suposta aliança das pautas do capital e do trabalho, pós-golpe nos encontramos diante de governos cujos compromissos expressaram a prevalência das pautas do capital, sem a menor perspectiva de ceder, ainda que minimamente, às demandas da classe trabalhadora.

Ocorre um acelerado e controverso processo político, que não se descola da dimensão econômica em suas mediações nacionais e internacionais. No ritmo

⁵⁵ O ajuste fiscal é uma das mais centrais medidas preconizadas pelo neoliberalismo. Em diversos países da América Latina e no Brasil, em particular, foi introduzido como parte dos programas de ajuste estrutural implementados sob a batuta das instituições multilaterais, especialmente o FMI, nos anos 1990. Configuram um conjunto de iniciativas a serem cumpridas pelos Estados, a exemplo do superávit primário, da Lei de Responsabilidade Fiscal, no controle inflacionário com a prática de juros altos e o pagamento de seus encargos e amortizações da dívida pública. De modo geral, preconiza a saúde fiscal e a contenção dos gastos do Estado, o que se realiza, na prática, sobretudo no que diz respeito aos gastos sociais. No Brasil, estabelece-se nos anos 1990, especialmente nos governos de FHC, tendo como marco o acordo com o FMI, em 1999, que levou a um processo de “ajuste fiscal duradouro” ou “ajuste fiscal permanente”, acelerado, em 2016, pelo golpe de Estado de novo tipo e a implementação de um programa de acirramento neoliberal. Nele o ajuste fiscal se viabiliza pela implementação do Novo Regime Fiscal, que preconiza o congelamento dos gastos com saúde e educação por vinte anos. Sobre o ajuste fiscal, ver: Behring, 2021; Soares, 2001.

⁵⁶ O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. (SALVADOR, 2010). Segundo Salvador (2010), o fundo público cumpre quatro importantes funções nas economias capitalistas: a primeira, como fonte importante para a realização do investimento capitalista: subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção; a segunda, como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho por meio dos salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição; a terceira, por meio das funções indiretas do Estado: investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas. E, por fim, sustenta a financeirização da economia ao aportar a transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas. É o que se viu, por exemplo, na crise de 2008, no socorro ao capital financeiro realizado pelos Estados-nação (BEHRING, 2021).

⁵⁷ A crise de 2008 teve como epicentro aparente o sistema financeiro e como estopim as hipotecas tóxicas (*subprimes*) do setor imobiliário norte-americano, que levou a um colapso do sistema bancário, repercutindo em todo o globo. Todavia, mais além da dimensão fenomênica sob a qual aparece, a perspectiva marxista, a qual subscrevemos, “não a localiza na fantasmagoria financeira, com seu fetichismo exponenciado, ainda que exista superacumulação e que esta seja seu elemento detonador” (BEHRING, 2021, p.141). Essa crise encontra suas determinações no movimento contraditório do capital e, na particularidade desse momento, “a base material da crise, portanto, está localizada na defasagem crescente entre um restrito poder de consumo, centrado no consumo de luxo altamente destrutivo, ante uma expansão crescente da produção” (BEHRING, 2021, p. 141).

conjuntural, portanto, não podemos, e nem é nossa pretensão nesse capítulo dessa tese, dar de imediato a compreensão total dos processos. Aqui, esboçamos apontamentos para entender as particularidades do Estado brasileiro mediante o colapso da hegemonia dos governos ditos progressistas no país, e como o golpe levou ao acirramento neoliberal, reduzindo ainda mais os direitos da classe trabalhadora.

Os fatos que edificaram o caminho para esse golpe no Brasil começaram bem antes do processo aberto em 2 de dezembro de 2015. Podem ser explicados desde meados de 2013, com a crise econômica já sinalizada e o descontentamento com o modelo de desenvolvimento operado no Brasil pelos governos petistas sendo evidenciado nas mobilizações que eclodiram naquele ano.

Quando milhares de jovens saíram às ruas de São Paulo, em junho de 2013, e conformaram o que hoje é conhecido como as “Jornadas de 2013” ou “Jornadas de Junho”⁵⁸, não estavam apenas questionando o aumento das passagens nos transportes. Havia uma indignação latente a derruir o aparente consenso construído em torno do crescimento econômico e das melhorias sociais presentes nos discursos governamentais e daqueles grupos políticos e intelectuais próximos ao PT.

No dia 20 de junho - o pico dos atos - 1,25 milhão de pessoas⁵⁹ saíram às ruas denunciando o reajuste de R\$ 0,20 centavos nas tarifas de ônibus, mas também os gastos excessivos com a Copa do Mundo (que se realizou em 2014), a violência policial, a corrupção e reivindicando melhorias na educação, saúde e demais políticas sociais. Essas pessoas e suas pautas diversas expressaram a complexidade da realidade brasileira e as contradições do modelo de desenvolvimento operado, de Norte à Sul.

As manifestações ocorridas em 2013 foram a expressão manifesta de um contexto político, econômico e social que contribuiu para desestabilizar a democracia nacional, assim como acelerar a (re)organização das direitas no país. Solano (2018) aponta quatro ingredientes necessários para entendermos o contexto em que essas manifestações ocorreram: a crise econômica, demarcada pelas altas taxas de

⁵⁸ Na caracterização dos processos, é importante pontuar que há também uma crítica ao rótulo das Jornadas colocadas como “de junho”, uma vez que isso ilustraria que os fatos ocorridos na periferia do país - a exemplo do que ocorreu em Natal-RN, capital situada na região Nordeste, no mês de janeiro de 2013, conhecido como “Revolta do Busão” - merecem reduzida atenção da mídia de massa e do governo central. Somente quando as manifestações chegaram em São Paulo, gerou-se um “fato político” nacional de forte repercussão (MIGUEL, 2022).

⁵⁹ Cf. G1 BRASIL. Protestos pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

desemprego e aumento da vulnerabilidade social; a crise política ocasionada pelos escândalos de corrupção dos governos petistas, vindos à tona por meio da Operação Lava à Jato⁶⁰, deteriorando a conciliação lulista, além de um Congresso de grande pulverização partidária e marcado, essencialmente, por uma matriz conservadora; o judiciário hiperinflacionado, militante e atuante de uma justiça penal do espetáculo, a priorizar uma luta moralista e punitivista contra a corrupção; por fim, a reconfiguração da sociedade brasileira, a qual o longo ciclo petista, de diminuição da miséria e aumento das taxas de emprego, fez surgir uma nova classe média que acabou por não mais se identificar com o petismo e se aproximar de ideais mais conservadores.

Como síntese desse processo, destacamos três elementos centrais que relacionam os atos ocorridos em junho de 2013 com o contexto mencionado anteriormente. Primeiro, cabe pontuar que essa diversidade de gente - forças antagônicas à esquerda, à direita e independentes - construiu uma disputa ideológica em torno das Jornadas que, sobretudo nos anos seguintes, foi a tônica da acirrada polarização política brasileira. Por isso, para Arcary (2021, s. p.), essas mobilizações foram “politicamente caóticas, ambíguas, confusas, controvertidas”. Ainda segundo o autor:

As manifestações racharam e as colunas de esquerda foram cercadas, e tiveram que lutar com os punhos e pontapés para defender suas bandeiras. Uma parcela de massas das camadas médias acomodadas, colocadas em movimento por uma gama muito variada de organizações, saiu às ruas. Palavras de ordem reacionárias ecoaram e a disputa pela hegemonia nas ruas se abriu (ARCARY, 2021, s. p.).

Além disso, em segundo lugar, ocupou papel primordial a mídia dominante que, por sua vez, tratou logo de costurar uma divisão entre os “vândalos”, associados ao vermelho do PT e aos mascarados “black blocs⁶¹” e os “grupos pacíficos e ordeiros”,

⁶⁰ Iniciada em 2014, a “Operação Lava-jato” é tratada como sendo a maior investigação sobre corrupção conduzida até hoje no Brasil. Seu início teve como marco a investigação de uma rede de doleiros que atuavam em vários Estados e descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país. Sobre a operação, no entanto, tem sido feito um conjunto de críticas, uma vez que tem tido na prática, essencialmente, um caráter determinado por relações interburguesas, expressas nos vazamentos seletivos de informações sigilosas e violação dos direitos e garantias fundamentais dos suspeitos (tal como a presunção de inocência), em especial daqueles vinculados a partidos de esquerda. A prisão arbitrária do ex-presidente Lula da Silva, mesmo sem terem sido esgotadas todas as possibilidades de defesa, é o maior exemplo desse processo, como veremos.

⁶¹ Os *blacks blocs* apareceram no Brasil durante as manifestações de junho de 2013. Vestidos com roupas escuras e rostos cobertos, os *blacks blocs* não se identificam com um grupo, uma organização ou um movimento. Não há hierarquia entre eles que organize as decisões. São identificados mais com uma tática, uma *performance* caracterizada por ações virulentas e violentas contra as instituições. Sobre o assunto, conferir: EL PAÍS. “Black bloc: a tática fugidia que desnorreia e assusta SP”.

aqueles que se ressaltavam pelo verde-amarelismo, trajados em camisas da seleção brasileira, “jovens embriagados de nacionalismo, embrulhados na bandeira nacional” (ARCARY, 2021, s. p.).

Em terceiro, a crise de representação política que explica porque grupos tradicionais da esquerda – sindicatos e partidos políticos – tiveram dificuldades em lidar com aquela multidão de “gentes” que, há anos, não se aglomerava. No tocante ao movimento sindical, cabe pontuar que sindicalistas estiveram presentes nos atos, mas as centrais sindicais apenas se incorporaram tardiamente, convocando duas jornadas nacionais unitárias de lutas e paralisações, somente em julho e agosto de 2013, quando o processo de luta já havia esfriado. Com isso, as jornadas convocadas não alcançaram a mesma dimensão das manifestações de junho, nem conseguiram articular os manifestantes de junho à pauta da reivindicação sindical (GALVÃO, 2014).

É importante enfatizar que não estamos “creditando” às chamadas Jornadas de Junho todo o peso do conservadorismo que avançou cada vez mais desde então. Discordamos da abordagem que busca explicar o fenômeno de junho unicamente como uma “conspiração da direita” contra os governos petistas. Entendemos que as Jornadas foram “mobilizações em disputa” (IASI, 2014) tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda e grupos independentes, embora compreendemos que, naquele momento, o sentido do termo “ocupar as ruas”, tão comumente ligado aos grupos progressistas, passou a ser cooptado pelo conservadorismo. O “verde-amarelismo”, o rechaço aos partidos políticos e as principais palavras de ordem presentes em junho (“vem pra rua”, “somos todos Brasil”, “o gigante acordou” etc.), deram o tom das manifestações favoráveis ao golpe de 2016.

Demian Melo, desvelando as tendências conservadoras postas em junho, expõe esse dilema:

Enquanto a esquerda (incluído o Movimento Passe Livre [MPL]) era expulsa com suas bandeiras vermelhas naquela semana, uma multidão com as cores da seleção de futebol entoava o hino nacional em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Como todos vimos, a direita se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com a ajuda preciosa da mídia, que elevou à enésima potência a histeria contra partidos de esquerda e, mais importante de tudo, lhe deu uma agenda (MELO, 2016, p. 70).

Marcadamente contraditório, estava colocado, naquele momento histórico, o devir de um movimento que se expandiria, levado a cabo, principalmente, por uma negação da política e pela agenda anticorrupção. Inegavelmente, grupos e partidos políticos conservadores souberam aproveitar as tendências expressas para consolidar o movimento pró-impeachment de Dilma Rousseff.

Uma outra questão que deve ser analisada ao tratar do golpe de 2016 é o fato de que a oposição dava como certo a derrota de Dilma Rousseff, durante o segundo turno das eleições de 2014, contra o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves. Essa eleição tomou a forma de uma disputa entre “ricos”, apoiadores de Aécio Neves, e “pobres”, apoiadores da chapa petista, cuja base estava mais em um imaginário⁶² do que no conteúdo em si dos projetos políticos dos candidatos. Dilma Rousseff, em vista da necessidade de ampliar o apoio à sua campanha, precisou dar uma guinada à esquerda em seus discursos e a própria publicidade eleitoral retomou o passado militante da candidata, presa durante o regime militar, a fim de reforçar o compromisso que assumiria com as áreas sociais.

Em uma vitória apertada⁶³, a candidata foi reeleita, provocando o que Rocha (2019) denominou por “quebra de expectativas” da oposição, a qual levantou suspeitas de que as eleições haviam sido fraudadas e criou o clima perfeito para que os mais diversos protestos ocorressem. Percebemos que a tônica desses protestos não girava em torno apenas de movimentos contrários aos resultados das eleições ou de críticas à situação econômica do país, mas associavam-se a um discurso antipetista, liderados por movimentos liberais-conservadores, especialmente nas redes sociais, e que passaram a organizar passeatas contrárias ao governo recém-eleito, vinculando as crises do país, unicamente, a um suposto “despreparo” e as “corrupções” do PT.

Aqui, já estavam traçados os caminhos que levariam ao golpe travestido de “legalidade” que esses mesmos grupos deram em Dilma Rousseff, no ano de 2016. As forças conservadoras mobilizadas nas ruas, a mídia exercendo seu papel de aparelho privado de hegemonia das classes dominantes e a insatisfação dos grupos de oposição com o governo deram a base de sustentação de um golpe de novo tipo,

⁶² Cf. Melo (2016).

⁶³ No segundo turno eleitoral de 2014, Dilma Rousseff (PT) foi eleita com 51,64% dos votos válidos, enquanto o candidato Aécio Neves obteve 48,36% dos votos, o que demarca uma diferença de apenas três pontos percentuais entre os candidatos.

com teor jurídico-parlamentar-midiático, no qual a Constituição foi invocada por juristas para justificar a saída da presidenta.

O processo aberto por Eduardo Cunha - presidente da Câmara de Deputados naquele momento e, hoje, condenado por corrupção - seria o “estopim” de uma sucessão de entraves postos ao governo petista, num ano “ingovernável” para Dilma, visto o agravamento da crise econômica, o avanço das investigações sobre o esquema de corrupção na Petrobrás e o esfacelamento da base do governo no Congresso, culminando em derrotas parlamentares sucessivas⁶⁴.

Um ponto importante a ser considerado no ano de 2015, trata-se da impopularidade de Dilma Rousseff entre seus próprios apoiadores e apoiadoras nas eleições de 2014, uma vez que a presidenta, em que pese o discurso em favor dos pobres durante sua campanha, adotou medidas no sentido contrário ao compromisso firmado com os eleitores e as eleitoras. Antes mesmo de tomar posse, a presidenta anunciou a nomeação de Joaquim Levy, defensor do receituário neoliberal, para o Ministério da Fazenda. A resposta pós-eleitoral do governo reeleito aos efeitos da crise econômica foi, na definição de Mattos (2016), “ortodoxa”, mediante adoção de medidas de austeridade que afetaram o orçamento público nas áreas sociais, principalmente na educação. Também estudando as medidas do governo Dilma em 2015, Braga (2016) chamou de agravamento de uma “era da pilhagem”, cuja característica é a espoliação de direitos sociais e trabalhistas em benefício do pagamento da dívida pública como estratégia principal de acumulação do modelo de desenvolvimento brasileiro. Em suma, consubstancia-se, nesse modelo, exploração do trabalho assalariado precário e a expropriação de direitos da classe trabalhadora como motor da produção e reprodução da lógica dominante capitalista, o que viria a ser ampliado nos anos seguintes.

Contudo, mesmo o projeto do governo estando conformado no horizonte do grande capital, não estava mais nos ideais da classe dominante manter hegemonia por via de uma pactuação de classe representada nos governos do PT. Nesse contexto de profundas contradições, Eduardo Cunha, com as negativas petistas de

⁶⁴ Os entraves ao governo reeleito de Dilma se deram, sobremaneira, também considerando que, com representantes eleitos para assumir os cargos de Deputados nas eleições de 2014, forjou-se uma das formações do Congresso Nacional de teor mais conservador da história republicana do país. Entre os eleitos, teve-se uma ampla expressão de setores burgueses reacionários, em especial aqueles representantes políticos que defendem o armamento civil, flexibilização de leis relacionadas a armas e contra políticas desarmamentistas, fundamentalistas religiosos, ruralistas e banqueiros. Formando, assim, o que popularmente se nomeou de bancadas da bala, bíblia, boi e bancos.

votar a seu favor no julgamento aberto no Comitê de Ética da Câmara⁶⁵, deu abertura ao processo de impeachment. A alegação feita foi crime de responsabilidade fiscal da presidenta pela aplicação das chamadas “pedaladas fiscais”⁶⁶, mesmo sendo uma prática comum de governos anteriores e de governadores, além de, até mesmo, escandalosamente, legalizada após a consolidação do golpe⁶⁷.

As reviravoltas conjunturais passaram a ser constantes. As mobilizações contrárias e a favor do golpe se intensificaram. Os grupos contrários, partidos de esquerda, Centrais Sindicais, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimentos feministas, antirracistas, LGBTQIA+, mobilizavam-se em defesa da democracia e dos direitos sociais.

Os favoráveis, mobilizados por movimentos tais como o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados Online e Vem pra Rua⁶⁸, sustentavam o argumento que Dilma, Lula e o PT seriam os únicos responsáveis pelos esquemas de corrupção e falência econômica brasileira. Ademais, os setores médios⁶⁹ assumiram um papel determinante nas mobilizações das forças de direita em 2015 e 2016, como historicamente ocorreu nos contextos de golpe no país⁷⁰.

⁶⁵ O processo no Comitê de Ética se deu pela quebra de decoro parlamentar ao mentir em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras sobre a existência de contas da Suíça por parte do deputado Eduardo Cunha.

⁶⁶ Pedaladas Fiscais é o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias financiadoras de despesas do governo (ESTADÃO, 2016).

⁶⁷ Cf. BRASIL DE FATO. Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais. 02/09/2016. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temersanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

⁶⁸ O levantamento exposto por Hoeveler (2016) traz que esses movimentos apontados como “espontâneos”, na verdade, contavam com sites profissionais e inserção na mídia. Ainda no período de mobilizações contra o governo Dilma, constatou-se que uma das lideranças do “Vem pra Rua”, Rogério Chequer, era sócio de uma gestora de fundos de investimento nos Estados Unidos, junto com bilionários do mundo, bem como estava em uma lista relacionada à empresa de inteligência Stratfor. O próprio movimento “Vem pra Rua”, conforme a pesquisa, contou com a contribuição de Colin Buterfield, empresário engajado na campanha de Aécio Neves em 2014.

⁶⁹ Noção introduzida pela sociologia, principalmente de inspiração estadunidense, “classe média” designa um setor socioeconômico, empregando os critérios de renda, escolaridade, profissão e consumo, além de sustentar “a ideia de mobilidade social para descrever a passagem de um indivíduo de uma classe para outra” (CHAUÍ, 2016, p. 17). Outrossim, nos termos de Chauí (2016, p. 19), “estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado (que pertence à classe dominante) nem o poder social da classe trabalhadora organizada”. Sua posição não é definida somente do ponto de vista econômico, mas também ideológico, tornando-a contraditória.

⁷⁰ Ianni (1995, p. 126) escreveu que essa classe se converte em “base de manobra” nos processos de golpe no país. Mesmo sendo uma classe cuja composição tem a fragmentação como característica, o sociólogo aponta que “a classe média se revelou a massa mais dócil às soluções autoritárias” (IANNI, 1995, p. 137) e, continua, “desde os momentos áureos da política de massa, ela já vinha sendo preparada para aderir ao autoritarismo” (IANNI, 1995, p. 137). A classe média, ideologicamente

A classe média vê nas lutas e reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras um perigo para suas ambições. Em consequência, apega-se mais facilmente às soluções autoritárias, que a classe dominante apresenta. Como salienta Ianni, “a massa operária atemoriza a massa da classe média” (IANNI, 1995). O golpe orquestrado contra Dilma Rousseff foi mais uma demonstração da inconformidade da classe média com a redução da distância que a separava dos mais pobres. Os governos petistas – embora sejam feitas as críticas necessárias à opção adotada de tentar conciliar o inconciliável, permanecendo nos limites da ordem burguesa e frustrando quem acreditava que mudanças profundas fossem feitas – apostou em políticas, mesmo contraditórias, que reduziram significativamente a miséria e possibilitaram acesso de pobres, negros e negras a direitos.

A redução da distância social possibilitada via políticas de inclusão, afetou material e simbolicamente a classe média. A força de trabalho disponível a baixo custo, que beneficiava os setores médios nos serviços domésticos e pessoais, começou a ter seus direitos trabalhistas assegurados (as trabalhadoras domésticas, por exemplo). As vantagens dos “filhos da classe média”⁷¹, principalmente no acesso ao ensino superior, foram paulatinamente diminuindo com a implementação das cotas nas universidades e financiamentos estudantis; aeroportos e centros comerciais se popularizaram, havendo, inclusive, o fenômeno dos “rolezinhos” de jovens da periferia em Shoppings Centers. O sonho do carro e da casa própria deixou de ser distante com os programas de incentivo e dedução fiscal do governo. O prestígio e os símbolos de prestígio que a classe média acreditava deixá-la próxima da classe dominante e distante da classe trabalhadora, não eram mais tão somente seus. O seu maior sonho, tornar-se parte da classe dominante, estava ameaçado. E o seu maior pesadelo, tornar-se proletária, podia estar em curso⁷². No receio desse “pesadelo” e na discrepância entre o sonho e as possibilidades de concretizá-lo, que o papel da classe média no desenrolar das crises políticas delinea-se.

Concomitantemente, a grande mídia seguiu alardeando notícias da Operação Lava-Jato. Áudios de conversas vazados, diálogos jurídicos e sessões parlamentares tomaram grande parte da cobertura da imprensa brasileira. Uma campanha de opinião

conservadora e reacionária, cumpre função marcante na trilha de consolidação dos projetos “restauradores” na história brasileira.

⁷¹ O filme brasileiro “Que horas ela volta?” (2015), escrito e dirigido por Anna Muylaert, retrata essa dinâmica.

⁷² Termos de Chauí (2016).

pública feita pelos principais veículos da imprensa nacional e dirigida, sobretudo, à classe média, construiu as bases do golpe. Sobre isso, Lopes (2016, p. 97-98) enfatiza:

Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Isto é) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no Sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontestável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014. A máquina de mídia dessas famílias deixou de fazer jornalismo no termo da palavra – como atividade voltada ao registro e reflexão cotidianos sobre a realidade – para tornar-se uma máquina de propaganda partidária (LOPES, 2016, p. 97-98).

A mídia ganhou destaque enquanto um dos principais aparelhos privados de hegemonia da classe dominante. No Brasil, os grandes grupos midiáticos assumem centralidade na construção de consenso e, nesse sentido, mantém a hegemonia através da difusão, cotidianamente, da ideologia dominante. Na definição de Demier (2019, p. 31), a grande imprensa executa “uma função interna basilar do regime”, e não mais apenas uma função complementar, “externa”, limitada a apoiar/referendar os mecanismos de dominação vigentes. Nessa interpretação, a mídia se coloca como um dos sujeitos que engendra esses próprios mecanismos e cria os sentidos que legitimam o padrão contra-reformista. No contexto de regressão de direitos, a mídia atua como um verdadeiro “partido do capital”, pautando uma agenda econômica e cultural no país⁷³ e ao assumir essa função, consegue travestir de legitimidade a agenda neoliberal e os golpes contra a classe trabalhadora brasileira.

Com o enredo do golpe sendo colocado em curso, em 17 de abril de 2016, a Câmara aprovou a abertura do processo de *impeachment* após três dias de sessão. Foram 367 votos a favor e 137 contrários. Reduzida a cerca de 20% no Congresso (MIGUEL, 2019, p.170), a esquerda não teve força para barrar o golpe. Seguindo o

⁷³ É interessante ressaltar também o papel preponderante da grande imprensa durante os pleitos eleitorais. A força do poder econômico e midiático é tão forte que, os pequenos partidos de esquerda, que não aderem às grandes coalizões nos pleitos, não conseguem adentrar como representações políticas. Assim, o que se tem é, geralmente, a formação de dois blocos que alternam o poder (via de regra, um vinculado às forças conservadoras – de direita – e outro vinculado à socialdemocracia) (DEMIER, 2017). Um ponto importante, a nosso ver, para análise da polarização entre forças políticas evidenciadas nas eleições brasileiras.

“rito”, no dia 12 de maio, o Senado votou a favor da recomendação da Câmara, o que culminou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência.

Michel Temer, vice-presidente que havia rompido com o governo, assumiu o mais alto cargo do Poder Executivo⁷⁴, não tardando em implantar a agenda do retrocesso. Tratando do governo Temer, Miguel (2019, p. 184) aponta que houve “um projeto claro de retração de direitos individuais e sociais, a ser implantado a qualquer custo”. A título de exemplificação, podemos citar: o estrangulamento do investimento em pesquisa universitária; projetos como o Escola sem Partido; retrocessos na condição feminina – com o fechamento da esfera pública a elas – desde o governo Temer cujos ministérios foram formados apenas por homens; retorno do primeiro-damismo; reforço do discurso familista, exaltando a família tradicional, marcada pela subalternização das mulheres; contrarreforma trabalhista e implementação da Emenda Constitucional 95, que congela por vinte anos o investimento em saúde, educação e segurança.

A contrarreforma trabalhista, aprovada em 2017 durante o governo Temer, abriu o flanco e regulamentou formas de contratação altamente precárias, a exemplo da criação do contrato intermitente, da figura do autônomo permanente exclusivo e do *home office*, além da expansão das formas de emprego por contrato parcial e temporário e da terceirização de atividades fins. Esta regulamentação do trabalho precário representada pela contrarreforma trabalhista atingiu em cheio, portanto, a composição da classe trabalhadora, tornando-a ainda mais heterogênea e ampliando o já colocado desafio de representação sindical. A contrarreforma também abalou profundamente a estrutura sindical ao afetar as condições de sua sustentabilidade financeira com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, provocando dificuldades para a permanência de organizações já existentes e reduzindo a abertura de novas organizações.

Já a Emenda Constitucional 95, responsável por congelar os gastos com as políticas sociais, pode causar uma perda de recursos somente da Assistência Social de 199 bilhões de reais em 10 anos e de 868,5 bilhões de reais em 20 anos para a política onde se situam os programas de transferência de renda. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) se tornaria insustentável a partir de 2026 com o teto de gastos (PELAEZ et. al., 2020).

⁷⁴ Primeiro, Temer assumiu interinamente o governo. Porém, o afastamento definitivo de Dilma da presidência, em 31 de agosto de 2016, tornou-o presidente até o fim do mandato.

O golpe, longe de atingir somente o PT, atingiu toda a esquerda. Foi um golpe que impactou as garantias, ainda que limitadas, de direitos da classe trabalhadora do país, mediante o avanço da materialização de contrarreformas e implementação do ajuste fiscal, como já mencionado. Com a derrubada da presidenta legitimamente eleita pelo voto popular, mediante um processo cuja base não tinha sustentação⁷⁵, e a tomada do poder por forças políticas derrotadas nas urnas em 2014, assistimos ao acirramento da forma “antitética da democracia em face ao capitalismo” (WOOD, 2011), destituindo o que havia de “*demos*”.

Ao nível do Estado capitalista, a democracia é um tipo de regime de classe assumido por esse Estado de classe. Ainda que sua existência tenha sido forjada pelas lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras pela efetivação de direitos sociais, civis e políticos, a democracia representativa ontologicamente é uma forma política do Estado capitalista, ou seja, nunca deixará de ser uma forma de dominação política do capital sobre o trabalho (DEMIER, 2017; MIGUEL, 2022). A democracia, embora possa assumir diferentes formas, jamais deixa de ser parte da estrutura de dominação do capital e, nesse sentido, democracia burguesa. O entendimento de democracia implica, portanto, problematizar as suas possibilidades de expansão e limitações, levando em conta que o capitalismo gera formas de dominação que, mesmo realizando a distribuição de bens políticos, não coloca em risco suas relações constitutivas, coerções e desigualdades (WOOD, 2011). O regime democrático é desfrutado no limite em que não retire do capital seu poder de apropriação.

A forma de democracia que toma corpo sob o capitalismo, a democracia liberal burguesa, tem como condição de existência o esvaziamento completo de todo conteúdo social do conceito de democracia, suprimindo as conotações sociais e confinando o poder do *demos*. Cria-se uma invulnerabilidade em torno da esfera econômica, dissociando-se do entendimento de democracia em seu sentido original, do governo pelo *demos* (WOOD, 2011). Em outros termos, o capitalismo torna possível conceber uma “democracia formal”, na forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social, deixando intocadas as relações entre as classes marcadas pela exploração de quem sobrevive da venda da sua força de trabalho. Os trabalhadores e as trabalhadoras, mesmo que com a garantia de uma “condição

⁷⁵ Cf. LINS, Liana Cirne. Explicando a ilegalidade do impeachment em cinco passos. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/explicando-a-ilegalidade-do-impeachment-em-cinco-passos>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

cívica”, seguem sujeitos ao poder do capital e aos imperativos da competição e da maximização dos lucros.

Porém, a democracia, põe-se também como um desafio ao governo de classe (WOOD, 2011). Compreendemos que são forjadas mudanças nas formas de dominação política burguesa, considerando que essa dominação vai sendo determinada pelo movimento das classes sociais, podendo em momentos históricos abrir-se para as demandas da classe trabalhadora e, em outros momentos, fechar-se para esses interesses.

Essa explicação nos permite compreender como, em momentos de crise capitalista e da necessidade de construção de respostas por parte da classe dominante para garantir a reprodução do processo de acumulação, a exemplo do que ocorreu no Brasil recentemente, há um fechamento às mínimas concessões à classe trabalhadora no interior do que seria um regime democrático. Ficam-se, nesse sentido, estreitas as possibilidades de desafiar o capital, até mesmo naquilo que diz respeito aos próprios mecanismos de formação de consenso, como é o caso dos direitos sociais que, frente as respostas à crise, são retraídos.

Conforme explica Wood (2011, p. 233), “mesmo um Estado capitalista democrático pode ser restringido pelas exigências da acumulação do capital”. Com efeito, existem formas particulares, determinadas pela correlação de forças, nas quais o capitalismo pode incentivar ou inibir a democracia, e foi justamente essa inibição que se forjou mediante as respostas do capital a sua crise recente.

Um levantamento recente realizado por Pelaez *et. al.* (2020) mostrou as perdas no que diz respeito ao Orçamento Geral da União (OGU) e Orçamento da Seguridade Social (OSS) nesses últimos anos. Segundo os dados obtidos pelas autoras, ambos os orçamentos já sofreram impactos do ajuste fiscal em curso:

No período de 2002 a 2017, as despesas do OGU cresceram 53,2%, passando de R\$ 1,3 trilhão para R\$ 2,0 trilhões. Já os gastos do OSS tiveram aumento real mais elevado, de 71,2% no mesmo período, saltando de R\$ 540,2 bilhões (2002) para R\$ 924,7 bilhões (2017). Contudo, ambos decresceram após 2016, quando as medidas de Temer entraram em vigor. O crescimento do OSS, que possui fontes de financiamentos vinculadas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, foi mais constante que o OGU, o qual teve recurso inferior ao do ano anterior em 7 dos 16 anos analisados. As despesas do OSS, marcadas por expansões anuais desde 2005, sofreram redução de 1,7% no primeiro ano de vigência da EC 95 (2017), enquanto o OGU teve um decréscimo mais significativo, de 4,6% de recursos em 2017 em relação ao ano anterior. Os dados mostram que a queda em 2017 foi inferior à sofrida em 2013, que significou 11,6% a menos dos dispêndios de 2012 (PELAEZ *et. al.*, 2020, p. 205).

No horizonte burguês, pós-golpe, está, mais do que nunca, a necessidade de imunização às exigências da classe proletária, ou seja, a retirada das concessões materiais do capital ao trabalho para que os níveis de lucratividade sejam potencializados. Com esse caráter ainda mais limitado, evidencia-se uma “democracia burguesa *par excellence*” (DEMIER, 2017, p. 47), em que nem as mínimas reformas provenientes dos setores subalternos, a classe dominante quer mais garantir.

O espraiamento desses processos na dinâmica brasileira, sem dúvidas, perpassa o desvelamento das bases sociais dadas para se iniciar uma ruptura com o petismo no poder. Uma “onda conservadora” (BOULOS, 2016) estava em plena expansão no Brasil, e tinha como principal motivação o ódio de classe cultivado pela classe dominante e setores médios brasileiros. Lowy (2015) argumenta que o primeiro aspecto de explicação é o que chama de “processo de globalização capitalista neoliberal”, consubstancializado com um “processo de homogeneização cultural forçada”, que se expande, sobretudo, em um contexto de crise econômica capitalista. Identifica, nesse sentido, uma relação entre neoliberalismo e conservadorismo que se assemelha com a análise realizada por Mota e Rodrigues (2020), quando abordam o quanto a difusão de um conservadorismo reacionário é fundamental à implementação de uma agenda econômica neoliberal no Brasil.

Segundo Lowy (2015), no que tange aos elementos comuns do avanço do conservadorismo, na Europa e na particularidade brasileira, pode-se citar:

A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte: é o caso na Europa da extrema—direita e no Brasil da “bancada da bala”, fortemente representada no Congresso. A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil (LOWY, 2015, p. 662-663).

Por outro lado, temos um elemento que é presente na dinâmica brasileira e que não tem um equivalente direto na Europa: o apelo aos militares. Esse seria, para o historiador, caracterizado pelo “saudosismo da ditadura militar [...] o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil” (LOWY, 2015, p. 663).

Nesse sentido, é possível entender que o golpe orquestrado consistiu em um momento inicial de realinhamento de forças políticas, em detrimento daquelas

situadas à esquerda, que reestruturaram os compromissos do Estado com os diferentes grupos sociais. Na tese defendida por Miguel (2022), por sua vez, aventa-se essa ideia, ao postular os componentes econômico, simbólico e político da crise. Vejamos:

O agravamento da crise política no Brasil dos últimos anos revelou como uma tensão se manifesta em contexto periférico. As políticas compensatórias dos governos petistas, ainda que formuladas de maneira a não retirar riqueza dos grupos privilegiados, foram julgadas intoleráveis. Há um componente econômico – o capitalismo brasileiro é incapaz ou desinteressado de encontrar meios de garantir sua competitividade que não passem pela superexploração da mão de obra, portanto depende da permanência de uma vulnerabilidade social extrema. Há um componente simbólico, vinculado à reprodução das hierarquias sociais. A estabilidade democrática é ameaçada mais facilmente, uma vez que a margem de manobra para políticas que beneficiam os setores populares é bem menor. E há, por fim, um componente propriamente político, vinculado à posição da classe burguesa brasileira, que está bem acomodada na condição de parceira menor do capital internacional e, assim, não se interessa em produzir um projeto nacional (MIGUEL, 2022, p. 15).

Na perspectiva do autor, a crise da democracia no Brasil, explicitada pós-golpe, teria uma vinculação com a dificuldade de enfrentar o hiato entre democracia política e desigualdade social no país. Aqui, contudo, cabe enfatizar que o PT esteve longe de representar um governo cujo projeto de desenvolvimento suprimia as formas de superexploração da força de trabalho e a submissão ao capital internacional, pelo contrário, a crítica às contradições do “neodesenvolvimentismo” esteve sustentada nesses elementos. Os governos petistas, em especial o governo golpeado de Dilma Rousseff em 2016, passou longe de romper os limites determinados pela lógica do capital, como já afirmamos, ainda que estudiosos tenham sustentado que se tratou de um “ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2016) para denotar um “viés antiliberal” da experiência dilmista e que, portanto, a crise se deu como uma reação a esse processo.

Dilma Rousseff pós-eleita priorizou os interesses do capital, levando à frente a “estratégia de espoliação social” (BRAGA, 2016). Porém, o que a derrubou não foi o que concedeu às classes dominantes, foi justamente o que cedeu às classes populares em um contexto de deterioração do pacto de conciliação de classes que o PT buscou sustentar.

O golpe, portanto, seria um processo para trocar os atuais mandatários por outros mais reacionários, sem nenhum vínculo no passado com os setores da classe trabalhadora – como tinha o PT. Ocorrendo, em 2016, por meio das estruturas do

próprio regime democrático-liberal. Isso, por sua vez, expressa a própria força do regime e sua atual configuração no país, uma vez que se mostrou capaz de substituir “políticas incômodas” quando necessário para o capital, sem ter que se auto eliminar, como era a tendência que prevalecia nos golpes de Estado, a exemplo do ditatorial-militar de 1964 (DEMIER, 2017).

Sob essa configuração, o padrão de dominação que prevalece é aquele que retira direitos, além disso, só terá direito de governar quem isso implementar. A razão do golpe é, portanto, a execução das profundas contrarreformas, em outros termos, a retirada dos direitos sociais, como a agenda dos governos seguintes materializou.

4.2 A ATERRISSAGEM NEOFASCISTA SOB ÉGIDE NEOLIBERAL NO BRASIL

*“Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia”.*

Chico Buarque

A relação entre a tragédia e a farsa a qual fizemos referência anteriormente não se esgota somente na caracterização dos processos que materializaram o golpe de 2016. O golpe foi a forma de modificação abrupta do jogo político no Brasil para construir uma hegemonia com novos traços, sem pactuação de classe, na tentativa de colocar em cena a *velha política dos políticos da direita brasileira*, capitaneada nos anos 1990 pelo PSDB. No entanto, os eventos que sucederam a isso, principalmente com o resultado eleitoral de 2018, mostraram-nos que o plano de derrotar o PT e a retomada de liderança dos políticos tradicionais da burguesia por via eleitoral fracassou. A suposta “saída para a crise política”, na verdade, foi cooptada pela extrema-direita, liderada por Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente da República em 28 de outubro de 2018, com 55,13%, o equivalente a 57.797.847 de votos.

Em 2018, com vistas a impedir a retomada de um governo petista e dando sequência à estratégia jurídico-midiática que ancorou o golpe, foi impossibilitada a candidatura do até então líder das pesquisas eleitorais daquele ano, Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-presidente e candidato anunciado do PT foi preso mediante alegações,

com provas questionáveis⁷⁶, de recebimento de propina de R\$ 2,2 milhões da empresa OAS, que teria sido convertida na aquisição de um triplex em Guarujá, no estado de São Paulo. Em 05 de abril de 2018, após o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitar, por seis votos a cinco⁷⁷, o recurso apresentado pela defesa de Lula, o Juiz Sérgio Moro – já conhecido por estar à frente da Operação Lava Jato, pelos vazamentos de áudios a emissoras de televisão e pelo antipetismo explícito - decretou a sua prisão.

Por conta de um processo no qual não se esperou o devido trânsito em julgado para execução da pena, ou seja, quando não estão esgotadas todas as possibilidades de recurso, Lula se apresentou à Polícia Federal (PF), ainda que não sem resistências de movimentos sociais e sindicais. Nos dias posteriores à decretação da prisão, milhares de pessoas se reuniram em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, local onde Lula encontrava seus apoiadores. Não era um consenso entre os militantes e as militantes que o político deveria se apresentar à PF, porém o ex-presidente informou que atenderia ao mandado. Entre gritos de “Lula, guerreiro do povo brasileiro” e “não se entrega”, em discurso histórico, ressaltando já no início de sua fala a relação que possuía com as lideranças políticas presentes e sua trajetória sindical, Lula denunciou o caráter político das acusações contra ele, tendo em vista a parcialidade do judiciário e o papel da mídia no caso, e fez o chamamento da militância para defender suas ideias, saindo nos braços da população⁷⁸.

Debatendo a prisão da liderança petista, Demier (2020) aponta que se tratou de um “processo de recrudescimento da democracia brasileira”, uma vez que a hegemonia da classe dominante não seria mais constituída por meio de um governo de pactuação de classe e, nessa perspectiva, impedir a candidatura de Lula da Silva seria uma forma de retirar o PT celeremente do jogo político, usando-se de meios legais e ilegais, esses últimos que imputam o caráter político da prisão.

⁷⁶ Tratamos como provas questionáveis, uma vez que os documentos levantados não possuíam assinaturas e o que a acusação apontava era de que houve uma suposta “reserva” do imóvel para Lula. Portanto, não havendo nenhum fechamento de contrato de aquisição.

⁷⁷ Sobre a posição tomada pelos Ministros do STF, cabe pontuar que votaram a favor de conceder habeas corpus para evitar prisão: Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello; votaram contra: Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux e Cármen Lúcia.

⁷⁸ Fato registrado em fotografia histórica, de autoria de Francisco Proner Ramos, no qual Lula é carregado pelas pessoas reunidas em frente ao sindicato. Cf. LE MONDE DIPLOMATIQUE. Foto de Francisco Proner Ramos. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-discurso-politico-de-lula-lula-livre-o-resgate-de-um-brasil-feliz/foto-de-francisco-proner-ramos/>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

Com Lula preso em Curitiba, capital do estado do Paraná, a militância petista, movimentos sociais, estudantes, intelectuais e artistas se somaram a mobilizações que denunciaram a parcialidade do judiciário no julgamento e a arbitrariedade da prisão do ex-presidente. Foi construída como forma de resistência, durante os 580 dias que o petista ficou preso, a “Vigília Lula Livre”, no bairro residencial de Santa Cândida, nas proximidades da sede da Polícia Federal. De acordo com as falas de quem esteve presente, destacadas em notícia divulgada pelo Jornal Brasil de Fato:

Eu vi pessoas de todas as faixas de idade, classes sociais e lugares do país se reunirem em frente à PF, mesmo sabendo que não poderiam ver o presidente, mas estavam ali para demonstrar seu apoio e sua saudação, diz. [...] a Vigília é um exemplo de luta pela democracia e pelos direitos do povo. A maior lição que temos desse período é que a vigília deve ser eterna e permanente em defesa da democracia, pelas liberdades e pela justiça justa (BRASIL DE FATO, 2022, s. p.).

Mesmo preso, Lula ainda liderava as pesquisas de intenção de voto, sendo eleito em todos os cenários. A primeira pesquisa Datafolha feita após sua prisão, datada de abril de 2018, indicou 31% de votos para Lula, enquanto Jair Bolsonaro tinha 15%. Somente sem a candidatura de Lula pelo PT, Bolsonaro assumia o primeiro lugar⁷⁹. Com isso, estava em evidência o caminho necessário para as forças de direita impedirem a vitória do PT nas eleições que se aproximavam: seria preciso manter a prisão de Lula e torná-lo, portanto, inelegível. Conformava-se, considerando a correlação de forças posta, o que identificamos como uma nova etapa do golpe: a deturpação do processo eleitoral.

Ainda acreditando que seria possível reverter a situação, o PT manteve a chapa para eleição à presidência encabeçada por Lula e cujo vice era Fernando Haddad. Em contrapartida, Jair Bolsonaro, filiado naquele momento ao PSL, também se lançou candidato, agregando como vice o general da reserva do Exército Brasileiro, Hamilton Mourão. Por parte dos outros partidos, também se candidataram: Marina Silva (Rede Sustentabilidade), Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista – PDT), Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), Álvaro Dias (Podemos), Henrique Meirelles (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), João Amoêdo (Partido Novo), Guilherme Boulos (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), José Maria

⁷⁹ Dados da pesquisa foram registrados em diversas notícias da mídia nacional. Cf. G1. Lula tem 31%, Bolsonaro, 15%, Marina, 10%, aponta pesquisa Datafolha para 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/lula-tem-31-bolsonaro-15-marina-10-aponta-pesquisa-datafolha-para-2018.ghtml>>. Acesso em: 30 jan. 2023.

Eymael (Democracia Cristã - DC), Cabo Daciolo (Patriota); João Goulart Filho (Partido Pátria Livre - PPL) e Vera Lucia (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU).

Feito o registro das chapas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou o pedido de registro de candidatura de Lula da Silva à Presidência da República, uma vez que a condenação no processo da Lava Jato o tornava inelegível. Sendo assim, o PT teve dez dias para apresentar um novo registro, decidindo-se por lançar a chapa com Fernando Haddad, candidato a presidente, e Manuela d'Ávila, a vice, filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A campanha inicial buscou fortemente atrelar a figura dos novos candidatos a de Lula, puxando o slogan “Haddad é Lula lá”. Essa estratégia que seria central para garantir os votos do eleitorado do ex-presidente, contudo, foi impactada pelas decisões do TSE, que também suspendeu durante a campanha eleitoral a veiculação de mensagens de Lula via cartas em apoio a Haddad. Forjou-se sucessivas formas de obstaculizar a campanha petista pelos mesmos sujeitos do judiciário e da mídia implicados no processo golpista que se colocou nos anos anteriores, cujo sentido era configurar um cenário político à direita no país.

Essa eleição de 2018 foi a segunda mais pulverizada e concorrida em termos de número de candidaturas, com um total de treze candidatos, perdendo somente para a eleição de 1989, marcada por ter vinte e dois presidenciáveis. Os demais candidatos até tentaram emplacar suas candidaturas como uma “terceira via” diante da polarização entre Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) e Fernando Haddad (PT), que lideravam as pesquisas eleitorais em um cenário político de extrema disputa entre as forças da extrema direita, fortalecidas pelo antipetismo cultuado nos últimos anos, e o petismo, naquele momento representando amplos setores da esquerda opostos ao projeto político regressivo de Bolsonaro. Porém, a liderança seguiu entre os dois candidatos, Bolsonaro em primeiro lugar e Haddad em segundo, durante o primeiro turno das eleições, o que se confirmou com a realização de um segundo turno entre eles.

Há anos com as disputas eleitorais sendo marcadas pela polarização entre PT e PSDB, os resultados indicados nas pesquisas e notórios nas discussões sobre política que tomaram o cotidiano das pessoas, colocaram-nos diante de um contexto político ainda mais controverso. Além de no primeiro momento ser marcada pela interdição da candidatura de Lula da Silva, nessa eleição ficaram registrados fatos como a facada levada por Bolsonaro, em 6 de setembro de 2018, durante ato de

campanha; a negação em participação nos debates eleitorais por parte do mesmo candidato; divulgação ampliada de notícias falsas pela extrema direita; e diversas manifestações sociais, a exemplo do “*Ele Não*”, mobilizado por mulheres que ganharam as ruas do país contra o candidato do PSL.

Mesmo com as resistências organizadas durante a campanha, em 07 de outubro de 2018, o primeiro turno das eleições foi definido com Bolsonaro obtendo 46,03% dos votos e Haddad ficando com 29,28%. Já no segundo turno, em 28 de outubro de 2018, como já colocado no início de nosso debate nesse tópico dessa tese, Bolsonaro foi confirmado presidente eleito do Brasil.

Um grupo político que, mesmo sendo a todo tempo subestimado pelas organizações progressistas - afinal jamais se imaginou que aquele deputado que em toda sua vida política não formulou nenhuma proposta a ser apresentada na Câmara, além de realizar afirmações das mais absurdas - conseguiu forjar, nas medidas quase que cotidianamente manifestadas em seu governo, um processo de “desmanche da democracia brasileira” (MIGUEL, 2019).

Bolsonaro se apresentou, no contexto de crise e polarização, como aquele que buscava construir uma “nova forma de fazer política”, uma “novidade” contra “tudo que está aí”, apesar de, em sentido real, já acumular mais de trinta e quatro anos nesse âmbito. Em 1990, foi eleito e foi alçado ao Congresso Nacional, com apoio de militares, ampliando sua base posteriormente com a inclusão de forças policiais. Desde que iniciou sua carreira política, já se vinculou a nove partidos políticos: Partido Democrata Cristão (PDC) - de 1989 a 1993; Partido Progressista Reformador (PPR) - de 1993 a 1995; Partido Progressista Brasileiro (PPB) - de 1995 a 2003; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - de 2003 a 2005; Partido da Frente Liberal (PFL) – 2005; Partido Progressista (PP) - de 2005 a 2016; Partido Social Cristão (PSC) - 2016 a 2018; Partido Social Liberal (PSL) - 2018 a 2019; Partido Liberal (PL) – 2021 até os dias atuais. Essa multiplicidade de legendas demonstra sua falta de organicidade em um partido específico, sobretudo se considerarmos sua filiação em períodos considerados estratégicos para atender às suas próprias necessidades políticas, como a vinculação ao PL para disputar a recente eleição em 2022.

Ao longo desses anos na política, o conteúdo de suas falas públicas envolveu apologia à ditadura⁸⁰, exaltação de torturadores⁸¹, defesa de armas⁸² e da violência⁸³, opressão contra mulheres⁸⁴, negros, negras⁸⁵ e LGBTQIA+⁸⁶, xenofobia⁸⁷, ataques à professores e professoras supostamente difusores e difusoras da “ideologia de gênero”⁸⁸ e às universidades tidas como espaços de “doutrinação ideológica de esquerda”⁸⁹. Além disso, realizou a exposição de crianças a situações que contraditam o preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente⁹⁰, o que evidencia sua total negação dos direitos sociais e humanos historicamente conquistados.

No entanto, ascendeu politicamente fruto do encontro entre dois acontecimentos, já conformados como parte dos processos políticos e sociais específicos que ocorreram no país em anos recentes, como apontam Rocha e Solano (2021): a consolidação paulatina de uma nova direita brasileira e o surgimento do bolsonarismo. Mesmo 2013, com as Jornadas de Junho, sendo o ano no qual esses movimentos direitistas e conservadores se apresentaram com maior força, como

⁸⁰ Cf. UOL NOTÍCIAS. Bolsonaro, sobre o golpe de 1964: Sem ditadura, 'seríamos uma republiqueta'. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/31/bolsonaro-obras-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸¹ Cf. CARTA CAPITAL. Em ato de pré-campanha, Bolsonaro exalta Ustra e chama o torturador de 'velho amigo'. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/em-ato-de-pre-campanha-bolsonaro-exalta-ustra-e-chama-o-torturador-de-velho-amigo/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸² Cf. CORREIO BRAZILIENSE. "Tem que todo mundo comprar fuzil", defende Bolsonaro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4946231-tem-que-todo-mundo-comprar-fuzil-defende-bolsonaro.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸³ Cf. UOL NOTÍCIAS. 'Vamos fuzilar a petralhada', disse Bolsonaro em 2018. No PR, obedeceram. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/07/10/vamos-fuzilar-a-petralhada-disse-bolsonaro-em-2018-no-pr-obedeceram.htm>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸⁴ Cf. O POVO. Bolsonaro diz que teve filha mulher por "fraquejada". Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2017/04/bolsonaro-diz-que-teve-filha-mulher-por-fraquejada.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸⁵ Cf. UOL NOTÍCIAS. 'Tu é meio escurinho. Ah, isso é crime', diz Bolsonaro a apresentador negro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/12/tu-e-meio-escurinho-ah-isso-e-crime-diz-bolsonaro-a-apresentador-negro.htm>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸⁶ Cf. TERRA. Bolsonaro: "prefiro filho morto em acidente a um homossexual". Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcc0aRCRD.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸⁷ Cf. JORNALISTAS LIVRES. Bolsonaro chama nordestinos de analfabetos e sem cultura em live. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/bolsonaro-chama-nordestinos-de-analfabetos-e-sem-cultura-em-live/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸⁸ Cf. CORREIO BRAZILIENSE. Bolsonaro sobre ideologia de gênero nas escolas: "Não admitimos". Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4997042-bolsonaro-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-nao-admitimos.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

⁸⁹ Cf. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Entenda as armas bolsonaristas na guerra às universidades. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588917-entenda-as-armas-bolsonaristas-na-guerra-as-universidades>. Acesso em: 20 jan. 2023.

⁹⁰ Cf. LE MONDE DIPLOMATIQUE. A condenação de Bolsonaro na ONU pela exposição de crianças. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-condenacao-de-bolsonaro-na-onu-pela-exposicao-de-criancas/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

mencionamos no tópico anterior, é preciso destacar que são nutridos em anos anteriores, desde meados de 2006, em comunidades em redes sociais e blogs.

Em 2006, com a vitória eleitoral de Lula da Silva e a permanência de seu nível de popularidade - sustentado no ciclo de ascensão econômica baseado na alta das *commodities*, no aumento real do salário mínimo, nos programas de combate à pobreza, na expansão das universidades etc.-, os grupos de direita não encontravam chão fértil para a construção de manifestações nas ruas de oposição ao governo. Assim, os fóruns *online*, sendo o mais popular na época o Orkut, foram o espaço procurado para se expressar contra o governo e a esquerda e suas pautas (ROCHA E SOLANO, 2021).

Grupos de estudo e atuação política também começaram a ser formados desse movimento, destacando-se o papel de algumas figuras que desempenhavam o papel de ideólogos e representantes do conservadorismo, a exemplo de Olavo de Carvalho. Autoproclamado “filósofo”, Carvalho, desde a metade dos anos 1990, passou a publicizar a posição de que estaria em curso uma “hegemonia esquerdista” no Brasil, fazendo uso de uma “estratégia de contra-publicidade” (ROCHA, 2019), sustentada por falas e textos de “choque intencional” que rompe com o decoro que condiciona o debate público. Tratava-se de mapear as ações de organizações progressistas e dos governos petistas⁹¹ para, sob a ótica conservadora, difundir a ideia de que havia uma ofensiva contra os valores da família, a moral e os costumes.

A nova direita, gestada nesse processo, saiu às ruas no momento de desgaste do governo Dilma Rousseff, ressurgindo, segundo analisa o historiador argentino Pablo Stefanoni (2023), como portadora de uma “rebeldia antissistêmica”, incorporando, inclusive, métodos e estéticas tradicionais da esquerda e suas representações políticas. Articulado a esse fenômeno, o bolsonarismo surgiu como uma reação conservadora cultuada por parte da população.

O militar direitista, atento ao clima de opinião da época, que se radicalizava à medida que as crises política e econômica se aprofundavam, adotou um discurso antissistema e surfou na onda que lhe parecia favorável, anunciando oficialmente sua candidatura à presidência ainda em março de 2016, poucos

⁹¹ Somente para situar algumas das ações que foram alvo de ataque desses grupos, cabe mencionar a criação da Comissão Nacional da Verdade para investigar os crimes da ditadura militar brasileira, em 2011; o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, em 2011; a vigência de cotas raciais na universidade, em 2012; o aborto de fetos anencéfalos, em 2012; a lei que proibiu castigos físicos em crianças e adolescentes, em 2014. Outrossim, o crescimento de atos construídos pelo movimento LGBTQIA+ e pelo movimento feminista, nos quais o uso da imagem de Cristo, a ausência de vestimentas, era objeto de descontentamento de cristãos (ROCHA E SOLANO, 2021).

meses antes da derrubada de Rousseff em 2016. [...] representaria “alguém diferente”, um *outsider*, um candidato antissistema capaz de enfrentar uma institucionalidade percebida como completamente corrompida (ROCHA E SOLANO, 2021, p. 27-28)

Com uma reorganização conservadora em emergência, derivando em posturas autoritárias e antidemocráticas, Bolsonaro se projetou como liderança reunindo uma base de apoio que aglutinou a extrema direita, na sua heterogênea composição. Nota-se uma junção de eixos que definem essa extrema direita uma vez que é constituída por uma “confluência de grupos diversos” (MIGUEL, 2018, p. 19), cuja união é pragmática e motivada pela definição de um inimigo comum: a esquerda e suas pautas. Nessa perspectiva, estão inclusas três vertentes nesse setor mais extremado: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo.

A primeira, com forte influência da “escola econômica austríaca”, evoca figuras como Mises e Hayek, para defender a liberdade econômica em contrapartida a economias concentradas na mão do Estado. A segunda ganhou força no Brasil principalmente diante do crescimento de igrejas neopentecostais e do investimento feito por essas para formar a opinião pública por meio de aparelhos de hegemonia, a exemplo da televisão e do rádio, além de ascender politicamente compondo uma bancada no Congresso Nacional e no Senado. O grupo fundamentalista é ativo na oposição a pautas feministas, como o direito ao aborto legal e seguro, e LGBTQIA+, como projetos que coíbem o preconceito e versam sobre a garantia de direitos dessas minorias. Por fim, o anticomunismo, que emergiu com uma nova roupagem na América Latina, centrada na ojeriza aos governos tidos como progressistas, implantadores, em que pese suas práticas moderadas, do que seria na visão desses grupos o “comunismo” nos países, a exemplo da experiência petista no Brasil.

Ainda no tocante a esse debate, percebemos, interpretando o estudo de Miguel (2018), uma inflexão política se compararmos os discursos da direita nos anos 1990 e na política atual. Como pontua:

Graças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo esforço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar. Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira mais geral, a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos,

que se tornara amplamente hegemônico. A mobilização da direita rompeu com isso (MIGUEL, 2018, p. 23).

Além do ataque ao Estado como garantidor de direitos civis e humanos, difundiu-se um discurso moralizante das relações sociais, dividindo os sujeitos entre aqueles que seriam “os cidadãos de bem”, defensores da família, e aqueles malsinados pela doutrinação ideológica da esquerda, os “bandidos protegidos pelos direitos humanos” e a população não inserida no trabalho, uma vez que era conveniente ser supostamente sustentada pelos programas sociais dos governos. Analisa-se, com base nesses fenômenos, que uma ideologia conservadora foi configurada para assegurar a construção de hegemonia dessas forças políticas, assentada em ideias retrógradas sintonizadas com as diretrizes neoliberais e a defesa do livre mercado, na linha interpretativa do que, em já citado artigo, Mota e Rodrigues (2020) denominaram de “uma ofensividade ideopolítica das classes dominantes”, cujo *modus operandi* busca implantar um programa autoritário e antipopular.

Apesar da falta de homogeneidade e das contradições, a nova direita assegura o essencial para garantir a acumulação do capital, sendo inclusive financiada para esses fins. Concordando com a pesquisa de Anunciação de Souza (2016), compreendemos que as redes de relação e financiamento são reveladoras dos interesses concretos que sustentam e promovem a ascensão desses grupos, entre elas: a Exxon Mobil, Chevron Texaco, Shell, que realizam atividades de exploração de petróleo e derivados, ou seja, diretamente interessados na camada de pré-sal da costa brasileira, fonte de óleo de alta qualidade, estimada em centenas de bilhões de barris; a Atlas Network, um *think tank* centro de produção e difusão de ideias conservadoras, com influência na política estadunidense e trabalhando em mais de 80 países, com aproximadamente 400 instituições alinhadas, formando quadros e popularizando o conservadorismo (ANUNCIAÇÃO DE SOUZA, 2016). No Brasil, o financiamento feito pela Atlas Network ao grupo denominado de Estudantes pela Liberdade (EPL), lançado em 2012 e que hoje tem como braço de atuação política e ideológica o Movimento Brasil Livre (MBL), serve de exemplificação desse processo. Proferindo discursos de ódio, ataques aos movimentos sociais, criando e reproduzindo fake news, organizando manifestações reacionárias, o MBL viabilizou candidaturas de seus membros e de outros políticos alinhados com o conservadorismo, reforçando o apoio ao golpismo.

Desacreditadas com a democracia liberal das últimas décadas, populações apostaram as fichas em partidos e líderes de extrema direita, o que não foi somente uma particularidade brasileira com a eleição de Jair Bolsonaro, ocorrendo também com as eleições de Viktor Orban, na Hungria; Andrzej Sebastian Duda, na Polônia; Donald John Trump, nos Estados Unidos; Boris Johnson, no Reino Unido; Giorgia Meloni, na Itália; Benjamin Netanyahu, em Israel; Rodrigo Duterte, nas Filipinas; Javier Milei, na Argentina.

No Brasil, em seu primeiro discurso pós eleição, Bolsonaro destacou a vitória como “Missão de Deus” e “celebração de um país pela liberdade”, sendo seu objetivo “desamarrar o Brasil”, reduzindo a estrutura do governo e a burocracia, cortando “desperdícios” e “privilégios”. Ao que chamou de cortes de “desperdícios e privilégios”, entenda-se os cortes no campo da ação do Estado em termos de direitos, que se materializou nas contrarreformas defendidas e aprovadas em seu governo.

O governo Bolsonaro foi responsável pela contrarreforma da Previdência Social, cuja proposta inicial foi apresentada em 20 de fevereiro de 2019, via Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/19, logo nos primeiros meses de poder. Segundo a síntese de Cislighi (2019), a proposta da contrarreforma da Previdência teve como objetivo central a redução de direitos, significando um desmonte da política de Seguridade Social. Em ritmo acelerado, foi aprovada em 12 de novembro de 2019, por meio da Emenda Constitucional nº 103/2019. Compartilhando da abordagem que entende as mudanças na política como retrocessos nos direitos sociais, o estudo realizado por Silva (2022) trata que entre as principais modificações nas normas da Previdência através da contrarreforma, pode-se citar: a segregação contábil do orçamento da seguridade social em relação às ações de saúde, previdência e assistência social, que reafirma o caráter contributivo da previdência social e limita o remanejamento de recursos entre as áreas na execução orçamentária; a desconstitucionalização de várias regras de acesso aos direitos, como a idade e outros critérios para aposentadoria de servidores por deficiência; normas gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que constituem um dos maiores prejuízos à classe trabalhadora pelas incertezas sobre o destino de seus direitos; permissão da privatização do atendimento para benefícios não programados, como pensão por morte, auxílio-doença, aposentadorias por invalidez e outros; por fim, a grave vinculação do tempo de contribuição e idade como critério para a aposentadoria, sendo exigidos quinze anos de contribuição,

vinculados a 62 anos de idade para mulheres e vinte anos de contribuição e 65 anos de idade para os homens para que alcancem uma aposentadoria no valor de 60% da média de todas as contribuições e, para o alcance do valor correspondente a 100% da média de todas as contribuições, serão necessários 40 anos de contribuição.

Além disso, o governo Bolsonaro foi responsável, conforme o mais recente “Balanço Geral do Orçamento da União”, feito pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e divulgado em 2022, pela consolidação do processo de desfinanciamento de políticas públicas, essas que foram interrompidas ou prejudicadas pela escassez de recursos, fazendo o país retroceder no combate às desigualdades e na garantia de direitos sociais e humanos. Os dados contidos no estudo apontam que somente a política de saúde perdeu R\$10 bilhões em termos reais entre 2019 e 2021, quando subtraídas as verbas destinadas ao enfrentamento do Sars-CoV-2. Em 2021, o pior ano da pandemia, os recursos para enfrentar a Covid-19 caíram 79% em relação a 2020. Por sua vez, a habitação de interesse social não gastou qualquer recurso entre 2020 e 2021; a área de assistência para crianças e adolescentes perdeu R\$ 149 milhões entre 2019 e 2021, esse valor equivale a 39% do que foi gasto em 2021; a educação infantil viu seu orçamento diminuir mais de quatro vezes em apenas três anos. A execução financeira do recurso para o ensino superior caiu cerca de R\$ 6 bilhões, no lastro de tempo citado (INESC, 2022). A política de promoção da igualdade racial sofreu recorrentes cortes entre 2015 e 2018, porém foi completamente desmontada a partir de 2019, sobretudo com a exclusão do enfrentamento ao racismo do Plano Plurianual 2020-2023. Os dados referentes a 2021 indicam que, no âmbito do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, foram destinados somente R\$ 3 milhões para o tema, dos quais foi executado um valor ainda menor, R\$ 2 milhões, 66% do total (INESC, 2022).

A Política de Assistência Social, desde o início da gestão Bolsonaro, sofreu cortes que chegam a mais de 70%: caiu de R\$ 3 bilhões, em 2019, para R\$ 910 milhões, em 2021⁹². No Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) feito pelo governo em 2022, os cortes previstos chegaram a ser de 95%, ou seja, capaz de gerar um impacto significativo para operação de equipamentos que são a porta de entrada para benefícios sociais, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os

⁹² Cf. CONGRESSO EM FOCO. Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para Assistência Social. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e as centrais de atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)⁹³.

Ainda houve, como parte também da materialização do projeto contrarreformista, o fechamento de diversos espaços de interlocução entre governo e sociedade, o aumento da opacidade das informações públicas, o adiamento do Censo Demográfico, a falta de direção do Programa Nacional de Imunização – PNI; a gestão errática do Auxílio Emergencial, a extinção do Bolsa Família e a criação do Auxílio Brasil envolto em incertezas para os profissionais atuantes na política de assistência social e os usuários; as confusões em torno do Enem, denunciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras das instituições responsáveis pelo exame; o desmonte do Ministério das Cidades; o enxugamento da Petrobras e do BNDES; o enfraquecimento dos órgãos ambientais de fiscalização, resultando, inclusive, na destruição dos territórios onde vivem os povos indígenas, como foi o caso da terra Yanomami atingida pelo garimpo ilegal; as tentativas de venda da Eletrobrás e dos Correios; e o grande acordo feito entre o Executivo e o Legislativo para destinar bilhões de reais à base aliada do governo por meio do Orçamento Secreto⁹⁴ (INESC, 2022).

Considerando essas questões, a pesquisa nos leva à conclusão de que estava em curso um projeto de deliberada deturpação da máquina pública para justificar processos de privatização e de apropriação privada de bens e serviços públicos, além de contrarreformas que resultam em menor intervenção do Estado. Os dados acerca do Orçamento Geral da União, levantados pela Auditoria Cidadã da Dívida, adensam essas vias conclusivas sobre a atuação do governo, tendo em vista a manutenção da prioridade ao pagamento da Dívida Pública, em benefício do capital financeiro, em detrimento da porcentagem de recursos destinados à execução de políticas sociais. Em 2019, 38,27%, em 2020, 39,08% e em 2021, 50,78% do orçamento federal foram destinados ao pagamento de juros da dívida pública. Enquanto isso, os gastos com o

⁹³ FOLHA DE PERNAMBUCO. Corte orçamentário de 95% significa o desmonte completo da assistência social no Brasil. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/corte-orcamentario-de-95-significa-o-desmontecompleto-da/241096/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

⁹⁴ Também chamado de “Emenda do Relator”, o Orçamento Secreto é uma prática legislativa brasileira, levada a cabo a partir de 2020, objetivando destinar verbas do orçamento público a projetos definidos por parlamentares sem a identificação destes. Trata-se de uma estratégia para transferência de recursos federais para parlamentares aliados do governo Bolsonaro para aplicarem de forma obscura em seus redutos eleitorais, em troca de apoio político. Cf. ESQUERDA ONLINE. “Orçamento secreto” é farra com dinheiro público para beneficiar Bolsonaro. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/05/12/orcamento-secreto-e-farra-com-dinheiro-publico-para-beneficiar-bolsonaro/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

orçamento da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência) corresponderam, no período, ao percentual de 32,88%, 27,91% e 27,87%, nos anos respectivos (AUDITÓRIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2020; 2021; 2022).

No país, no que concerne à situação econômica, a inflação teve uma rápida ascensão, permanecendo no centro do debate nacional nesse período⁹⁵. Em 2019, a taxa de inflação foi de 4,31%; em 2020, chegou a 4,52%; em 2021, o índice cresceu mais da metade em relação ao ano anterior, marcando 10,06% (IBGE); por fim, em 2022, 5,79% (IBGE, 2023). Esse número elevado da inflação atinge fortemente as pessoas de menor renda, impactando diretamente seu poder de compra para atender suas necessidades básicas, como a alimentação. O levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) indicou que o custo da cesta básica de alimentos teve uma elevação durante o governo de Jair Bolsonaro. Em 2022, houve um aumento em 12 capitais das 17 pesquisadas pelo Dieese, sendo São Paulo a capital com maior custo, R\$ 782,68 (DIEESE, 2022). Para uma família constituída por quatro pessoas dar conta dessa demanda, seria necessário um salário mínimo de R\$ 6.575,30, ou 5,43 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00 em vigência em 2022 (DIEESE, 2022).

Identificamos que uma expressão da discrepância entre o valor do salário mínimo e os custos elevados para garantia da sobrevivência da classe trabalhadora em um país com uma taxa elevada de inflação, são os dados acerca da insegurança alimentar. Em 2021, quase metade da população brasileira, o equivalente a 49%, enfrentou uma situação de insegurança alimentar (INESC, 2022). Já em 2022, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, esse índice se agravou ainda mais, uma vez que 33,1 milhões de pessoas não tinham garantido o que comer, representando 14 milhões de novos brasileiros e novas brasileiras em situação de fome, um total de 58,7% de brasileiros e brasileiras que convivem com a insegurança alimentar (AGÊNCIA SENADO, 2022). O país, que havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2014, voltou a figurar novamente no quadro de países que vivenciam gravemente essa problemática.

Embora existam fatores que extrapolam o controle direto do governo brasileiro sobre o fenômeno inflacionário, tais como os preços internacionais e a estiagem, não

⁹⁵ Esse dado serve para medir o aumento dos preços de produtos e serviços, sendo calculado pelos índices de preços.

restam dúvidas que faltou ingerência por parte de Bolsonaro no que tange as decisões governamentais para o controle e mitigação da inflação. De acordo com o INESC, isso pode ser constatado a partir da verificação de alguns fatores: os preços dos alimentos que sofreram pressões devido ao desmantelamento, a partir de 2016, da política de formação de estoques reguladores: somente em 2019, o governo federal fechou 27 armazéns públicos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); em paralelo, houve o desmonte das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, responsável por grande parte da alimentação da população brasileira; outrossim, cabe pontuar que a decisão da Petrobras de repassar as movimentações de preços internacionais para o preço dos produtos finais, levando ao aumento do preço dos combustíveis, também teve impactos na inflação atual (INESC, 2022).

Outro elemento fundamental que devemos elencar sobre esse período é que os efeitos do desmonte de direitos sociais e das políticas sociais – meios que incidem concretamente na sociabilidade das classes, notadamente da classe trabalhadora ao suprir as necessidades básicas de sobrevivência -, expressam-se nos dados de exponenciação da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Estudo realizado por Neri (2022), com base nos dados da Pnad, evidenciou o crescimento da taxa de pobreza no país no período de 2019 a 2021. O percentual da população em situação de pobreza no país passou de 26,86% em 2018 para 29,62% em 2021 (NERI, 2022), o que significou um aumento de 9,6 milhões de pessoas na situação de pobreza. No tocante à desigualdade, o Relatório sobre as Desigualdades Mundiais (2021) indicou que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, onde os 10% mais ricos possuem quase 80% do patrimônio privado do país e a concentração de capital é ainda maior na faixa dos ultra-ricos, o equivalente a 1% da população que possui praticamente metade (48,9%) da riqueza nacional (BBC, 2021).

Ao analisar esses acontecimentos, parece-nos imprescindível retomar as formulações do sociólogo nordestino Francisco de Oliveira (2018), em uma das suas últimas obras publicadas em vida, para apontar que a história brasileira recente demarcaria o que o autor chama de “dialética negativa”: os problemas não são superados dando lugar a uma nova e superior contradição; os problemas são rebaixados, utilizando formas ainda mais regressivas que nos colocam em um patamar ainda mais nefasto do que aquele que deu origem à contradição inicial. Incontáveis estudos fizeram a pertinente crítica aos governos petistas de conciliação de classe, apresentando saídas à esquerda e ancoradas nas pautas da classe

trabalhadora. Porém, o que se concretizou frente à crise foram progressivos retrocessos sociais e a adesão a uma política com nítidos traços autoritários, a serviço exclusivamente da reprodução dos interesses da classe dominante, demonstrando que, de fato, a história brasileira é aquilo que Querido e Braga (2018, p. 20) discutiram como uma verdadeira “tragédia permanente, entrecortada por poucos momentos de bifurcação”.

Com a eleição de Bolsonaro, conformou-se uma progressão das contradições postas pela reprodução do neoliberalismo no país, com particularidades que nos levam a inferir que, tendo em vista a experiência anterior de governos de conciliação de classe e os deslocamentos ainda que limitados em termos sociais, houve um acirramento das diretrizes neoliberais, embora postulemos que não se trata necessariamente de um fenômeno que requer uma nova conceituação.

Na quentura dos acontecimentos desses últimos dez anos no Brasil, estudiosos, inclusive do campo crítico marxista (BEHRING, 2019; 2021; CISLAGHI, 2019) formularam conceituações para os fenômenos em emergência. Para entendimento das relações no âmbito do Estado, a título de exemplificação, houve a defesa de que estaríamos em uma “fase ultraneoliberal”, em decorrência da crise de 2008. O processo de ultraneoliberalização ocorreria tendo em vista que a solução provisória para a crise capitalista significou vultuosas transferências de fundo público para as finanças, sobretudo mediante a apropriação para pagamento das dívidas dos Estados, que deveriam ser sustentadas por um novo e contundente ciclo de austeridade⁹⁶. Nos termos descritos por Cislighi (2019, p. 192), um ciclo “impulsionado por privatizações e abertura de novos espaços para a acumulação capitalista em detrimento de políticas públicas e direitos sociais”, que chega de maneira tardia nos países periféricos, considerando que a queda do preço das *commodities* - que ancorou a economia desses países devido a demanda chinesa – inicia-se em meados de 2015 e 2016.

⁹⁶ Segundo a definição de Rossi e Dweck (2018), a austeridade é entendida, no plano econômico, como uma política que busca por meio de um ajuste fiscal, preferencialmente através de cortes de gastos, ajustar a economia e promover o crescimento. Porém, as experiências históricas mostraram que a austeridade é contraproducente, uma vez que provoca a queda do crescimento e aumento da dívida pública, resultado contrário ao que propõe. Outrossim, mostra-se como uma política seletiva, pois impõe sacrifícios para a população mais vulnerável, que mais sofre com o desemprego e com os cortes de gastos e transferências sociais. Trata-se “de uma política de classe ou de uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos” (ROSSI E DWECK, 2018, p. 83).

O governo de Michel Temer, avançando nas contrarreformas, teria sido, conforme os estudiosos e as estudiosas citados da tida fase ultraneoliberal, o responsável por introduzir o ultraneoliberalismo no Brasil pós-golpe de 2016, que ganhou ainda mais força com Jair Bolsonaro. As análises apontaram que o neoliberalismo teve sua experiência laboratorial na ditadura chilena de Pinochet e, agora, seria o Brasil o laboratório dessa nova etapa chamada de ultraneoliberalismo (DEMIER, 2020). Em que pese as importantes contribuições que foram dadas por esses autores e essas autoras para problematizarmos a conjuntura brasileira – inclusive incorporadas no referencial dessa pesquisa –, discordamos dessa conceituação, principalmente por compreender que o neoliberalismo *par excellence* se pautou em uma política de austeridade com nítido caráter antidemocrático exacerbando a dimensão coercitiva do Estado, não existindo, portanto, uma forma sua branda, “respeitável” (DARDOT E LAVAL, 2016). A desresponsabilização do Estado, a apropriação do fundo público a serviço do capital, as privatizações, as contrarreformas, o desmonte de direitos sociais etc. sempre foram a tônica do neoliberalismo, como as análises anteriores desses autores e dessas autoras já apontavam⁹⁷.

Mesmo sendo válida a tentativa de conceituar os fenômenos, principalmente em uma conjuntura em aberto, como o caso da brasileira desde os ocorridos em 2013, é preciso destacar que, ainda em meados da década de 1990 já se falava de “totalitarismo neoliberal” (OLIVEIRA, 1999) para tratar da destituição de direitos promovida pelos governos brasileiros, seguindo a tendência mundial. Ademais, no que concerne à relação do neoliberalismo com o regime democrático, conforme analisa Harvey (2008), especialmente do ponto de vista da realidade latino-americana, o processo de neoliberalização dos Estados foi lastreado por uma particularidade autoritária e antidemocrática. Como citamos anteriormente, foi sob a sanguinária ditadura de Pinochet, no Chile, pós-golpe de Estado do 11 de setembro de 1973 contra Allende, que se realizou a pioneira experiência neoliberal na América Latina, assim como no solo do agravamento de conflitos na região centro-americana. Mesmo na realidade dos países centrais, como na Inglaterra de Margaret Thatcher, a implementação do modelo neoliberal se fez por meio da forte repressão sobre as lutas e organizações da classe trabalhadora, notadamente os sindicatos, ademais do uso

⁹⁷ Estamos considerando, a título de exemplificação das análises anteriores feitas, o livro de Behring (2008), intitulado “Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos”.

da guerra como fonte de legitimação política, no caso das Maldivas. Nesse sentido, o caráter antidemocrático e autoritário não são dimensões epifenomênicas do neoliberalismo, mas próprias de sua implementação e desenvolvimento histórico, exacerbando dimensões próprias do Estado capitalista na particularidade periférica, como no caso da América Latina, e alhures. Segundo cita Harvey (2008, p. 77),

A governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais. A democracia é julgada um luxo que só é possível em condições de relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites. Dão forte preferência ao governo por ordem executiva e decisão judicial em lugar da tomada de decisões democrática e parlamentar.

As fortes denúncias que pesaram sobre o Governo FHC de totalitarismo neoliberal (OLIVEIRA, 1999), autoritarismo velado e mesmo, de “ditadura branda”, em função das alterações constitucionais promovidas por meio de Medidas Provisórias para cumprir o programa neoliberal do ajuste estrutural durante seu Governo e o desmonte brutal dos direitos recém firmados na Constituição de 1988 são uma expressão desse processo. No mesmo sentido, a neoliberalização foi acompanhada da tendência de crescente aumento da intervenção do poder judiciário e, mesmo, da judicialização de todas as esferas da vida, ademais da dimensão coercitiva *per se*: o uso da força. Com efeito, a segurança pública passou ao centro do debate público com o avanço do neoliberalismo, revelando a construção do consentimento em torno da dimensão penal do Estado para fazer frente às expressões violentas da desigualdade social crescente. No caso brasileiro, pode-se afirmar que o ideário da justiça social que lastreou os movimentos pela democratização, nos anos 1980, foi paulatinamente perdendo força frente à centralidade gerada em torno da necessidade da justiça penal, da criminalização e do combate à criminalidade, com seus corolários: a violência de Estado e o encarceramento massivo (WACQUANT, 2015), sobretudo da classe trabalhadora negra.

Retomando essa caracterização do neoliberalismo, aventamos que a conjuntura instaurada desde meados de 2016 no Brasil, aprofundada em 2019 com o governo de Jair Bolsonaro, tratou-se de um momento histórico no qual o neoliberalismo mostra essa sua face cruel, avessa a concessões reformistas com vistas à exponenciação da valorização do capital, com traços antidemocráticos. Em pouco espaço de tempo, o cotidiano dos brasileiros e das brasileiras foi tomado por sucessivas reviravoltas políticas, deixando-se expostos os mecanismos

discriminatórios, de suspensão das garantias e enviesamento nítido da aplicação da lei (MIGUEL, 2019). Nessa conjuntura, explicita-se o embate entre a ordem igualitária que a democracia, ainda que com limites, projeta e a sociedade desigual na qual as instituições democráticas se implantam (*idem*). Um choque ainda maior diante do fenômeno que os autores tem denominado de “desdemocratização” (DARDOT E LAVAL, 2016; ALMEIDA, 2018; MIGUEL, 2022), uma exigência do neoliberalismo no contexto da crise contemporânea para levar a cabo uma retirada progressiva da possibilidade de decisões democráticas ou oriundas da maioria de interferir na ordem econômica e tornar possível o estabelecimento de políticas de austeridade.

O governo de Jair Bolsonaro, portanto, levou a cabo o paradigma neoliberal *urbi et orbi*, com uma nítida ofensiva contra a democracia, particularizada, agora, também pela articulação do neofascismo em práticas e discursos. O neofascismo, como o próprio prefixo *neo* já indica, não significa uma mera transposição de um termo de outro tempo histórico para caracterizar o atual momento político. Trata-se de uma formulação que, revisitando os elementos que definiram o fascismo no século XX e considerando o “novo” para acentuar as especificidades dos dias atuais, auxilia-nos a entender as particularidades assumidas em nosso tempo. Levanta-se o debate que, em relação à modalidade histórica do fascismo, atualmente, emerge, sob o governo Bolsonaro, uma modalidade contemporânea, o neofascismo.

As tendências expressas na conjuntura brasileira, especialmente aquelas demarcadas pela eleição de Bolsonaro em 2018 e com o avanço da presença de forças políticas reacionárias, demonstram similaridades com as características clássicas do fascismo. Conforme Mattos (2019), com base nos escritos políticos de Gramsci sobre o fascismo, um desses elementos similares que pode ser notado é a existência de uma base social com identificação na pequena burguesia e assalariados médios. Esses setores dão volume a um movimento neofascista, arrastando também parcelas do proletariado por meio da apresentação de uma solução messiânica para a crise.

A crise, inclusive, é outro ponto que cabe destaque nessas similaridades, entendendo que a “construção de consensos” e a propagação da ideologia fascista se faz mediante os contextos de crise em sociedades burguesas, no qual a legitimidade de um determinado padrão de dominação de classe está abalada, abrindo campo para soluções de força e atividade de forças ocultas representadas por homens carismáticos (MATTOS, 2019; POGGI, 2019). No Brasil, com o aprofundamento da

crise econômica e política pós-golpe de 2016, o cenário se tornou propício para que as forças neofascistas se apresentassem como a solução para as problemáticas em curso. No caso da crise de representação política, colocaram-se, “como próprio do fascismo” (CALIL, 2019), como as forças “antirregime” e “antissistema”, capturando a revolta social e imprimindo um caráter reacionário.

Ainda, os analistas citados se atentam, no caso do fascismo do século XX, que houve um menosprezo à ascensão desse fenômeno nefasto por parte da social-democracia – na Itália representada pelo Partido Socialista -, o que nos remonta ao descrédito dado por alguns setores da esquerda, incluindo grupos que formam o PT, à possibilidade de ascensão do bolsonarismo e à eleição de Bolsonaro à presidência. No passado e no presente, parafraseando Gramsci (2004), foi uma má tática confiar nos erros dos adversários, imaginando que são ineptos e incapazes.

No campo das similaridades, outra identificada diz respeito à própria construção do fascismo por dentro das formas do Estado que o precederam, tendo tido destaque as forças policiais e elementos do judiciário (MATTOS, 2019). Tratando dessa questão, nota-se a existência, nos termos gramscianos, de “cúmplices morais e materiais”, na tentativa de consolidar sua posição política. O Estado, portanto, foi fundamental para tomada do poder e construção de uma dominação fascista.

Com condições favoráveis, Bolsonaro e seus apoiadores identificados no bolsonarismo, impuseram a ampliação de dimensões autoritárias, o que incorreu no encolhimento das dimensões democráticas. A partir do rigor das análises críticas feitas sobre o balanço dessas características postas do governo Bolsonaro, permite-se constatar o seu componente neofascista. Isso exige, segundo Mattos (2019), das forças progressistas entendê-lo não apenas como uma “retórica exibida performaticamente nos discursos do presidente e seus apoiadores próximos” (idem). Na mesma linha argumentativa, utilizando os termos de Calil (2019, p. 48), sendo necessária a construção de uma estratégia para seu combate que supere “a crença em que a Justiça colocaria limites ao fascismo ou em que o enfrentamento ao fascismo poderia se dar utilizando os mesmos métodos usados contra as organizações políticas tradicionais da burguesia”.

Arcary (2020), problematizando o debate aberto na esquerda sobre a caracterização de Bolsonaro como sendo ou não neofascista, em que pese as pressões postas na conjuntura brasileira, afirma que o bolsonarismo seria a

representação do neofascismo em um país dependente, que teria se apoiado em um “profundo rancor social da pequena burguesia” (idem).

Responde à demanda de liderança forte diante da corrupção no governo e de comando diante do agravamento da crise da segurança pública; ao ressentimento diante do aumento do peso dos impostos; à ruína dos pequenos negócios diante da regressão econômica; à pauperização diante da inflação dos custos da educação, saúde e segurança privadas; à exigência de ordem diante das greves e manifestações; de autoridade diante do impasse da disputa política entre as instituições; de orgulho nacional diante da deterioração do país. Não fosse isso o bastante, se alimenta com a politização do racismo, do machismo e da homofobia (ARCARY, 2020, p. 151).

Essa hipótese é compartilhada por Poggi (2019), na sua análise sobre o fascismo e o neofascismo. A autora traz uma importante contribuição ao destacar que é o desespero social, a falta de horizonte e perspectiva, o medo e a desesperança que conformam o contexto para ascensão desses fenômenos.

Sua resposta a esse cenário é a violência e o ódio direcionados a determinados grupos sociais, vistos como responsáveis pela crise e por todo infortúnio social vivido. Assim, o fascismo trabalha reacendendo ressentimentos, preconceitos historicamente existentes nas sociedades, construindo bodes expiatórios representados pela oposição e por minorias locais e incitando o ódio contra estas. É construída toda uma narrativa, na qual certos grupos são culpabilizados por todo cenário de instabilidade, de crise, por todo descontentamento. Esse “outro” teria o poder de enfraquecer, degenerar e corromper a nação/pátria/raça, comprometendo a existência, perpetuação e progresso de um povo (POGGI, 2019, p. 74).

Dentre os elementos que contribuíram para essa ascensão, destacam-se na pesquisa mencionada: a) as estruturas sociais e históricas formadoras dos países onde se expressam, derivando na discussão acerca dos preconceitos estruturais, tais como o ódio de classe, o racismo, o machismo, a LGBTfobia, intolerância religiosa etc.; b) o imaginário neoliberal que exacerba o individualismo e a competitividade, arrebatando os laços de solidariedade entre os sujeitos; c) a lógica de comportamento sob a barbárie, que faz com que o ódio seja naturalizado, gerando uma deterioração moral; d) a pouca valorização da democracia frente a uma justiça de transição que não condenou enfaticamente a ditadura (POGGI, 2019).

Mesmo não sendo possível afirmar que se adentrou em um regime de tipo fascista no Brasil, é inegável que as concepções defendidas por Bolsonaro possuem um caráter neofascista. No mesmo escrito, menciona-se que

As concepções ideológicas são fascistas, o horror ao outro é fascista, o temor à oposição, ao debate e à discussão de ideias é fascista, a opção por calar e matar é fascista, a opção pela força é fascista. Garantir “consenso” à força, implementar reformas à força, manter a paz e a segurança à bala, humilhar, diminuir e excluir aqueles que não se enquadram no padrão idealizado de humano e de família. Isso é fascismo (POGGI, 2019, p. 90).

Nesse sentido, na contemporaneidade, a emergência de práticas e ideais neofascistas se relaciona com o esgotamento dos projetos de conciliação de classes capitaneados pelo PT, com a ofensiva neoliberal contra uma intervenção mais ativa do Estado e o crescente processo de proletarianização da população, como discutimos anteriormente ao buscar compreender os elementos que levaram à ascensão de Bolsonaro. Os discursos do presidente eleito em 2018 inflamaram sujeitos para difundir e apoiar, pautados no ódio e na violência, a intolerância, refugiando-se em uma suposta “liberdade de expressão”.

Se a classe trabalhadora brasileira já sofria drasticamente com os ataques promovidos aos direitos sociais, ainda no primeiro ano do governo Bolsonaro, a situação se tornou mais aviltante, em 2020, com a emergência da pandemia de Covid-19⁹⁸. No momento de elaboração dessa pesquisa, o país somava o terceiro maior número de óbitos pela doença, 670.459 pessoas que perderam a vida. Enquanto isso, houve por parte da gestão Bolsonaro uma negação do contexto pandêmico, com uma minimização permanente da situação catastrófica apresentada. A Covid-19, para o então Presidente da República, era vista como uma “gripezinha”⁹⁹, e as medidas de isolamento social, recomendadas pela OMS para conter a propagação do vírus, atacadas com a justificativa, mesmo diante de tantas mortes, de que “a economia não pode parar”¹⁰⁰.

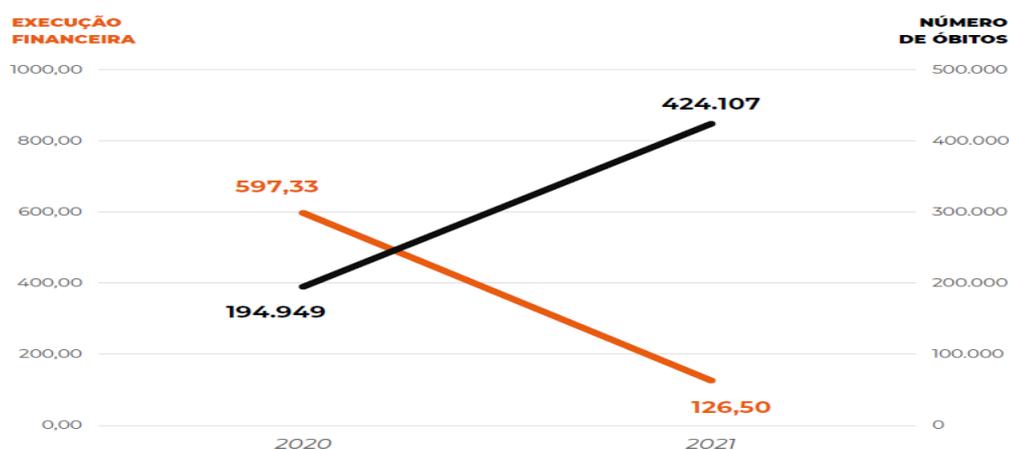
⁹⁸ A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que a origem do vírus causador da Covid-19, o SARS-CoV-2, deu-se na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Em 31 de dezembro de 2019, houve um alerta sobre vários casos de pneumonia, ocasionada por uma nova cepa de coronavírus que não havia sido identificada antes. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, já em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização como uma pandemia, atingindo vários países. No Brasil, o primeiro caso foi registrado em 26 de fevereiro de 2020, tendo os números crescido amplamente nos meses seguintes (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS, 2023).

⁹⁹ BBC. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 09 fev. 2023.

¹⁰⁰ CNN BRASIL. Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-causa-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

Durante a pandemia de Covid-19, constatou-se uma discrepância entre a progressão do número de óbitos no Brasil e o orçamento para enfrentamento da grave situação sanitária. “Enquanto o número de mortes aumentou em 117,5% entre 2020 e 2021, os recursos destinados para combater a pandemia e suas consequências caíram 78,8% para o mesmo período”, aponta o INESC (2022). Isso pode ser verificado nitidamente no seguinte gráfico:

Gráfico 2 – Covid-19: óbitos e orçamento (2020 e 2021)



Fonte: INESC, 2022.

A pesquisa ainda apontou que grande parte dos óbitos por Covid-19 poderia ter sido evitada se os poderes públicos federais, ao contrário da postura negacionista adotada, tivessem atuado para cumprir seu papel de vacinar a população, organizando uma ampla campanha de divulgação das medidas preventivas e implementado ações efetivas de proteção da renda e do emprego, bem como combatido as notícias falsas acerca da doença. A postura do governo federal, na contratendência das medidas necessárias para conter a propagação do coronavírus, foi denunciada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) promovida no Senado. De acordo com o relatório resultante da CPI, foi constatado um atraso na aquisição de vacinas, uma vez que a fabricante Pfizer e o Instituto Butantan ofereceram, em 2020, doses de imunizantes ao Programa Nacional de Imunização (INESC, 2022). A situação se torna mais alarmante, quando se nota que, em detrimento da compra de vacinas cuja eficácia foi devidamente comprovada pelos

meios científicos, o governo tomou uma posição charlatanista de divulgação de uma suposta “intervenção precoce”, sem comprovação científica de eficácia, por meio do uso de uma substância chamada de hidroxicloroquina, indicada para o tratamento da malária.

A pandemia, como assertivamente dissertaram Ávila e Ferreira (2020, s. p.), é resultante da “virulência capitalista, na sua etapa neoliberal, predatória e destrutiva, que se abate sobre o planeta”. Essa “virulência” atingiu/atinge a todos e todas, no entanto, como afirmam as autoras, as condições socioeconômicas foram definidoras de quem estava/está mais exposto ao contágio e, estando contaminado, quem teve mais ou menos condições de se cuidar, ter acesso ao serviço de saúde, à atendimento de qualidade, tendo a chance de sobreviver ou não. Nesse contexto, a desresponsabilização por parte do governo tornou ainda mais evidente a política de devastação social levada a cabo por Jair Bolsonaro.

A pandemia revela as vidas que valem e as vidas que parecem não ter valor. Desvela a ameaça a todos os seres vivos que este sistema nos impõe e as desiguais condições de vida, de moradia e de saúde em que se dá o trágico encontro entre o novo coronavírus e o “minúsculo e frágil corpo humano”. [...] A pandemia revela e aprofunda os efeitos desse sistema capitalista patriarcal e racista sobre a vida humana, sua face destrutiva e predatória. E mostra com toda a sua contundência o grau de desigualdade social de raça, de classe e gênero que nos divide e segrega. Não há dúvida de que a pandemia instaura uma crise social e sanitária geral, mas as condições em que vivemos são totalmente diferentes dependendo do país e do governo que governa esse país, das condições dos seus sistemas de saúde e proteção social, das condições de vida definidas pela classe, pela raça, pela etnia e gênero. As causas da tragédia atual não podem ser tratadas se não consideramos as devastações causadas pelas políticas neoliberais em curso nestas últimas décadas, que aprofundaram os processos de acumulação do capital em detrimento da vida humana, da preservação da natureza e do planeta como um todo (ÁVILA E FERREIRA, 2020, s. p.).

No Brasil, como vimos, a pandemia se espalhou e a ação do governo encontrou e fez do coronavírus sua máquina massiva de morte. Além da discrepância no orçamento para conter o coronavírus, do atraso na compra de vacinas, dos métodos ineficazes de tratamento propagados nas falas públicas, praticamente diárias, o presidente da república expressou desdém em relação à problemática e escárnio em relação às vítimas¹⁰¹. Embora seja precoce uma análise que expresse o fator mais

¹⁰¹ G1. 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

nefasto configurado sob o governo de Bolsonaro, a postura adotada na pandemia, não temos dúvidas, evidenciou o absoluto descompromisso com a vida da população. Nos termos de Demier (2020, p. 75), o neofascismo e o neoliberalismo, representados pelo governo, “arruinaram vidas, empilharam corpos e fizeram desprotegidas milhões e milhões de pessoas que agora são alvo de uma pandemia a qual eles próprios, por meios variados, ajudam a disseminar [...] jogando vidas e vidas nas ‘águas gélidas do cálculo egoísta”.

O contexto pandêmico desvelou os requintes de crueldade de Jair Bolsonaro, o que ocasionou, a nosso ver - ainda que não tenha sido de forma definitiva, uma vez que o bolsonarismo manteve sua força - um desgaste da figura política do presidente, principalmente se levado em conta o conjunto de resistências construído em denúncia ao governo nesse período, entre pannels em meio ao isolamento social e mobilizações de ruas convocadas por movimentos sociais, como as ocorridas em todos os estados do país em 29 de maio de 2021, exigindo o impeachment do Presidente, num primeiro momento, e a vacinação imediata da população. Entendemos que esse desgaste de Bolsonaro por conta da pandemia, em compasso com a possibilidade de uma candidatura do PT fortalecida por uma ampla aliança de partidos, foi um fator que impactou o desempenho de sua campanha à reeleição no ano de 2022.

Em junho de 2019, antes mesmo da pandemia eclodir mundialmente, a mídia alternativa brasileira, em especial o portal The Intercept Brasil, publicou, com base em gravações de áudios, vídeos, fotos e documentação judicial, uma reportagem que atestou a perseguição política, por parte das autoridades judiciais envolvidas na Operação Lava Jato, contra o ex-presidente Lula da Silva¹⁰². Isso levou o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a recomendar o afastamento do Juiz Sérgio Moro do processo. No mesmo ano, o STF também decidiu vetar a prisão em segunda instância, retomando o entendimento de que um réu só pode cumprir pena quando esgotadas todas as possibilidades de recursos na Justiça. Em 8 de novembro de 2019, Lula da Silva deixou a prisão em Curitiba e, em 23 de junho de 2020, após as novas questões citadas que se colocaram no processo, teve as ações contra ele no âmbito da Operação Lavo Jato anuladas pelo STF por conta da parcialidade e suspeição de Sérgio Moro.

¹⁰² THE INTERCEPT BRASIL. As mensagens secretas da Lava Jato. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Com esse cenário, em 2022, Lula pode novamente se colocar enquanto candidato à presidência da República pelo PT, em concorrência com a candidatura de Jair Bolsonaro pelo PL. Na referida eleição, tendo em vista a necessidade evidente de derrotar Bolsonaro para conter o projeto de destruição do país em curso, foi construída uma Frente Ampla de partidos em apoio a Lula da Silva e seu até poucos anos atrás improvável vice, Geraldo Alckimin¹⁰³. Vimos com isso que o avanço conservador, representado pelo governo Bolsonaro, colocou a esquerda, como afirma Arcary (2020, p. 31), “diante de um incontornável debate de estratégia”, essa que, nas eleições de 2022, tomou a forma de um alargado leque de alianças. A postura adotada não foi somente de constituir uma Frente Única de classe em torno de um programa da resistência a Bolsonaro, como defendido durante os quatro anos de governo por algumas forças de esquerda, o PSOL principalmente, mas uma Frente Ampla com forças políticas diversas em torno da defesa da democracia.

Foi configurada, novamente, uma polarização entre a chapa do PT, que recebeu apoio crítico de amplos setores da esquerda, e a candidatura de extrema direita representada por Bolsonaro. Em outros termos, deu-se uma disputa entre um candidato cujo projeto expressa uma tendência neofascista e outro que assume um tipo de reformismo moderado, dividindo o país politicamente e socialmente.

Até mesmo alguns tradicionais representantes do projeto burguês, a exemplo de algumas empresas de comunicação brasileira, expuseram as contradições das falas de Bolsonaro em relação a seu governo durante a campanha eleitoral. Como tratado por Gramsci (2004) ao se referir ao fascismo na Itália, em determinado momento histórico, a burguesia é obrigada a repudiar o que ela mesma criou. Uma afirmação que nos parece ter todo sentido ao analisar a posição desses grupos burgueses na eleição de 2022. A posição da mídia dominante, em especial da Rede Globo – uma das principais alardeadoras das manifestações verde amarelistas golpistas desde 2016 – representou esse movimento. O neofascismo foi um instrumento utilizado na reconfiguração capitalista neoliberal no contexto de crise, apoiado amplamente pela classe dominante, para avançar nas contrarreformas e no desmonte das conquistas da classe trabalhadora. Porém, diante do que representou

¹⁰³ Geraldo Alckimin foi uma figura histórica do PSDB - partido que sempre se colocou em oposição ao PT e protagonizou sucessivas disputas com esse partido nas eleições para a Presidência. Esteve no PSDB por 33 anos e migrou para o PSB, em 2022, com vistas a aliança eleitoral com Lula da Silva, gerando controvérsias na militância petista e de esquerda no geral.

o governo Bolsonaro, houve uma dissolução de parte dessa base de apoio da classe dominante, o que explica o repúdio tardio de algumas parcelas dessa classe explicitado no processo eleitoral. Essas forças buscaram se apresentar como externas aos trágicos acontecimentos ocorridos no país, quando, na verdade, foram forças motrizes dos eventos que levaram ao golpe, à eleição de Jair Bolsonaro e seu governo.

Além de Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), a eleição de 2022 contou com mais nove candidatos(as): Ciro Gomes (PDT); Simone Tebet (MDB); Luiz Felipe d'Ávila (Partido Novo); Soraya Thronicke (União Brasil); Padre Kelmon (PTB); Constituinte Eymael (DC); Sofia Manzano (PCB); Vera Lúcia (PSTU) e Léo Pérciles (Unidade Popular - UP). As pesquisas eleitorais indicavam vantagem de Lula em relação a Bolsonaro, contudo, existia uma imprecisão acerca de se a eleição seria decidida em um único turno, o que, de fato, não aconteceu. Mesmo com a intensa campanha promovida pelo PT e seus apoiadores, sobretudo lançando mão da estratégia política de apontar os equívocos da gestão desastrosa de Bolsonaro nos últimos quatro anos em comparação com os anos da gestão “neodesenvolvimentista” dos governos petistas, a eleição se estendeu ao segundo turno, uma vez que Lula obteve 48,43% dos votos e Bolsonaro 42,20% no primeiro turno.

Para militantes apoiadores e apoiadoras de Lula, o resultado foi motivo de frustração e medo, principalmente pelo crescimento da porcentagem de votos obtidos por Bolsonaro frente ao que indicavam as pesquisas eleitorais. Por outro lado, a equipe de campanha de Bolsonaro utilizou dessa diferenciação entre os números das pesquisas e o resultado das urnas para inferir que o segundo turno seria favorável ao candidato do PL, inclusive por também ter crescido o número de políticos apoiadores e/ou ligados ao bolsonarismo eleitos para os cargos de deputado, senador e governador. Somente para o cargo de Deputado Federal, o PL elegeu 99 representantes, vinte e três a mais do que já tinha, constituindo para 2023 a maior bancada da Câmara, enquanto os partidos vinculados a chapa de Lula elegeram 80 representantes¹⁰⁴. Para o Senado, o bolsonarismo se destacou com as vitórias de cinco ex-ministros do governo (Damares Alves, Sérgio Moro, Rogério Marinho, Marcos Pontes e Tereza Cristina) e do vice-presidente Hamilton Mourão para os cargos. Dos

¹⁰⁴ Cf. AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. PL desponta como maior bancada da Câmara, seguido pela federação liderada pelo PT. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/911504-pl-desponta-como-maior-bancada-da-camara-seguido-pela-federacao-liderada-pelo-pt/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

27 senadores eleitos, 16 se afirmaram como apoiadores de Jair Bolsonaro e 8 como apoiadores de Lula¹⁰⁵. Nos governos estaduais, 14 governadores eleitos declararam apoio a Bolsonaro, enquanto Lula teve apoio de 11¹⁰⁶.

Ademais e fundamentalmente, a candidatura de Bolsonaro contou, ou melhor dito, produziu, aquela que foi considerada a maior utilização da máquina pública a serviço de sua reeleição e, especialmente, do famigerado Orçamento Secreto, abordado anteriormente, mecanismo de transferência de recursos pelo relator do Projeto no Congresso diretamente para parlamentares da base bolsonarista, sem transparência, e com fins deliberados de utilização para a reeleição do Presidente e eleição de candidatos ligados e candidatas ligadas à sua base política.

Para garantir a vantagem eleitoral, a militância em torno da chapa Lula e Alckmin foi intensificada nas ruas e nas redes sociais no segundo turno das eleições. A publicidade na televisão buscou também desvelar a realidade em face das notícias falsas divulgadas por grupos bolsonaristas em relação ao PT. Articularam-se a campanha alguns dos candidatos derrotados. Simone Tebet – que ficou em terceiro lugar na disputa no primeiro turno – se somou amplamente. O PDT também declarou apoio a Lula, ainda que seu candidato, Ciro Gomes, não tenha se manifestado ativamente, somente informando que acompanharia a decisão de seu partido.

Com uma correlação de forças acirrada, em 30 de outubro de 2022, Lula da Silva foi anunciado enquanto Presidente da República eleito no segundo turno. Com a totalização da apuração de todas as seções eleitorais, Lula obteve 60.345.999 votos (50,90% dos votos válidos) e Jair Bolsonaro recebeu 58.206.354 votos (49,10% dos votos válidos), o que significou a eleição do presidente mais votado na história do país. Considerando as primeiras análises feitas sobre o resultado eleitoral de 2022, destacamos a de Arcary:

A eleição de Lula foi uma vitória política gigante, ainda que, eleitoralmente, estreita, por duas razões fundamentais: (a) tratava-se de uma disputa difícilíssima quando consideramos a relação social de forças desfavorável estabelecida no país desde 2015/16 que garantiu, a partir das mobilizações reacionárias de alguns milhões nas ruas insuflados pela Lava Jato, o golpe

¹⁰⁵ Cf. UOL. Dos 27 senadores eleitos, 16 apoiam Bolsonaro e 8, Lula; 3 não manifestam posição. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/03/dos-27-senadores-eleitos-16-apoiam-bolsonaro-e-8-lula-3-nao-manifestam-posicao.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

¹⁰⁶ Cf. PODER 360. Lula tem apoio de 11 governadores eleitos. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/lula-tem-apoio-de-11-governadores-eleitos/>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

institucional contra Dilma Rousseff e a prisão de Lula, a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, e um processo de acumulação de derrotas que passou pela reforma trabalhista, a Lei do Teto dos Gastos e a reforma da Previdência, sem que o desgaste do governo na pandemia, que abriu uma inflexão, fosse suficiente para garantir a massificação da campanha pelo impeachment em 2021; (b) tratava-se de uma disputa difícilíssima, também, quando consideramos a relação política de forças, já que, nos últimos meses, ocorreu uma redução do desemprego e da pressão inflacionária, e o bolsonarismo abusou do poder ao liberar duas dezenas de bilhões de reais, estimulou o assédio patronal, manipulou as redes sociais com campanhas absurdas sobre a legalização de aborto e drogas, implantação de banheiros unissex nas escolas públicas, envenenou os evangélicos com uma cruzada imaginária sobre perseguição das igrejas pentecostais. A vitória de Lula, nesse contexto, foi imensa e explica a mobilização, em escala nacional, de milhões que foram às ruas para celebrá-la e confirmá-la (ARCARY, 2022, s. p.).

Por parte da esquerda, coube o reconhecimento do peso político de Lula da Silva na eleição de 2022, central para a derrota de Bolsonaro, e a necessidade de continuar na resistência para derrotar o bolsonarismo que, por sua vez, já manifestava, diante do silêncio de seu líder, a posição de questionamento das eleições.

Jair Bolsonaro se negou a realizar um explícito reconhecimento do resultado eleitoral, não fazendo, em nenhum momento, seus cumprimentos ao candidato eleito do PT, como é de costume ser feito pelos presidentiáveis derrotados em eleições. Ademais, mesmo tendo que exercer a presidência da república até 31 de dezembro de 2022, o político, pós-eleições, fez pouquíssimas aparições públicas, bem como tratou de, antes de encerrar seu mandato, refugiar-se nos Estados Unidos para evitar cumprir possíveis punições pelos atos feitos durante o governo.

Seus apoiadores e suas apoiadoras, impulsionados e impulsionadas pela não aceitação da vitória de Lula da Silva, passaram a difundir notícias falsas sobre o processo eleitoral e a atuação do TSE, bem como convocações para atos e acampamentos pedindo imediata intervenção militar. Esses atos constituíram uma ameaça aberta à democracia, agravada pela tentativa golpista, em 8 de janeiro de 2023, que depredou, em manifestação bolsonarista deliberada feita em Brasília, as sedes do Supremo Tribunal Federal, do Senado, da Câmara de Deputados e o Palácio da Alvorada. Com isso, mundialmente, ficou publicizado o que exprime o bolsonarismo para a democracia brasileira e a gravidade que a expansão dos grupos de extrema direita representa ainda para o país.

Não obstante as transformações nos rumos da política brasileira em 2023, com um novo governo petista em cena, não devemos abandonar a pertinente análise sobre os acontecimentos desencadeados com o golpe de 2016 e as inflexões operadas na

conjuntura do país desde então. Os processos expostos, em especial a ofensiva da direita, o golpe de 2016 e a eleição e o governo de Jair Bolsonaro, fulcrais para acirramento do corolário neoliberal, causaram, como vimos, um verdadeiro revés no Brasil desde as conquistas democráticas do final dos anos 1980. Ocorreram retrocessos em múltiplas dimensões, sendo os trabalhadores e as trabalhadoras atingidos/as duramente pelas contrarreformas no âmbito da legislação trabalhista, previdenciária, a diminuição dos investimentos nas políticas de saúde, educação, habitação, assistência social etc. Grupos historicamente oprimidos, tais como mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQIA+ sofreram com o aumento desmedido da violência, dos discursos de ódio e com a falta de assistência e proteção por parte do Estado. Foi desencadeado, com o avanço conservador, um processo crescente de perseguição política a intelectuais, artistas e militantes das pautas sociais (MIGUEL, 2019). Ademais, levou-se a cabo uma gestão devastadora no contexto pandêmico, culminando em milhares de mortes de brasileiras e brasileiros. Em suma, esse cenário lançou desafios ainda mais complexos para o sindicalismo, principalmente considerando a ofensiva burguesa contra os direitos da classe trabalhadora e as mudanças na própria composição de classe e as dificuldades de organização. Nessa perspectiva, no capítulo seguinte desta tese, iremos nos deter à análise das posições e estratégias políticas construídas pela principal central sindical brasileira, a CUT, no sentido de identificar as tendências postas em sua atuação.

5 A CUT E OS EMBATES CLASSISTAS PÓS-GOLPE DE 2016

5.1 POSIÇÕES, ESTRATÉGIAS E ALTERNATIVAS FRENTE AO ESTADO NEOLIBERAL E À ATUAL CONFORMAÇÃO DA CLASSE

*“Nós vos pedimos com insistência:
 Nunca digam – Isso é natural!
 Diante dos acontecimentos de cada dia.
 Numa época em que reina a confusão,
 Em que corre o sangue,
 Em que o arbitrário tem força de lei,
 Em que a humanidade se desumaniza...
 Não digam nunca: Isso é natural!
 A fim de que nada passe por ser imutável”.*

Bertolt Brecht

O sindicalismo brasileiro encontra condições adversas para sua organização política no período que esta pesquisa abrange (2016-2022). Como estamos defendendo no estudo, durante os anos 2000, o movimento sindical, especialmente a CUT, demonstrou apoio e acomodação frente à política posta em curso por seu aliado histórico, o PT, que esteve à frente dos governos. A CUT manifestou preferência pela atuação institucional, atuando ativamente nos espaços de negociação e participação articulados pelo governo, ademais compartilhando do seu projeto político-ideológico, ainda que, em termos concretos, houvesse limites, dada a coalizão governamental, de levar a cabo projetos de interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras e sindicais.

Já diante da crise econômica e política, agudizada com o golpe de 2016 que depôs a presidenta Dilma Rousseff, houve um acirramento da agenda neoliberal e, em conjunto com o perfil conformado da classe trabalhadora nesse tempo, foram alteradas as condições de construção das lutas e provocado o que algumas estudiosas compreenderam como “rearranjo das forças sindicais” (GALVÃO E MARCELINO, 2018). A conjuntura aberta pós-golpe de 2016 lança um novo desafio interpretativo da ação coletiva, em especial do sindicalismo cutista que esteve próximo

aos governos petistas. Ademais, articulando como dimensão fundamental que os determinantes do comportamento operário são múltiplos, devendo ser historicamente contextualizáveis. Assim, buscando desvelar as posições, estratégias e alternativas que foram construídas pela CUT frente às mediações da conjuntura pós-golpe de 2016 e à reconfiguração da classe trabalhadora brasileira, nossa pesquisa centrou-se na análise dos documentos sindicais disponibilizados pela CUT com vistas a compreender as tendências prevalentes.

Identificamos a elaboração de quatro cadernos de resoluções aprovados pela CUT, em termos de síntese dos congressos e plenárias realizadas, que abrangem suas análises de conjuntura e estratégias organizativas para o período de estudo elencado na tese. Seguindo o estatuto da central, a realização de congressos e plenárias ocorre a cada quatro anos, sendo que no espaço temporal estudado, em particular no ano de 2017, a plenária nacional tomou a forma de um congresso extraordinário diante das reviravoltas conjunturais ocorridas no país pós-golpe e a necessidade de a central sindical atualizar as posições discutidas no evento anterior.

Quadro 1 – Documentos dos Congressos e das Plenárias da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que abrangem o espaço temporal da pesquisa

Documento	Tema	Data de realização do evento organizativo	Local de realização do evento organizativo
Caderno de Resoluções do 12º CONCUR	Educação, trabalho e democracia: direito não se reduz, se amplia.	13 a 17 de outubro de 2015	São Paulo - SP
Caderno de Resoluções do Congresso Extraordinário da CUT	100 anos depois... a luta continua! Nenhum direito a menos!	28 a 31 de agosto de 2017	São Paulo - SP
Cadernos de Resoluções do 13º CONCUR	Congresso Lula Livre	7 a 10 de outubro de 2019	Praia Grande - SP
Cadernos de Resoluções da 16ª Plenária da CUT	Organização e Unidade para lutar! João Felício e Kjeld Jakobsen	21 a 24 de outubro de 2021	Formato virtual

Fonte: CUT (2016-2022). Elaboração própria.

Durante o processo de pesquisa, encontramos disponibilizadas no site oficial da CUT, particularmente no item “Documentos Oficiais”, um total de 29 notas e moções, das quais nossa síntese levou ao apontamento das seguintes temáticas:

Quadro 2 – Síntese das temáticas contidas nas notas e moções produzidas pela CUT (2016-2022)

Temas de notas e moções (2016-2022)	Contra o golpe de 2016
	Defesa da democracia
	Contra a privatização do pré-sal
	Defesa da Previdência
	Contra o racismo
	Desemprego e trabalho precarizado
	Denúncia do aumento de juros e da inflação
	Contra a carestia
	Apoio e defesa de processos grevistas
	Denúncia de assédio
	Questão ambiental
	Visibilidade Trans
	Solidariedade a militantes
	Apoio à luta das Pessoas com Deficiência (PcD)
	Denúncia da atuação de Bolsonaro durante a pandemia
	Saudação pela derrota de Donald Trump
	Não à guerra na Ucrânia
Defesa de Brigadas Digitais	
Defesa da Lei de Cotas	

Fonte: CUT (2016-2022). Elaboração própria.

Por sua vez, foram encontradas 10 resoluções produzidas pela Direção Nacional da CUT e 26 resoluções produzidas pela Executiva Nacional da CUT, que versaram respectivamente sobre os seguintes temas:

Quadro 3 – Síntese das temáticas contidas nas resoluções da Direção Nacional da CUT (2016-2022)

Temas de resoluções da Direção Nacional (2016-2022)	Crise econômica e política
	Luta contra o golpe
	Greve Geral
	Defesa de direitos
	“Lula Livre! Lula candidato! Lula presidente!”
	Eleições de 2018
	Pandemia e defesa das vacinas
	Fora Bolsonaro
	Eleições 2022

	Vitória eleitoral de Lula e os desafios postos
--	--

Fonte: CUT (2016-2022). Elaboração própria.

Quadro 4 – Síntese das temáticas contidas nas resoluções da Executiva Nacional da CUT (2016-2022)

Temas de resoluções da Executiva Nacional (2016-2022)	Crise econômica e política
	Luta contra o golpe
	Defesa de direitos
	Greve geral
	Fora Temer!
	Contra a contrarreforma trabalhista
	Contra a contrarreforma da previdência
	Paralisações e mobilizações nacionais
	Ações de resistência
	Plataforma das mulheres da CUT para as eleições 2018: nenhum direito a menos!
	Eleições sem Lula é fraude!
	Repúdio ao governo Bolsonaro
	Crise ambiental
	Enfrentamento à pandemia
	Defesa da vida, da renda e do emprego
	Eleições 2020
	Desafios para organização sindical
Eleições 2022	
Vitória eleitoral de Lula e os desafios postos	

Fonte: CUT (2016-2022). Elaboração própria.

Analisando esses documentos, extraímos que as pautas públicas sustentadas pela CUT acompanharam a leitura dos acontecimentos da conjuntura brasileira que discutimos no capítulo anterior, sendo atualizadas na medida em que houve mudanças substanciais no período que se abriu a partir de 2015. A pesquisa aportou a intensificação já nesse referido ano, durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, do levantamento de pautas nas resoluções aprovadas, centralmente, voltadas à

defesa da democracia e dos direitos, ameaçados mediante a crise aberta no período. Notamos um aprofundamento sistemático dessas bandeiras a medida em que a crise se agravava, sendo os posicionamentos, as estratégias e as alternativas forjadas pela CUT articuladas à reafirmação de seu projeto político.

O tema da democracia – exposta como valor estratégico pela CUT –, é abordado em diversas passagens das resoluções aprovadas em congresso, inclusive quando pautadas as reformas estruturais a serem objetivadas. Em torno do eixo sobre a democracia, em 2015, a bandeira da reforma política levantada pela CUT fortemente no 11º CONCUR, realizado em 2014, continuou presente nas novas resoluções. Entre os congressos, chegou a ser construída com mais de 430 organizações sindicais, populares e partidárias, uma campanha reivindicando uma Reforma Política convocada via Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político. Em setembro de 2014, a campanha obteve 8 milhões de votos, desdobrando-se na exigência de um Plebiscito oficial e na realização da Constituinte Exclusiva e Soberana, pauta pública da CUT desde então, justificada como central para alterar a correlação de forças para aprovar reformas favoráveis à maior democratização do Estado.

No fluxo estruturante do seu plano de lutas para o período de gestão iniciado em 2015, com uma posição de fomento a um “neodesenvolvimentismo” sob hegemonia petista, a central similarmente pauta o peso de uma retomada do crescimento econômico como condição para geração de empregos e renda, salientando que o que denomina de “estratégia atualizada e unitária” deve ter em vista a luta por justiça, inclusão social e distribuição de renda, potencializadores das suas lutas imediatas e históricas. Conforme a análise de conjuntura presente no caderno de resoluções do 12º CONCUR, a CUT aponta que há uma mesclagem preocupante de crise econômica e política, que gera instabilidades e incertezas e colocam em risco a democracia e os avanços obtidos durante os governos PT. Reforça um elo de continuidade com o campo político que vem construindo para fortalecimento de um projeto democrático-popular para resistir às forças conservadoras e ao que denomina de “projeto de restauração neoliberal”, mesmo que, em termos concretos, não se tenha rompido com o neoliberalismo para que fosse necessário restaurá-lo.

Embora permanecendo no mesmo campo político do PT e seu governo, focado na conciliação de crescimento econômico e justiça social, a posição da central sindical também conforma uma tensão diante da política adotada por Dilma Rousseff. Afirma:

A CUT rechaça igualmente a atual política econômica do governo, que abre caminho para uma restauração neoliberal. Apresenta propostas de saída para a crise econômica, focadas noutro arranjo macroeconômico e no desenvolvimento de políticas setoriais que impulsionem o crescimento, promovam o emprego, o salário, o trabalho decente e assegurem a ampliação da proteção social e a distribuição de renda. No plano imediato, a CUT deve continuar fazendo a defesa incondicional dos direitos. Seguindo a consigna “Nenhum direito a menos” deve combater e derrotar, com igual ímpeto, a ofensiva dos empresários no Congresso, visando a precarização das relações de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos, contrapondo-se a esta ofensiva com uma agenda com os projetos de lei prioritários para a classe trabalhadora (CUT, 2015, p. 15).

A política errática do governo para enfrentar a crise tem gerado um clima de insatisfação e de incerteza que corrói suas bases de sustentação política e limita sua capacidade de ação, agravando ainda mais o já delicado cenário conjuntural. Não parece haver possibilidade de reversão deste quadro no curto prazo. Dependendo do desfecho deste processo, corremos o risco de perder as conquistas obtidas nos últimos anos em termos de redistribuição de renda, melhoria da qualidade de vida e de diminuição da desigualdade social (CUT, 2015, p. 47).

Ao mesmo tempo em que cria uma tensão com a postura adotada pela presidenta Dilma Rousseff e o avanço de um programa político distinto do defendido no período eleitoral, com a bandeira “Nenhum direito a menos!”, a central sindical também elabora sua análise discordante dos mecanismos de desestabilização do governo orquestrados pelas forças de oposição à direita, a mídia dominante e o poder judiciário. Já direciona sua posição de que estaria em curso um golpe, cujo objetivo seria atingir não só o governo, mas os trabalhadores e as trabalhadoras, os sindicatos e os movimentos sociais que realizam a resistência contra o avanço conservador. Nesse interim, acaba também reforçando a relação que estabeleceu com a política de governo construída pelo PT, salientando na sua crítica ao golpe, as conquistas obtidas nos últimos anos e como os governos petistas transformaram a vida dos brasileiros e das brasileiras. Nos documentos elaborados entre os anos 2015-2022, é comum essa abordagem sobre a conjuntura:

Vários processos convergiram, a partir de 2015, para gerar e impulsionar a crise política em que estamos mergulhados. As forças derrotadas nas eleições presidenciais não se conformaram com a derrota e passaram a armar o Congresso, recomposto com uma representação majoritariamente conservadora, e na sociedade, com o apoio da mídia e de grupos financiados para desestabilizar o governo, a estratégia para apelar Dilma e o PT do governo. Setores da oposição e da direita presentes no Congresso Nacional e no judiciário buscam qualquer pretexto para judicializar a política, para tentar justificar a ação do Congresso de impeachment da presidenta, operação reproduzida em escala ampliada pela mídia, ao sabor apimentado da Operação Lava-Jato. Ganhou as ruas, com a realização de manifestações

de caráter nacional, apoiadas pelas forças conservadoras e pela grande mídia. Foram puxadas por organizações financiadas com recursos de instituições internacionais focadas em desestabilizar governos democrático-populares contrários ao ideário neoliberal. Sem uma agenda clara, que inclui o pedido de volta dos militares e da ditadura ao combate à corrupção, as campanhas serviram para disseminar ódio à esquerda, para criminalizar o PT, rechaçar o governo e pedir o impeachment de Dilma. Com os motes “Nenhum direito a menos” e “Não haverá golpe”, a CUT dará continuidade aos processos de mobilização de suas bases numa demonstração contundente de que resistirá a qualquer tentativa de retirar direitos, precarizar as relações de trabalho (PLC30/15) e de desestabilizar o governo eleito democraticamente, da mesma forma que dele reivindica mudanças de rumo na economia e a implementação do projeto vitorioso nas ruas (CUT, 2015, p. 19).

Para além de impedir Dilma de governar, a direita quer a destruição do PT por saber que é um instrumento fundamental de luta da classe trabalhadora. Quer, igualmente, a destruição da CUT, dos sindicatos combativos e movimentos sociais, como o MST e a UNE, por serem obstáculos a essa avalanche de política conservadora que se articula no Brasil. [...] O lugar da central é nas ruas, consolidando a unidade com movimentos sociais e populares parceiros, cobrando a pauta da classe trabalhadora expressada na Plataforma da CUT para as eleições de 2014 defendendo as conquistas dos últimos 12 anos com os governos Lula e Dilma, que transformaram a vida do povo brasileiro com inclusão social, direitos e dignidade e para reivindicar as reformas que avancem no projeto democrático e popular (CUT, 2015, p. 21).

A Direção Executiva da CUT, em reunião ampliada no dia 26 de abril em São Paulo, reitera seu repúdio ao golpe político em curso no país, perpetrado pelas forças conservadoras, e conclama suas bases a continuarem lutando, ao lado das forças democrático-populares, em defesa da democracia e dos direitos. [...] A maneira como o impeachment está sendo conduzido, sob pretexto de legalidade e do estrito respeito às normas constitucionais é uma fraude, que a CUT continuará rejeitando e denunciando como atentado à democracia (CUT, 2016a, s. p.).

O golpe que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff foi tramado pelas forças que não aceitaram a derrota nas eleições de 2014. Uma conjugação de fatores fortaleceu a ação dos golpistas. A política adotada para combater a crise econômica, oposta à plataforma que a presidenta defendera na campanha eleitoral, provou-se ineficaz e contribuiu para minar suas bases de sustentação social e política. Esse resultado foi explorado pelas forças de oposição no Congresso, o mais conservador da história recente e onde o governo perdera maioria. [...] Foi um golpe contra a democracia, ao suprimir a vontade popular expressa em mais de cinquenta e três milhões de votos. Foi uma ruptura do Estado de Direito, dissimulada como ato constitucional e legítimo. Serviu de atalho para as forças derrotadas seguidamente desde 2002 retomarem o poder com o objetivo de restaurar a agenda neoliberal, impor o Estado mínimo e retirar direitos dos/as trabalhadores/as. Foi um golpe contra a classe trabalhadora (CUT, 2017, p. 8).

Nessa perspectiva, as propostas de ação política construídas voltam-se tanto para a defesa dos direitos ameaçados pelo impulso regressivo tomado pelo governo Dilma Rousseff quanto para uma agenda contra o golpe e em defesa da democracia, amparada na defesa das conquistas obtidas durante os governos do PT. Sustentou, portanto, a manutenção do governo Dilma Rousseff, mas com uma inflexão no

programa em curso, ainda que ambigualmente também reforce o quanto a plataforma política assumida levou a cabo o que a central remonta enquanto conquistas significativas. Tem lugar, no desnudar das crises econômica e política provocada pela desestabilização do governo Dilma, uma série de debates convocados pela CUT em torno de um projeto de desenvolvimento para o país. A posição apresentada como saída para a crise econômica, que aponta as linhas de ação da central sindical, é similar ao projeto já levado a cabo pelos governos do PT: “retomada do crescimento econômico por meio de um novo ciclo de desenvolvimento social com ênfase no emprego e na distribuição de renda, tal como vivenciado no passado recente” (CUT, 2015, p. 47). Para tal, apoia políticas industriais como política de Estado para estruturação de um “projeto de desenvolvimento social e econômico sustentável no longo prazo” (ibid., p. 51), no qual entende ser fundamental o movimento sindical atuar para “fortalecer uma concepção de *envolvimento dos trabalhadores/as* nos espaços de decisão, seja por meio de *fóruns tripartites*, seja por meio da *pressão dentro das fábricas*, para que possam de fato atuar de *modo propositivo nos caminhos do desenvolvimento industrial do país*” (idem, grifos nossos). Grosso modo, busca-se uma retomada do “neodesenvolvimentismo”, baseada, sobretudo, no retorno da agenda apresentada durante o segundo turno do processo eleitoral de 2014, no qual caberia ao sindicalismo o reforço das práticas negociais e propositivas para garantir a efetivação do chamado “desenvolvimento com justiça social”.

A retomada da Política Industrial como modelo de desenvolvimento, que foi um dos motes do governo PT em seus 12 primeiros anos, até o momento não teve sinalização clara de continuidade ou renovação em meio a essa avalanche de medidas que penalizam os/as trabalhadores/as. O fato é que os trabalhadores/as brasileiros/as conquistaram um espaço institucional (conselhos tripartites) e querem continuar ocupando esse espaço não só com suas reivindicações, mas também com suas propostas (CUT, 2015, p. 51-52).

Com o deflagrar do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff no parlamento, apoiado na grande mídia, a CUT se posiciona com protagonismo entre as forças políticas que na esquerda encampam a denúncia de que se trata de um processo de golpe político em curso. No que tange à análise da CUT sobre o golpe de 2016, notamos que são estabelecidas relações dos processos em curso no Brasil com a conjuntura internacional, especialmente levando em conta a conjuntura latino-americana e a ofensiva da direita vinculada aos interesses imperialistas de endurecimento neoliberal.

Na América Latina, nas últimas duas décadas, a ascensão de uma série de governos de esquerda promoveu importantes reformas sociais, reduzindo a pobreza e a miséria, assim como a desigualdade em suas múltiplas dimensões. No entanto, a desaceleração da economia mundial nos últimos anos e a queda no preço internacional das commodities (matérias-primas) tiveram um forte impacto negativo nas economias da região. Foi essa nova conjuntura que facilitou a ofensiva da direita latino-americana – articulada com os interesses do império norte-americano e os do capital internacional – por meio da aliança entre partidos tradicionais, setores do judiciário e mídia empresarial e a retomada de governos com clara orientação neoliberal [...]. As forças conservadoras atuam de forma articulada para gerar instabilidade e crises em nosso continente, com o claro objetivo de restabelecer a agenda neoliberal [...] (CUT, 2017, p. 6).

Ganha relevância, a partir do processo do golpe, o desenho de uma estratégia de denúncia internacional do que estava em curso no país, o que, podemos afirmar, deu o sentido político da ação internacional da Central. Em âmbito internacional, reafirma-se uma posição de defesa de soluções diplomáticas para resolução de conflitos, sendo contrária aos golpes de Estado e guerras levadas a cabo por potências imperialistas. Já a ação internacional, conforme salienta, priorizou a denúncia do golpe de 2016 no Brasil, o desmonte do Estado, a agenda de retirada de direitos, a defesa da liberdade sindical, o respeito à autodeterminação dos povos e o fortalecimento das relações sul-sul (CUT, 2017). A CUT denuncia a “captura das democracias pelo poder econômico” (CUT, 2015, p. 16), reivindicando como desafio a “regulação do capital financeiro”, porém existe uma fragilidade nas ações propostas para esse fim, sendo estas limitadas à ampliação da informação sobre temas variados, a exemplo de direitos, formalização do trabalho, formação sobre cidadania e apoio à organização sindical para trabalhadores e trabalhadoras fora do país e imigrantes no Brasil. Por sua vez, a articulação internacional, em sua estratégia, é centrada no fortalecimento da ampliação da ação solidária entre trabalhadores e trabalhadoras por meio do Instituto de Cooperação da CUT (IC-CUT), no qual

a CUT continuará investindo em programas que visam ampliar a compreensão dos dirigentes sindicais sobre o cenário global e o papel que vem desempenhando para fortalecer o sindicalismo internacional. Fortalecerá o caráter internacional da classe trabalhadora com ações que promovam a aliança entre organizações de trabalhadores/as em empresas multinacionais. Fortalecerá também a luta contra as políticas recessivas geradas pela crise internacional do capitalismo, que ampliam a exploração do trabalho, violam direitos dos/das trabalhadores/as, criminalizando a organização sindical de trabalhadores/as em várias regiões do mundo (CUT, 2015, p. 16).

A partir da conjuntura aberta em 2016, a postura de recusa do programa neoliberal se acirra nas posições traçadas pela CUT, sobretudo após a destituição da presidenta Dilma Rousseff, cujo governo, como vimos, embora tenha tido algumas de suas medidas contestadas pela CUT, possuía base de sustentação no sindicalismo cutista. No período pós-golpe, portanto, notamos que a central assumiu uma postura de rejeição aos governos e suas políticas, somando-se ao campo de oposição junto a outros movimentos sociais e fortaleceu sua atuação na Frente Brasil Popular, esforço de unidade do chamado campo popular na convocação de mobilizações sociais desde 2015. Em seu plano de lutas referente ao ano de 2016, a Direção da CUT evidenciou como prioridade os seguintes pontos:

Quadro 5 – Plano de lutas da CUT (2016)

Luta contra o golpe	Manter a luta contra o golpe como prioridade da CUT
	Organizar Jornada de Luta em Brasília em parceria com as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo
	Atuar em conjunto com os movimentos populares em outras capitais, organizando manifestações de rua, vigílias
	Continuar a discussão com a base sobre o golpe, mostrando de forma didática seu significado
Fora Temer! Não à PEC 241 – Dia Nacional de Paralisação rumo à greve geral	Continuar a preparação da greve geral como instrumento para defender os direitos e combater o governo golpista
	Ir esquentando os motores para a greve geral, através do trabalho de base
	Fazer paralisações parciais para continuar esquentando os motores e preparando as bases para o embate
	Unificar a luta e a preparação da greve geral através de campanha nacional pela defesa dos direitos: Nenhum Direito a Menos!
	Articular a pressão no Congresso e sobre os parlamentares contra a retirada de direitos com a mobilização da greve geral
	Jogar peso nas campanhas salariais
	Buscar unidade com outras centrais sindicais

Fora Temer! Não à PEC 241 – Dia Nacional de Paralisação rumo à greve geral	Envolver movimentos sociais na mobilização rumo à greve geral, indo as ruas e usando formas criativas de sensibilizar a população (ações culturais envolvendo artistas populares)
	Participar ativamente da construção da 2ª Conferência Nacional da Frente Brasil Popular
	Aproveitar a discussão e mobilização das eleições municipais para fortalecer a resistência ao governo golpista
	Organizar caravanas nas regiões para fortalecer a resistência ao governo golpista
	Desenvolver campanha em defesa do pré-sal
	Organizar grupo de dirigentes e assessores para coordenar a ação contra o golpe e de preparação da greve geral
Defesa do emprego e ação contra demissões	Desenvolver ações em defesa do emprego em todas as categorias, com ênfase nas regiões mais atingidas por demissões
	Organizar com os movimentos sociais e populares formas de defesa do emprego, como assembleias, manifestações de rua e pressão social

Fonte: CUT (2016b). Elaboração própria.

Conforme a análise expressa nas resoluções do Congresso Extraordinário ocorrido em 2017, o contexto demandou da CUT uma agenda complexa de ações em defesa do trabalho, tendo em vista que o objetivo desse processo foi a implementação da agenda neoliberal. Com a mudança conjuntural após o declínio dos governos petistas, a perspectiva adotada é de “repúdio e resistência” (CUT, 2017, p. 2) ao governo Temer – considerado ilegítimo - e às contrarreformas em curso, aportando uma luta “para derrotá-lo, resgatar e consolidar a democracia, revogar as medidas nefastas implementadas pelos golpistas e criar condições para um novo ciclo de desenvolvimento” (idem). A CUT toma uma posição que repudia a nova política em curso, mas que permanece tendo como horizonte a recomposição do que chama de ciclo de desenvolvimento, seguindo a tendência já constatada nos posicionamentos expressos nos dois anos anteriores.

É um governo que usurpou o poder através do golpe e que se curva à pressão do poder econômico e aos interesses das potências imperialistas. É um governo que não reconhecemos e contra o qual lutaremos com todas nossas

forças, junto com os setores democrático populares representados pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo para derrotar o golpe e reestabelecer o mandato popular e a democracia (CUT, 2016c, s. p.).

[...] O cenário atual aponta que o espaço de manutenção dos ganhos sociais do período anterior se encontra cada vez mais estreito. Diante disso, não se trata apenas de uma luta defensiva pelo retorno a um cenário benéfico aos trabalhadores(as), mas principalmente a busca por preservar uma visão de Estado que, mesmo com todas as suas limitações, foi fruto de um longo processo político (CUT, 2017, p. 11).

A resposta aos ataques contrarreformistas por parte do governo e ao desmonte de direitos no período pós-golpe se expressa no crescimento do número de greves, se comparado ao período dos governos do PT, como se vê no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Greves no Brasil (2016-2022)



Fonte: DIEESE (2016-2023). Elaboração própria do gráfico.

Ainda que possa ser notado uma queda no número de greves no gráfico, ainda são números superiores aos registrados em grande parte do período de governos petistas (mostramos um gráfico com esses dados em capítulo anterior). Ademais, no período pós-golpe de 2016, constatamos a emergência de formas de resistências construídas pela CUT, em articulação com outras organizações e movimentos sociais, incluindo a retomada da construção de greves gerais, colocada como ação estratégica da CUT.

Foram contabilizados três protestos de dimensões nacionais contra as reformas previdenciária e trabalhista propostas pelo governo federal: a greve do dia 15 de

março, a greve geral do dia 28 de abril e os protestos e paralisações do dia 30 de junho, em 2017 (DIEESE, 2018). As mobilizações contaram com a participação expressiva de movimentos populares unificados pela Frente Povo Sem Medo e pela Frente Brasil Popular, uma tendência constatada nas lutas levadas a cabo no período estudado. A CUT, em seus documentos, destaca como parte de sua estratégia permanente a promoção de alianças com organizações representativas dos setores populares e democráticos, sendo as Frentes de Luta espaços que ganharam relevância na conjuntura recente. Analisamos que a CUT enfatizou em suas resoluções o compromisso com o fortalecimento da organização desses espaços e suas intervenções, incorporando-se na construção das ações nas diferentes instâncias das Frentes.

As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo são atualmente espaços fundamentais de articulação da CUT e das organizações que as impulsionam para promover a unidade da esquerda brasileira e o enfrentamento de classe contra a direita. O seu fortalecimento é um desafio e uma prioridade estratégica para a CUT (CUT, 2017, p. 47).

A relação da CUT com os movimentos sociais e organizações representativas dos setores populares e democráticos é parte de uma estratégia permanente da Central de promover alianças que fortaleçam nossas lutas. [...] A CUT seguirá atuando pela unificação das duas frentes e pela manutenção e expansão do sindicalismo cutista na sua construção, buscando unidade em torno de reivindicações e pontos políticos que apontem para a construção de uma nação livre, democrática e soberana (CUT, 2019a, p. 9).

Por sua vez, no campo da oposição, a CUT atuou em dois sentidos em relação ao governo de Jair Bolsonaro: aquele voltado à expressão de sua posição pelo “fim do governo” e aquele voltado à organização e mobilização pelo “Fora Bolsonaro”. Somado a isso, identificamos a intensificação da campanha pública em favor de “Lula Livre”, denunciando a prisão de Lula da Silva como parte orquestrada do golpe.

Estamos vivendo uma fase avançada do golpe iniciado com o impeachment da presidenta Dilma, que se desdobrou na condenação ilegítima e prisão ilegal do ex-presidente Lula e que levou à eleição fraudulenta do atual Presidente da República. Não é uma situação de normalidade democrática. O atual governo vem adotando medidas extremamente hostis ao movimento sindical, com o objetivo de destruir sua capacidade de resistência, e aos setores mais pobres da população, expressando seu compromisso com as forças conservadoras e autoritárias que o elegeram e a mais completa sujeição dos interesses públicos à lógica do mercado, hegemônico pelo capital financeiro (CUT, 2019b, s. p.).

Nessa resistência ao governo e suas medidas regressivas ao trabalho combinado à luta pelo “Lula Livre”, pela primeira vez foi organizado um ato unitário de 1º de maio, em 2019, com a participação das Frentes de Luta. Para a construção nas capitais brasileiras e principais cidades do interior, coube às Estaduais da CUT articular manifestações culturais com falas políticas, cuja tônica foi a convocação de greve geral contra o desmonte da previdência social, a defesa do emprego, de salário decente e de Lula Livre, em articulação com movimentos sociais e populares. Fruto dessas articulações políticas em curso, ocorreu a greve geral de 14 de junho de 2019, com mobilizações em todas as regiões do país.

Já com o espraiamento da pandemia de Covid-19, a CUT acirrou sua denúncia ao governo Bolsonaro, registrando em seus documentos produzidos a articulação posta entre neoliberalismo, conservadorismo e negacionismo em desfavor dos interesses da classe trabalhadora.

O ano de 2020 ficará, por muito tempo, registrado na memória coletiva da humanidade. O planeta já vivia as consequências da maior crise do sistema capitalista mundial, agravada por uma pandemia global de proporções não conhecidas pela atual geração. O resultado é o trágico aprofundamento da situação da classe trabalhadora e dos povos, com o adoecimento e morte de milhões de pessoas em todo o mundo. [...] A pandemia encontra o Brasil afundado em uma crise econômica, social e política. O governo Bolsonaro adicionou à destruidora política neoliberal os ingredientes do conservadorismo, da ignorância e da intolerância produzindo mais desigualdade, violência e exclusão social (CUT, 2021b, s. p.).

Fortalecendo essa posição de crítica ao governo Bolsonaro na gestão da pandemia, a 16ª Plenária da CUT, realizada em 2021, deu prioridade à defesa da vida diante da aguda crise sanitária instalada com a pandemia de Covid-19 e a política negacionista levada a cabo pelo presidente. Ademais, foram debatidas e aprovadas resoluções na perspectiva de construção de um plano de luta em defesa da classe trabalhadora, contra a carestia, pela geração de emprego decente e fortalecimento da democracia.

[...] o fortalecimento da organização da classe em defesa da vida, dos direitos e da democracia é urgente. [...] Para isso, a batalha principal é levar a classe trabalhadora a um novo patamar de organização e luta e, fundamentalmente, de resistência à política de destruição de Jair Bolsonaro [...] O governo Bolsonaro, desde o início, minimiza a crise sanitária, nega a ciência e todas as suas posturas até agora, como a indicação de medicamentos comprovadamente ineficazes para tratar a Covid-19, o atraso na compra de vacinas e a sua jornada contra medidas de segurança como o uso de máscaras e o isolamento social, contribuíram para que o Brasil figurasse

como um dos epicentros da doença no mundo. [...] No contexto da pandemia, a CUT propõe ações e estratégias que incluem a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), aquisição de vacinas para toda a população, direitos básicos como alimentação, saneamento, além do auxílio emergencial de R\$ 600 para informais e desempregados. A luta em defesa da vida também se dá pelo combate à fome no Brasil, que aumentou desde que Bolsonaro assumiu o poder e se intensificou por causa da crise econômica aprofundada pela pandemia do coronavírus (CUT, 2021a, s. p.).

Na estratégia cutista no contexto pandêmico, a pesquisa revelou que na ação sindical também foram concretizadas campanhas de solidariedade em apoio aos desempregados e desempregadas e à população periférica, ademais a continuidade da luta em defesa de direitos por meio de ações de negociação coletiva. Foram desenvolvidas o que a central nomeia de “novas formas de articulação e mobilização”, através da utilização da internet, redes sociais e manifestações simbólicas.

A CUT projetou o ano de 2020 como um ano de muitas lutas. Ele já se iniciou com uma greve geral histórica dos petroleiros, com um 8 de março de luta das mulheres e com uma greve nacional em defesa da educação e dos serviços públicos, frustrada pelo agravamento da crise sanitária, a greve dos correios e atos simbólicos presenciais. Em aliança com centrais sindicais e movimentos populares, produzimos um conjunto de propostas para o enfrentamento da pandemia, sistematizadas em nossa plataforma emergencial, apontando ações tanto em relação às questões sanitárias quanto aos desafios econômicos e sociais. Pressionamos o Congresso Nacional pela criação do auxílio emergencial e de programas de proteção ao emprego, obtendo vitórias sobre a perversidade do governo federal que pretendia suspender contratos, sem a manutenção de salários e pagar apenas R\$ 200 pelo auxílio emergencial. *Apesar da pandemia o ano foi de muita luta e resistência. Aprendemos novas formas de articulação e mobilização, utilizando a internet, as redes sociais e as manifestações simbólicas.* Realizamos um ato unificado histórico de Primeiro de Maio, com a audiência de milhões de pessoas pela TV, Rádio e Internet. Foram centenas de ações virtuais buscando alertar e mobilizar a população e os trabalhadores sobre a gravidade da pandemia e a continuidade dos ataques aos direitos dos trabalhadores e as conquistas do povo brasileiro (CUT, 2021b, s. p., grifos nossos).

Articulando resistências também via Frentes de Luta, cabe pontuar que, embora conte com a participação do sindicalismo, não o tem como seu protagonista, na trilha do que ocorreu na década de 1980. Entendemos que essa dimensão é sintomática do contexto de crise sindical, no qual diante das dificuldades existentes de organização das centrais e seus sindicatos, outros movimentos e formas de organização, que não aquelas ditas tradicionais, conseguem aglutinar uma militância em favor de suas bandeiras particulares. Sobre isso, nos documentos cutistas identificamos também ponderações quanto às formas de organização em emergência,

vinculadas à defesa da permanência da atualidade das formas de organização tradicionais.

A CUT considera, no entanto, que as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo não substituem os partidos, as centrais sindicais e as entidades que as compõem. A diversidade das Frentes é uma fortaleza que deve ser valorizada, garantindo o protagonismo das diversas organizações nas ações, pois isto amplia o alcance das nossas bandeiras e fortalece nossa unidade (CUT, 2017, p. 48).

Ainda nesse intuito de aglutinação de forças e na construção de uma articulação da unidade entre as centrais sindicais brasileiras para contrapor o desmonte dos direitos no contexto de ofensiva neoliberal, ao mesmo tempo diante da necessidade de afirmação do papel sindical, foi realizada a III Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 2022, cujo tema foi “Emprego, direitos, democracia e vida”. Essa CONCLAT contou com a participação de nove centrais sindicais, entre elas: CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NSCT, CSB, Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, Pública – Central do Servidor e Intersindical – Instrumento da Classe Trabalhadora. O documento produzido a partir dessa articulação, a chamada “Pauta da Classe Trabalhadora”, levantou como prioridades questões que dialogaram tanto com as demandas propriamente vinculadas ao mundo do trabalho diretamente quanto com o campo da reprodução social da classe, a exemplo da desindustrialização, desemprego, precarização do trabalho, carestia e miséria no país.

Observou-se um elemento inédito no que tange ao processo histórico da luta sindical no país, uma vez que o posicionamento assumido pelas centrais em relação aos governos foi de unidade na contraposição, sobretudo ao governo de Jair Bolsonaro. Na Pauta da Classe Trabalhadora 2022, já nos elementos introdutórios do documento, identificamos uma abordagem de repúdio às medidas do projeto neoliberal de Michel Temer e Jair Bolsonaro, que enfraqueceram o Estado, degradaram a economia e aviltaram as condições de vida e trabalho.

Os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, desde 2016, vêm implementando uma agenda neoliberal, reduzindo o papel do Estado, limitando as políticas públicas e enfraquecendo a capacidade de investimento público, o que aprofunda a opção por um Brasil exportador de matéria-prima e importador de bens industrializados. [...] O governo Temer iniciou a retirada de direitos aprovando a Contrarreforma Trabalhista e a Emenda do Teto de Gastos (EC 95/2016), medidas que jogaram milhares de brasileiros e brasileiras no subemprego, desmontaram os serviços públicos e limitaram o

acesso de grande parte da população aos direitos sociais. O governo de Jair Bolsonaro, com a Contrarreforma da Previdência e a tentativa de aprovar a Contrarreforma Administrativa, acentua a desproteção à população [...]. Essas são algumas das inúmeras medidas do pacote neoliberal que buscam intensificar ainda mais a exploração da classe trabalhadora, retirando direitos e impondo a necessidade de trabalhar em más condições e com baixa remuneração. Esse modelo beneficia apenas os capitalistas nacionais e internacionais articulados pelos oligopólios e o sistema financeiro internacional, acirra os ataques à classe trabalhadora e corrói as bases para geração do trabalho decente (CONCLAT, 2022, p. 7-8).

Nesta CONCLAT, as centrais também expuseram uma avaliação crítica da postura do governo na gestão da pandemia de Covid-19, tendo em vista que nem os desafios postos no contexto pandêmico “impediu o governo federal de disseminar o negacionismo, o desprezo pela vida, a destruição do meio ambiente, a asfixia financeira do povo e os ataques à democracia, entre outras medidas regressivas” (CONCLAT, 2022, p. 8).

O contexto demonstrou a urgência de um debate sobre a democratização dos meios de comunicação, do qual o governo Dilma Rousseff recuou, mas que se tornou pauta prioritária defendida pela organização em processos de articulação com outros movimentos sociais, em uma luta que ganha força na conjuntura brasileira e latino-americana na primeira década dos anos 2000 e se intensificou durante o Governo Dilma.

Pauta que teve uma sinalização favorável do governo no início desse segundo mandato, ainda que na forma de regulamentação, para logo depois recuar, alegando que o clima político não dá abertura para tal iniciativa. [...] A CUT entende ser necessário continuar a luta pela pluralidade e diversidade da informação, no qual os trabalhadores possam ter vozes, vezes e um novo marco regulatório. Esse paradigma da comunicação, voltado para o lucro e a serviço da manipulação política, precisa ser quebrado (CUT, 2015, p. 25).

Com efeito, a estratégia cutista foi focada no fortalecimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), composto por diversos movimentos sociais, por meio de participação nos espaços de construção e engajamento no processo de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) para um novo Marco Regulatório da Comunicação no país. Além disso, a central abordou a construção de canais alternativos de diálogo com a sociedade, como TVs e rádios comunitárias e espaços online, compreendendo as redes sociais “para além do entretenimento, como ferramentas estratégicas” (ibid., p. 26), que podem garantir conexão de pessoas alinhadas a objetivos comuns. Deste modo, aportou para

construção de uma “Rede CUT” como peça chave na política de comunicação da central, unificando a publicização de informações.

Com o espraiamento da comunicação via redes sociais e seguindo tendência de demais organizações políticas no sentido de dialogar com a sociedade, a Política de Comunicação da CUT é compreendida como fundamental para a própria sobrevivência da organização frente aos ataques às conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A comunicação sindical deve exercer um novo papel cumprindo a tarefa de informar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora, utilizando as novas mídias, compartilhando produções e atuando em rede solidária. [...] É preciso qualificar conteúdos, formar dirigentes sindicais em comunicação, desenvolver a arte da conversação e da fala em público, valorizar produções de vídeo independente e atuar em novas plataformas, oferecendo informações diferentes das divulgadas pelos interesses comerciais e ideológicos dos grupos de comunicação, que estão nas mãos de poucas famílias com grande poderio econômico (CUT, 2017, p. 71).

A estratégia de comunicação, podemos apreender, ganha força como esforço de diálogo com a classe trabalhadora mais além das bases organizadas e vinculadas à Central no contexto de adensamento da disputa ideológica que marcou o Brasil pós-golpe de 2016 e diante da ofensiva da extrema direita, como também para responder à importância que as redes sociais e plataformas assumiram como espaço de expressão de visões e interesses e, podemos afirmar, de conformação de uma nova sociabilidade e formas organizativas. Com o contexto regressivo e antidemocrático instalado pelo governo Bolsonaro, e notadamente na pandemia de Covid 19, a comunicação assume ainda mais relevância para o conjunto das organizações e movimentos sociais no país e em toda a região latino-americana, assim como para a profusão de debates, lives e campanhas próprias e articuladas no contexto de isolamento social.

Podemos, portanto, inferir que a CUT assume lugar relevante, com a estratégia de comunicação, aportando instrumentos de expressão para o campo político, a exemplo da Rede CUT, de diálogo com a classe trabalhadora diversa e difusa em sua morfologia por meio das plataformas de comunicação e de novas táticas de mobilização por meio das Brigadas Digitais. Porém, nossa análise nos leva a afirmar também que, em termos da Política de Comunicação, existem limites, uma vez que a incorporação de práticas via redes sociais por parte da CUT, ainda que busque construir um instrumento que amplie a atuação nesse universo, não tem tido o mesmo

peso da expansão da nova direita, sobretudo com vistas ao enfrentamento dos métodos que a caracterizam no espaço digital: o uso de robôs e a difusão de fake news.

Além da abordagem em oposição aos governos, a CUT demarcou sua posição sobre a configuração assumida pelo Estado. Durante a pesquisa, evidenciou-se uma abordagem crítica explícita sobre a hegemonia neoliberal, o que se alinha, segundo a própria CUT, com a proposta de atualização do projeto organizativo do sindicalismo para enfrentar os processos de mercantilização e individualização forjados.

Será uma luta contra-hegemônica, na qual o sindicato terá um papel importante. A ideologia do capital funda-se na lógica do lucro, da competição e da supremacia do mercado em detrimento dos direitos, da solidariedade e da democracia. O neoliberalismo aprofunda essas ideias buscando totalizar a tudo e a todos na lógica da mercantilização e da individualização das relações, produz exclusão e, na sua forma mais extrema, ódio e violência. Para a CUT, o enfrentamento desta realidade passa pela necessária *atualização do projeto organizativo do sindicalismo*, processo que leva à recuperação da solidariedade da classe trabalhadora e ao fortalecimento de valores e princípios que contestam o ideário neoliberal (CUT, 2019a, p. 10, grifos nossos).

Na sua análise sobre a configuração assumida pelo Estado, a CUT compreende que se trata, como já apontamos desde o documento de 2015, de uma “restauração neoliberal” (CUT, 2015; 2017), que viabiliza um “modelo econômico de retrocesso” (CUT, 2017, p. 10). Além disso, aborda esses processos como resultado direto do golpe de 2016 e do projeto de coalizão de forças golpistas, compreendendo que as lutas passam a ser travadas em “contexto adverso”.

A Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT, reunida em São Paulo, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2016, ao analisar a conjuntura internacional e nacional, destaca como principal elemento a ofensiva neoliberal, comandada em escola global pelo capital financeiro que tenta impor no mundo e no Brasil o Estado Mínimo, as privatizações, o ajuste fiscal, a redução da proteção social e a mudança na legislação trabalhista. [...] No Brasil, esta situação é agravada pelos desdobramentos da crise econômica e política, levando a CUT a intensificar sua ação na defesa incondicional dos interesses da classe trabalhadora. Não aceitaremos nenhuma medida que penalize os(as) trabalhadores(as) com ônus de uma crise que não criamos (CUT, 2016d, s. p.).

As iniciativas não deixaram dúvidas em relação à agenda política daqueles que tomaram de assalto o poder: a subordinação dos interesses sociais à lógica do mercado, submetendo milhões de brasileiros à dinâmica da rede privada de serviços que deveriam ser públicos e mantendo a maioria mais pobre da população refém de políticas públicas cada vez mais reduzidas e precárias. Revelam a desfaçatez das forças golpistas que romperam o Estado de Direito para impor à sociedade uma nova forma de gestão do fundo

público: em vez de ser usado para reduzir desigualdades sociais, é desviado em proporções cada vez maiores para setores rentistas como pagamento da dívida pública (CUT, 2017, p. 9).

Não será uma luta fácil, pois será travada num contexto adverso. A classe trabalhadora já enfrentou situações piores no passado e venceu. No entanto, é preciso reconhecer que partimos de uma correlação de forças desfavorável, onde uma conjugação de forças poderosas nos impôs, nos últimos anos, derrotas significativas. Mas é um quadro que pode ser revertido (CUT, 2019a, p. 7).

Nos documentos analisados encontramos posicionamentos sobre: a defesa da educação pública, particularmente, favorável à manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e contrários à Reforma do Ensino Médio e ao Projeto Escola Sem Partido; contra a estratégia de ajuste neoliberal, no que diz respeito aos pacotes de privatizações, concessões, vendas de ativos e transferência da gestão pública para Organizações Sociais (OSs) e à Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos o orçamento para políticas sociais.

A CUT combaterá em todas as suas frentes de luta a reforma neoliberal do Estado brasileiro. [...] A Emenda Constitucional 95 e o Plano de Privatizações que está sendo executado pelo governo Temer demonstram que está em curso a implantação de um outro modelo de Estado, onde não cabem políticas públicas e sociais inclusivas e não há lugar para trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. [...] O corte de programas sociais, de programas de fiscalização, de verbas para a saúde e educação, trarão mais miséria, insegurança e desemprego para todos e todas (CUT, 2017, p. 40-41).

Os entreguistas estão destruindo o patrimônio nacional em nome de um receituário neoliberal que privatiza e reduz o Estado ao máximo, colocando-o a serviço das classes sociais mais ricas e dos grandes interesses econômicos, sobretudo internacionais. Mas a população brasileira, em sua maioria, não aprova as privatizações. Ela sabe que os brasileiros perdem e quem ganha são os empresários, os acionistas e os investidores (CUT, 2019a, p. 66).

Com base nessa posição, a estratégia assumida remeteu à realização de campanha em defesa do serviço público e denúncias sobre os efeitos concretos dos cortes realizados e das mudanças efetivadas; articulação com outros movimentos sociais e políticos visando organizar a resistência e a luta contra os retrocessos, em torno tanto da campanha pela revogação da Emenda Constitucional 95 quanto da luta pela aprovação de diretrizes orçamentárias voltadas à sustentação de programas sociais e políticas públicas; campanha sistemática contra a privatização; articulação

de lutas nas diferentes esferas do serviço público e, por fim, construção de uma plenária das entidades do serviço público.

Desde 2015, foi possível identificar uma posição de crítica da CUT sobre os projetos que visaram atingir também os direitos trabalhistas, dando ênfase, sobretudo, àqueles voltados ao tema da expansão da terceirização.

[...] A CUT enfrentou no último ano uma dura batalha contra a proposta de expansão da terceirização. Conjuntamente a este projeto, há outros em andamento que propõem retirada de direitos. Durante o período eleitoral tivemos a garantia da presidenta em não mexer em direitos trabalhistas já conquistados, o que diante de possibilidade de retrocessos é um grande avanço, mas ainda é pouco. A CUT deve ser capaz de apresentar uma agenda sindical em uma perspectiva da centralidade do trabalho contra a agenda neoliberal. Devemos enfrentar a ofensiva dos empresários, do governo federal e do Congresso Nacional pela retirada dos direitos (MPs 664 e 665) e pela precarização das relações de trabalho (PLC 30/15). As MPs 664 e 665, que alteram prazos de carência e diminuem o número de trabalhadoras e trabalhadores com direito ao seguro desemprego, ao abono salarial e pensão por morte e auxílio-doença, são ataques a direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora. No Congresso Nacional, a luta é também contra o PLC 30/2015, que libera a terceirização de um modo geral, no serviço público e nas empresas (públicas e privadas), e contribui para retirar direitos trabalhistas, aumentar o emprego precário, reduzir salários e colocar em risco a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Defendemos que seja proibido qualquer tipo de terceirização (CUT, 2015, p. 22).

A terceirização não permite a construção de vínculos afetivos, profissionais, de categoria e nem na comunidade em que o trabalhador e a trabalhadora estão inseridos, devido a rotatividade de funções e locais de trabalho. A precariedade do setor terceirizado também se mostra evidente com o alto índice de calotes das empresas terceirizadas que, principalmente ao final dos contratos de trabalho de serviços, não arcam com as obrigações trabalhistas, tendo como consequência o não pagamento dos direitos trabalhistas. A CUT deve continuar a mobilização para barrar a aprovação do PL4430/04 (atual PLC 30/15) no Congresso Nacional, assim como os demais projetos de lei em tramitação que tenham como premissas a precarização das relações de trabalho, e exigir a fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, delegacias e sindicatos, para proteger os trabalhadores e fazer garantir seus direitos (CUT, 2015, p. 33).

A contrarreforma trabalhista e a contrarreforma da previdência são também pautas repudiadas pela central sindical, que assume uma posição de crítica sobre ambos os processos levados a cabo pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

No dia 11 de julho, o Senado aprovou a Lei 13.467, sancionada sem modificações pelo presidente ilegítimo Michel Temer. A antirreforma trabalhista, que entrará em vigor no dia 11 de novembro de 2017, promove a maior e mais profunda alteração no Direito do Trabalho brasileiro. É nefasta em toda sua extensão. Trata-se de uma lógica de individualização das relações de trabalho e de desconstrução da proteção coletiva. [...] A CUT é radicalmente contrária à antirreforma trabalhista. Lutará por sua revogação e pela aprovação de um novo instrumento de regulação das relações de trabalho elaborado pela Central (CUT, 2017, p. 13-14).

A antirreforma da Previdência foi apresentada através da PEC 287. Desrespeitando a Constituição, por ferir o princípio que veda retrocesso social, a proposta é extremamente perversa com a totalidade dos segurados. [...] A proposta é inoportuna e autoritária. O que o governo propõe não é uma reforma, mas a destruição da previdência pública e da própria seguridade social asseguradas como direito pela Constituição de 1988. Seu objetivo final é restringir o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais, além de diminuir o valor dos benefícios, para abrir espaço aos fundos privados de pensão (CUT, 2017, p. 14).

Nas resoluções aprovadas em congresso extraordinário, é possível identificar uma evidente postura de combate às contrarreformas, denunciando os desmontes provocados na organização sindical e revelando que visam atender os interesses da classe dominante, sendo a verdadeira razão do golpe. Em que pese esse aspecto, a própria organização reconhece que as mobilizações promovidas, aglutinando um leque de alianças, foram “insuficientes para derrotar os empresários e demais segmentos das forças conservadoras” (CUT, 2017, p. 20) e seus projetos regressivos. Em vista disso, aporta para continuidade de uma campanha de massa pela revogação das contrarreformas, explicando os efeitos nefastos.

Abaixo sistematizamos alguns pontos contidos nas resoluções cutistas acerca das ações e orientações propostas, por exemplo, para revogação da contrarreforma trabalhista e da contrarreforma da previdência:

Quadro 6 – Ações sindicais e orientações divulgadas pela CUT no que tange ao enfrentamento da contrarreforma trabalhista (2017)

Ações sindicais e orientações (2017)	1. Campanha pela revogação da contrarreforma trabalhista via coleta de 1,5 milhão de assinaturas num projeto de lei de iniciativa popular
	2. Denúncias internacionais de combate à contrarreforma trabalhista mostrando-a como a face mais nefasta do golpe
	3. Ações frente à precarização de contratos e relações de trabalho
	4. Ações relativas à negociação coletiva
	5. Ação articulada entre as secretarias nacionais da CUT, em especial para articular o combate às contrarreformas
	6. Ação articulada dos ramos para aprofundar a discussão dos impactos das contrarreformas
	7. Negociações coletivas no serviço público

	8.Ações jurídicas
	9.Ações no Parlamento

Fonte: CUT (2017). Elaboração própria.

Quadro 7 - Ações sindicais e orientações divulgadas pela CUT no que tange ao enfrentamento da contrarreforma previdenciária (2017)

Ações sindicais e orientações (2017)	1.Organizar a greve geral, articulando ações de resistência pela manutenção de direitos; intensificar a pressão sobre deputados federais
	2.Intensificar a colagem de cartazes, instalação de outdoors, busdoors e outros, além da massiva distribuição de panfletos
	3.Utilizar espaços disponíveis em jornais regionais, rádios, televisões e sítios na internet
	4.As CUTs Estaduais, Confederações, Federações e Sindicatos filiados devem reservar espaços em seus informativos sobre a antirreforma da previdência e as ações da CUT para impedir sua aprovação
	5.Dar continuidade ao trabalho junto as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo nas atividades de denúncia da destruição da Previdência
	6.Fortalecer os Comitês Municipais que envolvem outros segmentos da sociedade (prefeitos, vereadores, associações comerciais e outros)
	7.Levar a discussão do fim da aposentaria às bases dos sindicatos com intensificação das panfletagens, reuniões e plenárias

Fonte: CUT (2017). Elaboração própria.

Além disso, na sua crítica às contrarreformas, reconhece que múltiplos fatores tendem a tornar complexa a disputa sobre essas questões, a exemplo da taxa de desemprego, o índice expressivo de trabalho informal e o avanço da inovação tecnológica que estão mudando radicalmente a forma de produzir e de organizar o trabalho. Assim, assume que, diante desse cenário, “o sindicalismo cutista enfrenta também o desafio de repensar sua própria forma de organização sindical” (CUT, 2017, p. 14).

Nas resoluções do Congresso Extraordinário realizado em 2017 e do 13º CONCUT em 2019, encontramos discussões feitas pela CUT que corroboram a ideia

de que, no contexto de mudanças no âmbito do Estado e de conformação do perfil diverso da classe trabalhadora, há inflexões no sindicalismo cutista no sentido de debater sua própria estrutura sindical, buscando adequá-la à complexidade das lutas que a classe trabalhadora enfrentou no contexto pós-golpe. Avança, nesse sentido, uma perspectiva no qual deve-se “atualizar a estratégia da CUT para os próximos anos” (CUT, 2019a, p. 7), combinando a resistência aos retrocessos com a construção de forças que possibilite a derrota da ofensiva em curso.

No que concerne à sua estratégia, notamos que destacam a abertura de debates e a organização no local de trabalho para fomento da representação e das negociações, abordando temas relacionados às condições de trabalho vigentes na atualidade, com vistas à luta pela defesa dos direitos e por melhores condições laborais. Ainda que, cabe notar, não sejam levantadas problematizações dos limites das alternativas postas em ordem, pelo contrário, reforça-se a defesa, a exemplo da chamada economia solidária¹⁰⁷.

[...] Retomaremos com vigor os debates a respeito das transformações no mundo do trabalho e as estratégias de organização sindical necessários para o século XXI, incluindo temas centrais, tais como: cadeias globais de produção e estratégias de representação sindical dos/as trabalhadores/as em condição de precariedade, informalidade, migrantes, economia solidária etc., visando lutas contra a retirada de direitos e por trabalho decente para todos/as. Será dada ênfase ao processo de organização no local de trabalho, dada a relevância que a questão assume com a antirreforma trabalhista (representação dos trabalhadores na empresa e negociação) (CUT, 2017, p. 30).

Já problematizando a política de finanças, foi discutido o estrangulamento financeiro como consequência das práticas antissindiciais conformadas mediante as mudanças na legislação trabalhista. Para enfrentar a problemática, a CUT traça

¹⁰⁷ Para apreensão dos limites da economia solidária, recomendamos a pesquisa de Sousa (2008). Para a autora, no trato da economia solidária, centrado no trabalho e no trabalhador, está contida uma forma superficial de analisar os processos históricos e contemporâneos de transformação do capitalismo, em particular as suas reestruturações produtivas e na esfera das relações sociais. Isolam-se determinações históricas e políticas, a exemplo do Estado e do capital, conformando um tipo de “solidariedade indiferenciada transclassista”, resultante, na verdade, dos processos de desresponsabilização do Estado e das estratégias do capital de controle sobre o trabalho (SOUSA, 2008). Ademais, “[...] muitas atividades, sob o signo da economia solidária, fazem parte do processo de deslocamento da força de trabalho, antes localizada internamente nas indústrias centrais, para unidades produtivas subcontratadas pelas empresas, vendidas como ‘trabalho materializado’ [...] muitas cooperativas fazem parte do núcleo produtivo das empresas e, de modo geral, da totalidade das relações de produção do padrão atual de acumulação” (SOUSA, 2008, p. 58-59).

também estratégias político-organizativas, como podemos analisar no quadro a seguir.

Quadro 8 – Estratégias político-organizativas voltadas ao desenvolvimento da Política de Finanças da CUT (2017)

FORTELECIMENTO DOS SINDICATOS DE BASE E DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL	
Assembleias	Fortalecer o processo de convocação e participação da categoria como um espaço de discussão e fortalecimento das finanças dos sindicatos
Arrecadação	Aprovar coletivamente taxas assistencial e negocial
Solidariedade	Ampliar a solidariedade sindical com a participação em mobilizações, panfletagens, eleições sindicais etc.
Sindicalização	Organizar uma “Campanha Militante e Permanente de Sindicalização”
Mutirões	Realizar mutirões de visitas e promover o recadastramento dos/as trabalhadores/as na base de representação da entidade, aferir o tamanho e a contribuição de vida
Gestão sindical	Deve estar a serviço da política e em sintonia ao planejamento da entidade, tendo esforço para ampliação da arrecadação, utilização e racionalização de recursos para que haja impacto da ação sindical na vida dos/as trabalhadores/as
Alternativas	Discutir as possibilidades de implementação de outras formas de contribuição financeira quando houver a restrição do desconto em folha
FORTELECIMENTO DA CUT NACIONAL E ESTADUAL, ESCOLAS SINDICAIS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES	
Mensalidade estatutária	Manter em dia e aprofundar o debate sobre a importância do pagamento
Mensalidade	Encaminhar debate sobre a progressividade nas mensalidades estatutárias
Formação	Fortalecer o debate e o curso de gestão sindical, bem como a formação sindical cutista como espaço de reflexão e consolidação de propostas de gestão sindical
MARCO LEGAL	
Taxa negocial	Defesa de uma lei que garanta a aprovação da taxa negocial em assembleias relacionadas às negociações salariais e condições de trabalho

Fonte: CUT (2017). Elaboração própria.

A discussão sobre o financiamento identificada nos documentos pontua também a posição cutista acerca do imposto sindical. A central reforça uma posição contrária ao imposto sindical, entretanto justifica o seu uso nos últimos anos em políticas específicas, deliberadas pela Direção Nacional, a exemplo da organização sindical, formação, comunicação, política internacional e infraestrutura. É colocado que o imposto aumentou a receita financeira da central, mas que também houve uma

diminuição da arrecadação estatutária. Nesse sentido, com a aprovação da contrarreforma, não foi possibilitada uma transitoriedade da política de sustentação financeira da central sindical, pois, diante do fim do imposto sindical forçado pela nova legislação, encontrou-se uma situação de acomodação e fragilidade financeira da estrutura cutista e de sindicatos filiados, que não estavam preparados para esse fato (CUT, 2019a).

No que tange ao ano de 2019, a estratégia em relação ao financiamento, reforçou os itens aportados no quadro acima, voltando-se imperiosamente ao debate radicalizado de construção de formas alternativas de obtenção de receitas, que incluem também: 1) racionalização de recursos por meio do compartilhamento de estruturas, rentabilidade da existente com responsabilidade e redução de investimentos em estruturas internas; 2) iniciativas de convênios e prestação de serviços que possibilitem ampliar a arrecadação; 3) utilização das novas tecnologias para desenvolver ferramentas que aliem novas formas de organização sindical, de divulgação, diálogo e consulta, e novas formas de prestação de serviços; 4) parcerias e projetos implementados pela CUT para possibilitar arrecadação financeira não-estatutária (CUT, 2019a).

Frente ao neoliberalismo e sua agenda de precarização do trabalho, a CUT elencou como questões prioritárias, como evidenciam as resoluções aprovadas desde a gestão 2015-2019, a ampliação da representatividade, o fortalecimento da estrutura vertical e horizontal, a gestão democrática e participativa, o protagonismo cutista nos espaços de regulação das relações de trabalho e o fortalecimento da negociação coletiva (CUT, 2015). Tendo como enfoque o projeto político-organizativo, a CUT discute a importância de um salto de qualidade para responder a complexidade da luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. No entanto, a proposta defendida sobre a concepção e prática sindical reatualiza também enquanto princípio e questão para construção do projeto político-organizativo a noção de sindicato cidadão.

É preciso ir além do diagnóstico das dificuldades, por mais importante que ele seja como ponto de partida. É necessário, igualmente, superar o mero discurso crítico que escamoteia o que deixou de ser feito e substitui-lo por ação mais eficaz, focada na superação efetiva das dificuldades que temos pela frente, por serem novas ou por não terem sido enfrentadas adequadamente no passado (CUT, 2015, p. 83).

É de vital importância que o sindicalismo tenha um papel crescente na sociedade que seja um sindicalismo social e mais solidário, integrado à

cidadania tanto nas fábricas quanto nas cidades. Um sindicato mais cidadão, que represente os trabalhadores e que seja movimento social, que dê conta dos desafios do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório. [...] Esse é o sindicalismo que o século XXI demanda (CUT, 2015, p. 85).

Além da reafirmação do sindicalismo cidadão, identificamos na estratégia cutista, em particular nas resoluções produzidas em 2019, uma reatualização do peso dos processos eleitorais em sua estratégia política. No eixo intitulado “Derrotar a coalizão de forças golpistas, defender os direitos, a democracia e a soberania nacional”, ao passo em que afirma o necessário engajamento no processo de transformação da sociedade, estabelece uma relação desse engajamento com foco em uma agenda que coloque o tema das eleições municipais de 2020 e o incentivo de debate e processos capazes de produzir plataformas e composições com forças políticas para enfrentar eleitoralmente candidaturas neoliberais e de direita, já vislumbrando o processo eleitoral de 2022.

As eleições de 2020 organizarão boa parte do cenário de disputa eleitoral de 2022 e poderão criar condições para encurtar esse ciclo de retirada de direitos, de aumento das desigualdades e de ataques à democracia. A CUT recomenda também que as/os dirigentes sindicais e trabalhadoras e trabalhadores se coloquem em condições de compor chapas proporcionais para disputar espaço nas Câmaras de Vereadores (CUT, 2019a, p. 8).

Nesse interim, outro elemento de continuidade que foi identificado trata-se da reatualização da chamada Plataforma da CUT para o Desenvolvimento, dando ênfase a uma “agenda propositiva” para viabilizar um “desenvolvimento sustentável”, tendo o Estado como indutor.

Essa Plataforma, com as necessárias atualizações, conterà propostas e medidas visando o crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda, inclusão social e o combate às mais diversas discriminações, orientando nossos sindicatos, Ramos e Estaduais para o enfrentamento e combate às nefastas políticas atuais, revertendo as diretrizes erráticas implementadas no governo Bolsonaro (CUT, 2019a, p. 13).

Contraditoriamente, dando seguimento a essa análise, a própria CUT reconhece que, frente ao golpe, a unidade programática da direita e a eleição de um governo de perfil autoritário, demonstram-se as limitações do espaço institucional para a defesa de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras (CUT, 2019a), o que reforçaria o caráter estratégico de construção de lutas.

Refletindo sobre o papel sindical de dar conta do que conforma o perfil atual da classe trabalhadora, a formação do sindicalismo do século XXI, segundo a CUT, exige que, sobretudo diante do enxugamento de suas bases e das transformações significativas na composição da classe trabalhadora, sejam materializadas ações para integrar os diversos segmentos em cena. Entendem que “é preciso atualizar nosso discurso e nossa prática para dialogar com esses novos trabalhadores e essas novas trabalhadoras que, em sua grande maioria, não se sentem representados e representadas pelas tradicionais instituições de representação social” (CUT, 2015, p. 85), tornando urgente a realização de uma campanha pública para a sociedade compreender a importância da organização sindical, sua história, lutas e conquistas.

Em termos formais, a CUT tem forjado posições e estratégias que objetivam atualizar seu projeto político-organizativo com o intuito de se aproximar do perfil atual da classe trabalhadora:

[...] o mundo do trabalho vem passando por profundas transformações: as trabalhadoras e os trabalhadores do setor formal representam apenas um segmento de uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada e diversa, na qual aumenta o peso do trabalho precário; não conseguimos superar o modelo sindical corporativo ao qual continuamos presos e em certa medida adaptados. Mudanças nesse sistema foram impulsionadas pela reforma trabalhista e serão aprofundadas por medidas anunciadas pelo atual governo, visando enfraquecer ainda mais os sindicatos ao promover sua fragmentação. Estamos diante de um quadro que torna o debate sobre a atualização do projeto organizativo da CUT crucial, conferindo maior representatividade à organização sindical e potencializando sua ação em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora (CUT, 2019a, p. 15).

Se devemos combater a flexibilização e a precarização, não podemos aceitar que nenhum trabalhador ou trabalhadora fique à margem da organização sindical e das lutas por conquistas e ampliação de direitos. Ao contrário, as mudanças estruturais do trabalho e a desregulamentação da proteção trabalhista, demandam outro modelo organizativo de sindicato e de Central (CUT, 2019a, p. 21).

Sobretudo nos documentos produzidos a partir de 2017, constatamos trechos que remetem à discussão sobre o avanço tecnológico, os impactos no mundo do trabalho e o papel sindical, o que nos indica que a central tem buscado incorporar esse debate em seus espaços de discussão. A sua posição expressa que “é essencial que a CUT se prepare não para se opor aos avanços tecnológicos em si, mas para que a classe trabalhadora não fique à margem ou seja excluída desta ‘quarta revolução industrial’” (CUT, 2017, p. 53). As orientações estratégicas nesse eixo, por sua vez, são sintetizadas com vistas à materialização de ações, principalmente,

destinadas ao que podemos chamar de “imersão inicial no tema” via formação de grupos, realização de estudos e promoção de orientações sindicais para aprofundar esse debate.

Quadro 9 – Ações sindicais e orientações divulgadas pela CUT voltadas ao tema do futuro do trabalho frente à nova fase da acumulação capitalista

Ações sindicais e orientações (2017)	Criação de Grupo de Trabalho com vistas a organizar ações e estratégias cutistas sobre o tema
	Desenvolvimento de estudos de cenário futuro frente a estes desafios para que a central possa desenvolver e propor ações
	Investimento em processo de estudos e intercâmbio de experiências entre diversas categorias sobre as cadeias de valor como condição para se aprofundar o debate sobre a estratégia organizativa frente a nova realidade
	Construção de alianças nacionais e internacionais para levar o debate para a sociedade e disputar sob a ótica de interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras os temas contidos na “quarta revolução industrial”
	Implementação de um projeto “Sindicalismo no século XXI: desafios e experiências de revitalização sindical”
	Orientação para sindicatos realizarem avaliação permanente sobre os impactos dos avanços tecnológicos nos locais de trabalho

Fonte: CUT (2017). Elaboração própria.

No documento referente ao 13º CONCUT, realizado em 2019, novamente o posicionamento acerca do avanço das TICs remeteu-se ao papel da luta de classes para “assegurar que as mudanças tecnológicas estejam a serviço de toda a humanidade e não apenas aos interesses acumulativos do capital” (CUT, 2019a, p. 5). Nesse documento, por exemplo, pela primeira vez, encontramos menção aos trabalhadores e às trabalhadoras de Plataforma, em particular, na análise da central sindical sobre a coexistência de diversas formas de relações laborais no mundo do trabalho contemporâneo. Em sua posição, a CUT realiza a defesa de políticas públicas de emprego voltadas ao acompanhamento da classe trabalhadora de aplicativos e a proteção e regularização desse trabalho (CUT, 2019a).

Em vista do desafio de ampliação da representação e fortalecimento da organização, encontramos no espaço de discussão destinado à sistematização de pontos que versaram sobre a atualização do projeto organizativo da CUT, o levantamento de possíveis alternativas para fomentar a mobilização sindical para além daqueles trabalhadores e daquelas trabalhadoras formalmente contratados e contratadas. No plano de lutas, constatamos: 1) criação de instrumentos de negociação coletiva para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, com o intuito de envolvimento de intermitentes, PJs, microempreendedores e microempreendedoras etc.; 2) destaque das ações e lutas das trabalhadoras e trabalhadores em contratos de trabalho precários, informais e desempregados e desempregadas nos boletins sindicais; elaboração de um tipo de filiação específica para as trabalhadoras e os trabalhadores com os contratos precários; 3) criação de grupo de trabalho vinculado à pasta da organização sindical para estudar e acompanhar os trabalhos informais e precários; 4) apoio à organização de trabalhadores vinculados e trabalhadoras vinculadas à economia informal, oferecendo-lhes suporte e contribuindo para canalizar suas demandas ao poder público (CUT, 2019a).

Ainda, identificamos nos documentos analisados uma tentativa de responder às demandas apresentadas por mulheres, negros e negras, juventude, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, em particular, sob o prisma da “igualdade na vida, no trabalho e no movimento sindical”. Selecionamos algumas passagens que demonstram a análise da central sobre esse aspecto:

[...] É necessário rearticular um amplo movimento de unidade da esquerda no plano internacional que compreenda que o atual estágio da luta de classes deve combinar as lutas antineoliberais por distribuição de riqueza com aquelas por reconhecimento cultural, de raça, geracional, orientação sexual e identidade de gênero – entendendo, dessa forma, que a construção de uma sociedade emancipada depende do combate às injustiças em suas múltiplas dimensões (CUT, 2017, p. 7).

Priorizar, fortalecer e ampliar a organização e representação das mulheres, da juventude e da população negra é imperativo para o sindicalismo que busca representar o conjunto da classe. A discriminação, a exclusão e a precarização desses trabalhadores e trabalhadoras fazem com que o machismo, o patriarcado, o racismo e exploração do trabalho juvenil, que são componentes estruturantes da formação da sociedade brasileira, contribuam para que mulheres, negros e jovens sejam os mais explorados pelo capital (CUT, 2019a, p. 16).

No que concerne à questão das mulheres, em particular, a CUT demonstra em seus documentos que tem tido um acúmulo sobre a discussão, destacando o fomento à igualdade em seus espaços.

O princípio da igualdade é uma reivindicação histórica para garantir que homens e mulheres, em toda a sua diversidade, tenham as mesmas condições para decidir o que é melhor para suas vidas. Isso pressupõe que tenham as mesmas condições de acesso, permanência e ascensão no mercado de trabalho, acesso à justiça, à terra, aos serviços públicos, participação nos espaços de representação formal nos partidos e nos movimentos e organizações sociais e sindicais (CUT, 2015, p. 27).

[...] a CUT assumiu a estratégia de disputar os rumos do desenvolvimento nacional. Nessa estratégia é fundamental que nossa Central atue firmemente para combater as desigualdades de classe, assim como as desigualdades dentro da classe trabalhadora. A CUT reconhece que a classe trabalhadora tem dois sexos e que as mulheres são parte dela. As mulheres sofrem discriminação e opressão na sociedade brasileira e, por consequência, também dentro da classe trabalhadora. [...] Nesse sentido, a Central tem como desafio organizar as mulheres, trazendo-as para a luta social e política, promovendo mais cursos de formação, tanto na direção quanto na base (CUT, 2015, p. 37).

[...] Temos o desafio de, a partir das lutas concretas do dia a dia, mostrar como a luta feminista por autonomia está estritamente ligada à luta sindical em torno do trabalho e da necessidade do movimento sindical se abrir para novas formas de luta e expressão das suas reivindicações para muito além das campanhas salariais. A busca das mulheres por direitos deve compor a pauta da classe trabalhadora e não pode ser vista de forma separada. [...] A pauta das mulheres, particularmente das mulheres trabalhadoras, tem ganhado maior visibilidade no último período, fruto da atuação do movimento de mulheres na sociedade em geral e da consciência de que esta pauta não está acima ou abaixo das reivindicações da classe trabalhadora, mas anda junto, faz parte dela (CUT, 2019a, p. 92).

É importante salientar que há uma construção histórica em torno dessas posições, que determina um grau de sistematização maior nas temáticas em que essa construção foi mais alargada. Por exemplo, notamos no 12º CONCUR uma sistematização ampla em torno da pauta das mulheres, o que nos remete ao legado posto, desde 1986, com a criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher e que, em 2003, tornou-se a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora, marcos da auto-organização das mulheres no interior da CUT. Por sua vez, enquanto instrumento criado pela CUT para fortalecer as políticas de igualdade, podemos citar o Coletivo Nacional de Mulheres, formado pelas Secretarias Estaduais e de todos os ramos ligados à Central. Esse instrumento é parte da estratégia de elaboração de espaços para definição de políticas e difusão para as bases nos níveis vertical e horizontal.

Por meio das discussões promovidas nesses espaços coletivos que houve, a título de conquista significativa, a aprovação da paridade de gênero na CUT e a afirmação de um compromisso com mudanças nas práticas sindicais. Ainda que a luta das mulheres seja histórica, foi somente no 12º CONCUT, em 2015, que se passou a cumprir os critérios de paridade de gênero para as direções estaduais e a direção nacional.

A CUT também mostrou posição em relação aos direitos das trabalhadoras domésticas remuneradas, denunciando a subvalorização e mal remuneração. A central sindical agrega, desde 1998, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), fundada em 1997. Segundo a CUT, esse engajamento nos sindicatos é fundamental para haver o reconhecimento do trabalho reprodutivo, um compromisso da central. Afirma: “Em 2012, graças à mobilização da categoria, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 66/2012) que incorpora os direitos das trabalhadoras domésticas no artigo 7º da Constituição” (ibid., p. 31).

Por sua vez, notamos que há uma maior explanação da pauta de negros e negras, LGBTQIA+, juventude e pessoas com deficiência nos documentos produzidos somente a partir do Congresso Extraordinário de 2017 e do 13º CONCUT realizado em 2019, a nosso ver, tendo em vista o próprio questionamento geral na sociedade pelos movimentos vinculados a esses grupos sobre a visibilidade política de suas lutas. No 12º CONCUT, percebe-se que o espaço destinado ao debate do combate ao racismo era resumido em dois parágrafos, no qual a própria organização destaca que “a discussão em torno da questão racial ainda demanda muito compromisso do movimento sindical” (CUT, 2015, p. 42), necessitando consolidar as ações da Secretaria de Combate ao Racismo e orientar os sindicalistas e as sindicalistas sobre o tema de combate às discriminações étnico-raciais nas suas entidades, ramos e regionais. A estratégia, portanto, estaria voltada à promoção de atividades de formação para ampliar o conhecimento sobre a temática (CUT, 2015). O tema dos direitos humanos e respeito à diversidade é sintetizado em um único parágrafo, centrado na demarcação de posição pela garantia de direitos e fim das formas de violência contra mulheres, pobres, negros e negras, povos indígenas, LGBT, idosos e idosas, crianças e pela inclusão das pessoas com deficiência.

Sobre a juventude, a central aborda que “os sindicatos filiados precisam refletir sobre a temática da juventude, buscando atrair os jovens e as jovens de suas bases para a ação sindical. [...] A discussão de conquistar a juventude para os sindicatos se

torna tarefa cotidiana na perspectiva de expandir a luta” (CUT, 2015, p. 43). Caberia, portanto, ao Coletivo de Juventude da CUT atuar nos fóruns e conferências onde os jovens se encontram e se formam politicamente, bem como construir espaços para que esses possam atuar e exercitar seu protagonismo. Nesse sentido, analisamos que existe um reconhecimento da necessidade de abrir espaço para uma nova geração, traçando como estratégia o estabelecimento de relação com movimentos sociais de modo geral e, em especial, com o movimento estudantil. Em 2017, de forma mais aprofundada, a central aborda a necessidade de conquistar a juventude para disputar hegemonia na sociedade, bem como as dificuldades de enfrentamento desse desafio e os limites das ações construídas até então.

[...] é fundamental organizar a juventude brasileira para consolidar o projeto democrático popular, no entanto, encontramos dificuldade de aproximar os sindicatos da juventude e ao mesmo tempo nos deparamos com a dificuldade de incorporação e empoderamento da juventude nas direções sindicais. A criação da Secretaria Nacional de Juventude da CUT (SNJ/CUT) foi um passo importantíssimo para organização da juventude trabalhadora e para o fortalecimento do sindicalismo cutista, porém não foi suficiente. Ainda precisamos consolidar uma política central para fortalecer no sindicalismo da CUT um olhar amplo para juventude. São pautas que devem estar no centro do debate da central. [...] Faz-se necessário construir uma nova geração sindical no nosso país, nova não apenas no que diz respeito a idade, mas em sua forma de construir política sindical, com seu potencial criativo para organizar e contribuir para o aprofundamento da democracia e a superação de práticas que estimulam a burocracia, opressão e o corporativismo do sindicalismo contemporâneo, que ainda estão arraigadas na estrutura sindical. [...] São raros os sindicatos, federações, confederações e mesmo na nossa central onde os departamentos, coletivos ou secretarias de juventude funcionem regulamente, fazendo com que os temas específicos, como a situação dos jovens aprendizes e estagiários, fiquem ausentes das pautas das campanhas salariais e seus meios de comunicação com a base possuem linguagem que não dialoga com a juventude. Devemos incrementar as formas de comunicação e organização da juventude, utilizando o uso das novas tecnologias da informação (TICs) (CUT, 2017, p. 64).

Com a realização do 13º CONCURT, encontramos nas resoluções produzidas uma sistematização que aprofunda orientações sobre a organização da classe trabalhadora em sua diversidade. Perquirindo o debate sobre a questão racial, nitidamente se amplia textualmente a abordagem do tema, problematizando pontos, tais como o combate ao genocídio da população negra, o encarceramento, a desigualdade social vivenciada e o ataque produzido pós-golpe às políticas de promoção à igualdade racial, cujas consequências levaram ao esvaziamento ou eliminação. A CUT expressa propostas de combate ao racismo, com a promoção de debates envolvendo toda a sua estrutura, fomentando formações para os dirigentes.

Estes, aponta, precisam se conscientizar “de que o racismo e seu combate deve ser pauta prioritária de nossa Central e não somente na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e dos coletivos de combate ao racismo” (CUT, 2019a, p. 79). Além disso, é defendido o fortalecimento da Secretaria de Combate ao Racismo como estratégico na luta de classe.

O racismo é sem dúvida um dos pilares de sustentação do capitalismo, que explora o ser humano pela diferença de cor e raça, portanto a CUT deve fomentar um intenso debate e propor ações práticas com as Estaduais da CUT para encarar o problema de maneira mais ativa. É preciso enfrentar o racismo de frente. Esta não deve ser somente uma política de secretaria, mas uma medida transversal para inclusão da temática racial no contexto das ações da CUT, bem como tema para ser fortalecido em suas instâncias internas, visto que o racismo está na base da formação da sociedade brasileira e permeia todas as relações sociais (CUT, 2019a, p. 80).

Constatamos um maior aprofundamento também no que diz respeito aos trabalhadores e às trabalhadoras com deficiência, a partir da defesa da inclusão, garantia de direitos em sua plenitude e promoção de uma política de formação inclusiva que atenda às condições de acessibilidade para viabilizar a participação nos espaços sindicais. Ademais, ocorre a ampliação do debate sobre a pauta LGBTQIA+, com ênfase também na garantia de direitos, defesa da igualdade e proteção contra as formas de preconceito. A síntese desses posicionamentos pode ser apreendida nos seguintes trechos:

A CUT defende a construção de um mundo justo, igualitário e inclusivo, onde as pessoas com deficiência (PcD) tenham garantidos os direitos em sua plenitude, considerando sua condição específica, ao mesmo tempo que promove sua inclusão em todas as esferas da existência em sociedade. Afinal, as pessoas com deficiência são parte indissociável de um todo, integrando-o em toda sua diversidade (CUT, 2019a, p. 80).

[...] é preciso superar a falta de iniciativa de diversos sindicatos diante da pauta LGBT no mundo do trabalho, contribuindo para que trabalhadoras e trabalhadores LGBT se envolvam no movimento sindical, organizem-se e lutem por seus direitos (CUT, 2019a, p. 84).

De modo geral, entendendo a exigência posta pela configuração atual da classe trabalhadora, a CUT tem em suas posições levantado a discussão da diversidade da classe com vistas a refletir sobre as ações a serem construídas para enfrentar o desafio da organização. Buscamos evidenciar uma síntese dos pontos discutidos no quadro abaixo:

Quadro 10 – Orientações produzidas pela CUT que versam sobre a diversidade da classe trabalhadora contemporânea (2019)

ORIENTAÇÕES DA CUT (2019)	
1)	As instâncias e sindicatos devem estabelecer uma política para o desenvolvimento de ações voltadas à ampliação da formação e participação das mulheres, negros e negras, juventude e pessoas com deficiência nos diversos espaços de direção, representação e formulação, bem como mesas de negociação
2)	As instâncias devem ter como foco ações que respondam aos desafios da representação e organização desses segmentos, priorizando a inclusão na formação e formulação de políticas e pautas de intervenção sindical aliadas aos movimentos sociais com acúmulo nas pautas
3)	Garantia de desenvolvimento das políticas de gênero, raça e geracional enquanto estratégia de superação das discriminações, misoginia e a exclusão social
4)	Desenvolvimento de ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos, definindo ações na defesa de políticas públicas para as diversas áreas
5)	Elaboração de minuta de pautas prioritárias desses segmentos para serem inseridas nas negociações coletivas, como creches, campanhas de combate ao racismo e às discriminações
6)	Ampliação da representação e do alcance das negociações coletivas de forma a abarcar, além das questões relativas às demandas específicas de cada categoria, os demais temas que afetam de forma diferente as mulheres, negras e negros, juventude, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, indígenas e migrantes nas relações de trabalho
7)	Desenvolvimento de ações voltadas à organização e formulação de políticas públicas, organizando a luta para a ampliação e aplicação de políticas de Estado e construção de políticas públicas e de garantia de direitos para os segmentos citados
8)	Orientação de sindicatos, Federações e Confederações para garantir em suas delegações a participação mínima de 10% de jovens trabalhadores e trabalhadoras nos próximos congressos, conferências, seminários, plenárias e espaços de formação, bem como fortalecer os coletivos
9)	Garantia de ampliação da participação de aposentados e aposentadas, pensionistas e pessoas com deficiência nas delegações das entidades

Fonte: CUT (2019). Elaboração própria.

Pode ser notada uma busca por renovação no interior da CUT para responder à sua crise de representação. Porém, do ponto de vista da ação concreta, a própria central sindical reconhece o que podemos chamar de *assimetria entre o proposto e o realizado* em torno dos temas citados. Mesmo que os documentos apontem avanços

ao considerar o debate das relações de opressão presentes na sociedade, coexistem desafios para assegurar no cotidiano da organização as resoluções propostas. A CUT considera que

Ao longo de sua história avançou muito na organização das mulheres, sendo precursora e fiadora em âmbito nacional e internacional com a aprovação das cotas, criação de um espaço específico na sua estrutura (Secretaria), paridade nas suas instâncias de deliberação (aprovada em 2012 e aplicada em 2015); *mas é preciso ir mais além, incluindo na ação cotidiana da Central, instâncias e sindicatos as situações concretas vividas pelas mulheres no trabalho, na vida e no movimento sindical*; [...] As demandas trazidas pela população negra e pela juventude trabalhadora e pessoas com deficiência desafiaram a CUT a criar estruturas específicas no seu interior (Secretarias), importantes espaços de construção de políticas voltados ao combate ao racismo e das discriminações no trabalho e na sociedade, além de processo de organização no interior da CUT; [...] *Esses espaços de construção coletiva ainda enfrentam limites no âmbito da Central, à medida que as questões relacionadas à relação de gênero, raça/cor, geracional permanecem desconectadas ou invisibilizadas enquanto demandas da classe trabalhadora*; ou seja, essas questões devem ser assumidas coletivamente pelo conjunto das instâncias, sendo necessária essa interação como horizonte que norteie a nossa ação, a partir dos sindicatos (CUT, 2019a, p. 23, grifos nossos).

Reconhecer e dar visibilidade a essas pautas em seus posicionamentos, sem dúvida, é expressão de um avanço significativo fruto da pressão dos segmentos que levam à frente essas lutas na sociedade em geral e travam a disputa no âmbito dos espaços sindicais. Contudo, além das posições, tem-se como desafio o acompanhamento permanente da implementação das políticas de promoção da igualdade aprovadas nas instâncias deliberativas e expostas nos documentos produzidos, a exemplo da participação nas direções e das pautas para negociação coletiva. Ademais, vale salientar a necessidade de reconhecimento dessas pautas de forma que extrapole os espaços de secretarias específicas, sendo, portanto, levadas para todos os âmbitos da central sindical.

Em suma, os direcionamentos cutistas no período analisado, aportam uma posição crítica em relação aos rumos do Estado em sua forma neoliberal intensificada pós-golpe de 2016 e em termos de sua estratégia política a tarefa de atualizar seu projeto organizativo como um objetivo a ser concretizado, ancorada na apreensão da atual condição do trabalho. Encontra como desafio, no contexto de crise sindical, a organização de trabalhadores inseridos e trabalhadoras inseridas em trabalhos precários, informais, desempregados e desempregadas, plataformizados e plataformizadas, microempreendedores e microempreendedoras individuais, entre

outros, e, para isso, a construção de novas formas e metodologias de trabalho de base em conexão com a multiplicidade de pautas postas pelo perfil atual da classe, elevando o nível de consciência e capacidade organizativa.

Além do repúdio aos governos pós-golpe, as propostas expostas levantaram como temática o trabalho nesse tempo histórico e a necessidade de aprovação de um marco regulatório de ampla proteção social, trabalhista e previdenciária, em atenção especial aos trabalhadores precários e às trabalhadoras precárias, dos/das quais citou-se autônomos e autônomas e aqueles mediados e aquelas mediadas por aplicativos e plataformas, bem como a promoção de políticas ativas de geração de emprego e renda voltadas às mulheres, população negra, juventude, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Isso, a nosso ver, reforça a posição que aqui estamos defendendo de que, embora com limites, existe uma busca de revigoração sindical frente ao que conforma o perfil da classe trabalhadora hoje. Não existe, portanto, um imobilismo diante dos desafios de organização postos, mas as alternativas construídas ainda nos parecem embrionárias considerando a magnitude da crise sindical das últimas três décadas, o que leva à necessidade constante do sindicalismo reafirmar seu papel de representação e defesa dos direitos, como as experiências recentes citadas nesse estudo têm evidenciado. Ademais, em termos de projeto político, notamos a tensão frequente sobre o horizonte a ser alcançado, tendo em vista a permanente disputa em torno do que seria o papel do Estado no fomento as políticas de desenvolvimento econômico e social.

5.2 AS INFLEXÕES NO SINDICALISMO CUTISTA NA CONJUNTURA PÓS-GOLPE DE 2016

“Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso”.

Caetano Veloso

Retornamos, aqui, às nossas questões de partida: quais posições, estratégias e alternativas foram construídas pela CUT frente às mediações da conjuntura pós-golpe de 2016 e a reconfiguração da classe trabalhadora brasileira? De que forma a Central Sindical tem lidado político-organizativamente com o novo perfil da classe

trabalhadora e suas necessidades em um contexto marcado pelo acirramento do programa neoliberal e seus rebatimentos sobre a condição do trabalho no país?

Essas perguntas exigiram percorrer e tratar das determinações fundamentais que afetam nosso objeto de estudo, o sindicalismo contemporâneo, quais sejam: o perdurar de já quase meio século de respostas do capital à sua crise orgânica materializadas no ataque ao trabalho, por processos de precarização, desregulamentação e desproteção social, de um lado, e, de outro, a ofensiva neoliberal sobre o Estado e que avança sobre o conjunto da sociabilidade ao forjar uma nova racionalidade (DARDOT E LAVAL, 2016), como tratamos ao longo dessa tese. O conjunto dessas determinações atingem em cheio ou, como postulamos, alcançam seu objetivo: a fragilização dos instrumentos de organização política da classe trabalhadora, notadamente, os sindicatos, na esteira do que reiterou Anderson (1995) e Harvey (2008).

Na particularidade brasileira, o sindicalismo combativo que se soergueu o enfrentamento da ditadura civil-militar e do chamado sindicalismo de Estado, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, tendo se constituído como postula Braga (2023) como uma das principais forças de democratização da sociedade brasileira e, no caso da CUT, instituindo-se de maneira medular com o PT, traçou uma trajetória singular no correr das últimas décadas. Os impactos do ataque ao trabalho, levando à fragmentação de uma classe trabalhadora já estruturalmente atravessada pela informalidade, sobretudo da força de trabalho feminina e racializada, e da ofensiva neoliberal, ganhou contornos necessariamente particulares. Os estudos realizados evidenciam que a estrutura sindical cutista e sua base de representação foi duramente impactada pela configuração de uma nova morfologia da classe trabalhadora, encontrando dificuldades de incorporar as demandas de uma classe cada vez mais diversa, salvo, como elucida sua história, àquelas relacionadas às demandas das mulheres trabalhadoras e como resultado de um embate e pressão sobre as pautas, práticas e estruturas sindicais, ainda no final dos anos 1970 (SOUZA-LOBO, 2011).

Os impactos das reconfigurações no Estado, produzidas pelo neoliberalismo, materializaram-se de maneira mais complexa sobre o sindicalismo cutista, uma vez que seu direcionamento estratégico para a sustentação dos governos “neodesenvolvimentistas” do PT, nos anos 2000, que não romperam com o neoliberalismo, antes promovendo uma continuidade neoliberal com “inclusão social” e ganhos para o trabalho, implicaram no que evidenciamos como uma *morfologia*

sindical atrelada ao Estado e aos governos ditos progressistas, em detrimento dos interesses e condições da classe trabalhadora e cada vez mais em desencontro com ela.

Com o ocaso dos governos “neodesenvolvimentistas”, por meio de um golpe de Estado a que se sucedeu a ascensão da extrema direita, e os ataques regressivos de um programa neoliberal redivivo com dimensões neofascistas, impõem-se redirecionamentos estratégicos frente ao Estado que adensam a premência de diálogo e encontro com a classe trabalhadora, com vistas à sua mobilização e recomposição da base de representação cutista, confrontando a tendência estrutural de mudanças na estrutura produtiva e reprodutiva.

A CUT, que esteve próxima aos governos petistas – dada a condição histórica, medular, de sua articulação com o PT -, precisou reconfigurar sua posição e estratégia, uma vez que, com o declínio na política institucional do seu aliado histórico, o PT, passou ao campo da oposição frente à política posta em curso por Michel Temer e Jair Bolsonaro. Esses governos conformaram também um reposicionamento em relação ao sindicalismo, afastando-se da busca ativa de consentimento com esse campo e, antes, promovendo abertamente sua criminalização e interditando os canais de negociação, além da adoção de uma postura permanente de combate aos sindicatos e movimentos sociais.

O quadro de contrarreformas adensou as dificuldades para a recomposição de estratégias sindicais de enfrentamento à conjuntura. A aprovação da contrarreforma trabalhista subtraiu a um só tempo direitos e força do movimento sindical, com o fim da contribuição sindical e a instituição de formas aviltantes de precarização do trabalho. No contexto da pandemia de Covid 19, deparamo-nos, de um lado, com a suspensão e extinção de postos de trabalho, ampliando o desemprego, e o crescimento exponencial dos trabalhadores e das trabalhadoras nos serviços ligados à reprodução social, como entregadores/as de comida, que ampliou, junto com as medidas regressivas impostas desde o governo Temer e acentuadas no Governo Bolsonaro, a deterioração das condições de reprodução social, o que se traduziu, como síntese, no aumento exponencial de trabalhadores e trabalhadoras em condição de insegurança alimentar de moderada a extrema: a fome.

A pesquisa evidencia inflexões nos direcionamentos político-estratégicos cutistas nessa nova conjuntura adversa, quando sua estratégia de sustentação de governos encontra seu ocaso. Possuem determinações, nessa perspectiva,

relacionadas, sobretudo, a resposta da CUT frente à dinâmica das forças políticas que movem a conjuntura do país, tendo como desafio político imediato o enfrentamento da extrema direita em ascensão e sua consolidação no Brasil; ao mesmo tempo que, do ponto de vista da classe trabalhadora, questões históricas se colocam de forma organizada e pungente e pressionam o conjunto das organizações políticas de esquerda, incluindo-se aí o movimento sindical, que é instado a respondê-las, a exemplo das mobilizações de jovens trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos, as demandas no campo da reprodução social e a questão feminista e antirracista.

As inflexões indicam uma tendência de renovação de sua prática e organização sindical e, mais amplamente, de fortalecimento do sindicalismo como instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira, fragmentada e diversa? Indicam a renovação de práticas e estratégias que enfrentem as tendências conjunturais do capitalismo em crise?

O que nossa pesquisa revela são direcionamentos redesenhados conforme o movimento das forças políticas na conjuntura e que, no período analisado, orientaram-se para o enfrentamento às propostas regressivas dos Governos Temer e Bolsonaro, à construção de pautas no campo da reprodução social, como o enfrentamento da carestia e a sobrevivência na pandemia, e a articulação com outros movimentos sociais, por meio das Frentes de Luta e do apelo à unidade em defesa da democracia. Mantém-se, todavia, a tendência de orientação da ação frente ao Estado, desta feita enfrentando seus ataques e medidas regressivas, com fragilidade da capacidade de convocação pela CUT da classe trabalhadora em sua diversidade e, especialmente, daquela em situação de precariedade e informalidade.

É o movimento da conjuntura que determina o movimento da CUT e, no seu interior, os movimentos que definem a gestão do Estado capitalista neoliberal – seu governo - de maneira que, apesar das tentativas de inflexão no sentido de dialogar com as condições de exploração econômica e expropriação política da classe trabalhadora (BRAGA, 2023), estas não são suficientes, de um lado, para indicar uma tendência de redirecionamento estratégico frente às questões estruturais do trabalho e do Estado neoliberal, incluindo suas continuidades nos governos sob liderança da coalizão petista, seja, de outro, para indicar uma tendência de recomposição de sua base de representação sindical, de efetiva renovação de suas pautas de luta e de mudanças na estrutura sindical. Reiterando o que afirma Mattos (1998),

o quadro econômico-político-social com o qual a classe trabalhadora se defronta em determinada conjuntura não pode ser tomado como determinação única de suas ações e formas de atuação. Mas, tal quadro conforma as experiências comuns das quais emerge um campo de possibilidades de articulação entre a identidade de interesses, os projetos coletivos e as estratégias de resistência (MATTOS, 1998, p. 89).

Os documentos da central sindical dão destaque a estratégias de curto, médio e longo prazo, balizadas pela análise da dinâmica das forças de esquerda e as condições de superação, em sua avaliação, dos equívocos que permitiram o alçamento da direita. Na estratégia da CUT, a derrota do golpe, orquestrado em 2016 e que levou ao governo de Michel Temer, perpassa as mobilizações de rua junto a outros movimentos, mas também a retomada da ordem democrática via institucionalidade e projetos eleitorais. Em um primeiro plano, afirmou enquanto estratégia de curto prazo o “Fora Temer, diretas já, nenhum direito a menos” (CUT, 2017), centrando as ações pelo fim do governo golpista, pela reposição da ordem democrática e a defesa da reforma política via constituinte exclusiva e soberana, seguida pela bandeira “Fora Bolsonaro” alardeada mediante a política posta em curso nesse governo. Outrossim, sinalizou para uma sistematização acerca da retomada de um projeto nacional que implique a revogação das medidas enfraquecedoras do Estado, colocando, vale ressaltar, no centro dessa estratégia a defesa de uma nova candidatura presidencial de Lula da Silva, “aquele que melhor expressa esse compromisso e essa identidade” (CUT, 2017, p. 16).

A estratégia de médio prazo postula o fortalecimento da organização e ação sindical, traçando uma atualização do projeto político organizativo visando incorporar novos militantes e novas militantes. Aqui, coloca-se na centralidade a recomposição da base sindical cutista. A quem, todavia, dirige-se essa estratégia? Ela se dirige à juventude trabalhadora, à população negra, diversidades e, no seu conjunto, aos trabalhadores e trabalhadoras no universo da precariedade.

Com efeito, verifica-se um alargamento da pauta sindical determinado pelas condições concretas de desenvolvimento do sindicalismo e as exigências de preservar-se como polo de aglutinação de trabalhadores e trabalhadoras, a exemplo da busca de construção de posições e práticas voltadas à denúncia da carestia e à ofensiva contra direitos sociais, às questões feministas, de raça, sexualidade, geração, entre outras. O reconhecimento progressivo dessas pautas implica um reconhecimento também progressivo da necessidade de renovação sindical,

aproximando mulheres, negros e negras, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e juventude para a organização sindical. Desenvolve-se, nessa perspectiva, ações para esses grupos por meio de suas secretarias próprias e planos de luta que propõem levar a cabo o combate às opressões e formas de discriminação.

No estudo mapeamos que a CUT tem debatido em seus espaços o avanço tecnológico e os impactos sociais, no labor e na classe trabalhadora. Aborda a defesa de políticas públicas de emprego voltadas ao acompanhamento de trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos e a proteção e regularização desse trabalho; sistematiza pontos que versam sobre o levantamento de possíveis alternativas para fomentar a mobilização para além daqueles trabalhadores e daquelas trabalhadoras formalmente contratados e contratadas; aporta um plano de lutas que corrobora para criação de instrumentos de negociação coletiva para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, com o intuito de envolvimento das trabalhadoras e dos trabalhadores em contratos de trabalho precários, informais e desempregados e desempregadas; e se posiciona favorável ao suporte e apoio à organização de trabalhadores vinculados e trabalhadoras vinculadas à economia informal, contribuindo para canalizar suas demandas ao poder público. Porém, nos documentos, ainda que haja um reconhecimento da importância da articulação, ainda não se expressam diretamente estratégias concretas que busquem representar categorias que não pertencem à base de representação legal dos sindicatos, como trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos, terceirizados e terceirizadas, informais e desempregados e desempregadas, o que elevaria à densidade sindical, cujos indicadores demarcam um declínio, e contornaria os limites da estrutura sindical.

Outrossim, a pesquisa revelou que há um investimento por parte da CUT na renovação de sua Política de Comunicação, tendo como foco o desenvolvimento de novos canais de comunicação com as bases por parte da central sindical. Utiliza a “Rede CUT” como peça-chave para unificar a publicização de informações e expande as ações em redes sociais e demais mídias digitais, a exemplo da formação de “Brigadas Digitais”, para divulgar as ações sindicais e aportar na discussão pública a contribuição sindical. A CUT, como explicita nas resoluções produzidas, coloca como parte de seu plano de lutas a expansão de seu setor de comunicação, convertendo esse âmbito em instrumento imprescindível para realização de seu trabalho junto às bases.

Porém, nossa análise nos leva a afirmar que, em termos da Política de Comunicação, a incorporação de práticas via redes sociais por parte da CUT, ainda que busque construir um instrumento que amplie a atuação nesse universo, não tem tido o mesmo peso da expansão da nova direita, sobretudo com vistas ao enfrentamento dos métodos que a caracterizam no espaço digital: o uso de robôs e a difusão de fake news. Em levantamento na página oficial da CUT na rede Instagram, atualmente, identificou-se que há 125 mil seguidores e seguidoras; enquanto, a título de exemplificação do alcance, a página oficial do Movimento Brasil Livre (MBL) possui 759 mil e de Jair Bolsonaro possui 25,2 milhões, o que necessariamente impacta o acesso aos conteúdos publicados mediante as determinações algorítmicas.

O financiamento ocupa também lugar de destaque nas definições, especialmente como resposta ao fim da contribuição sindical obrigatória na contrarreforma trabalhista, em 2017. Entre os elementos discutidos acerca desse tema, levanta-se como pauta o fortalecimento do processo de convocação e participação das categorias em assembleias como um espaço de discussão e fortalecimento das finanças dos sindicatos; aprovação coletiva das taxas assistencial e negocial; ampliação da solidariedade sindical com a participação em mobilizações, panfletagens, eleições sindicais etc.; organização de uma “Campanha Militante e Permanente de Sindicalização”; realização de mutirões de visitas e promoção do recadastramento dos trabalhadores e das trabalhadoras na base de representação da entidade; fomento a uma gestão sindical que deve estar a serviço da política e em sintonia ao planejamento da entidade, tendo esforço para ampliação da arrecadação, utilização e racionalização de recursos para que haja impacto da ação sindical na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras; discussão sobre possibilidade de implementação de outras formas de contribuição financeira quando houver a restrição do desconto em folha; manutenção e aprofundamento do debate sobre a importância do pagamento da mensalidade estatutária; defesa de uma lei que garanta a aprovação da taxa negocial em assembleias relacionadas às negociações salariais e condições de trabalho. Além disso, como alternativas formula também: a racionalização de recursos por meio do compartilhamento de estruturas, rentabilidade da existente com responsabilidade e redução de investimentos em estruturas internas; iniciativas de convênios e prestação de serviços que possibilitem ampliar a arrecadação; utilização das novas tecnologias para desenvolver ferramentas que aliem novas formas de organização sindical, de divulgação, diálogo e consulta, e novas formas de prestação

de serviços; parcerias e projetos implementados pela CUT para possibilitar arrecadação financeira não-estatutária.

No período estudado, as pautas levantadas pela CUT estão relacionadas diretamente à resistência ao golpe de 2016, às contrarreformas e aos ataques ao trabalho orquestrados pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, configurando uma *agenda de caráter defensivo* e de recuperação da democracia e de direitos que foram objeto dos desmontes. A luta pela preservação de direitos sociais e trabalhistas foi um dos principais eixos de atuação da CUT, que teceu posicionamento e ações para contrapor a aprovação da contrarreforma trabalhista, contrarreforma da previdência, ataques à Seguridade Social, à educação pública gratuita e de qualidade e ao combate as opressões. Na pandemia, por sua vez, levou à frente a defesa da vida e dos empregos diante do recrudescimento do projeto neoliberal do governo Bolsonaro, tendo como premissas a garantia do trabalho, da renda, de condições sanitárias para evitar a contaminação pelo coronavírus e de vacina para todos e todas. Buscou apoiar outros movimentos sociais e realizar atividades conjuntas para engendrar laços de solidariedade na luta contra as contrarreformas neoliberais e em defesa da democracia ameaçada diante da ofensiva conservadora e neofascista. Inegavelmente, houve, enquanto tendência, uma *tentativa de intervir no debate político, alçando refazer-se para pôr-se em movimento e criar, por meio da articulação entre movimentos, uma reação às fragilidades impostas ao sindicalismo no século XXI pelas determinações estruturais e conjunturais, forjando condições de reafirmação do papel sindical*.

Embora atuando ativamente em resposta às determinações configuradas na conjuntura política no Brasil, afirmando sua posição de crítica e as estratégias de organização com base na reconfiguração de seu projeto político, o sindicalismo, em especial a CUT, tem se deparado com uma baixa adesão da base nas manifestações convocadas (COLOMBI *et al.*, 2022), indicando o esgotamento de uma atuação corporativa para contestar a ofensiva neoliberal e seus rebatimentos sobre a condição do trabalho. No entanto, as experiências construídas, a exemplo da articulação com as Frentes de Luta, possibilitam vislumbrar caminhos possíveis de levar a termo a abrangência de pautas que sobrepujam as lutas corporativas, abrindo um canal de diálogo com outros movimentos e sujeitos não contemplados pela estrutura sindical. Pode ser notada uma busca por renovação no interior da CUT para responder à sua crise de representação. Porém, do ponto de vista da ação concreta, a própria central

sindical reconhece o que podemos chamar de *assimetria entre o proposto e o realizado* em torno dos temas citados. Mesmo que os documentos apontem avanços ao considerar o debate das relações de opressão presentes na sociedade, coexistem desafios para assegurar no cotidiano da organização as resoluções propostas. *O fazer sindical, nesse aspecto, tateia; mas não encontra o chão onde se firmar.*

A estratégia de longo prazo versou sobre a consolidação da democracia, fortalecimento do protagonismo da CUT na sociedade e construção de um novo ciclo de desenvolvimento, disputando espaços que fortaleçam as bandeiras históricas em defesa da classe trabalhadora (CUT, 2017). Aqui se reitera, mais uma vez, a centralidade do direcionamento estratégico para a recomposição de um projeto que se daria pela recomposição das condições para um governo a seu serviço.

Nosso estudo nos leva a afirmar que o que pautou a morfologia do movimento sindical, em especial da CUT, não foram somente as movimentações no mundo do trabalho, mas aquelas que transcorreram na esfera do Estado sob a direção dos governos progressistas e do próprio declínio “neodesenvolvimentista” explicitado com o golpe de 2016. Os resultados encontrados possibilitam apreender que a movimentação que alterou o governo também alterou a postura da CUT, levando a central sindical a se reposicionar criticamente e retomar métodos de luta abandonados, como o caso de greves gerais, bem como a questionar-se sobre o seu projeto político-organizativo no sentido de buscar dar conta das demandas explicitadas por um perfil diverso de sujeitos que compõe a classe trabalhadora.

Não houve, nesse sentido, um imobilismo da CUT frente aos desafios encontrados para organização sindical. Contudo, pós-golpe, essa organização cuja razão de existência encontrou-se nos processos de luta no mundo do trabalho, confrontou-se com a perda de sua força política, expressando a crise de representatividade, como as dificuldades de convocação naquele contexto – colocando como imperativo a unidade com outros movimentos sociais - e de encontro com novas movimentações da classe comprovam.

No sentido de seu reencontro com a classe trabalhadora e suas mobilizações, encontrou um avesso que contribuiu para produzir: a CUT, ao aproximar-se dos governos e se eximir de criticá-los, mesmo quando os rumos tomados contraditaram os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, afastou-se dos conflitos travados por essa classe, e conseqüentemente desses sujeitos, dos quais agora precisou se reaproximar. *O avesso encontrado é o desencontro com a classe, cada vez mais*

diversa, fragmentada e complexificada, articulada e convocada em torno de pautas não suficientemente abraçadas pela organização sindical, recolocando ao sindicalismo cutista a necessidade de criação de uma identidade coletiva entre trabalhadores e trabalhadoras no espaço sindical.

Visualizamos um esforço de debater essas expressões contemporâneas presentes no trabalho, perpassando as questões postas na reprodução social e o entendimento do que torna essa classe diversa. Conforma, desse modo, uma tendência na organização política, qual seja *afirmar o anseio de renovação de demandas, conectando a resistência à exploração econômica no mundo do trabalho e as movimentações por proteção social e contra as opressões e expropriações* (BRAGA, 2023), *voltando-se também ao campo da reprodução social*.

Com contradições e limites, *a CUT demonstrou uma capacidade de aprendizagem dada a apreensão das atuais reconfigurações classistas em uma conjuntura de crise no país*, formulando suas posições e estratégias em função dos desafios conformados no contexto aberto com o golpe de 2016. Essa compreensão reforça nossa tese de que *há uma inflexão no sindicalismo cutista no sentido de conformar um esforço de mudança na atuação da Central como resposta às transformações e desafios imediatos colocados no novo contexto*. Os indicativos de inflexão se expressam na realocação da CUT no campo de oposição aos governos, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, e a política construída por estes no âmbito do Estado; por consequência, na denúncia e reverberação de pautas e mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras, incorporando nas pautas de denúncia da central, expressamente firmando uma crítica à postura do Estado; na ação de denúncia e informação sobre as contrarreformas e medidas de Michel Temer e Jair Bolsonaro, expondo seus impactos de maneira particularizada, a exemplo da ênfase na situação das mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, aposentados e aposentadas, juventude etc.; no deslocamento e incorporação de pautas referentes à reprodução social e condições de vida do conjunto da classe trabalhadora, a partir da denúncia e incorporação na pauta, de problemáticas geradas pela deterioração das condições de vida, como o aumento do preço do gás e conta de luz, a alta inflacionária, o desemprego e a precariedade das condições de trabalho além de pautas como moradia e despejos; na preocupação e atuação no cenário internacional, sobretudo em torno das campanhas contra o Golpe, em defesa da democracia e de Lula Livre;

na sinalização de retomada e construção de greves para barrar as contrarreformas do governo Temer e Bolsonaro.

Esses indicativos, todavia, dão-se ao lado de matérias que enfatizam a centralidade nos processos eleitorais e na retomada de um projeto de desenvolvimento social e econômico sustentável. *Sustenta, portanto, uma recomposição de um “neodesenvolvimentismo”, protagonizado pelo Estado, em detrimento da reconstrução de uma alternativa política classista e combativa vinculada a um projeto dos trabalhadores e das trabalhadoras.* Em outros termos, mesmo frente à falência do projeto de conciliação de classes capitaneado pelo PT, o ideário do possível retorno a um padrão de “desenvolvimento com inclusão social” com via político-eleitoral ainda conforma o horizonte político-estratégico da CUT. Assim, em que pese o acúmulo teórico sobre os limites desse chamado “desenvolvimento” – entendido como “alternativa” viável para manter a acumulação capitalista em sintonia com o discurso do crescimento econômico e da justiça social e ambiental, ainda que, na verdade, esbarre no principal fundamento desse sistema: a acumulação que impede qualquer tentativa de racionalizar e controlar o processo produtivo, para que todos e todas saiam ganhando – a CUT assume essa agenda.

A relação sindicato, partido e Estado é, assim, uma mediação decisiva para apreender as inflexões e, a partir delas, as tendências do sindicalismo cutista na conjuntura recente e, especialmente, naquela que se abre no país, com o terceiro governo federal petista em coalizão com amplo espectro de forças políticas. No caso da CUT, a orientação partidária orientada para a gestão do Estado capitalista periférico via disputa eleitoral, subtrai desta expressão do sindicalismo o máximo de sua possibilidade como instrumento da classe trabalhadora, qual seja, o de organizar sua força política e, mesmo, de representar os seus interesses como classe trabalhadora, sobretudo no contexto de cisão entre a fração da classe inserida na relação de emprego formal e o mar de informalidade e precariedade desprotegida e, em grande medida, sem vinculação sindical.

Quando a estratégia eleitoral e a realidade do governo se impõem, a força política de mobilização sindical é arrefecida, seus interesses se tornam matéria da negociação eleitoral e da sustentação do governo e o horizonte de sua crítica também é definido de acordo com este fim. Avançando nessa problematização, podemos inferir que, no caso do PT, pode-se problematizar em que medida é a lógica sindical corporativa, de negociação e ganhos mútuos entre capital e trabalho, que orienta a

ação petista uma vez no governo, tendo à frente a mais histórica de suas lideranças sindicais e, em seus cargos, diversos quadros sindicais e partidários. Mais além da incorporação de lideranças, o que aventamos aqui é em que medida, no caso do PT, a lógica sindical da negociação se estende ao partido e, ainda, ao governo, subtraindo, nessa indiferenciação, a um só tempo, sindicato e partido de sua força política na relação com uma classe trabalhadora em franca reestruturação.

Ao fim e ao cabo, portanto, há um fundamento *nó*, que subjaz nossa tese, qual seja: a apreensão dessa relação estabelecida entre sindicato, partido e Estado, cuja expressão central é como a CUT, em sua relação com o PT, tem se colocado como força na disputa pela gestão do Estado capitalista - na forma de seu governo - centrando-se, em que pese as inflexões apontadas, nos processos eleitorais com vista à retomada de um governo de orientação democrático-popular.

O ponto de chegada dessa tese indica uma reconfiguração do Estado e da classe trabalhadora em plena consolidação sob as determinações contemporâneas do modo de produção e reprodução capitalista. As estratégias neoliberais, ao se espriarem, instauram novas condições políticas, modificam as regras de funcionamento econômico e alteram as relações sociais de modo a impor a reprodução da hegemonia dominante.

A CUT, canal de organização e conflitividade da classe trabalhadora criado em meados da década de 1980 e que posteriormente aderiu ao chamado *sindicalismo de negociação e resultados*, deparou-se, no contexto pós-golpe, com condições históricas que confrontaram seu projeto político-organizativo e sua força política de representação e convocação. Tratou-se de uma inflexão atravessada por problemáticas entendendo a própria complexificação da classe e o incremento do peso relativo dos processos de precarização agudizados pós-golpe de 2016.

Defendemos, nesse sentido, que a “nova norma subjetiva” que, por sua vez, constitui um “sujeito neoliberal em formação”, tem um profundo efeito nas organizações que buscam organizar coletivamente esses sujeitos, alçados, cada vez mais, à lógica individualizante e competitiva própria da *nova razão do mundo* (DARDOT E LAVAL, 2016). As relações sociais e as formas de existência conformadas, hoje, dificultam o sindicalismo cutista de responder, organizando a classe, aos ditames neoliberais e conservadores em expansão, ainda que, notadamente, a central sindical venha buscando construir, mesmo que limitadamente, tais respostas. A CUT encontra-se, atualmente, em uma encruzilhada frente a uma

história em processo que a desafia a dar conta de um novo perfil da classe trabalhadora, dividida, ainda, entre aqueles e aquelas com acesso aos direitos e aqueles e aquelas sem acesso aos direitos, ademais sob impulso de uma racionalidade que os lançam à ideia de “forjar-se” como “empreendedores de si”, numa luta econômica de uns contra os outros, ordenada pelo modelo de mercado.

Desse modo, a racionalidade neoliberal reitera um tipo de sociabilidade individualizada, que fragiliza os laços coletivos, dificultando a formação de consciência *para si*, baseada no pertencimento e organização dos sujeitos enquanto classe. Entendemos, na esteira do que formulou Iasi (2022) ao analisar a consciência e o pertencimento de classe na nova configuração do trabalho, que a função ideológica da forma da consciência social desse atual tempo histórico é impedir uma consciência de classe que cumpra seu papel. Expressa-se, assim, como uma forma socialmente necessária do capitalismo em seu momento de crise aguda, no qual a concorrência que divide a classe impede sua unidade, descartando valores como a pluralidade, e a fragmentação, por sua vez, dificulta a apreensão do que seria a diversidade.

Estamos convencidos de que vivenciamos na passagem do século XX para o século XXI um grande esforço ideológico no sentido de encobrir, por meio de alterações significativas da forma da exploração e acumulação capitalista, as determinações mais profundas que permanecem inalteradas nesse modo de produção e na sociabilidade que lhe corresponde. [...] Chama-nos a atenção que a sociabilidade contemporânea precisa apresentar-se como algo que se estrutura além das determinações de classe e, o mais importante, centrada na afirmação de que as identidades coletivas e as formas de pertencimento apresentam-se pulverizadas em uma miríade de novas e diversas fontes de identidades no interior da qual o pertencimento de classe não é mais que uma forma particular e secundária. [...] a mistificação ideológica opera aqui ocultando uma série de mediações essenciais para compreender as determinações e a gênese da forma através da qual se expressa uma determinada substância (IASI, 2022, p. 48-49).

No bojo dessa *decadência ideológica*, a consciência de classe seria quase uma impossibilidade, pois, conforme complementa o autor: “as identidades variadas e múltiplas coexistem como se boiassem no vazio, sem uma determinação mais abrangente, como se o único nexos fosse o próprio processo identitário em si mesmo” (ibid., p. 51).

Em nosso trabalho, analisamos, para compreender o perfil atual da classe e a organização política, notadamente sindical no âmbito da CUT, as diferenças intraclasse trabalhadora, mas, compartilhando da crítica de Iasi (2022), não em uma perspectiva que apreende essa classe atual num sentido de afirmar a impossibilidade

da *unidade* necessária à luta pela transformação social. Aqui, a classe é desvelada em sua diversidade e as formas de organização no interior do sindicalismo apreendidas não apenas limitadas a uma representatividade no interior da entidade sindical ou, de forma geral, até mesmo da representação na ordem burguesa, mas no sentido de *afirmação da representação política dessa diversidade* que compõe a classe na luta unitária necessária à superação da lógica mercantil. Afirmamos, portanto, a necessidade de superação da “pluralidade de solidões” (SARTRE, 1979), fragmentadora dos processos de pertencimento, fundamentais para construção da unidade da classe trabalhadora, em uma perspectiva classista e de totalidade.

A forma de dialogar com as pautas em emergência dos movimentos sociais organizados, bem como a tentativa de formular novas estratégias e práticas, correspondem à busca da central sindical de construir uma *nova cultura* que seja capaz de superar os desafios da organização coletiva hoje, respondendo também ao avanço da nova direita e do conservadorismo que, inclusive, tem se apropriado dos métodos próprios das organizações de esquerda (STEFANONI, 2023). Contudo, refletindo sobre as condições objetivas nos quais essa busca ocorre, levantamos a seguinte questão: essa resposta tem sido à altura?

Ainda que consideremos, a partir dos dados da pesquisa documental, que a CUT formulou estratégias e práticas para responder às novas determinações postas em termos do Estado neoliberal e do perfil atual da classe trabalhadora, notamos também o que podemos chamar de “*contrassenso*” ao se formular que, algumas das estratégias e práticas postas seriam necessariamente novas, tendo em vista que, embora assuma uma posição de crítica, a central sindical recorre, por vezes, aos mesmos instrumentos antes assumidos, a exemplo da posição de “sindicato-cidadão”, negociações coletivas e posturas de diálogo com a “classe hoje” que remetem ao tradicionalismo dos espaços nos quais esses segmentos ocupariam. Sintomático desse último exemplo, é a afirmação da CUT que o diálogo com a juventude precarizada se daria por via do movimento estudantil, ainda que sejam inegáveis os processos de crise de representação e construção também nesses espaços. Notamos, ainda, limites do ponto de vista da apreensão da necessidade de articulação com as novas formas associativas que vem sendo construídas pela juventude precarizada trabalhadora de plataformas digitais, não sendo encontrada nos documentos menção aprofundada sobre o tema em questão, nem tampouco sobre a juventude fora do mercado de trabalho e de instituições educacionais, a popularizada

“geração nem-nem – nem estuda e nem trabalha”, que compõe cerca de 20% dos 49 milhões de brasileiros e brasileiras na faixa dos 15 aos 29 anos no país (IBGE, 2022).

Sabemos que, diante da crise organizativa que perdura e das dificuldades de mobilização massivas da classe trabalhadora, os sinos não dobram pelo movimento sindical no mundo e, igualmente, não dobram pela maior central sindical do país. Em que pese o já quase meio século de sistemático ataque ao movimento sindical de todas as latitudes e que, no caso brasileiro, incluiu o período da ditadura civil-militar, e os anos duros do neoliberalismo e os sucessivos golpes desferidos não só ao movimento sindical, como à política ela mesma, o sindicalismo foi a principal força da democratização da sociedade brasileira recente e segue sendo um instrumento fundamental de luta. Seus descaminhos, todavia, são evidentes, e enervam a organização à sua crise.

Virá das organizações, de suas diretivas, ou virá das frações da classe, em seu interior organizadas ou ostensivamente à sua margem uma vez que estão no coração da dinâmica contemporânea de exploração – como os serviços – e expropriação, com o aviltamento das condições de reprodução social, ou mesmo seu impedimento, no caso da juventude negra das periferias. Quem são esses trabalhadores e essas trabalhadoras? É a questão que se coloca. E que movimento sindical é necessário para representá-los e representá-las e, antes, convocá-los e convocá-las?

Há aqueles e aquelas que, diante da crise, apressam-se em anunciar a morte do sindicalismo. O risco? Enterrá-lo vivo, ainda que moribundo. E, mesmo naquelas organizações que sintetizam tendências de esgotamento de suas estratégias, não de sua razão de existência e necessidade histórica, há luta pela vida, como foi consigna nos duros e horrendos anos de resistência ao golpismo e ao bolsonarismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Há todo um velho mundo ainda por destruir
e todo um novo mundo a construir.
Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?
Nós conseguiremos!".
Rosa Luxemburgo*

O início da construção dessa tese se deu em um momento histórico de profunda regressão de direitos, de recrudescimento do neoliberalismo associado a um conservadorismo de cariz neofascista que impôs uma série de restrições a nossa já frágil democracia. Referimo-nos ao governo Bolsonaro e à institucionalização/legitimação de um projeto de morte, com nítidos traços neofascistas, movidos por discursos e ações de ódio à diversidade e aos direitos humanos. Em poucas palavras, os desafios à organização e lutas da classe trabalhadora se alargaram exponencialmente.

Diante desse contexto, dentre os instrumentos políticos da classe trabalhadora, enfatizamos nossa análise no sindicalismo, em particular à CUT. O percurso traçado nessa tese partiu da interrogação sobre quais as tendências da organização político-sindical da CUT frente ao programa de acirramento neoliberal brasileiro e seus rebatimentos sobre a condição do trabalho no país (2016-2022). Nessa perspectiva, mergulhamos no universo sindical em contexto de acirramento do neoliberalismo e de conservadorismo no país, em particular, a partir do golpe de 2016 com o Governo Temer e, em seguida, com a chegada de Bolsonaro ao poder executivo, com apoio de um parlamento hegemonicamente conservador.

Como pesquisadora politicamente posicionada junto a classe trabalhadora, é importante ressaltar alguns reflexos subjetivos desse contexto para a escrita da tese, afinal, além de todo o contexto violentamente regressivo em termos de democracia no país, também atravessamos uma pandemia (de Covid 19) sem precedentes históricos no Brasil, que culminou em milhares de mortes. A crise que já era orgânica, ganhou luzes e acirrou todas as expressões da questão social. O medo e o isolamento se impuseram em um momento de profundo negacionismo e obscurantismo por parte do governo, que não só não contribuiu para o enfrentamento à pandemia, como o

dificultou ao adotar publicamente posturas contrárias à vacina e ao uso de máscaras, indo na contramão das recomendações da OMS, banalizando vidas humanas.

Não tivemos como não ser impactadas. Como pensar na organização sindical em um momento em que lutávamos isoladamente para sobreviver? As ruas, palco da luta de classes, precisaram ser esvaziadas. A oxigenação política que as lutas coletivas nos oferecem para nos fortalecer em face aos desafios e regressões da política neoliberal foram sufocadas. Voltamos a lutar por um direito elementar, permanecer vivas. Sobrevivemos, é fato. E é uma grande vitória frente a tantas milhares de pessoas que perdemos. Sobrevivemos sim, mas não da mesma forma. Ainda estamos reaprendendo a voltar às ruas, a agir em coletivo

Não temos aqui a pretensão de respostas definitivas, afinal, tratamos de um objeto que envolve o processo de organização de classe, que é ininterrupto, permeado de avanços e retrocessos no emaranhado das contradições da luta de classes. No entanto, o percurso da pesquisa bibliográfica - centrada nas produções acerca do sindicalismo em sua relação com as mudanças operadas no âmbito do Estado e do mundo do trabalho, e da pesquisa documental - cuja ênfase se deu na análise dos documentos sindicais disponibilizados pela CUT com vistas a compreender as tendências político-organizativas prevalentes no período elencado na pesquisa -, levaram-nos a algumas sínteses para responder aos nossos objetivos específicos, a exemplo do entendimento das principais inflexões do sindicalismo cutista em sua relação com o Estado; os principais posicionamentos, pautas públicas e atos da CUT frente à agenda neoliberal pós-golpe de 2016; e, por fim, as principais posições e práticas político-sindicais da CUT frente às reconfigurações e demandas da classe trabalhadora.

Inferimos que o movimento sindical brasileiro foi impactado por expressivas mudanças estruturais e conjunturais, sobretudo diante das mudanças na estrutura produtiva e na organização do trabalho mediante a crise e ofensiva neoliberal-conservadora pós-golpe de 2016. Esse processo nos leva a um cenário de desafios complexos para o adensamento das capacidades de organização coletiva, já prevalentes desde o ataque à organização sindical orquestrado como parte da resposta à crise capitalista, espreado no Brasil na década de 1990. Evidenciamos, portanto, como a CUT tem enfrentado esse contexto, com vistas a manter e fortalecer seu papel e legitimidade na representação da classe trabalhadora no país.

A CUT, próxima dos governos petistas - dada a condição histórica de sua articulação com o PT - precisou reconfigurar a sua posição e a sua estratégia, pois, com o declínio dos governos do seu aliado histórico, o PT, passou ao campo da oposição diante da política implementada por Michel Temer e Jair Bolsonaro. Ao mesmo tempo, estes governos também alteraram a sua postura em relação aos sindicatos afastando-se da procura de consensos ativos nesta área.

Nossa pesquisa nos leva ao entendimento de que não são apenas os movimentos no mundo do trabalho que orientam a configuração do movimento sindical, e da CUT em particular, mas também os movimentos que ocorrem na esfera do Estado sob a orientação de governos progressistas e seus declínios. As conclusões permitem compreender que o movimento de mudança de governo também alterou a posição da CUT, levando a central sindical a reorientar-se criticamente e a reavivar métodos de luta abandonados, como no caso das greves gerais, e a questionar seus planos de organização política, a fim de buscar atender às demandas expressas pelos diferentes sujeitos que compõem a classe trabalhadora. Neste sentido, não houve um imobilismo diante dos desafios enfrentados pelas organizações sindicais, ainda que inegavelmente os limites das respostas construídas sejam apreendidos.

Conforme afirmamos na tese, no *sentido de seu reencontro com a classe trabalhadora e suas mobilizações encontrou um avesso que contribuiu para produzir*: ao dialogar com o governo e abster-se de criticá-lo, mesmo que o programa tomado contrariasse os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, a CUT distancia-se dos conflitos levados a termo por essa classe e, portanto, dos sujeitos que, no contexto pós-golpe, precisou novamente reaproximar-se para forjar resistências em defesa dos direitos ameaçados e subtraídos. *O avesso encontrado é o desencontro com a classe*, diversa, fragmentada e complexificada, convocada em torno de uma agenda não plenamente abraçada pelas organizações sindicais, reintroduzindo ao sindicalismo o desafio da reorganização.

No período em estudo, a agenda proposta pela CUT esteve diretamente ligada à resistência ao golpe de 2016, às contrarreformas e aos ataques ao emprego orquestrados pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, configurando uma agenda defensiva, de recuperação da democracia e dos direitos. A luta pela defesa dos direitos sociais e trabalhistas é uma das principais linhas de atuação da CUT, que estabelece posicionamentos e ações contra a aprovação da contrarreforma trabalhista e contrarreforma previdenciária. Por sua vez, durante a pandemia, priorizou a defesa

de vidas e empregos diante da ofensiva negacionista do governo Bolsonaro, tendo como premissa a garantia de empregos, renda e condições de saúde.

Porém, considerando as pesquisas recentemente realizadas por outras pesquisadoras, também endossamos a apreensão de que, apesar das ações construídas frente à situação política do Brasil, baseadas na reorganização do seu programa político, o apoio ao sindicalismo, e à CUT em particular, permanece baixo ao nível popular (COLOMBI et al., 2022). Contudo, a experiência acumulada com as Frentes de Luta permite vislumbrar possíveis caminhos para concretizar uma agenda que abre canais de diálogo com outros movimentos e temas não abrangidos pela estrutura sindical.

A estrutura sindical brasileira conforma-se, ao fragmentar a organização, negociação e a luta, enquanto fragilizadora e inibidora de um acúmulo de forças, que seria capaz de confrontar os limites postos à organização no período que podemos considerar o mais desafiador para os sindicatos desde a ditadura empresarial-militar. Os sindicatos representam centralmente os trabalhadores inseridos e as trabalhadoras inseridas no mercado formal de trabalho, devido à caracterização da estrutura sindical vigente, fundada no princípio da unicidade, assegurador do monopólio de representação e poder de negociação a um único sindicato de categoria autorizado legalmente. Essa estrutura, contudo, não impede que sejam pensadas e construídas alternativas de renovação das práticas, tanto produzindo novas alternativas de ação, a exemplo dos canais virtuais impulsionados sob a pandemia, quanto recuperando estratégias outrora produzidas, a exemplo das greves gerais, para promover respostas à altura das dificuldades prevaletes para confrontação da ofensiva brutal contra os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, como buscou realizar a CUT, ainda que com limites, no período analisado nesse estudo.

Embora não possamos tratar tais conclusões como definitivas ou fechadas, por se tratarem de um objeto de investigação em constante movimento, entendemos que a dificuldade de diálogo com uma classe trabalhadora ampliada, submetida ao processo de deterioração do trabalho - expresso nas formas de contratação precárias, baixa remuneração, intensidade laboral, rotatividade, desproteção trabalhista, informalidade e desemprego. -, e atravessada pelo impulso individualizante que subjaz a racionalidade neoliberal, leva o sindicalismo cutista a repensar suas práticas políticas e organizativas. Nesse intuito, notamos um esforço de englobar essas expressões presentes no mundo do trabalho consubstanciando com as questões

postas na reprodução social. Uma tendência abordada no estudo publicado por Braga (2023) ao formular que o movimento sindical, no anseio de renovação de suas demandas, objetiva conectar a resistência à exploração econômica e às movimentações contrárias à expropriação política, pautando, assim, um alargamento da pauta sindical a partir do levantamento de demandas por proteção social e contra as opressões. Determinado por condições concretas, uma vez que é necessário, preserva-se como polo de aglutinação de trabalhadores e trabalhadoras, o sindicalismo cutista busca construir posições e práticas voltadas à denúncia da carestia e da ofensiva contra direitos sociais, as questões feministas, de raça, sexualidade, geração, entre outras. Há um reconhecimento progressivo nos documentos analisados dessas pautas, implicando um reconhecimento também progressivo da necessidade de renovação sindical, aproximando a diversidade da classe trabalhadora que entra em cena.

A CUT tem debatido em seus espaços o avanço tecnológico e os impactos sociais, no labor e na classe trabalhadora, com a defesa de políticas públicas de emprego voltadas ao acompanhamento de trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos e a proteção e regularização desse trabalho e a construção de alternativas para fomentar a mobilização para além daqueles trabalhadores e daquelas trabalhadoras formalmente contratados e contratadas, ademais, traçando plano de lutas que corroboram para criação de instrumentos de negociação coletiva para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras. Além disso, a ênfase e prioridade na política de comunicação se vincula com o objetivo de ampliar seu diálogo com a classe trabalhadora não organizada em sindicatos. Porém, nos documentos, mesmo que haja um reconhecimento da importância da articulação, ainda não se expressam diretamente estratégias concretas que busquem representar categorias que não pertencem à base de representação legal dos sindicatos, como trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos, terceirizados e terceirizadas, informais e desempregados e desempregadas, o que elevaria a densidade sindical.

Tem construído estratégias para viabilizar a estruturação de sua Política de Finanças, formulando em suas resoluções alternativas diante dos limites de financiamento materializados desde a aprovação da contrarreforma trabalhista em 2017. Já no que tange ao imposto sindical, reforça uma posição contrária, entretanto justifica o seu uso nos últimos anos em políticas específicas, deliberadas pela Direção Nacional. Aborda, nesse interim, a contradição posta desde a aprovação da

contrarreforma trabalhista que, acabando com o imposto sindical sem a possibilidade de uma transitoriedade da política de sustentação financeira da central sindical, configurou uma situação de acomodação e fragilidade financeira da estrutura cutista e de sindicatos filiados, que não estavam preparados para esse fato.

Com contradições e limitações, nota-se uma capacidade de aprendizagem cutista com base na sua tentativa de abarcar os desafios postos dadas as reconfigurações classistas no país no contexto pós-golpe de 2016, determinados tanto pela expansão e consolidação da extrema direita, que incorpora métodos e estéticas tradicionais da esquerda, a exemplo das grandes mobilizações de rua (STEFANONI, 2023), quanto por, do ponto de vista da classe trabalhadora, a pressão posta para dar conta de questões históricas que se colocam de forma organizada e pungente, tais como as demandas no campo da reprodução social e a questão feminista e antirracista. Esse entendimento é a base de nossa tese de que há uma inflexão no sindicalismo cutista, apresentando-se como tendência um esforço de mudança na atuação sindical como resposta às transformações operadas no âmbito do Estado e da classe trabalhadora.

O estudo sintetizou esses indicativos a partir da formulação de alguns eixos, quais sejam: a recolocação da CUT no campo de oposição aos governos, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, e a política construída por estes no âmbito do Estado; por consequência, na denúncia e reverberação de pautas e mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras, incorporando nas pautas de denúncia da central, expressamente firmando uma crítica à postura do Estado; na ação de denúncia e informação sobre as contrarreformas e medidas de Michel Temer e Jair Bolsonaro, expondo seus impactos de maneira particularizada, a exemplo da ênfase na situação das mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, aposentados, juventude etc.; no deslocamento e incorporação de pautas referentes à reprodução social e condições de vida do conjunto da classe trabalhadora, a partir da denúncia e incorporação na pauta, de problemáticas geradas pela deterioração das condições de vida, como o aumento do preço do gás e conta de luz, a alta inflacionária, o desemprego e a precariedade das condições de trabalho além de pautas como moradia e despejos; na preocupação e atuação no cenário internacional, sobretudo em torno das campanhas contra o Golpe, em defesa da democracia e de Lula Livre; na sinalização de retomada e construção de greves para barrar as contrarreformas do governo Temer e Bolsonaro.

Todavia, cabe também a pontuação, com base na apreensão das estratégias e práticas postas em curso, que identificamos o que definimos enquanto um *contrassenso* em termos das estratégias e práticas, tendo em vista que a central sindical recorre, por vezes, aos mesmos instrumentos antes assumidos, a exemplo da posição de “sindicato-cidadão”, negociações coletivas e posturas de diálogo com a “classe hoje” que remetem ao tradicionalismo dos espaços nos quais esses segmentos ocupariam. Ademais, as inflexões postas convivem com definições que enfatizam a centralidade nos processos eleitorais e na retomada de um projeto de desenvolvimento social e econômico sustentável. *Sustenta, portanto, uma recomposição de um “neodesenvolvimentismo”, protagonizado pelo Estado, em detrimento da reconstrução de uma alternativa política classista e combativa vinculada a um projeto dos trabalhadores e trabalhadoras.* Em outros termos, mesmo frente à falência do projeto de conciliação de classes capitaneado pelo PT, o ideário do possível retorno a um padrão de “desenvolvimento com inclusão social” com via político-eleitoral ainda conforma o horizonte político-estratégico da CUT. E, no atual contexto, a nosso ver, emergem tensões entre esta perspectiva e a exigência de uma atuação orientada para o plano político-organizativo e das lutas sociais.

Como ponto de chegada, concluímos que há uma reconfiguração do Estado e da classe trabalhadora em plena consolidação sob as determinações contemporâneas do modo de produção e reprodução capitalista. Forja-se, como vimos, uma estratégia neoliberal que, ao se espriar, instaura novas condições políticas, modifica as regras de funcionamento econômico e altera as relações sociais de modo a impor a reprodução da hegemonia dominante. *Ao passo em que a racionalidade neoliberal reitera um tipo de sociabilidade individualizada, os laços coletivos são fragilizados, dificultando a formação de consciência para si, baseada no pertencimento e organização dos sujeitos enquanto classe. Frente a isso, há impactos profundos na situação do já fragilizado sindicalismo brasileiro.* A CUT, canal de organização e conflitividade da classe trabalhadora criado em meados da década de 1980 e que posteriormente aderiu ao chamado *sindicalismo de negociação e resultados*, deparou-se com a necessidade de repensar seu projeto político-organizativo para dar conta da exigência de reafirmar-se enquanto força política. Isso tratou-se de uma inflexão atravessada por problemáticas entendendo a própria complexificação da classe e o incremento do peso relativo dos processos de precarização agudizados pós-golpe de 2016. A CUT buscou recuperar sua legitimidade e exercer influência sobre as pautas

e decisões públicas no que tange ao trabalho e à vida da classe trabalhadora em sua diversidade. Assim, seus posicionamentos e práticas políticas, tanto em relação à crítica ao neoliberalismo quanto em relação à atual conformação da classe, visaram responder ao contexto recolocando CUT como força política que exerce influência nas decisões públicas e, estando no campo da oposição, desatrelando-se dos governos em vigência (com as palavras de ordem “Fora Temer!” e “Fora Bolsonaro!”). Todavia, influenciando na correlação de forças com o horizonte permanente pautado na recuperação do “neodesenvolvimentismo” levado a termo no campo democrático-popular que compõe em articulação com o PT.

Reforçamos, nessa perspectiva, o que destacamos como um *nó* que subjaz nossa tese: a apreensão da relação estabelecida entre sindicato, partido e Estado – na gestão de seu governo –, expresso nos elos entre CUT e PT e na forma como a central sindical vem apostando na recomposição da hegemonia do chamado “neodesenvolvimentismo”, reforçando, portanto, os limites postos estruturalmente ao sindicalismo, no sentido gramsciano, seu caráter econômico-corporativo e no marco da preservação, não da superação, da relação capital-trabalho e da tendência de distanciamento da unidade com a classe trabalhadora, notadamente quando governa o Estado capitalista.

Encerramos o marco temporal de análise do nosso objeto (2022) com a vitória eleitoral do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, do PT. Esse novo governo não é nosso objeto de análise, porém, ainda em 2022, durante a campanha eleitoral, novos caminhos já se desenham para a CUT, historicamente associada ou mesmo entrelaçadamente composta de maneira hegemônica pelo PT.

Não temos dúvida alguma que o ganho eleitoral do presidente Lula foi uma importante e vital vitória para a classe trabalhadora, para voltarmos a ter condições de lutar pela ampliação da democracia. Assim, embora tenhamos o entendimento de que o Governo Lula não tenha rompido com o neoliberalismo, não compartilhamos da ideia de que esse governo é apenas um continuísmo do que estava em curso, principalmente levando em conta o programa político dos governos Temer e Bolsonaro. Com isso, novas perguntas surgem para serem investigadas em novas pesquisas. O fim, de fato, é mais um ponto de partida, como nos ensina a dialética histórica e materialista. Questionamos: quais as inflexões da CUT frente ao novo governo petista? Como as posições e estratégias da CUT durante o governo de Michel Temer e o governo de Jair Bolsonaro frente ao neoliberalismo serão pautadas no

governo Lula? Será repetida a compreensão de que tudo se passará como se existisse um automatismo tal que, ao vencer as eleições, avançaremos em marcha forçada para a construção do nosso projeto? Em nome de um acúmulo gradual de forças recuaremos novamente na defesa intransigente das pautas de nossa classe?

A tese que ora apresentamos tem um objeto de estudo identificado com o “tempo presente”, naquilo que Mattos (1998, p. 41) aponta ser uma proposta de pesquisa acerca de um “passado muito próximo, vivenciado, quase presente”. Portanto, ao encerrar esse ciclo do doutoramento, compreendemos que, na verdade, nosso objeto é um processo, sendo impactado a medida em que a conjuntura brasileira e os rumos da luta de classes se transformam.

Muito ainda virá e o desafio de entender para transformar a realidade se põe, mais do que nunca, em nossa perspectiva, forjando um projeto de vida.

“As armas da crítica” firmes seguirão.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila. Uberização. A era do trabalhador just in time? In: **Revista Estudos Avançados**. Nº 30. São Paulo, 2020.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **PL desponta como maior bancada da Câmara, seguido pela federação liderada pelo PT**. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911504-pl-desponta-como-maior-bancada-da-camara-seguido-pela-federacao-liderada-pelo-pt/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ALEXANDRER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 23-81.

ALMEIDA, Silvio Luiz. Neoconservadorismo e liberalismo. In: SOLANO, Esther. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 27-32.

ALVES, Giovanni. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, Epitácio; SOBRAL, Erlenia Sobral do Vale; RODRIGUES JR., Natan. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 101-127.

ALVES, Giovanni. **O que é o precariado?** 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/#:~:text=Ruy%20Braga%20remete%2Dse%20inclusive,lumpemproletaria do%20quanto%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20pauperizada.>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ALVES, Giovanni. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. 1998. 417 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas – SP, 1998.

AMARAL, Angela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. In: **Revista Argumentum**, v. 10, n 3. Vitória: UFES, 2018, p. 244-256.

AMARAL, Angela Santana do. **Qualificação dos trabalhadores e estratégias de hegemonia: o embate de projetos classistas**. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2005.

AMARAL, Marisa Silva e CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**. Florianópolis: EDUFSC, v.12, n.2, p. 216-225, jul. /dez. 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **A “engenharia da cooptação” e os sindicatos no Brasil recente**. 2012. Disponível em: <http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/ricardo%20antunes%3A%20a%20d%20esmobiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20movimento%20sindical> . Acesso em: 09 jan. 2021.

ANTUNES, Ricardo. A Engenharia da Cooptação e os Sindicatos. In: **Revista Pegada**, Vol. 12, 2011.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital autogestão e expropriação da vida**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 11-22.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. In: **Contracampo**, v. 39, n. 1. Niterói: 2020, p. 27-43.

ANUNCIACÃO DE SOUZA, Jamerson Murillo. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife-PE, 2016.

ARCARY, Valério. **13 de junho de 2013**. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/610117-13-de-junho-de-2013-artigo-de-valerio-arcary>>. Acesso em: 21 maio 2022.

ARCARY, Valério. 1979/2019: quarenta anos depois, quais são as lições da disputa pela liderança da oposição à ditadura. In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe; ARCARY, Valério (Org.). **O ovo da serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020, p. 31-35.

ARCARY, Valério. **Eleição muito à flor da pele**. 2022. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/opiniao/2022/10/4/eleio-muito-flor-da-pele-por-valerio-arcary-124433.html>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ARCARY, Valério. Questões sobre o neofascismo (e Bolsonaro). In: BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe; ARCARY, Valério (Org.). **O ovo da serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020, p. 147-151.

ARCARY, Valério. **Uma vitória política gigante**. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/11/01/uma-vitoria-politica-gigante>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=knHYevT7DLs>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

AUDITÓRIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Orçamento Geral da União - 2020, 2021, 2022**. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo; FERREIRA, Verônica Maria. Pandemia e a virulência do sistema. In: **Revista Bravas**, n. 12, 2020. Disponível em: <<https://www.revistabravas.org/virulencia-sistema>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013–2018. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: 2018, p. 273-289.

BBC. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha'.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 09 fev. 2023.

BBC. 4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. 2021. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BBC. O que explica multiplicação de templos evangélicos no Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine. Devastação e urgência. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 223-237.

BEHRING, Elaine. **Fundo público, valor e política social.** São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci.** São Paulo: Alameda, 2008.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise.** São Paulo, Boitempo, 1998.

BOITO JR. Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: GALVÃO, Andréia e BOITO JR., Armando (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda, 2012.

BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO JR., Armando. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O Sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 43-91.

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In: **Observatório Social da América Latina**, ano X, n. 26. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 29-31

BRAGA, Ruy e BIANCHI, Álvaro. **A financeirização da burocracia sindical no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://correiocidadania.com.br/politica/5816-12-05-2011-a-financeirizacao-da-burocracia-sindical-no-brasil>>. Acesso em: 31 out. 2020.

BRAGA, Ruy. **A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial**. São Paulo: Boitempo, 2023.

BRAGA, Ruy. A Era da pilhagem. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 47-50.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. **Os sindicatos e o governo Lula**. 2010. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/os-sindicatos-e-o-governo-lula/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL DE FATO. **Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais**. 02 set. 2016. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temersanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL DE FATO. **Vigília Lula livre surgiu há quatro anos como protesto contra prisão de ex-presidente**. 2022. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/08/vigilia-lula-livre-surgiu-ha-quatro-anos-como-protesto-contraprisao-de-ex-presidente>> Acesso em: 28 mar. 2023.

CALIL, Gilberto. Gramsci e o fascismo. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 47-67.

CARTA CAPITAL. **Em ato de pré-campanha, Bolsonaro exalta Ustra e chama o torturador de ‘velho amigo’**. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/em-ato-de-pre-campanha-bolsonaro-exalta-ustra-e-chama-o-torturador-de-velho-amigo/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CARVALHO, Felipe Santos Estrela de; PEREIRA, Sullivan dos Santos; SOBRINHO, Gabriela Sepúlveda. #BrequeDosApps e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. In: **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**. Campinas: 2020, p. 1-29.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio; SOBRAL, Erlenia Sobral do Vale; RODRIGUES JR., Natan.

Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 43-75.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **12ª CONCUT – Educação – Trabalho – Democracia: Direito não se reduz, se amplia. Caderno de resoluções (2015)**. Disponível em:

<<https://assets.cut.org.br/system/uploads/document/bfb90aae2acb0e5a978f8334312f15b6/file/af-caderno-de-resolucoes-12-concut-web.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **13ª CONCUT – Congresso Lula Livre. Caderno de resoluções (2019)**. 2019a. Disponível em:

<<https://assets.cut.org.br/system/uploads/document/b80228bfd4a67c4cc92dd9685ca5a8c/file/13o-concut-caderno-de-resoluc-o-es.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **15ª Plenária Estatutária Nacional da CUT/ Congresso extraordinário da CUT. Resoluções (2017)**.

Disponível em:

<<https://assets.cut.org.br/system/uploads/document/0a9bf8b382e4b0083b1f7ee7993c8558/file/15-plenaria-estatutaria-nacional-resolucoes-2.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **16ª Plenária da CUT definirá estratégia da Central em defesa dos trabalhadores**. 2021a. Disponível em:

<<https://www.cut.org.br/noticias/16-plenaria-da-cut-definira-estrategia-da-central-em-defesa-dos-trabalhadores-6af6>> Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil**. 2011.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Notas oficiais da CUT (2016-2022)**. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/arquivos/notas-oficiais-da-cut?subdomain=www>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Para Artur Henrique, quanto mais ouve a CUT, mais o governo acerta**. 2010. Disponível em:

<http://www.cutpe.org.br/artigos/para-artur-henrique-quanto-mais-ouve-a-cut-mais-o-governo-acerta/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Resolução da Direção Nacional de 26 de abril de 2019**. 2019b. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/arquivos/direcao-nacional?subdomain=www>. Acesso em: 13 out. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Resolução da Direção Nacional de 18 e 19 de fevereiro de 2016**. 2016d. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/arquivos/direcao-nacional?subdomain=www>. Acesso em: 13 out. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Resolução Política da Direção Nacional da CUT**. 2021b. Disponível em: <https://www.cut.org.br/arquivos/direcao-nacional?subdomain=www>. Acesso em: 13 out. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Resoluções da Direção Nacional da CUT**. São Paulo: CUT, 2016b. Disponível em:

<<https://assets.cut.org.br/system/uploads/document/dab9002e95e0c62940b338a0dfa3d567/file/resolucoes-da-direcao-nacional-da-cut-18-e-19-de-agosto-de-2016.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Resoluções da Direção Nacional (2016-2022)**. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/arquivos/direcao-nacional?subdomain=www>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Resoluções da Executiva da CUT**. São Paulo: CUT, 2016a. Disponível em:

<<https://assets.cut.org.br/system/uploads/document/ef23cffb13f71754ca11580d63b5e8f4/file/resolucao-executiva-ampliada-26-abril-2016.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Resoluções da Executiva da CUT**. São Paulo: CUT, 2016c. Disponível em:

<<https://assets.cut.org.br/system/uploads/document/6f8f8d7a79c24f5f8ae1085242105c09/file/resolucao-24-maio-de-2016.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Resoluções da Executiva Nacional (2016-2022)**. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/arquivos/executiva-nacional?subdomain=www>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16-22.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Crise do capital e ultraneoliberalismo: a capitalização da Previdência Social no Brasil. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 179-204.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CNN BRASIL. **Branco têm rendimento cerca de 40% maior do que negro, mostra pesquisa do IBGE**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/brancos-tem-rendimento-cerca-de-40-maior-do-que-negros-mostra-pesquisa-do-ibge/>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

CNN BRASIL. **Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-causa-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2005.

COLOMBI, Ana Paula Fregnani; CAMPOS, Anderson; GALVÃO, Andreia; AMORIM, Elaine Regina Aguiar; RIBEIRO, Flávia Ferreira; DIAS, Hugo Miguel Oliveira Rodrigues Dias; KREIN, José Dari; TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Panorama do sindicalismo no Brasil 2015-2021** [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

CONFERÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA (CONCLAT). **CONCLAT – Emprego, Direitos, Democracia e Vida. Pauta da Classe Trabalhadora (2022)**. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/documentossindicais/2022/CONCLAT-pautas-centrais-sindicais-07-abril.html>>. Acesso em: 23 set. 2023.

CONGRESSO EM FOCO. **Bancada de Sindicalistas encolhe na Câmara**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/bancada-de-sindicalistas-encolhe-na-camara/>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CONGRESSO EM FOCO. **Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para Assistência Social**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. **"Tem que todo mundo comprar fuzil", defende Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4946231-tem-que-todo-mundo-comprar-fuzil-defende-bolsonaro.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. **Bolsonaro sobre ideologia de gênero nas escolas: "Não admitimos"**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4997042-bolsonaro-sobre-ideologia-de-genero-nas-escolas-nao-admitimos.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

COSTA, Graça. Prólogo: o desmonte do Estado. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 10-11.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEMIER, Felipe. O futuro do presente: o ultraneoliberalismo neofascista de Bolsonaro. In: DEMIER, Felipe (Org.). **Crônicas de dias desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

DEMIER, Felipe. O lado do bem: pandemia, fascismo e neoliberalismo. In: DEMIER, Felipe (Org.). **Crônicas de dias desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020, p. 75-76.

DEMOCRACIA E MUNDO DO TRABALHO EM DEBATE. **Carta a classe trabalhadora 2022**. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/conclat-2022-centrais-sindicais-apresentam-documento-para-o-debate/?fbclid=IwAR1i8TbQunlGOGqAtH5C9f7pCvOG54ri01WSZU-xbYi48om5CBdk5Vmos0w>. Acesso em: 29 dez. 2022.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. Campinas: Unicamp, 1999.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reformas ou contra-revolução? O governo Lula. In: **Revista Universidade e Sociedade**, n. 34. Distrito Federal: ANDES, 2004.

DIEESE. **Balanço das Greves (2009-2023)**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?tipoBusca=tipo&valorBusca=balan%E7o+das+greves>. Acesso em: 13 out. 2023.

DIEESE. **Cesta Básica de Alimentos - Banco de Dados**. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/cesta/>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

DRUCK, Graça. A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões. In: **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, 2018, p. 68-92.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora da UNESP e Boitempo Editorial, 1997.

EDER, Sader. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

EL PAÍS. “**Black bloc: a tática fugidia que desnorteia e assusta SP**”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/10/politica/1473461724_961425.html>. Acesso em: 24 maio 2022.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do welfare state**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 24, 1991, p. 85–116.

ESQUERDA ONLINE. “**Orçamento secreto” é farra com dinheiro público para beneficiar Bolsonaro**. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/05/12/orcamento-secreto-e-farra-com-dinheiro-publico-para-beneficiar-bolsonaro/>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ESQUERDA ONLINE. **A mensagem dos trabalhadores da Índia: a greve dos 150 milhões**. 2016. Disponível em: < <https://esquerdaonline.com.br/2016/09/10/a-mensagem-dos-trabalhadores-da-india-a-greve-dos-150-milhoes/>>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ESTADÃO. **As “pedaladas fiscais” do governo Dilma: o que são?** 2016.

Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/>>.

Acesso em: 23 jul. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica.** São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **O que é a revolução?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Crismanda Maria. O trabalho via aplicativos: exponenciação do valor na Era flexível-digital. In: **TEMPORALIS**, v. 21. Brasília: ABEPSS, 2021, p. 353-366.

FERREIRA, Crismanda Maria. **Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em SUAPE: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000.** 2018. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife- PE, 2018.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências.** 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **"É tudo novo, de novo": as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Corte orçamentário de 95% significa o desmonte completo da assistência social no Brasil.** Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/corte-orcamentario-de-95-significa-o-desmontecompleto-da/241096/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.).

Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução.** São Paulo: Cortez, 2013.

G1 BRASIL. **Protestos pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos.** 2013. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

G1. **Lula tem 31%, Bolsonaro, 15%, Marina, 10%, aponta pesquisa Datafolha para 2018.** Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/lula-tem-31-bolsonaro-15-marina-10-aponta-pesquisa-datafolha-para-2018.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2023.

G1. **'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. In: **Revista Crítica Marxista**, 2014, p. 103- 201.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. In: **Revista Outubro**, nº 18, 2009.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO JR., Armando e GALVÃO, Andréia (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.** São Paulo: Alameda Editorial, 2012, p. 187- 223.

GALVÃO, Andréia. Desafios político-ideológicos e organizativos para o sindicalismo do futuro. In: **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**. Campinas: Unicamp, 2021.

GALVÃO, Andréia. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. In: **Revista Outubro**, nº 14, 2006.

GALVÃO, Andréia. Reforma trabalhista efeitos e perspectivas para os sindicatos. In: KREIN, José Darin; OLIVEIRA, Roberto Vêras; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma trabalhista no Brasil promessas e realidade**. Campinas, SP Curt Nimuendajú, 2019.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane. Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. In: **Caderno CRH** (UFBA), v.32, 2019, p.253 – 269.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. O Sindicalismo Brasileiro diante do Golpe. In: SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; EMERIQUE, Lilian Balmant e BARISON, Thiago (orgs.) **Reformas institucionais de austeridade, democracia e relações de trabalho**. São Paulo: LTR, 2018, p. 85 – 96.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia Vieira. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba: Appris, 2015.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2011.

GIANNOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes. **CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV Concut**. São Paulo: Vozes, 1991.

GONCALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Editora Cortez, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GONSALES, Marco. Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 125-138.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (volumes 1 e 3), 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (volume 3), 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Sobre democracia operária e outros textos**. Lisboa: Ulmeiro, 1976.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Os sentidos do mundo. Textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 77-91.

HUWS, Ursula Elin. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. In: **Caderno CRH**. Salvador: 2014.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

IASI, Mauro Luís. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 50-67.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro Luís. **Consciência e ideologia: para além dos muros de pedra**. São Paulo: Cortez, 2022.

IASI, Mauro Luís. O espírito do tempo de um tempo carente de espírito. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; STEINER, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra. **Que política social para qual emancipação?** Brasília: Abaré Editorial, 2018, p. 11-30.

IBGE. **Aspectos das relações de trabalho e sindicalização**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Inflação**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 29 dez. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) - Educação**. 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

INESC. **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento geral da União 2021**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2022.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Entenda as armas bolsonaristas na guerra às universidades**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/588917-entenda-as-armas-bolsonaristas-na-guerra-as-universidades>. Acesso em: 20 jan. 2023.

JORNALISTAS LIVRES. **Bolsonaro chama nordestinos de analfabetos e sem cultura em live**. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/bolsonaro-chama-nordestinos-de-analfabetos-e-sem-cultura-em-live/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **A condenação de Bolsonaro na ONU pela exposição de crianças**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-condenacao-de-bolsonaro-na-onu-pela-exposicao-de-criancas/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. **Foto de Francisco Proner Ramos**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-discurso-politico-de-lula-lula-livre-o-resgate-de-um-brasil-feliz/foto-de-francisco-proner-ramos/>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

LENIN, V. I. **Uma grande iniciativa. Obras Escolhidas**, v. 3, 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINS, Liana Cirne. **Explicando a ilegalidade do impeachment em cinco passos.**

Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/explicando-a-ilegalidade-do-impeachment-em-cinco-passos>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático.

In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2016, p. 97-102.

LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. In:

Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2015.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana;

DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2016, p. 52-57.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao Povo Brasileiro.** 2002. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 30 maio 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. **La acumulación del capital.** Disponível em:

<http://grupgerminal.org/?q=system/files/LA+ACUMULACI%C3%93N+DEL+CAPITAL.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCUSE, Herbert. Prólogo. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís**

Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta;

STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTURSCELLI, Danilo. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** V.14. Brasília: UNB, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo**. São Paulo: CHED, 1980.

MARX, KARL. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

MARX, Karl. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem. In: **Revista Outubro**, n. 9, 2003. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/a-cut-hoje-e-os-dilemas-da-adesao-a-ordem/>>. Acesso em: 31 dez. 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 93-106.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil**. 2013. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/M-Badar%C3%B3.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 17-45.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 67-76.

MELO, Newton Claizoni Moreno de. **Significados do trabalho na literatura popular de gestão**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife- PE, 2019.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MERCADANTE, Aloizio. **Brasil: a construção retomada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 29-34.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Portal de Informações sobre Relações do Trabalho**. 2022. Disponível em:
http://relacoesdotrabalho.mte.gov.br/pentaho/api/repos/:public:SRT:srt_principal.xaction/generatedContent. Acesso em: 29 dez. 2022.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-46.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária, 2010, p. 35-67.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis: UFSC, 2020.

NERI, Marcelo. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV. Disponível em <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>. Acesso em: 28 mar. 2023.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria Social. In: **Serviço Social, Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. In: **Caderno CRH**, V. 33. Salvador: 2020, p. 1-9.

O POVO. **Bolsonaro diz que teve filha mulher por "fraquejada"**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2017/04/bolsonaro-diz-que-teve-filha-mulher-por-fraquejada.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

bOLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. **Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores**. Editora Vozes: 1987.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2023. Disponível em: < <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

OSÓRIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013, p. 49-70.

PELAEZ, Elaine Junger; BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete Salete; CISLAGHI, Juliana Fiuza; BRAVO, Maria Inês; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Ajuste fiscal e seguridade social: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: EDUFMA, 2020.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PODER 360. **Lula tem apoio de 11 governadores eleitos**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/lula-tem-apoio-de-11-governadores-eleitos/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

POGGI, Tatiana. Fascismo à brasileira. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 69-99.

POULANTZAS, Nicos. **Staatstheorie. Politischer Überbau, Ideologie, autoritärer Etatismus**. Hamburg, VSA Verlag, 2002.

QUERIDO, F. M.; BRAGA, R. Chico de Oliveira e as reviravoltas da crítica. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 7-25.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS. **Atribuições privativas do assistente social em questão**. Volume 2, Brasília, 2020.

ROCHA, Camila. “Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. In: **Dados**. Rio de Janeiro, 2019.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Org.).

Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. O discurso econômico da austeridade e os interesses velados. In: SOLANO, Esther. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018, p. 79-84.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. In: **Serviço Social e Sociedade:** São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** n. 112. São Paulo: Editora Cortez, out./dez.2012, p.672-688.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la razón dialectica.** Buenos Aires: Losada, 1979, (volumes I e II).

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010.** Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?** São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. A face abstrusa da Previdência Social lapidada pela ofensiva ultraneoliberal. In: **Temporalis.** Brasília: ABEPSS, 2022, p. 53-71.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões Ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórica e política. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-54.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. In: **Análise**, n. 42, 2018.

SOUSA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. In: **Katálysis**, v. 11, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2008, p. 53-60.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STÉDILE, João Pedro. **O neodesenvolvimentismo se esgotou**. 2015. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/node/32389/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

STEFANONI, Pablo. **Uma grande desordem sob o céu**. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/626377-uma-grande-desordem-sob-o-ceu-artigo-de-pablo-stefanoni>. Acesso em: 07 nov. 2023.

TAVARES, Maria Augusta. A. **Informalidade e precarização: a nova trama da produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 2021.

TERRA. **Bolsonaro: "prefiro filho morto em acidente a um homossexual"**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um->

homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html. Acesso em: 17 jan. 2023.

THE INTERCEPT BRASIL. **As mensagens secretas da Lava Jato**. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

THE INTERCEPT BRASIL. **Trabalhadores da Amazon estão organizando uma luta global**. 2020. Disponível em: <
<https://theintercept.com/2020/12/08/trabalhadores-da-amazon-estao-organizando-uma-luta-global/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciência de classe: estudos sobre la crises de la sociedad pré-industrial**. Barcelona: Crítica, 1979.

TONELO, Iuri. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 139-148.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1985.

UOL NOTÍCIAS. **Bolsonaro, sobre o golpe de 1964: Sem ditadura, 'seríamos uma republiqueta'**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/31/bolsonaro-obras-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 17 jan. 2023.

UOL NOTÍCIAS. **'Tu é meio escurinho. Ah, isso é crime', diz Bolsonaro a apresentador negro**. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/12/tu-e-meio-escurinho-ah-isso-e-crime-diz-bolsonaro-a-apresentador-negro.htm>. Acesso em: 17 jan. 2023.

UOL NOTÍCIAS. **'Vamos fuzilar a petralhada', disse Bolsonaro em 2018. No PR, obedeceram**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/07/10/vamos-fuzilar-a-petralhada-disse-bolsonaro-em-2018-no-pr-obedeceram.htm>. Acesso em: 17 jan. 2023.

UOL. **Dos 27 senadores eleitos, 16 apoiam Bolsonaro e 8, Lula; 3 não manifestam posição**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/03/dos-27-senadores-eleitos-16-apoiam-bolsonaro-e-8-lula-3-nao-manifestam-posicao.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

VAN DER LINDEN, Marcel. O trabalho em perspectiva global: um novo começo. In: **Revista Outubro**, n. 29, 2017.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GALVÃO, Andréia; CAMPOS, Anderson. Reforma Trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações. In: **Cadernos do Ceas**. vol. 248, p. 668-689, 2019.

VEREDAS. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução**. 2022. Disponível em: < <https://retratodotrabalhoinformal.com.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3. ed. rev. e ampl. 2. Reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.